

**Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Quotas Seniores da 1ª Série (o “Prospecto”) do
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS PORTFOLIO I**
CNPJ/MF nº. 09.207.285/0001-00



Distribuição Pública da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Consignados Portfolio I (a “Oferta”),
totalizando:

R\$100.000.000,00

**Classificação de Risco das Quotas Seniores pela Austing Rating: “AAA”
Registro CVM nº. CVM/SRE/RFD/[•], em [•] de [•] de 2008.
CÓDIGO ISIN BRPTFCCTF001**

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS PORTFOLIO I (o “Fundo”), é regido pelas disposições de seu regulamento, pela instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada (a “Instrução CVM 356”), e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, e destina-se a adquirir, preponderantemente, direitos creditórios oriundos de empréstimos concedidos pelo Banco BVA S.A. (o “Cedente”) a servidores públicos federais, estaduais, municipais, autarquias da administração direta, fundações públicas, bem como a Aposentados e Pensionistas (os “Diretos Creditórios”).

Serão objeto da Oferta até 100.000 (cem mil) Quotas Seniores da 1ª Série, a serem distribuídos em mercado de balcão não-organizado, com Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão, perfazendo o montante total de até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

O Fundo foi constituído em 05 de novembro de 2007, com seu regulamento (o “Regulamento”) e o respectivo ato de constituição registrados no 2º Oficial de Registro Títulos e Documentos de Osasco sob o nº. 215534, em 08 de novembro de 2007, tendo sido alterado em 28 de novembro de 2007 e 25 de janeiro de 2008, sob os nºs. 216096 e 217.129, respectivamente.

O Fundo é administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.066.670/0001-00 (a “Administradora”).

O Fundo poderá emitir 1 (uma) classe de quotas seniores (as “Quotas Seniores”), as quais poderão ser divididas em séries, mantidas concomitantemente em circulação, a serem distribuídas em uma ou mais distribuições. As Datas de Amortização, o valor das Amortizações Programadas e as condições de remuneração de cada Série de Quota Sênior serão definidas no Suplemento de cada série.

Será admitida a distribuição parcial das Quotas Seniores da 1ª Série emitidas, sendo que, na hipótese de distribuição parcial das Quotas Seniores, não haverá restituição de qualquer importância aos investidores, tampouco rateio de qualquer espécie. A manutenção da presente Oferta está condicionada à subscrição e integralização da quantidade mínima de 5.000 (cinco mil) Quotas Seniores da 1ª Série. O investidor poderá, a seu critério, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, condicionar sua adesão à presente oferta a que haja Distribuição (i) da totalidade das Quotas Seniores da 1ª Série; ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Quotas Seniores da 1ª Série.

Protocolo CVM datado de 03 de dezembro de 2007. Registro CVM nº. [•].

“As informações contidas neste Prospecto estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a respeito”.

“OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO ‘FATORES DE RISCO’ DESTA PROSPECTO, NAS PÁGINAS 100 A 108”.

“A Comissão de Valores Mobiliários – CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das quotas a serem distribuídas”.



“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador e das demais instituições prestadoras de serviços”.

Vide outros avisos importantes na página 1 deste Prospecto.

As Quotas Seniores da 1ª Série serão registradas para negociação secundária no Sistema de Fundos Fechados – SFF da CETIP. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, pessoas que sejam investidores qualificados, conforme disposto na Instrução da CVM nº. 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores (a “Instrução CVM 409”), inclusive fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” ou “Multimercado”, nos termos dos §§ 5º e 6º do artigo 112 da Instrução CVM 409, que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo.

Administradora e

BEM DTM LTDA

(uma empresa do Grupo Bradesco)

Custodiante



Coordenador Líder



Gestor e Co-estruturador



Assessores Legais



Agência Classificadora de Risco



Estruturadora



Empresa de Auditoria



A data deste Prospecto é 07 de abril de 2008.

Avisos – ANBID

“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura”.

“As informações contidas nesse prospecto estão em consonância com o regulamento do fundo de investimento, porém não o substituem. Antes de decidir aplicar recursos no fundo, recomendamos ao investidor a leitura cuidadosa deste prospecto e do regulamento, com especial atenção às informações relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo, da composição da carteira do fundo, bem como às disposições deste prospecto e do regulamento que tratam dos fatores de risco a que o fundo está exposto”.

“O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo de investimento e para o investidor”.

“O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia da Administradora do fundo, do Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC”.

“Este fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento, exclusivamente para fins de “hedge”, conforme o Capítulo IV do Regulamento do Fundo. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus quotistas”.

“Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior”.

“O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do imposto de renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor”.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	9
IDENTIFICAÇÃO DO COORDENADOR, DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DO GESTOR, AUDITORES E CONSULTOR LEGAL.....	24
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR DO FUNDO	25
DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES.....	26
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA OFERTA.....	28
SUMÁRIO.....	33
O FUNDO	33
PÚBLICO ALVO.....	34
INFORMAÇÕES SOBRE OS SACADOS.....	33
VALOR MÍNIMO DE APLICAÇÃO	35
FATORES DE RISCO	35
OBJETIVO DE INVESTIMENTO.....	35
POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA	36
PRÉ-PAGAMENTO, REFINANCIAMENTO E RENEGOCIAÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO.....	36
CUSTÓDIA DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DOS ATIVOS FINANCEIROS DE TITULARIDADE DO FUNDO.....	39
EMIÇÃO DE QUOTAS	39
AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS SENIORES E DE QUOTAS SUBORDINADAS	40
COLOCAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE	40
CRONOGRAMA ETAPAS DA OFERTA	40
DISTRIBUIÇÃO PARCIAL.....	41
MODIFICAÇÃO DA OFERTA	41
CRITÉRIOS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS CONDÔMINOS	42
ESTRUTURADORES DA OFERTA	43
A ADMINISTRADORA	43
O CUSTODIANTE	43
SERVIÇOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO INADIMPLENTES	47
CUSTÓDIA FÍSICA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS	47
OUTROS SERVIÇOS.....	47

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS.....	47
MARCO REGULATÓRIO	50
LEGISLAÇÃO FEDERAL	50
LEGISLAÇÕES ESTADUAIS E MUNICIPAIS	52
INSS.....	52
CONVÊNIOS E ATOS QUE FORMALIZAM A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS E A CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO	56
QUADRO EXPLICATIVO	56
CONVÊNIO ENTRE O INSS E O CEDENTE.....	56
QUESTÕES LEGAIS RELATIVAS À CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.....	61
DISPOSIÇÕES GERAIS DAS CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO	63
APÓLICES DE SEGURO	66
PROCEDIMENTOS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E DE COBRANÇA	70
POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	72
ROTINAS DE COBRANÇA DAS CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO INADIMPLENTES	80
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO	82
RESUMO DA ESTRUTURA	82
AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS.....	84
PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DE VALORES	84
PROCEDIMENTO DE OFERTA E DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO.....	85
CONDIÇÕES DA CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	88
VERIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	90
INEXISTÊNCIA DE COBRIGAÇÃO	90
PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS.....	90
OPÇÕES DE COMPRA DOS DIREITOS DE CRÉDITO PELO CEDENTE.....	91
CONDIÇÕES RESOLUTIVAS DA CESSÃO	92
EVENTOS DE RESILIÇÃO CONTRATUAL	93
EVENTOS DE AVALIAÇÃO	94
EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	96
RAZÃO DE GARANTIA E EXCESSO DE COBERTURA	99
RAZÃO DE GARANTIA	99

EXCESSO DE COBERTURA	99
ÍNDICE DE LIQUIDEZ	100
REENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA E AO ÍNDICE DE LIQUIDEZ	100
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	101
ORDEN DE APLICAÇÃO DE RECURSOS	101
NOVOS CONSIGNANTES	102
RECLASSIFICAÇÃO	103
CONSIGNANTES RESTRITOS	103
CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS DO FUNDO	106
FORMA E ESPÉCIE.....	106
CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS SENIORES	106
CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE.....	108
QUOTAS SUBORDINADAS.....	108
AMORTIZAÇÃO E RESGATE.....	109
PAGAMENTO AOS QUOTISTAS.....	109
RESERVA DE LIQUIDEZ	110
NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	112
ORDEN DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS.....	112
ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS	114
FATORES DE RISCO	115
RISCO DE MERCADO	115
RISCO DE CRÉDITO.....	116
RISCO DE LIQUIDEZ.....	118
RISCO OPERACIONAL.....	119
OUTROS RISCOS	121
UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS	126
TAXAS E ENCARGOS DO FUNDO	127
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	127
OUTROS ENCARGOS DO FUNDO	127
DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO	128
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO	128
TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS.....	128
EXCEÇÕES E OUTRAS INCIDÊNCIAS	130

OUTRAS INCIDÊNCIAS.....	131
INFORMAÇÃO SOBRE BANCO BVA S.A. (ORIGINADOR).....	132
INTRODUÇÃO	132
ESTRUTURA DE CAPITAL E CONTROLADORES	132
ESTRUTURA SOCIETÁRIA	133
ADMINISTRAÇÃO	133
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DIRETORES DO CEDENTE ..	134
ACORDO DE ACIONISTAS	136
ESTRATÉGIA.....	136
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CEDENTE	136
INADIMPLÊNCIA	138
TESOURARIA	138
COLABORADORES E POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS	138
INVESTIMENTOS RELEVANTES.....	139
OPERAÇÕES COM CRÉDITO CONSIGNADO	140
FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS	140
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS	140
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA FIDEJUSSÓRIA	140
CONTRATOS DE CESSÃO DE CRÉDITOS	141
SISTEMA DE BACK-UP	141
AMBIENTE REGULATÓRIO	142
ASPECTOS CÍVEIS.....	142
ASPECTOS FISCAIS	144
ASPECTOS TRABALHISTAS – AÇÕES JUDICIAIS	144
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO CEDENTE	144
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS E ÍNDICES FINANCEIROS.....	126
INFORMAÇÕES SOBRE OS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO	147
COORDENADOR.....	147
ADMINISTRADORA	147
GESTOR	149
CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO.....	149
FIEL DEPOSITÁRIO	151
AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	152
AUDITORIA.....	153

ANEXOS

Anexo	Documento	Página
Anexo I	Relatório de Revisão Especial da KPMG Auditores Independentes	156
Anexo II	Súmula da Agência Classificadora de Risco	192
Anexo III	Regulamento	200
Anexo IV	Suplemento do Regulamento relativo à Emissão de Quotas Seniores.	300
Anexo V	Banco BVA S. A. e suas Controladas - Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2004 e 2005	302
Anexo VI	Banco BVA S. A. e suas Controladas - Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2005 e 2006	327
Anexo VII	Banco BVA S. A. e suas Controladas - Informações Trimestrais dos períodos findos em 30 de setembro de 2006 e 2007	356
Anexo VIII	Quadro Explicativo de Convênios	398
Anexo IX	Quadro Explicativo de Concentração de Consignantes	408

GLOSSÁRIO

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Prospecto, no singular ou no plural, têm o significado a eles atribuídos nesta seção.

Administradora	é a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo – 4o andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00.
Agência de Classificação de Risco	é a Austin Rating Serviços Financeiros, agência classificadora de risco com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães, nº 110, conjunto 73, CEP 04542-000, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 05.803.488/0001-09, ou sua sucessora a qualquer título.
Agente de Cobrança	é o Banco BVA S.A., instituição financeira com sede na Av. Almirante Barroso, nº 52, 19º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ nº 32.254.138/0001-03, ou seu sucessor a qualquer título.
Agente Escriturador	é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo – 4o andar, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ou seu sucessor a qualquer título.
Amortização Programada	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva série.
Aposentados e Pensionistas	são os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão da Previdência Social do INSS e os aposentados e pensionistas Cíveis e Militares dos Institutos de Previdência Estaduais e Municipais.
Assembléia Geral	é a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do <u>Capítulo XXII</u> do Regulamento.
Ativos Financeiros	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido.
Auditor Independente	é a KPMG Auditores Independentes, sociedade de auditoria independente com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Renato Paes de Barros, nº 33, CEP 04530-904, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 057.755.217/0001-29, ou sua

	sucessora a qualquer título.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Anexo	anexos do Regulamento, cujos termos são parte integrante e complementar daquele instrumento, para todos os fins e efeitos de direito.
Arquivo Magnético	é o arquivo eletrônico ou físico contendo as características dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, que o Cedente colocará a disposição do Custodiante, por conta e ordem do Fundo.
Autorização para Desconto em Folha de Pagamento	é o documento assinado em conjunto com a Cédula de Crédito Bancário que autoriza o desconto em folha de pagamento dos Mutuários.
Averbação Eletrônica	é o procedimento por meio do qual o Cedente acessa via internet o site da Entidade ou órgão público e comprova se o funcionário público mutuário possui margem disponível para contrair o financiamento. Ato contínuo, essa margem é reservada pelo Cedente a favor da operação de mútuo requerida pelo funcionário público.
BACEN	Banco Central do Brasil.
Base de Dados do Fundo	é a base de dados, atualizada diariamente pelo Custodiante, contendo certas informações relativas aos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo.
BVA	Banco BVA S.A.
Capítulo	cada um dos capítulos do Regulamento.
CBLC	é a Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia.
Cedente	o Banco BVA S.A., instituição financeira com sede na Av. Almirante Barroso, nº 52, 19º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, devidamente inscrito no CNPJ nº 32.254.138/0001-03, o qual, de tempos em tempos, cede os Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.
Cédulas de Crédito Bancário	são as cédulas de crédito bancário emitidas pelos Mutuários em favor do Cedente, por meio das quais são formalizados os termos e as condições do empréstimo, e o Consignante é autorizado a promover os descontos nos proventos pagos aos Mutuários.
Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas	são as Cédulas de Crédito Bancário cujos Direitos de Crédito tenham sido integralmente provisionadas pelo Fundo, nos termos da

	Resolução nº. 2.682 de 22 de dezembro de 1.999, do Conselho Monetário Nacional e suas alterações posteriores.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários.
Circulação	é o número de Quotas devidamente subscritas e integralizadas, nos termos do Regulamento, e não integralmente amortizadas, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento, sendo que, após a última amortização de Quotas, estas não mais serão consideradas em Circulação.
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código Civil	Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
Condições Resolutivas da Cessão	são as hipóteses previstas no Contrato de Cessão que resultam na resolução da cessão de todos os Direitos de Crédito referentes a cada Cédula de Crédito Bancário, inclusive na hipótese de a respectiva cessão ter sido realizada em contrapartida à subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, operada de pleno direito.
Consignante	é o órgão ou Entidade da administração federal, estadual e municipal direta, autárquica ou fundacional que procede a descontos relativos às consignações compulsória e facultativa na ficha financeira do servidor, aposentado ou pensionista, em favor de consignatário, conforme listados nos <u>Anexos IV</u> e <u>V</u> do Regulamento.
Consignantes Verificáveis	são todos os Consignantes listados no Anexo VI do Contrato de Cessão, cuja averbação é realizada por meio eletrônico.
Consignantes Restritos	São os Consignantes que, em 6 (seis) Datas de Verificação consecutivas, apresentem DCV de Reclassificação, DCV30 de Reclassificação, DCV120 de Reclassificação ou DCV180 de Reclassificação superior a 15% (quinze por cento), a 10% (dez por cento), a 7% (sete por cento) e a 5% (cinco por cento), respectivamente.
Conta Centralizadora	é a conta corrente de titularidade do Cedente que centralizará os recursos das Contas Correntes de Coleta.
Conta Corrente do Cedente	é a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Cedente junto ao Banco Bradesco S.A., que será utilizada para os pagamentos devidos ao Cedente, conforme definido no Contrato de Cessão;
Conta Corrente de Coleta	contas correntes em nome do Cedente mantidas no Custodiante,

	conforme definido no Convênio de Cobrança, nas quais serão creditadas as verbas referentes aos Direitos de Crédito Consignados pelas respectivas Entidades.
Conta Corrente do Fundo	é a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo junto ao Banco Bradesco S.A., que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para (i) depósito das verbas de titularidade do Fundo, decorrentes do pagamento de quaisquer ativos de propriedade do Fundo e da integralização de Quotas e (ii) pagamento das obrigações do Fundo, conforme disposto no Contrato de Cessão.
Contas Vinculadas	são as contas de recebimento mantidas no Depositário Qualificado, as quais só podem ser movimentadas por este último, exclusivamente na forma estabelecida no Convênio de Cobrança.
Contrato de Cessão	é o “ <i>Instrumento Particular de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças</i> ” celebrado entre o Fundo, o Cedente, e o Custodiante e seus Termos de Cessão.
Contrato de Cobrança	é o “ <i>Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança</i> ”, a ser celebrado entre o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, e o Cedente.
Contrato de Custódia	é o “ <i>Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros e Controladoria para Fundos de Investimento em Direitos de Crédito</i> ”, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo.
Contrato de Escrituração	é o “ <i>Contrato de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos</i> ”, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo.
Contrato de Gestão	é o “ <i>Contrato de Prestação de Serviço de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</i> ” firmado pelo Fundo com o Gestor, ou seu sucessor a qualquer título.
Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas	é o “ <i>Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas</i> ”, celebrado entre a Administradora e o Cedente.
Contrato de Custódia Física	em conjunto, o “ <i>Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Física de Documentos</i> ”, a ser celebrado entre o Custodiante e o Cedente.
Convênio de Cobrança	é o “ <i>Convênio de Cobrança e Outras Avenças</i> ”, por meio do qual o Cedente contratou o Banco Bradesco S.A. para atuar como prestador

	de serviço de depositário qualificado, com a obrigação de reter e transferir ao Cedente e ao Fundo os valores creditados nas Contas Vinculadas, por conta e ordem do Cedente.
Convênios	São acordos firmados pelo Cedente com entidades da administração federal, estadual, do Distrito Federal e municipal direta, autárquica ou fundacional, conforme listados no <u>Anexo VI</u> do Contrato de Cessão, para que a totalidade das parcelas dos empréstimos devidos por cada Mutuário seja consignada diretamente nos proventos dos Mutuários, junto ao respectivo Consignante, em benefício do Cedente ou do Fundo, conforme o caso.
Coordenador	Banco BVA S.A., ou seu sucessor a qualquer título.
CPF/MF	Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.
Critérios de Elegibilidade	critérios para aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, estabelecidos no artigo 13 do Regulamento.
Custodiante	Banco Bradesco S.A., ou seu sucessor a qualquer título.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Aceitação da Oferta	é a data em que o Custodiante enviará ao Cedente e ao Administrador, por meio eletrônico, a partir das 15:00 horas da Data da Oferta, relatório sintético contendo a relação dos Direitos de Crédito Elegíveis que pretende adquirir, individualmente identificados, contemplando (i) as informações referentes aos Direitos de Crédito e (ii) o respectivo Preço de Aquisição, calculado na forma do <u>Anexo V</u> do Contrato de Cessão, configurando o aceite pelo Custodiante da oferta de Direitos de Crédito realizada pelo Cedente.
Datas de Amortização	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembléia Geral, conforme o caso.
Data da Cessão	É a data em que o Cedente envia ao Custodiante, com cópia para a Administradora, Termo de Cessão preparado na forma do <u>Anexo II</u> do Contrato de Cessão, devidamente assinado pelas suas Pessoas Autorizadas, após a identificação dos Direitos de Crédito Elegíveis que serão adquiridos pelo Fundo. Essa também é a data em que a Administradora efetua o pagamento pela aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis.
Data de Emissão	é a data de emissão de Quotas Seniores de cada série.
Data da Oferta	é a data em que o Arquivo Magnético foi considerado efetivamente entregue ao Fundo e recebido pelo Custodiante, caracterizando a

	oferta de cessão dos Direitos de Crédito pelo Cedente ao Fundo.
Data da 1ª Subscrição de Quotas	é a data da 1ª subscrição de Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo.
Data de Resgate	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, conforme indicada no Suplemento da respectiva série.
Data de Verificação	é o último dia útil de cada mês calendário.
DATAPREV	é a Empresa de Tecnologia da Informação da Previdência Social.
DCV	é a fração apurada pelo Custodiante, em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes às Cédula de Crédito Bancário integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo inferior a 30 dias, excluindo-se do DCV os Direitos de Crédito referentes às Cédula de Crédito Bancário integrantes do DCV30, DCV120 e DCV180, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito relativas às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo. Quando do cálculo deste índice não deverão ser considerados os Direitos de Crédito vinculados aos Consignantes do Estado do Rio de Janeiro.
DCV30	é a fração apurada pelo Custodiante, em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da carteira do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias e, se for o caso, Direitos de Crédito a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito integrantes da base de dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito relativos às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo. Quando do cálculo deste índice não deverão ser considerados os Direitos de Crédito vinculados aos Consignantes do Estado do Rio de Janeiro.
DCV120	é a fração apurada pelo Custodiante, em cada Data de Verificação,

	<p>cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias e inferior a 180 (cento e oitenta) dias e, se for o caso, Direitos de Crédito a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito relativos às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo.</p>
DCV180	<p>é a fração apurada pelo Custodiante, em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da Base de Dados do Fundo desde a primeira aquisição, que contenham, na respectiva Data de Verificação, ou tenham contido a qualquer tempo Direito de Crédito com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias e, se for o caso, Direitos de Crédito a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal de todos os Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira aquisição, incluindo aqueles que tenham sido cedidos pelo Fundo para qualquer terceiro.</p>
DCV de Reclassificação	<p>é a fração apurada pelo Custodiante, em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da Base de Dados do Fundo, relativos a <u>cada</u> Consignante ou Consignante Restrito, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo inferior a 30 (trinta) dias, excluindo-se do DCV de Reclassificação os Direitos de Crédito referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes do respectivo DCV30 de Reclassificação, DCV120 de Reclassificação e DCV180 de Reclassificação, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, relativos a <u>cada</u> Consignante ou Consignante Restrito, respectivamente, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito relativos às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo. Quando do cálculo deste índice não deverão ser considerados os Direitos de Crédito vinculados aos Consignantes do Estado do Rio de Janeiro.</p>
DCV30 de Reclassificação	<p>é a fração apurada pelo Custodiante, em cada Data de Verificação,</p>

	<p>cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da Base de Dados do Fundo, relativos a cada Consignante ou Consignante Restrito, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias e, se for o caso, Direitos de Crédito a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, relativos a cada Consignante ou Consignante Restrito, respectivamente, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito relativos às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo. Quando do cálculo deste índice não deverão ser considerados os Direitos de Crédito vinculados aos Consignantes do Estado do Rio de Janeiro.</p>
DCV120 de Reclassificação	<p>é a fração apurada pelo Custodiante, em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da Base de Dados do Fundo, relativos a <u>cada</u> Consignante ou Consignante Restrito, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias e inferior a 180 (cento e oitenta) dias e, se for o caso, Direitos de Crédito a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, relativos a cada Consignante ou Consignante Restrito, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito relativos às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo.</p>
DCV180 de Reclassificação	<p>é a fração apurada pelo Custodiante, em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da Base de Dados do Fundo, relativos a <u>cada</u> Consignante ou Consignante Restrito, que contenham, na respectiva Data de Verificação, ou tenham contido a qualquer tempo qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias e, se for o caso, Direitos de Crédito a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal de todos os Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira aquisição, incluindo aqueles que tenham sido cedidos pelo Fundo para qualquer terceiro, relativos a <u>cada</u> Consignante ou Consignante Restrito respectivamente.</p>

Depositário Qualificado	Banco Bradesco S.A., ou seu sucessor a qualquer título.
Dias Úteis	Significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na sede social da Administradora; e (ii) feriados de âmbito nacional.
Direitos de Crédito	são todos os direitos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, oriundos de Cédulas de Crédito Bancário celebrados pelo Cedente com Mutuários, observado o disposto no Regulamento, sendo que cada parcela devida pelo Mutuário no âmbito da respectiva Cédula de Crédito Bancário será considerada, individualmente, um Direito de Crédito.
Direitos de Crédito Elegíveis	Significa os Direitos de Crédito que satisfaçam cumulativamente, na Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade definidos no artigo 13 do Regulamento.
Diretor Designado	é o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a relativas ao Fundo.
Distribuição	cada distribuição de Quotas do Fundo, sendo cada distribuição sujeita aos procedimentos de protocolo definidos na Instrução CVM.
Documentos Comprobatórios	todos os instrumentos representativos dos Direitos de Crédito e seus respectivos anexos, seguros, garantias, e outros documentos que os lastrearem, nos termos do Contrato de Depósito.
Documentos da Consignação	é a lei, decreto, portaria, convênio ou outro instrumento que autoriza a consignação em folha de pagamento.
Documentos da Operação	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contrato de Cessão e seus Termos de Cessão, Regulamento e seus Suplementos, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Gestão, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Cobrança e Depósito, Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas, Convênio de Cobrança e Outras Avenças.
Empresa de Auditoria	KPMG Auditores Independentes.
Entidade	qualquer Pessoa de direito público federal, estadual ou municipal, entidade aberta de previdência complementar e/ou sociedade seguradora que tenha celebrado Convênio com o Cedente ou, conforme o caso, cuja contratação de operações de financiamento

	com os Mutuários vinculados e/ou associados à respectiva Entidade tenha sido expressamente aprovada na forma da legislação aplicável, devidamente perfilada na Lista de Consignantes.
Encargos do Fundo	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 59 do Regulamento.
Eventos de Avaliação	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 55 do Regulamento.
Eventos de Liquidação	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 57 do Regulamento.
Eventos de Resilição Contratual	têm o significado que lhes é atribuído na Cláusula 8.2. do Contrato de Cessão.
Excesso de Cobertura	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 54 do Regulamento.
Forças Armadas	são os entes públicos que representam os ramos especializados das forças armadas, que englobam a Marinha, o Exército e a Aeronáutica (ou Força Aérea), ou seja, é o conjunto das forças militares da União.
Fundo	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º do Regulamento.
Gestor	BER Capital S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Pedroso Alvarenga 1221 - 1º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.528.420/0001-04, ou seu sucessor a qualquer título.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Índice de Liquidação Antecipada das Cédulas de Crédito Bancário	é o valor apurado pelo Custodiante em cada Data de Verificação. O Índice de Liquidação Antecipada das Cédulas de Crédito Bancário será equivalente ao somatório dos recursos pagos pelos Mutuários a título de Pré-Pagamento dos Direitos de Crédito, em determinado mês, dividido pelo saldo da carteira de Direitos de Crédito calculado em relação ao mês calendário imediatamente anterior à data de apuração do Índice de Liquidação Antecipada das Cédulas de Crédito Bancário.
Índice de Liquidez	valor apurado diariamente pelo Custodiante, mediante a aplicação de expressão prevista no Artigo 53, Parágrafo 2º do Regulamento.
Instituições Autorizadas	Instituições financeiras de primeira linha, com classificação de risco (<i>rating</i>) igual ou superior a BrAA-, emitida pela Standard & Poor's, ou classificação de risco (<i>rating</i>) equivalente, emitida pela Moody's ou pela Fitch.

INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social.
Instrução CVM 356	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada de tempos em tempos.
Instrução CVM 409	Instrução da CVM nº. 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada de tempos em tempos.
Instrução do INSS	Instrução Normativa INSS/DC nº 121, de 01 de julho de 2005, e suas alterações posteriores.
Investidores Qualificados	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios.
Lei nº. 10.820/03	Lei nº. 10.820, de 17 de dezembro de 2003.
Lista de Consignantes	é a lista de consignantes constante do <u>Anexo VI</u> do Contrato de Cessão.
Meta de Rentabilidade Prioritária	é a meta de remuneração de cada série de Quotas Seniores estabelecida no respectivo Suplemento, de acordo com o Regulamento.
Mutuário	são servidores públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, autarquias e fundações públicas, listadas no <u>Anexo VI</u> do Contrato de Cessão, e Aposentados e Pensionistas que venham a contrair empréstimo junto ao Cedente.
Novos Consignantes	tem significado que lhe é atribuído no Parágrafo 2º do Artigo 8º do Regulamento.
Obrigações do Fundo	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;
Oferta	é a oferta de Quotas do Fundo.
Partes Relacionadas	são (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa.
Pessoas Autorizadas	é qualquer pessoa que tenha sido expressamente autorizada a atuar, passar ordens, instruções e contratar em nome do mandante, podendo, inclusive, firmar os Termos de Cessão.

Patrimônio Líquido	Significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas no <u>Capítulo XXI</u> do Regulamento.
Periódico	é o jornal “Valor Econômico”, edição nacional.
Política de Cobrança	é a política de cobrança adotada pelo Agente de Cobrança em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito.
Política de Concessão de Crédito	tem o significado que lhe é atribuído no Capítulo VI do Regulamento.
Política de Investimento	tem o significado que lhe é atribuído no Capítulo IV do Regulamento.
Potencial de Aquisição	é o montante que o Fundo tenha disponível para aquisição dos Direitos de Crédito.
Prazo de Colocação	é o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para colocação das Quotas Seniores contados da data do registro da respectiva Oferta na CVM.
Preço de Aquisição	é o preço de aquisição de cada Direito de Crédito Elegível pago pelo Fundo ao Cedente, em moeda corrente nacional, conforme indicado em cada Termo de Cessão.
Pré-Pagamento	é o pagamento de parcelas liquidadas integralmente com mais de 30 (trinta) dias de antecedência em relação ao respectivo vencimento, sem que tenha sido celebrado novo contrato com o mesmo Mutuário até 30 (trinta) dias antes ou depois do respectivo pagamento antecipado.
Programa de Securitização	são os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Operação por meio dos quais o Cedente cede Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo, captando recursos para suas atividades.
Prospecto	presente prospecto do Fundo, preparado nos termos da Instrução CVM 356.
Quotas	são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas.
Quotista Dissidente	é o Quotista que delibera a favor da Liquidação Antecipada do Fundo em Assembléia Geral, na hipótese da ocorrência de Evento de Liquidação, quando a decisão assemblear é contra a liquidação do

	Fundo.
Quotas Seniores	são as quotas de classe seniores, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries.
Quotas Seniores em Circulação	é a totalidade das Quotas Seniores emitidas, excetuadas as Quotas Seniores resgatadas.
Quotas Subordinadas	são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições.
Quotistas	são os titulares das Quotas.
Quotista	titular de Quota, em conjunto ou isoladamente.
Razão de Garantia	é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores, observado o disposto no Artigo 52 do Regulamento.
Regulamento	é o regulamento do Fundo.
Relatório de Avaliação	é o relatório sumarizado dos resultados dos procedimentos descritos no Parágrafo Único, do Artigo 29, do Regulamento, elaborado e encaminhado pelo Auditor Independente à Administradora e ao Custodiante.
Reserva de Liquidez	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 5º do Artigo 47 do Regulamento.
Resolução CMN 2.907	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001.
Resolução CMN 2682	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2682, de 22 de dezembro de 1999, conforme alterada.
SELIC	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
Seguradora	é a Mitsui Sumitomo Seguros, conforme pode ser verificado no “ <i>Contrato de Seguro de Vida em Grupo</i> ”, celebrado entre o Cedente e a Seguradora, ou qualquer outra seguradora que venha a ser contratada pelo Cedente, de tempos em tempos.
Seguro de Vida	são os direitos e prerrogativas emergentes dos Seguros de Vida, quando contratados para garantia do pagamento das Cédulas de Crédito Bancário, em caso de morte dos Mutuários, especificamente nos casos em que o Mutuário for Aposentado ou Pensionista, conforme exigido pela regulamentação vigente.

Série	qualquer série de Quotas Seniores emitida pelo Fundo em qualquer Distribuição.
SFN	Sistema Financeiro Nacional.
SFF	Sistema de Fundos Fechados.
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal.
<i>Spread</i>	percentual a ser acrescido à Taxa DI, indicado no Suplemento de cada Série “n”.
STR	Sistema de Transferência de Reservas.
Suplemento	é cada emissão de séries de Quotas Seniores pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do é o Suplemento de cada série, na forma do <u>Anexo III</u> do Regulamento, conforme definido Artigo 34, § 1º do Regulamento.
Taxa de Administração	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 20 do Regulamento.
Taxa de Desconto	taxa de desconto, informada pela Administradora ao Custodiante, por meio dos sistemas eletrônicos colocados a disposição para tanto, utilizada na determinação do Preço de Aquisição, sendo esta não poderá ser inferior a, taxa indicada no Contrato de Cessão.
Taxa DI	<p>Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis.</p> <p>No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores.</p> <p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembléia Geral para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI,</p>

		conforme o caso.
Termo de Adesão ao Regulamento	ao	é o documento por meio do qual o Quotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do <u>Anexo II</u> do Regulamento.
Valor Unitário de Emissão	de	é o valor unitário de emissão das Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, na Data da 1ª Subscrição de Quotas.
Valor Unitário de Referência	de	Significa (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Quotas Seniores da série em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.

**IDENTIFICAÇÃO DO COORDENADOR, DA ADMINISTRADORA, DO GESTOR, AUDITORES
E CONSULTORES LEGAIS**

Coordenador	Administradora
Banco BVA S.A. At. Sr. Luiz Rodolfo Palmeira Vasconcellos Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 2º andar São Paulo - SP Fone (11) 2173-7200 Fax (11) 2173-7211 E-mail rodolfo@bancobva.com.br	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. At. Sr. Fabiano B. Kosaka Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar Osasco – SP Fone (11) 3684-2064 Fax (11) 3684-5645 E-mail bemdtvm@bradesco.com.br
Estruturadora	Gestor e Co-estruturador
Vitória Asset Management S.A At. Sr. Julio Pereira Cardozo Júnior Rua Jerônimo da Veiga, 45, 10º andar São Paulo - SP Fone (11) 3595-3803 Fax (11) 3595-3829 E-mail julio.cardozo@vitoriaasset.com.br	BER Capital S.A. At. Sr. Eduardo Lisboa Rocha Rua Pedroso Alvarenga 1221 - 1º andar São Paulo – SP Fone (11) 3066.2411 Fax (11) 3066.2422 E-mail erocha@bercapital.com
Custodiante	Agência de Rating
Banco Bradesco S.A. At. Sr. Gleyson dos Santos Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar Osasco – SP Fone (11) 3684-2064 Fax (11) 3684-5645 E-mail bradescocustodia@bradesco.com	Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. At. Sr. Décio Baptista Santos Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 110, 7º andar São Paulo - SP Fone (11) 3377-0707 Fax (11) 3377-0739 E-mail decio@austin.com.br
Auditores Independentes	Consultores Legais
KPMG Auditores Independentes At. Sr. Pedro Vitor Zago Rua Dr. Renato Pares de Barros, nº. 33, 17º andar São Paulo – SP Fone (11) 2183-3290 Fax (11) 2183-3001 E-mail pzago@kpmg.com.br	Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados At. Sr. Eduardo Herszkowicz Rua Funchal, 418, 11º andar São Paulo - SP Fone (11) 3089-6500 Fax (11) 3089-6565 E-mail: eduardo@scbf.com.br

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR DA OFERTA

O Banco BVA S.A., na pessoa de seu diretor, o Sr. **LUIZ RODOLFO PALMEIRA VASCONCELLOS**, declara, na condição de Coordenador da Oferta, que (i) o presente Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Quotas do Fundo; e (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pelo Fundo neste Prospecto, bem como as fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, e que venham a integrar o presente Prospecto, sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, nos termos do Artigo 56 da Instrução n.º 400 da Comissão de Valores Mobiliários.

VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

O Cedente declara que as informações contidas neste Prospecto, referentes às suas atividades e situação econômico-financeira, são verdadeiras, consistentes, corretas, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, nos termos do Artigo 56 da Instrução n.º 400 da Comissão de Valores Mobiliários.

O registro não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.

DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES

RELAÇÃO ENTRE O CEDENTE E O COORDENADOR, A ADMINISTRADORA E O CUSTODIANTE

O Banco BVA S.A., pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, incluindo a Administradora e o Custodiante. Ainda, o Custodiante presta serviço de custódia a outro fundo de investimento em direitos creditórios patrocinado pelo Cedente.

Vide Capítulo Sete do Regulamento e Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

RELAÇÃO ENTRE A ADMINISTRADORA E O CUSTODIANTE

A Administradora e o Custodiante são instituições integrantes do mesmo grupo econômico.

Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, a Administradora e o Custodiante mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança na gestão de recursos de seus clientes.

RELAÇÃO ENTRE A ADMINISTRADORA E O GESTOR

No curso normal de seus negócios, o Gestor foi contratado para realizar a gestão de investimento de outro fundo de investimento administrado pela Administradora, o Fundo De Investimento em Direitos Creditórios Consignados JPMorgan I.

RELAÇÃO ENTRE O CEDENTE E A ESTRUTURADORA

O BVA e a Estruturadora são instituições integrantes do mesmo grupo econômico.

Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, a Estruturadora e o BVA mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança na condução de suas atividades.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses entre o Cedente, a Administradora, o Gestor e o Custodiante, que são as instituições envolvidas nos processos de originação, administração, gestão e distribuição do Fundo.

A Administradora declara-se independente para a realização das atividades inerentes às suas funções, mesmo quando realizar operações nas quais atue na condição de contraparte do Fundo ou operações envolvendo títulos de emissão/titularidade da Administradora ou de suas Partes Relacionadas. Isto posto, apesar do Custodiante ser sociedade coligada, a Administradora declara que não se encontra em conflito de interesses no exercício de suas funções com o Custodiante.

Adicionalmente, também não existe conflito de interesse entre as atividades de gestão e seleção a serem desempenhadas pelo Gestor.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA OFERTA

Este sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção “FATORES DE RISCO”, bem como o Regulamento do Fundo, constante do Anexo III a este Prospecto.

Emissor	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Consignados Portfolio I.
Cedente	Banco BVA S.A.
Classe de Quotas	<p>2 classes, sendo:</p> <p>1 classe de Quotas Seniores, as quais poderão ser divididas em Séries, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições; e</p> <p>1 classe de Quotas Subordinadas.</p>
Direito Creditórios	Diretos Creditórios adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, oriundos de Cédulas de Crédito Bancário emitidas pelos Mutuários ao Cedente, observado o disposto no Regulamento, sendo que cada parcela devida pelo Mutuário no âmbito da respectiva Cédula de Crédito Bancário será considerada, individualmente, um Direito de Crédito.
Índice de Inadimplemento dos Direitos de Crédito	<p>De acordo com a Classificação da Austin Rating, que pode ser verificada no Anexo II deste Prospecto, foi atribuído às Quotas Seniores do Fundo o <i>rating</i> "AAA". Assim, as Quotas Seniores do Fundo encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira.</p> <p>A classificação no nível de risco irrisório decorre, dentre outros fatores, do adequado nível de subordinação, sendo que, de acordo com o regulamento do Fundo pelo menos 20 % do seu patrimônio líquido deverá corresponder a Quotas Subordinadas. Por outra parte, a nota considera a existência de spread excedente na operação, que se dá por conta das taxas que remuneram os Direitos de Crédito a serem adquiridos, superiores à proposta para</p>

as Quotas Seniores do Fundo, o que poderá significar valorização maior das cotas subordinadas durante a vigência do Fundo (esta classe de cotas absorve o spread excedente), se constituindo como uma proteção adicional às Quotas Seniores com relação aos efeitos de inadimplência. Da mesma forma, a classificação reflete positivamente a estrutura de amortização programada das cotas seniores, com a presença de reserva de liquidez de forma que, 30 dias antes da data da amortização o valor estimado do resgate já estará composto, fator que afasta o risco de liquidez.

Administradora	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Coordenador	Banco BVA S.A.
Custodiante	Banco Bradesco S.A.
Empresa de Auditoria	KPMG Auditores Independentes.
Agência Classificadora de Risco	Austing Rating Serviços Financeiros Ltda.
Quantidade de Quotas Seniores da 1ª Série	100.000 (cem mil) Quotas Seniores.
Montante da Oferta	R\$ 100.000.000,00 (cem milhões).
Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores	R\$1.000,00 na 1ª Data de Emissão da respectiva Série.
Valor Mínimo de Investimento	R\$ 100.000,00 (cem mil).
Data de Emissão	data de Emissão de Quotas Seniores de cada Série.
Amortizações Programadas	Amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva Série;
Período de Carência da 1ª Série	Não há período de carência para o pagamento das Amortizações Programadas pelo Fundo.
Rentabilidade Prioritária	113% (cento e treze por cento) da Taxa DI.
Classificação de Risco das Quotas Seniores	“AAA”

Prazo de Distribuição das Quotas Seniores	O prazo máximo de Distribuição é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cada série.
Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores da 1ª Série	O Coordenador realizará a distribuição pública das Quotas Seniores em mercado de balcão organizado, por meio da CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação. A Oferta será conduzida pelo Coordenador, sob o regime de melhores esforços.
Negociação	As Quotas Seniores serão registradas para negociação na CETIP, de acordo com a legislação vigente, observado que (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas, e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.
Forma de Subscrição e Integralização	e No ato de subscrição das Quotas Seniores, o subscritor (i) assinará termo de adesão; (ii) assinará o boletim de subscrição, que também será assinado pela Administradora; e (iii) se comprometerá a integralizar as Quotas Seniores subscritas conforme o previsto no Suplemento de Distribuição das Quotas Seniores da 1ª Série, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento.
Aplicação dos Recursos pelo Fundo	Os recursos provenientes da emissão das Quotas Seniores serão utilizados, pelo Fundo, na aquisição dos Diretos Creditórios e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.
Público Alvo	Investidores Qualificados, inclusive fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” ou “Multimercado”, nos termos dos §§ 5º e 6º do artigo 112 da Instrução CVM 409, que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo.
Publicações	As publicações a cargo do Fundo, inclusive o anúncio das datas de início e término da Oferta bem como qualquer outro anúncio relacionado a ela, serão realizadas no jornal “Valor Econômico”, edição nacional.

**Alteração das Circunstâncias,
Revogação e Modificação da
Oferta**

Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de Distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta.

Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início da Oferta e o investidor, no momento de aceitação à Oferta, declarará que está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de revogação da Oferta ou desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelo investidor serão devolvidos, sem juros nem correção monetária e sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos à incidência da CPMF.

Distribuição Parcial

mínimo de 5.000 (cinco mil) Quotas

Maiores Informações

Para maiores informações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, às sedes da Administradora, do Gestor ou do Coordenador da Oferta, ou seus respectivos sites na Internet, nos endereços indicados abaixo

Coordenador

Banco BVA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 2º andar

São Paulo - SP

Telefone (11) 2173-7200

Fac-símile (11) 2173-7211

www.bancobva.com.br

Endereço eletrônico do Prospecto: www.bancobva.com.br
no link “Relações com Investidores”.

Administradora

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar

Osasco – SP

Telefone (11) 3684-2064

Fac-símile (11) 3684-5645

www.bradescocustodia.com.br

Endereço eletrônico do Prospecto:
www.bradescocustodia.com.br. no link Informações aos
Cotistas/ Selecione o Documento/Prospecto

Gestor

BER Capital S.A.

Rua Pedroso Alvarenga 1221 - 1º andar, Itaim Bibi

São Paulo – SP

Telefone (11) 3066.2411

Fac-símile (11) 3066.2422

www.bercapital.com

Endereço eletrônico do Prospecto:
<http://www.knowsis.com.br/ber/portal/>

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, nº. 111

Rio de Janeiro, RJ

ou

Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares

São Paulo - SP

www.cvm.gov.br

Exemplares impressos do Prospecto estão disponíveis para retirada, pelos interessados, no endereço da Administradora acima indicado.

O Prospecto está disponível para consulta e reprodução, nas páginas da rede mundial de computadores do Coordenador, da Administradora, do Gestor e da CVM.

SUMÁRIO

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. Possíveis adquirentes das Quotas devem ler cuidadosamente este Prospecto e o Regulamento, com especial atenção às disposições relativas ao objeto e às políticas de investimento do Fundo, procedimentos e prazos de amortização e resgate de Quotas, bem como a descrição dos fatores de risco a que este encontra-se exposto.

Este sumário foi elaborado com base nas informações constantes do presente Prospecto.

O FUNDO

O Fundo foi constituído em 08 de novembro de 2007, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado.

O Regulamento foi registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Osasco sob o nº. 215534, em 08 de novembro de 2007, tendo sido alterado em 28 de novembro de 2007 e 25 de janeiro de 2008, sob os nos. 216.096 e 217.129, respectivamente. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, da Instrução CVM 356 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os documentos referidos no § 1º do artigo 8º da Instrução CVM 356 foram protocolados na CVM em 03 de novembro de 2007.

O Fundo iniciará suas atividades após a realização da Oferta, observado, no entanto, que o início das atividades do Fundo está condicionado à subscrição e integralização da quantidade mínima de 5.000 (cinco mil) Quotas Seniores da 1ª Série.

Cada série de Quotas Seniores emitidas pelo Fundo terá duração pelo prazo indicado em seu Suplemento, observado que as Quotas Seniores relativas a cada série serão integralmente amortizadas e/ou resgatadas até o término do Fundo ou até que sua liquidação seja deliberada pela Assembléia Geral.

A cessão de Direitos de Crédito ao Fundo será realizada sem co-obrigação ou direito de regresso contra o Cedente ou qualquer outra Parte Relacionada. O Cedente e suas Partes Relacionadas não respondem pelo pagamento dos Direitos de Crédito cedidos, nem pela solvência dos Mutuários, seja em caráter solidário ou subsidiário, nem tampouco pela liquidação de suas obrigações pecuniárias nos termos das respectivas Cédulas de Crédito Bancário, sendo o Cedente apenas responsável pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, do Regulamento e das demais disposições aplicáveis.

A Administradora, o Custodiante, o Coordenador, suas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Mutuários, pelo pagamento dos Direitos de Crédito cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.

As Quotas Seniores somente poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional.

Vide Seção “Procedimento de Oferta de Direitos de Crédito e de Formalização da Cessão”, com referência aos procedimentos de constituição dos Direitos de Crédito e de sua cessão ao Fundo.

PÚBLICO ALVO

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, exclusivamente pessoas físicas ou jurídicas que sejam classificadas como Investidores Qualificados, inclusive fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” ou “Multimercado”, nos termos dos §§ 5º e 6º do artigo 112 da Instrução CVM 409, que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo.

INFORMAÇÕES SOBRE OS MUTUÁRIOS (SACADOS)

Com a finalidade de atender ao Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimento e a Deliberação nº. 11 do Conselho de Auto-Regulação de Fundos de Investimento da ANBD, informamos que os direitos de crédito adquiridos pelo Fundo são decorrentes de empréstimos concedidos pelo Banco BVA S.A. (o “Originador”) a servidores públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, autarquias da administração direta e fundações públicas, bem como aposentados e pensionistas do INSS (os “Sacados”), que tenham autorizado a consignação em folha de pagamento diretamente dos seus salários ou outros proventos de qualquer natureza.

Estes empréstimos são concedidos em virtude de convênios firmados pelo Cedente com os governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, autarquias da administração direta e fundações públicas, amparados por Decreto Autorizativo ou simples credenciamento, conforme listados no Anexo VII ao Contrato de Cessão.

Adicionalmente, as informações contidas no Anexo IX deste Prospecto consolidam a concentração dos Consignantes.

Vide Anexo IX “Quadro Explicativo da Concentração dos Consignantes” deste Prospecto.

ÍNDICE DE INADIMPLEMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

De acordo com a Classificação da Austin Rating, que pode ser verificada no Anexo II deste Prospecto, foi atribuído às Quotas Seniores Fundo o *rating* “AAA”. Assim, as Quotas Seniores do Fundo encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira.

A classificação no nível de risco irrisório decorre, dentre outros fatores, do adequado nível de subordinação, sendo que, de acordo com o regulamento do Fundo pelo menos 20 % do seu patrimônio líquido deverá corresponder a Quotas Subordinadas. Por outra parte, a nota considera a existência de spread excedente na operação, que se dá por conta das taxas que remuneram os Direitos de Crédito a serem adquiridos, superiores à proposta para as Quotas Seniores do Fundo, o que poderá significar valorização maior das cotas subordinadas durante a vigência do Fundo (esta classe de cotas absorve o spread excedente), se constituindo como uma proteção adicional às Quotas Seniores com relação aos efeitos de inadimplência. Da mesma forma, a classificação reflete positivamente a estrutura de amortização programada das cotas seniores, com a presença de reserva de liquidez de forma que, 30 dias antes da data da amortização o valor estimado do resgate já estará composto, fator que afasta o risco de liquidez.

VALOR MÍNIMO DE APLICAÇÃO

Para que seja aceito como Quotista do Fundo, o investidor deverá subscrever, ou se comprometer a subscrever, no mínimo, um valor de Quotas equivalente a R\$100.000,00 (cem mil reais).

FATORES DE RISCO

A aplicação no Fundo apresenta riscos para os Quotistas. Antes de tomar uma decisão de investimento, potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações contidas neste Prospecto e avaliar os fatores de risco aqui descritos que refletem as especificidades do Cedente, dos Mutuários, da estrutura do Fundo e da Oferta. Em decorrência dos riscos inerentes à natureza do investimento no Fundo, poderá ocorrer atraso, por tempo indeterminado, na restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Vide Capítulo Sete do Regulamento e Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O objetivo do Fundo é atuar no sentido de propiciar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, por meio da aplicação de recursos em carteira composta por Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V do Regulamento e, conforme o caso, em Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo, estabelecidos no Regulamento.

Cada Série de Quotas Seniores terá características específicas, inclusive com relação à meta de rentabilidade das Quotas, data de resgate, datas de amortizações programadas, de acordo com as características da emissão, condições do mercado, entre outros fatores.

A rentabilidade alvo das Quotas Seniores do Fundo para as Quotas Seniores da 1ª Série é de 113% (cento e treze por cento) da Taxa DI. Vale frisar que esta taxa não é garantida, sendo que,

representa apenas uma expectativa de rentabilidade.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

As aplicações do Fundo estarão sujeitas aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor (em especial o previsto no Artigo 40, §9º, incisos I e II da Instrução CVM 356), sempre observados os termos e as condições dos Capítulos IV e V do Regulamento.

O Fundo poderá manter ou aplicar seu Patrimônio Líquido de acordo com a tabela a seguir.

Composição da Carteira	Percentual em Relação ao Patrimônio Líquido	
	Mínimo	Máximo
a) Direitos de Crédito Elegíveis	50%	100%
b) moeda corrente nacional	0%	50%
c) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN	0%	50%
d) operações compromissadas que tenham como lastro títulos públicos federais, mencionado na alínea “c” acima, contratadas com Instituições Autorizadas.	0%	50%

A Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos Quotistas o benefício das alíquotas regressivas do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Direitos de Crédito não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

PRÉ-PAGAMENTO, REFINANCIAMENTO E RENEGOCIAÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO

Observados os termos e condições das Cédulas de Crédito Bancário, os Direitos de Créditos integrantes da carteira do Fundo poderão ser objeto de pré-pagamento, refinanciamento ou renegociação.

Para os fins do presente Prospecto, pré-pagamento é o pagamento antes do prazo previamente estabelecido para tanto, total ou parcial, do valor principal da dívida, bem como dos juros devidos até a data de pagamento, em razão do empréstimo concedido no âmbito da Cédula de Crédito Bancário. Refinanciamento ou renegociação é a alteração de determinadas condições do empréstimo, sem que isso gere uma novação do empréstimo, como alteração da taxa de juros e/ou da data de vencimento das parcelas devidas.

Caso os Mutuários tenham interesse em pré-pagar, renegociar ou refinanciar os empréstimos representados pelos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o Cedente, desde que não haja impacto negativo na carteira do Fundo, nos termos do Regulamento, poderá adquirir os Direitos de Crédito relativos a tais Mutuários e, diretamente com estes, ajustar os termos do pré-

pagamento, renegociação ou refinanciamento dos Direitos de Crédito, conforme o caso.

Nesse caso, a aquisição dos Direitos de Crédito ocorrerá mediante simples notificação por escrito à Administradora e ao Gestor, pelo Preço de Aquisição, atualizado pela Taxa de Desconto aplicada na operação de aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo.

Caso a recompra de Direitos e Crédito possa causar qualquer impacto negativo na carteira do Fundo, a Administradora e o Gestor poderão suspender a recompra de Direitos de Crédito pelo Cedente, pelo tempo necessário à regularização do Fundo.

Para mais informações sobre a opção de recompra de Direitos de Crédito pelo Cedente, vide seção “*Opção de Compra dos direitos de Crédito pelo Cedente*”, constante da página 80 deste Prospecto.

A tabela abaixo apresenta informações estatísticas sobre inadimplimentos, perdas ou pré-pagamento dos direitos de crédito integrantes da carteira do Cedente de mesma natureza dos Direitos de Crédito que comporão a carteira do Fundo, relativas a um período compreendido entre os dias 1º de janeiro de 2004 e 29 de fevereiro de 2008, data da realização da auditoria mais recente da carteira do Cedente:

Parcelas (por faixa de atraso)	Índice de Inadimplência	
De 1 a 15 Dias	0,7%	
De 16 a 30 Dias	0,2%	
De 31 a 60 Dias	0,6%	
De 61 a 90 Dias	0,5%	
De 91 a 120 Dias	0,3%	
De 121 a 150 Dias	0,3%	
De 151 a 180 Dias	0,2%	
Acima de 180 Dias	1,5%	
Total:	4,3%	

Fonte: Relatório da KPMG, Anexo I deste Prospecto

Parcelas (por faixa de pré-pagamento)	Índice de Pré-Pagamento
De 1 a 15 Dias	2,9%
De 16 a 30 Dias	1,1%
De 31 a 180 Dias	3,3%
Acima de 180 Dias	8,9%
Total:	16,2%

Fonte: Relatório da KPMG, Anexo I deste Prospecto

Para mais informações sobre a auditoria da carteira de Direitos de Crédito do Cedente, vide relatório constante do Anexo I deste Prospecto.

Adicionalmente, considerando as informações de pré-pagamento apresentadas na tabela acima, e assumindo que esse mesmo perfil se aplique aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, as tabelas abaixo apresentam uma simulação do impacto dessas operações no fluxo de caixa do Fundo:

Simulação de rentabilidade (sem efeito de pré-pagamento)⁽¹⁾		
Patrimônio Líquido do Fundo	100.000,00	
Receita	1.105,27	1,1053%
Custos	86,26	0,0863%
Remuneração Quota Sênior	810,12	1,0127%
Valorização do Patrimônio Líquido	1.019,02	1,0190%
Valorização da Quota Subordinada	122,64	0,6132%
⁽¹⁾ Para simulação do efeito de pré-pagamento de operações nas Quotas Subordinadas do Fundo, foram assumidas as seguintes premissas: (i) Patrimônio Líquido do Fundo: R\$ 100 milhões; (ii) Taxa média de concessão dos empréstimos: 2,26% a.m.; (iii) Taxa média de cessão para o Fundo: CDI+2,8% a.a.; e (iv) Prazo das operações: 48 meses.		

Com o objetivo de retratar o efeito apenas do pré-pagamento dos empréstimos (incluindo refinanciamento), não foi considerado o efeito de inadimplência na simulação. Com base na simulação acima e dentro das premissas assumidas, pode-se concluir que não havendo o efeito de pré-pagamento das operações, a Quota Subordinada teria uma valorização mensal de 0,61% a.m.

Por outro lado, advindo o efeito de pré-pagamento, dentro das premissas assumidas e imaginando que, na média, 16,2% dos contratos são pré-liquidados após o 19º mês da concessão do empréstimo (também valores médios), nota-se o seguinte efeito:

Simulação de rentabilidade (com efeito de pré-pagamento)⁽¹⁾		
Patrimônio Líquido do Fundo	100.000,00	
Receita	(553,85)	-0,5539%
Custos	86,26	0,0863%
Remuneração Quota Sênior	810,12	1,0127%
Valorização do Patrimônio Líquido	(640,11)	-0,6401%
Valorização da Quota Subordinada	(1.536,48)	-7,6824%
⁽¹⁾ Premissas 16,2% da carteira sofre pré-pagamento após 19 meses da concessão do empréstimo		

Finalmente, cabe lembrar, que a fim de minimizar este efeito o Cedente poderá exercer o seu direito de recompra dos ativos, conforme previsto no Regulamento do Fundo.

Ressaltamos também que dentro da porcentagem de contratos pré liquidados acima indicada, cerca de 92,3% dos contratos são refinanciados pelo Cedente, podendo ser eventualmente cedidos para o Fundo.

OUTROS LIMITES

Quanto à aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis, o Fundo deverá atender a determinados critérios de concentração, considerada, *pro-forma*, a cessão pretendida, de acordo com a tabela a seguir.

Limites de Concentração por Ente Consignante	Índices de Concentração	
	Limite por Ente Público	Limite individual por Consignante
Direitos de Crédito Consignados perfilados na Lista de Convênios Federais	no máximo 100% do Patrimônio Líquido	no máximo 30% do Patrimônio Líquido ⁽¹⁾
Direitos de Crédito Consignados provenientes da Lista de Convênios Estaduais e Municipais	no máximo 50% do Patrimônio Líquido	no máximo 20% do Patrimônio Líquido
Direitos de Crédito provenientes do INSS	no máximo 30% do Patrimônio Líquido	Não há
Direitos de Crédito provenientes das Forças Armadas	no mínimo 10% do Patrimônio Líquido	Não há
Direitos de Crédito Consignados vinculados a Convênios identificados como Novos Convênios	no máximo 20% do Patrimônio Líquido	no máximo 2% do Patrimônio Líquido
Direitos de Crédito Consignados vinculados a Convênios integrantes de cada grupo de Entidades identificado na Lista de Convênios Restritos	no máximo 10% do Patrimônio Líquido	no máximo 1% do Patrimônio Líquido

⁽¹⁾ Os 3 (três) maiores Consignantes não poderão ter uma concentração superior a 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

CUSTÓDIA DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DOS ATIVOS FINANCEIROS DE TITULARIDADE DO FUNDO

Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

EMIÇÃO DE QUOTAS

As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de Liquidação Antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização parcial nos termos estabelecidos no Regulamento.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora) e o Termo de Adesão ao Regulamento e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais,

incluindo endereço completo e endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá a cada Quotista informar à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.

AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS SENIORES E DE QUOTAS SUBORDINADAS

Vide Seção “Característica das Quotas” na página 95 deste Prospecto.

COLOCAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE

As Quotas Seniores da 1ª Série serão distribuídas sob o regime de melhores esforços.

No curso do processo de Distribuição das Quotas Seniores da 1ª Série, será adotado, pelo Coordenador, o procedimento diferenciado de Distribuição, observado o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM nº. 400, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, sendo atendidos prioritariamente os clientes do Coordenador, tendo em vista a relação do Coordenador com esses clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica.

As Quotas Seniores da 1ª Série serão integralizadas no prazo máximo de até 180 dias contados da data do protocolo na CVM da documentação referida no Artigo 9º, inciso II da Instrução CVM 356.

Quantidade de Quotas

O Coordenador realizará a Distribuição pública de até 100.000 (cem mil) Quotas Seniores da 1ª Série.

Garantia de Liquidez

O Coordenador não celebrou qualquer contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Quotas, nem será constituído fundo de sustentação.

Vide Seção “Característica das Quotas” deste Prospecto.

CRONOGRAMA ETAPAS DA OFERTA

Evento	Data Estimada*
Publicação do Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores	15/02/2008
Disponibilização do Prospecto	15/02/2008
Início do Período de Aceitação da Oferta	15/02/2008
Liquidação Financeira ¹	15/07/2008
Encerramento da Distribuição ¹	15/07/2008

Publicação do Anúncio de Encerramento da Distribuição ¹	15/07/2008
--	------------

^(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações, sem aviso prévio, a critério da Administradora.

⁽¹⁾ Ocorrerá em até 180 (cento e oitenta) dias à partir do início da distribuição das Quotas do Fundo.

Vide Seções “Modificação da Oferta” e “Critérios de Divulgação de Informações aos Quotistas” indicadas na página 38 e 39, respectivamente, deste Prospecto.

DISTRIBUIÇÃO PARCIAL

Será admitida a distribuição parcial das Quotas Seniores da 1ª Série, sendo que a manutenção da presente oferta está condicionada à subscrição e integralização da quantidade mínima de 5.000 (cinco mil) Quotas Seniores da 1ª Série.

Caso ocorra a distribuição parcial aqui referida, as Quotas Seniores da 1ª Série que não forem efetivamente subscritas e integralizadas durante o Prazo de Distribuição das Quotas Seniores serão canceladas pela Administradora.

Não sendo realizada a distribuição da quantidade mínima de Quotas Seniores da 1ª Série, a Oferta será cancelada pela Administradora, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento da Oferta. Nesse caso, os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da referida comunicação.

Vide Seção “Taxas e Encargos do Fundo” deste Prospecto para verificação do custo de Distribuição das Quotas Seniores da 1ª Série.

MODIFICAÇÃO DA OFERTA

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de Distribuição, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Quotistas. A revogação torna ineficaz a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do anúncio de início da Oferta. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, a Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de revogação da Oferta ou desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelo investidor serão devolvidos, sem juros nem correção monetária e sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos à incidência da CPMF.

CRITÉRIOS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS QUOTISTAS

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, cientificado aos Quotistas nos termos da Instrução CVM 356, caso a publicação de anúncio seja expressamente exigida nos termos da legislação aplicável; (b) de correspondência enviada ao representante do Quotista; ou (c) correio eletrônico nas demais hipóteses de comunicações entre a Administradora e os Quotistas. As publicações referidas acima deverão ser mantidas à disposição dos quotistas na sede da Administradora.

A Administradora deverá proceder à determinação e colocar à disposição dos Quotistas, em base diária, (i) o número de Quotas de propriedade do respectivo investidor; (ii) o valor de cada Quota; (iii) a rentabilidade do Fundo e o comportamento da carteira de Direitos de Crédito, dos ativos financeiros e das demais modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado, com base nos dados relativos ao último dia útil do mês imediatamente anterior.

A Administradora deverá, no prazo de 15 dias contado do término dos períodos encerrados em 31 de dezembro, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro, manter disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, informações sobre o valor do Patrimônio Líquido, sobre o valor das Quotas, sobre a rentabilidade acumulada no respectivo trimestre e no ano civil a que se referirem e os relatórios preparados pela Agência de Classificação de Risco. A divulgação das informações acima referidas poderá ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação.

ESTRUTURADORES DA OFERTA

O COORDENADOR

A Oferta será coordenada pelo Banco BVA S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº. 52, sala 1901 e 1902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 32.254.138/0001-03.

A ADMINISTRADORA

O Fundo será administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.066.670/0001-00.

A Administradora tem por função precípua praticar todos os atos de administração do Fundo nos termos da Instrução CVM 356 e do Regulamento, de modo a manter sua boa ordem legal, operacional e administrativa. Os deveres e as obrigações da Administradora encontram-se definidos no Regulamento.

Vide Capítulo Oitavo do Regulamento - “Administradora” e item “Informações sobre os Prestadores de Serviços” ao final deste Prospecto.

O CUSTODIANTE E CONTROLADOR

O Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado “Cidade de Deus”, s/nº, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 60.746.948/0001-12, é a instituição custodiante do Fundo.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de suas Partes Relacionadas, será responsável pelas seguintes atividades:

- a) verificar se os Direitos de Crédito a serem cedidos pelo Cedente ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Operação que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- c) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos de Crédito, sendo que a metodologia e os resultados obtidos deverão ser colocados à disposição da Administradora e dos órgãos reguladores;

- d) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observados os termos e condições do Regulamento e as instruções passadas pela Administradora;
- e) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo relacionados, diretamente ou por meio de suas Pessoas Autorizadas, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora
 - i) extratos das contas correntes de titularidade do Fundo e comprovantes de pagamento de valores creditados pelo Custodiante, por conta e ordem do Fundo, na Conta Corrente do Cedente;
 - ii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados pelo Cedente ou por suas Pessoas Autorizadas;
 - iii) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros;
 - iv) registros eletrônicos da Base de Dados do Fundo, relatórios preparados nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos nos Documentos da Operação que sejam de sua responsabilidade;
- f) entregar à Administradora, diretamente ou por meio de suas Pessoas Autorizadas contratado para prestação de serviços de custódia física, os documentos referidos nos itens “i” a “iii” da alínea “e” acima, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do envio de solicitação neste sentido;
- g) receber, diretamente ou por meio de suas Pessoas Autorizadas, os valores relativos aos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, transferidos, a qualquer título, pelo Cedente ou por suas Pessoas Autorizadas para a Conta Centralizadora nos termos dos respectivos Documentos da Operação;
- h) receber, diretamente ou por meio de suas Pessoas Autorizadas, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Ativos Financeiros, sendo que todas as verbas recebidas deverão ser exclusivamente creditadas na Conta Corrente do Fundo, sendo expressamente vedado o crédito destes valores em qualquer outra conta corrente;
- i) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos de Crédito, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão;

- j) calcular e informar à Administradora, diariamente, o valor da Razão de Garantia e do Índice de Liquidez ;
- k) calcular e informar à Administradora o valor do DCV, do DCV30, do DCV120 e do DCV180, do Índice de Liquidação Antecipada das Cédulas de Crédito Bancário, em suas respectivas datas de apuração;
- l) calcular e informar à Administradora o valor do DCV de Reclassificação, do DCV30 de Reclassificação, do DCV120 de Reclassificação e do DCV180 de Reclassificação;
- m) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais; e
- n) somente acatar ordens passadas pelo Diretor Designado ou por Pessoas Autorizadas da Administradora, desde que as mesmas estejam de acordo com o previstos no Regulamento.

Responsabilidades

A verificação do lastro dos Direitos de Crédito será realizada pelo Custodiante, ou terceiro por este contratado, sob sua responsabilidade, trimestralmente, sendo que para a primeira verificação a ser realizada, o Custodiante deverá considerar a totalidade dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, enquanto que para as demais verificações serão considerados apenas os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada.

De acordo com os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Artigo 13 do Regulamento, nenhum Mutuário, devedor de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, poderá estar em dívida para com o Fundo em valor superior a 0,2% (dois décimos por cento) do Patrimônio Líquido inicial previsto para o Fundo de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Em virtude da significativa quantidade de Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo e da expressiva diversificação de devedores dos Direitos de Crédito, decorrentes da própria natureza do Fundo e dos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Artigo 13 do Regulamento, a análise da documentação será realizada utilizando-se os procedimentos de auditoria por amostragem, conforme faculta o Artigo 38, §1º da Instrução CVM 356. A verificação dependerá de alguns estudos estatísticos, e será realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos de Crédito.

A análise por amostragem justifica-se pelo fato de o Cedente possuir, em 31 de dezembro de 2007, mais de 70.179 clientes, que celebraram aproximadamente 84.482 contratos de financiamento, os quais geram individualmente Direitos de Crédito, com valor médio de R\$ 4.098,62 (quatro mil e noventa e oito reais, e sessenta e dois centavos). A maior parte dos

Direitos de Crédito relacionados a tais Cédulas de Crédito Bancário são passíveis de cessão ao Fundo. Os valores e números indicados representam uma média estimada do número de devedores, quantidade e valor dos créditos do Cedente, podendo sofrer alterações de acordo com o desempenho mercadológico e da economia brasileira.

A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos de Crédito para verificação nos termos do Parágrafo 4º abaixo será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

$$n_o = \frac{1}{E_o^2} \qquad n = \frac{N \times n_o}{N + n_o}$$

onde,

E_o = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos de Crédito Elegíveis; qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos de Crédito Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados), com isso o erro máximo que poderá incorrer será de 10% da amostra tolerável.

N = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

A seleção da amostra de Direitos de Crédito Elegíveis para verificação será obtida: (i) dividindo-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada k elementos, será retirado um para a amostra.

As verificações serão realizadas por meio dos seguintes procedimentos:

- (i) obtenção de arquivo com os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, na data base da revisão;
- (ii) apuração da quantidade de Direitos de Crédito a serem verificados;
- (iii) seleção dos Direitos de Crédito, mediante aplicação da fórmula descrita no Parágrafo 3º acima; e
- (iv) conferência física dos Direitos de Crédito com os registros eletrônicos do Custodiante.

Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso III, do Artigo 8º da Instrução CVM 356, a Administradora considerará as informações fornecidas pelo Custodiante, após o término do trimestre do exercício social, retroativas aos últimos três meses, se houver.

Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato

de Custódia.

Vide Capítulo Décimo do Regulamento – “Contratação de Terceiros” e item “Informações sobre os Prestadores de Serviços” ao final deste Prospecto.

SERVIÇOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO INADIMPLIDOS

O Cedente será responsável pela implementação dos procedimentos de cobrança extrajudicial e, conforme o caso, judicial das Cédulas de Crédito Bancário inadimplidas, na qualidade de mandatária do Fundo e prestadora de serviços especialmente contratados pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança.

Vide Seção “Procedimentos de Concessão de Crédito e de Cobrança” deste Prospecto e item “Informações sobre os Prestadores de Serviços” ao final deste Prospecto.

CUSTÓDIA FÍSICA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

As vias originais e/ou, conforme o caso, cópias reprográficas dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo deverão ser custodiados por instituição custodiante devidamente autorizada à prestação desse serviço, nos termos da Instrução CVM 356.

Neste sentido, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Física de Documentos, o Custodiante contratou o Cedente, para prestar serviços de custódia física dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo.

Vide item “Informações sobre os Prestadores de Serviços” ao final deste Prospecto.

OUTROS SERVIÇOS

Agência Classificadora de Risco	Austing Rating Serviços Financeiros Ltda.
Coordenador de distribuição da 1ª Série de Quotas Seniores	Banco BVA S.A.
Depositário Qualificado	Banco Bradesco S.A.
Empresa de Auditoria	KPMG Auditores Independentes

Vide item “Informações sobre os Prestadores de Serviços” ao final deste Prospecto.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

Contrato de Cessão

Por meio do Contrato de Cessão, o Cedente compromete-se a ceder ao Fundo Direitos de Crédito livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos Cedentes, em razão de sua titularidade.

Cada uma das cessões de Direitos de Crédito realizadas nos termos de cada Termo de Cessão compreende (a) todos os instrumentos representativos dos Direitos de Crédito e seus respectivos anexos; e (b) os direitos decorrentes de qualquer garantia acessória, real ou fidejussória, vinculada aos Direitos de Crédito, bem como os respectivos instrumentos constitutivos.

O Fundo, por sua vez, por meio da Administradora, promete adquirir Direitos de Crédito Elegíveis do Cedente, durante o prazo de vigência do Contrato de Cessão, observados (i) os termos e as condições estabelecidos no Contrato de Cessão; (ii) o objetivo e a política de investimento do Fundo e a elegibilidade dos Direitos de Crédito ofertados, (iii) desde que o Fundo tenha recursos disponíveis.

O Cedente não se responsabiliza pela solvência ou solvabilidade dos Mutuários, responsabilizando-se contudo, civil e criminalmente, pela existência, certeza, liquidez e exigibilidade dos Direitos de Crédito, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, bem como pela legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo e por eventuais oposições ou exceções apresentadas pelos Mutuários contra o Cedente. Nesse escopo, o Cedente se responsabiliza por todos e quaisquer custos e despesas para a salvaguarda de direitos e prerrogativas do Fundo.

Não obstante a responsabilidade do Cedente acima mencionada, este não responderá por prejuízos causados ao Fundo ou aos detentores das Quotas Seniores decorrentes de atos ou omissões atribuíveis exclusivamente ao Fundo, à Administradora, ao Gestor, ao Depositário Qualificado ou ao Custodiante.

Com a aquisição dos Direitos de Crédito, o Fundo torna-se seu titular, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou coobrigação do Cedente e efetuará o pagamento ao Custodiante, em contrapartida à cessão dos Direitos de Crédito, após o recebimento, via fax, do Termo de Cessão devidamente assinado pelos representantes legais do Cedente, o preço apurado na forma descrita no item “Preço de Aquisição” deste Prospecto, em razão do que o Cedente dará ao Fundo a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, servindo o comprovante de depósito como recibo de pagamento e quitação.

Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração, o Agente Escriturador prestará ao Fundo os serviços de controladoria e escrituração de Quotas.

Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco, a Agência de Classificação de Risco foi contratada para a prestação dos serviços de classificação de risco das Quotas Seniores.

Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Independente

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Independente, o Auditor Independente foi contratado pelo Fundo para realizar a revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

Convênio de Cobrança

Por meio do Convênio de Cobrança e Outras Avenças, o Cedente contratou o Depositário Qualificado para reter e transferir ao Cedente, ao Fundo e demais Cessionários, os valores creditados nas Contas Vinculadas, por conta e ordem do Cedente, decorrentes do pagamento das Cédulas de Crédito Bancário emitidas pelos Mutuários em favor do Cedente. O Cedente obrigou-se em caso de rescisão e/ou modificação do Convênio de Cobrança de previamente dar conhecimento à Administradora do Fundo de tal fato.

Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança, o Cedente prestará serviços de cobrança, judicial e extrajudicial, dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira do Fundo, cujos pagamentos não sejam efetuados pelos Mutuários em favor do Fundo, nas respectivas datas de vencimento.

O Cedente não é responsável, no entanto, pelos resultados obtidos na implementação da Política de Cobrança descrita no Anexo IV do Regulamento nem pelo pagamento ou liquidação dos Direitos de Crédito dos Mutuários que estejam inadimplentes com o Fundo.

Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Física de Documentos

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Física de Documentos, o Cedente foi contratado para atuar como depositário, dos originais de todos os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, sob as penas previstas na legislação aplicável, como se seus fossem, na forma do depósito voluntário, conforme previsto no Artigo 627 do Código Civil Brasileiro.

Sem prejuízo de suas demais responsabilidades previstas no Contrato de Custódia Física, o Fundo, com a anuência do Custodiante, contratou o Cedente para realizar a função de guarda física dos Documentos Comprobatórios, conforme permitido pelo Regulamento.

MARCO REGULATÓRIO

A análise da legislação sobre consignação em folha de pagamento limita-se às normas relativas ao funcionalismo público ativo e inativo Federal, bem como dos Estados e Municípios conveniados com o Cedente na data de preparação deste Prospecto. O resumo abaixo não tem por finalidade oferecer qualquer tipo de aconselhamento jurídico para potenciais investidores do Fundo ou qualquer outra Pessoa. Potenciais investidores devem buscar orientação legal específica e independente antes de decidirem por efetuar aplicações de recursos no Fundo.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Introdução

A consignação em folha de pagamento dos servidores públicos ativos e inativos surgiu com a Lei nº. 6.445, de 4 de outubro de 1977, regulamentada pelos Decretos nºs 86.600, de 17 de novembro de 1981, e 90.641, de 10 de dezembro de 1984, o qual altera o art. 4º do Decreto nº. 86.600, de 17 de novembro de 1981.

Em 1990, a Lei nº. 8.112 de 11 de dezembro, estabeleceu o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais e derogou os dispositivos da Lei nº. 6.445, de 4 de outubro de 1977, estabelecendo nova regra para a consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, conforme se verifica abaixo

“art. 45. Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

Parágrafo único. Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.” (Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990).

A norma em vigor, que regulamenta o mencionado artigo 45 da Lei nº. 8.112/1990, foi estabelecida pelo Poder Executivo Federal por meio do Decreto nº 4.961, de 20 de janeiro de 2004, que regula as consignações em folha de pagamento (desconto) dos servidores públicos civis, dos aposentados e pensionistas de todos os órgãos da Administração direta, indireta e fundacional do Poder Executivo da União.

O Decreto nº 4.961/2004 determina as regras a serem observadas pelos mencionados órgãos da administração, na elaboração da folha de pagamento, relativamente às consignações compulsórias e facultativas.

O citado Decreto prevê como consignação compulsória a contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público; contribuição para a Previdência Social; pensão alimentícia; imposto sobre rendimento do trabalho; reposição e indenização ao erário; custeio parcial do benefício e auxílios concedidos pela administração federal direta, autárquica e fundacional; decisão judicial ou administrativa; mensalidade e contribuição em favor de entidades sindicais; taxa de ocupação de imóvel funcional em favor de órgãos da administração

direta, autárquica e fundacional; contribuição para planos de saúde de entidade fechada de previdência complementar, constituídos na forma da legislação aplicável à matéria, ao qual o servidor esteja vinculado na qualidade de participante; amortização de financiamentos de imóveis contraídos junto a instituições financeiras ou cooperativas habitacionais constituídas por servidores públicos; operações de crédito destinadas à população de baixa renda e outros descontos compulsórios instituídos em lei.

Consignação compulsória é o desconto incidente sobre a remuneração do servidor, efetuado por força de lei ou mandado judicial. Consignação facultativa é o desconto incidente sobre a remuneração do servidor, mediante sua autorização prévia e formal, e anuência da administração. Nos termos do inciso IV do art. 4º do Decreto nº 4.961/2004, são consideradas como consignações facultativas, entre outras, contribuição para entidade fechada ou aberta de previdência privada que opere com planos de pecúlio, saúde, seguro de vida, renda mensal e previdência complementar.

Critério dos Descontos

O valor mínimo para descontos decorrentes de consignação facultativa é de 1% do valor do menor vencimento básico pago no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional (art. 10 do Decreto nº 4.961/2004), sendo que o órgão central do SIPEC poderá estabelecer percentual superior ao mínimo.

A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não pode exceder ao valor equivalente a 30% da soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, nestas compreendidas as relativas à natureza ou ao local de trabalho e a vantagem pessoal.

Não será permitido o desconto de consignações facultativas até o limite de 30%, quando a soma destas com as compulsórias exceder a 70% da remuneração do servidor (art. 12, §1º do Decreto nº 4.961/2004).

Conforme disposto no parágrafo 2º do art. 12 do Decreto nº 4.961/2004, as consignações em folha de pagamento serão suspensas, até que a soma das consignações facultativas fiquem dentro do limite de 30%.

A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade dos órgãos e das entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária, assumidos pelo servidor junto ao consignatário (art. 14 do Decreto nº 4.961/2004).

Casos de Cancelamento da Consignação Facultativa

Conforme disposto no artigo 16 do Decreto nº 4.961/2004, a consignação facultativa pode ser cancelada (i) por interesse da administração; (ii) por interesse do consignatário, expresso ou por meio de solicitação formal encaminhada ao órgão central do SIPEC; ou (iii) a pedido do servidor consignado, mediante requerimento endereçado à consignatária. Neste caso, o prazo para a consignatária cancelar a consignação é de 30 dias, ressalvados os casos de financiamentos, quando este prazo fica estendido até a quitação do débito do servidor. Por fim,

o inciso II, do art. 17, do Decreto nº 4.961/2004 dispõe que “a consignação relativa à amortização de empréstimo somente pode ser cancelada com a aquiescência do servidor e da consignatária”.

LEGISLAÇÕES ESTADUAIS E MUNICIPAIS

As consignações em folha de pagamento dos servidores estaduais e municipais são autorizadas em leis ou decretos regionais específicos. Tais normas autorizam instituições a atuarem como Entidades consignatárias, responsáveis pela concessão de benefícios, incluindo, entre outros, financiamentos.

Regra geral, estas normas dispõem sobre o limite mínimo e máximo para as consignações facultativas para cada servidor público e sobre os procedimentos para instituições cadastrarem-se como Entidades consignatárias.

É também característica destes diplomas legais tratarem do cancelamento das consignações facultativas. Via de regra, estas consignações podem ser canceladas por interesse da administração, da Entidade consignatária, expresso por meio de solicitação formal encaminhada ao órgão competente, ou a pedido do servidor público, mediante requerimento endereçado ao órgão competente e mediante anuência prévia das partes contratantes (i.e., Cedente). Em caso de cancelamento da consignação facultativa, a cessação de desconto geralmente é prevista para ocorrer no mês seguinte ao que foi formalizado o pleito.

A relação entre a Entidade responsável pela consignação e o consignatário (i.e., instituição financeira) é formalizada, na maioria dos casos, por meio da celebração de convênios específicos. Em outros casos, tal relação é formalizada por meio de autorização expressa (i.e., diploma ou certificado de Entidade consignatária) emitida pela Entidade. Nesta hipótese, os direitos, deveres e as obrigações das partes encontram-se definidos nos diplomas legais que autorizam a consignação. Regra geral, os convênios podem ser rescindidos a qualquer momento, mediante notificação e prazo específico para a cessação de seus efeitos. Por fim, em determinadas situações, a rescisão do convênio poderá implicar na cessação das consignações (desconto em folha).

Vide Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

INSS

As principais regras que disciplinam a concessão de empréstimos aos titulares dos benefícios do INSS estão contidas na Lei nº 10.820/03, no Decreto nº 3.048/99 e na Instrução do INSS. As primeiras definem os parâmetros do desconto da renda mensal dos benefícios previdenciários; a última regulamenta as normas e condições de operacionalização do mecanismo de consignação em folha.

A Lei nº 10.820/03 tem origem na Medida Provisória nº 130, de 17 de setembro de 2003, e foi alterada pela Lei nº 10.953, de 27 de setembro de 2004. A norma objetiva permitir que empregados, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e titulares de benefícios de

aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social autorizem o desconto em folha de pagamentos ou a retenção em seus benefícios recebidos junto ao INSS, para fins de amortização de prestações de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil, aumentando seu acesso ao crédito.

A motivação do Governo Federal brasileiro, ao regular a concessão de empréstimos nos termos aqui referidos, foi reduzir o custo dos empréstimos e financiamentos disponíveis aos cidadãos.

A Lei nº 10.820/03 confere aos empregados o direito de contratar operações de empréstimo, financiamento e arrendamento mercantil com autorização para a consignação em folha do valor das prestações.

No intuito de possibilitar economia de escala às operações, é autorizada a celebração de acordos entre instituições financeiras e empresas e/ou entidades sindicais, previamente definidas nos normativos em vigor, para o estabelecimento de parâmetros financeiros e condições gerais aplicáveis aos empregados.

Os ajustes no “Regulamento da Previdência Social”, promovidos pelo Decreto nº 3.048/99, complementaram as providências descritas no parágrafo acima para que os aposentados e pensionistas do INSS também pudessem usufruir desta prerrogativa.

Abaixo, foram descritos os artigos de maior destaque na Lei nº 10.820/03, e no Decreto nº 3.048/99, particularmente no que se refere aos descontos realizados pelo INSS em benefícios pagos pela Entidade.

Pelo artigo 6º da Lei nº 10.820/03, os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social podem autorizar expressamente o INSS a descontar diretamente, sobre os benefícios pagos pelo próprio INSS, os valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos aos beneficiários por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil.

Uma vez observados todos os requisitos e condições definidos nos convênios que necessariamente devem ser firmados entre o INSS, a DATAPREV e a instituição financeira, não poderá a mencionada instituição negar-se a celebrar empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil (Art. 4º, § 3º da Lei nº 10.820/03).

Complementando o disposto na Lei nº 10.820/03, o Decreto nº 3.048/99 determina que somente pode incidir o desconto acima referido sobre os benefícios de aposentadoria, qualquer que seja sua espécie, ou de pensão por morte para beneficiários que recebam os respectivos valores devidos no Brasil (Art. 154, §6º, inciso IX).

Os descontos e as retenções acima mencionados não poderão ultrapassar, segundo o § 5º do Art. 6º da Lei nº 10.820/03, o limite de 30% do valor do benefício, sendo que a instituição financeira que proceder à retenção de valor superior a este limite perderá todas as garantias que lhe são conferidas pelos normativos aplicáveis. Ainda neste sentido, o Decreto nº 3.048/99 e a Instrução do INSS determinam que o valor do desconto não pode exceder, no momento da contratação, a 30% do valor disponível do benefício, deduzidas as consignações obrigatórios, excluindo-se o Complemento Positivo – CP, Pagamento Alternativo de Benefício – PAB e o décimo terceiro

salário.

Ademais, segundo a Instrução do INSS, no artigo 1º, § 13º, afirma que os descontos sobre os benefícios previdenciários não podem exceder 36 parcelas.

A Resolução Conselho Nacional de Previdência Social nº 1.282, de 24 de outubro de 2006, recomendou que o INSS estabelecesse o teto máximo de 2,78% de juros ao mês para as operações de empréstimo consignado em benefício previdenciário, inclusive com cartão de crédito.

O inciso XI do § 6º do artigo 154 do Decreto nº 3.048/99 esclarece que o titular do benefício pode autorizar mais de um desconto em favor da mesma instituição consignatária, respeitados o limite consignável e a prevalência de retenção em favor dos contratos mais antigos.

Nos termos do §2º do artigo 6º da Lei nº 10.820/03, a responsabilidade do INSS em relação às operações acima referidas restringe-se à (i) retenção dos valores autorizados pelo beneficiário e repasse à instituição consignatária nas operações de desconto; e (ii) manutenção dos pagamentos do titular do benefício para a mesma instituição financeira enquanto houver saldo devedor nas operações em que for autorizada a retenção. Em ambos os casos não cabe à autarquia responsabilidade solidária pelos débitos contratados pelo segurado.

Além disso, a Lei nº 10.820/03 também veda ao titular de benefício solicitar alteração da instituição financeira responsável pelo pagamento do respectivo benefício, enquanto houver saldo devedor de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil, concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, públicas ou privadas, em amortização. De acordo com o artigo 7º da Instrução do INSS, somente nas seguintes situações, mediante decisão do INSS, o titular do benefício poderá alterar instituição financeira para a qual o INSS deve repassar seus benefícios, enquanto houver parcelas em amortização (i) quando houver fusão/incorporação bancária, situação em que o benefício será transferido para a instituição financeira incorporadora; (ii) mudança de domicílio, sem que no município de destino exista uma agência da matriz bancária; ou (iii) encerramento de agência.

Nos termos do § 5º do artigo 1º da Instrução do INSS, é vedada a realização de consignações relacionadas a benefícios (i) concedidos nas regras de acordos internacionais para segurados residentes no exterior; (ii) pagos por intermédio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT; (iii) pagos a título de pensão alimentícia; (iv) assistenciais; (v) recebidos por meio de representante legal do segurado dependente, tutelado ou curatelado; (vi) pagos por intermédio da empresa conveniente; e (vii) pagos por intermédio de cooperativas de créditos que não possuam contratos para pagamento e arrecadação de benefícios.

A Instrução do INSS, no parágrafo único do artigo 2º, permite a cessão dos créditos, advindos das consignações nos benefícios previdenciários, nos termos da Resolução nº 2.836/01, do CMN.

O artigo 4º da Instrução do INSS define que o repasse dos valores referentes às consignações em favor da instituição financeira ou sociedade de arrendamento mercantil é efetuado pelo INSS até o quinto dia útil da data de início da validade do crédito do benefício via STR, por meio de mensagem específica, constante do catálogo de mensagens do SPB, ou crédito em conta

corrente a ser indicada pela instituição financeira.

Ademais, segundo o mesmo artigo, na ocorrência de cessação de benefício, nos casos de consignações com data retroativa ou de eventuais importâncias repassadas indevidamente, inclusive relativas a créditos com retorno de não pago, são deduzidas, mensalmente, quando da realização do último repasse de valores consignados, corrigidas com base na variação da “Taxa Referencial de Títulos Federais – Remuneração”, desde a data em que ocorreu o crédito indevido até o dia útil anterior à data do repasse. Caso o valor das glosas/deduções ultrapassem aquele a ser repassado à instituição financeira ou à sociedade de arrendamento mercantil, a diferença detectada deve ser transferida ao INSS, na mesma data, mediante comunicação prévia à instituição concessora, via STR, por meio de mensagem específica ou depósito em conta a ser indicada pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Finalmente, o artigo 6º da Instrução do INSS afirma que consignação a ser processada mensalmente pela DATAPREV é identificada com o código 98 e a rubrica 216, a retenção com código 75 e rubrica 321, a reserva de margem consignada com código 76 e rubrica 322 e as operações de consignação efetuadas com cartão de crédito, código 77 e rubrica 217.

Vide Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

CONVÊNIOS E ATOS QUE FORMALIZAM A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS E A CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Encontram-se abaixo relacionados quadros resumos contendo as principais características dos Convênios e dos atos normativos que regulam a concessão de benefícios e a consignação em folha de pagamento firmados pelo Cedente com os Consignantes.

QUADRO EXPLICATIVO

As informações contidas no Anexo VIII deste Prospecto consolidam os principais termos e condições dos 10 (dez) maiores Convênios que regulam a concessão de benefícios e a consignação em folha de pagamento pelo Cedente.

Vide Anexo VIII “Quadro Explicativo dos Convênios” deste Prospecto.

CONVÊNIO ENTRE O INSS E O CEDENTE

Em 06 de abril de 2005, o Cedente, o INSS e a DATAPREV celebraram o Convênio, cujo objeto é permitir a celebração de Cédulas de Crédito Bancário entre o Cedente e titulares de benefícios concedidos pelo INSS, com a consignação dos valores devidos, a ser realizada pelo INSS, nos respectivos benefícios previdenciários de Mutuários para quitação da dívida contraída.

O Convênio foi publicado no Diário Oficial da União, em 7 de abril de 2005, Seção 3, pág. 41.

Encontram-se abaixo destacadas, esquematicamente, as principais disposições constantes do Convênio, que regulam a relação jurídica existente entre o INSS, a DATAPREV e o Cedente para a concessão de empréstimos a Mutuários.

Margem de Consignação

A margem de consignação por Mutuário não pode superar 30% do valor disponível do benefício concedido pelo INSS.

Data Limite de Pagamento ao Cedente

O INSS deve repassar os valores devidos ao Cedente até o 5º dia útil do mês subsequente ao do que deveria ter sido realizado o crédito do benefício.

Favorecido e nº de Conta

O repasse deve ser feito pelo INSS ao Cedente, por meio de depósito único na conta “reservas

bancárias” do Cedente, perante o BACEN, via STR, por meio da mensagem específica, constante no catálogo de mensagens do SPB.

Restrição à Cessão

Não há restrição contratual à cessão de Direitos de Crédito.

Principais Obrigações do INSS

O INSS tem como principais obrigações perante o Cedente, o repasse dos valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos titulares de benefícios, em favor do Cedente, por meio de depósito único na conta “reservas bancárias” do Depositário Qualificado, perante o BACEN, no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da competência do crédito do benefício, via STR, por meio da mensagem específica, constante no catálogo de mensagens do SPB.

Ainda, o INSS deverá emitir, quando da alegação pelo titular do benefício da não autorização da consignação (escrita ou eletrônica), correspondência oficial ao Cedente solicitando o envio da comprovação da autorização da consignação ao INSS. Caso inexistir a autorização ou o Cedente não atenda à solicitação de fornecer o documento comprovando-a, no prazo de até 10 (dez) dias úteis da data do recebimento da correspondência, a Agência da Previdência Social – APS deverá cancelar a consignação no sistema de benefícios.

Por fim, o INSS tem como obrigação reativar no sistema de benefício as consignações canceladas, na forma do parágrafo acima, no prazo de até 5 (cinco) dias, contado da apresentação pelo Cedente de instrumentos que comprovem a expressa autorização da consignação pelo titular do benefício.

Principais Obrigações do Cedente

As principais obrigações do Cedente, previstas no Convênio celebrado com o INSS são:

- (i) divulgar as regras constantes do Convênio aos titulares do benefício que autorizaram expressamente as consignações diretamente em seus benefícios;
- (ii) enviar, até o 2º dia útil de cada mês, para a DATAPREV, arquivo magnético contendo a relação dos beneficiários que contraíram empréstimos ou financiamentos e autorizam a consignação diretamente na renda mensal de seus benefícios previdenciários, de acordo com o *layout* padrão CNAB/FEBRABAN, sendo o Cedente o único responsável pelas informações relativas aos valores a serem consignados;
- (iii) consultar na *internet*, na página do Ministério da Previdência Social (www.mps.gov.br), na opção serviços/extratos de pagamentos, as informações necessárias à consecução das operações objeto do Convênio, valendo-se do número do benefício e da data de nascimento fornecidos pelo próprio segurado;
- (iv) informar ao INSS, para exclusão da consignação, a rescisão do contrato de empréstimo ou financiamento, firmado entre o titular do benefício e o Cedente, até o 2º dia útil do mês subsequente à ocorrência do evento, sob pena de serem efetuadas glosas

retroativas à data do evento, corrigidas com base na variação “Taxa Referencial de Títulos Federais-Remuneração” (SELIC), até o dia útil anterior à data do efetivo repasse;

- (v) encaminhar ao INSS, no prazo de até 10 (dez) dias úteis da data de recebimento de correspondência enviada pela Agência da Previdência Social – APS, a comprovação da autorização da consignação emitida expressamente pelo respectivo Mutuário; e
- (vi) informar ao INSS, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na estrutura do Cedente, como, por exemplo, qualquer tipo de incorporação, fusão ou encerramento de suas atividades, a fim de que sejam adotados os procedimentos necessários à transferência dos benefícios e ao repasse de valores.

Principais Obrigações da DATAPREV

Dentre as principais obrigações da DATAPREV estão o processo das consignações de descontos e as exclusões de acordo com Arquivo Magnético enviado pelo Cedente, bem como das glosas devidas, conforme legislação aplicável, na competência seguinte à sua verificação, informando ao Cedente, por Arquivo Magnético mensal, os respectivos valores.

Ainda, há a previsão de que a DATAPREV deverá informar mensalmente o Cedente, por Arquivo Magnético, as parcelas consignadas e não consignadas, mediante justificativa, devidamente identificadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do 1º (primeiro) pagamento do benefício em cada competência.

Responsabilidades

O Cedente é o único responsável perante o INSS, a DATAPREV e os beneficiários pelas informações encaminhadas à DATAPREV, incluindo as relativas aos valores a serem consignados, não sendo, nesse caso, o INSS e a DATAPREV solidária e subsidiariamente responsáveis sobre as operações contratadas entre o titular do benefício previdenciário e o Cedente ou sobre descontos indevidos, salvo em casos de culpa ou dolo.

Vigência e Rescisão

Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante notificação prévia e escrita, com antecedência mínima de 30 dias, ficando suspensas novas contratações de operações a partir da vigência da denúncia, permanecendo, até a data da liquidação do último contrato firmado por força do Convênio, as obrigações e responsabilidades do INSS, do Cedente e da DATAPREV, ou de seus sucessores, relativamente aos empréstimos e financiamentos já concedidos. Mesmo que o Convênio venha a ser rescindido, todas as retenções de valores de titularidade do Cedente, do Fundo ou de qualquer outro cessionário realizadas serão repassadas ao Depositário Qualificado.

Outras Considerações

A autorização para a consignação da renda mensal dos respectivos benefícios previdenciários do Mutuário é válida enquanto recebida pelo titular do benefício, não persistindo, por sucessão, em relação aos respectivos pensionistas e dependentes. Todavia, a suspensão da consignação decorrente, por exemplo, do falecimento do titular do benefício não exclui a transmissão da obrigação pecuniária para eventuais sucessores ou herdeiros.

QUESTÕES LEGAIS RELATIVAS À CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Muitas são as discussões judiciais que têm por objeto o desconto em folha de pagamento (consignação) de devedores de empréstimos.

Há pronunciamentos, inclusive do Superior Tribunal de Justiça, tanto favoráveis quanto contrários ao desconto em folha de pagamento de devedores de empréstimos.

As decisões contrárias ao desconto em folha de pagamento do devedor têm fundamento no artigo 649, inciso IV, do Código de Processo Civil, que simplesmente torna absolutamente impenhoráveis os vencimentos dos funcionários públicos e os salários. Diante do caráter alimentar da remuneração do trabalho, os Tribunais, em algumas situações, identificaram exagero nos descontos, ou falta de boa-fé de instituições financeiras ao bloquearem os recursos para receberem os pagamentos devidos, muitas vezes sem a autorização do devedor.

Todavia, em 8 de junho de 2005, os ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiram, através do Recurso Especial nº 728563, ser legal a cláusula contratual que autoriza o desconto em folha na liquidação de empréstimos contratados, conforme a seguinte ementa

“CIVIL. CONTRATO DE AUXÍLIO FINANCEIRO. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. CLÁUSULA INERENTE À ESPÉCIE CONTRATUAL. INOCORRÊNCIA DE ABUSIVIDADE. PENHORA SOBRE REMUNERAÇÃO NÃO CONFIGURADA. SUPRESSÃO UNILATERAL DA CLÁUSULA DE CONSIGNAÇÃO PELO DEVEDOR. IMPOSSIBILIDADE.

I. É válida a cláusula que autoriza o desconto, na folha de pagamento do empregado ou servidor, da prestação do empréstimo contratado, a qual não pode ser suprimida por vontade unilateral do devedor, eis que da essência da avença celebrada em condições de juros e prazo vantajosos para o mutuário.

II. Recurso especial conhecido e provido.”

Segundo o relator do Recurso Especial em questão, ministro Aldir Passarinho Junior, a consignação em folha de pagamento não se trata de penhora de vencimentos, até por não se cuidar de processo de execução, de natureza forçada e constritiva, mas de mero exercício de livre disposição contratual.

Para o ministro, o desconto em folha “é da própria essência do contrato celebrado. É a ele inerente, porque não representa, apenas, uma mera forma de pagamento, mas a garantia do credor de que haverá o automático adimplemento obrigacional por parte do tomador do mútuo, permitindo a concessão de empréstimo com menor margem de risco, o que, concretamente, também favorece o financiado, seja por dispensar outras garantias, como aval, seja por proporcionar, exatamente pela mesma segurança da avença, uma redução substancial na taxa de juros e prazos mais longos, tornando significativamente menos oneroso o financiamento”.

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, presidida pelo ministro Carlos Alberto

Menezes Direito e composta pelos dez ministros que integram a Terceira e a Quarta Turmas, é a responsável, no Tribunal, pelo julgamento dos processos que envolvam questões de direito privado. A orientação supra referida, definida pela Seção, será a seguida pelos ministros que compõem as duas Turmas.

Vide Seção “Marco Regulatório” deste Prospecto.

DISPOSIÇÕES GERAIS DAS CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO

Encontram-se abaixo relacionadas as cláusulas comuns às Cédula de Crédito Bancário firmadas entre o Cedente e os Mutuários. Foram analisados os instrumentos “padrão”, isto é, as minutas “modelo” constantes do Regulamento utilizadas pelo Cedente. Alguns dos itens foram reproduzidos literalmente.

Objeto

Através da emissão de Cédulas de Crédito Bancário, o Cedente concede a cada Mutuário empréstimo em dinheiro no valor, prazo, juros e condições consignados no corpo do próprio da cédula.

Os pagamentos das prestações pelo Mutuário são consignados mensalmente, diretamente na folha de pagamento (salário e demais verbas trabalhistas) do Mutuário e repassados ao Cedente pela respectiva Entidade.

A concessão de empréstimo será limitada de acordo com o previsto no Regulamento e no Contrato de Cessão.

Encargos

A taxa de juros é prefixada, mensal e composta. Não há limite estabelecido na Cédula de Crédito Bancário, sendo, portanto, negocial. No entanto, em alguns casos, o limite é estabelecido no próprio Convênio.

Todos os encargos para a celebração das Cédulas de Crédito Bancário correrão por parte do Mutuário, não se limitando à IOF, contratação do empréstimo, impostos, taxas, registros, contribuições, comissões e demais encargos, que, com o principal, formarão o débito.

Hipóteses de vencimento antecipado

O Cedente poderá considerar antecipadamente vencida a respectiva Cédula de Crédito Bancário, tornando-se imediatamente exigível o pagamento de todos os valores devidos pelo Mutuário ao Cedente, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes eventos:

- caso haja impossibilidade de desconto em folha de pagamento;
- caso o Mutuário infringir ou não cumprir, no todo ou em parte, qualquer cláusula da Cédula de Crédito Bancário ou deixar de efetuar ao pagamento tempestivamente;

- se for apurada falsidade de qualquer declaração, informação ou documento apresentado;
- se o Mutuário não honrar no respectivo vencimento, débitos de sua responsabilidade com o Cedente, decorrentes de outros contratos celebrados com o Cedente;
- se o Mutuário ingressar em juízo contra o Cedente;
- se o Mutuário tiver título de sua responsabilidade ou co-obrigação protestado ou sofrer execução ou arresto de bens;
- em caso de insolvência do Mutuário pelo término da relação mantida com a Entidade pagadora;
- na hipótese de pedido ou deferimento de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação da Entidade pagadora; e
- se, por qualquer hipótese, for proibido, suspenso ou modificado o processo de consignação em folha de pagamento.

No caso específico de impossibilidade de desconto em folha de pagamento, caso o Cedente não opte pelo vencimento antecipado, este poderá exigir a constituição de garantias destinadas a assegurar o cumprimento das obrigações contraídas.

Efeitos do Vencimento Antecipado

Nas hipóteses de inadimplemento de qualquer obrigação assumida pelo Mutuário acima previstas, ficará a critério do Cedente o imediato encerramento do respectiva Cédula de Crédito Bancário, tornando-se desde logo vencido e exigível o total do débito em aberto, acrescido dos encargos previstos na respectiva Cédula de Crédito Bancário..

Liquidação Antecipada

Poderá haver liquidação antecipada do débito, mediante pagamento do saldo devedor por parte do Mutuário e demais encargos, conforme as disposições da Cédula de Crédito Bancário.

Até a edição da Resolução CMN nº 3.401, o Cedente não cobrava taxa de liquidação antecipada de operações de crédito. Com a edição da referida resolução, a partir de 6 de setembro de 2006, o Cedente passou a poder cobrar taxa de liquidação antecipada, de acordo com as disposições estabelecidas pelo BACEN. Em 6 de dezembro de 2007, o BACEN aprovou a Resolução CMN nº 3.516, vedando a cobrança de tarifa em decorrência de liquidação antecipada de contratos de

cessão de crédito, a partir de tal data. Em razão disso, atualmente, nas Cédulas de Crédito Bancário firmadas e emitidas a partir da referida edição, o Cedente também deixou de cobrar de seus Mutuários qualquer tarifa decorrente de pré-pagamento dos empréstimos concedidos.

Ainda, apesar de ser facultativa a cobrança pelo Cedente de tarifa pela liquidação antecipada das Cédulas de Crédito Bancário celebradas antes da Resolução CMN nº 3.516, de 6 de dezembro de 2007, a política adotada pelo Cedente a partir da edição da referida Resolução é de não cobrar tal tarifa de nenhum Mutuário, independentemente do período no qual a Cédula de Crédito Bancário tenha sido emitida.

Garantias

No caso de haver garantias, se o Mutuário não efetuar o pagamento tempestivamente, o Cedente está autorizado a compensar o valor do saldo devedor e seus acréscimos com a garantia depositada.

Cessão

O Cedente poderá ceder, negociar, transferir, caucionar, empenhar, no todo ou em parte, os direitos, ações, obrigações e garantias oriundos da Cédula de Crédito Bancário, podendo, inclusive, emitir certificado representativo da Cédula de Crédito Bancário.

Outras Informações

Para contratar empréstimo, o devedor deverá ser necessariamente integrante de alguma Entidade que tenha celebrado Convênio com o Credor.

O Cedente será o fiel depositário das Cédulas de Crédito Bancário, sendo que, salvo estipulação em contrário, será o responsável pelo recebimento dos pagamentos.

Em caso de rescisão do contrato de trabalho, o Cedente poderá descontar o saldo devedor até o limite de 30% das verbas rescisórias a serem recebidas pelo Mutuário.

APÓLICES DE SEGURO

As Cédulas de Crédito Bancário de Mutuários ligadas aos INSS, por exigência regulatória, encontram-se vinculadas a um Seguro de Vida em grupo, cujos prêmios, atualmente e por opção do Cedente, são pagos pelo Cedente.

Conforme previsto no Contrato de Cessão, na hipótese de ocorrência de sinistro coberto pelo Seguro de Vida o Cedente obriga-se:

- (a) a realizar todos e quaisquer procedimentos necessários à validade, eficácia e preservação de todos os direitos, garantias e prerrogativas relativas aos Seguros de Vida;
- (b) a informar imediatamente à Administradora e ao Custodiante, por escrito, a ocorrência de qualquer (i) evento que possa afetar negativamente os direitos, garantias e prerrogativas decorrentes do Seguro de Vida; (ii) alteração nas condições dos Seguros de Vida; ou (iii) restrição ou evento que impeça, proíba ou condicione o recebimento do respectivo prêmio; e
- (c) a repassar ao Fundo, em 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento dos valores de indenização eventualmente pagos pela seguradora contratada em decorrência de Seguro de Vida de Mutuário que seja devedor de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, até o limite do valor destes Direitos de Crédito, sendo que o Cedente será considerada fiel depositária desses recursos até que os transfira ao Fundo.

Concomitantemente a cada cessão de Direitos de Crédito de Mutuários ligados ao INSS do Cedente ao Fundo, o Cedente irá ceder ao Fundo todos e quaisquer direitos derivados da contratação do Seguro de Vida em grupo, figurando o Fundo como beneficiário da apólice.

Objetivo

A apólice de seguro de vida em grupo, celebrada entre o Cedente e a Seguradora, em 20 de abril de 2005, teve início de vigência em 28 de fevereiro de 2005 e é renovada pelo Cedente periodicamente.

A contratação do seguro tem por objetivo garantir o pagamento de uma indenização, previamente acordada, ao Cedente, em caso de ocorrência de evento coberto pela apólice. A referida indenização garantida pela seguradora é o saldo devedor do Mutuário, em decorrência do empréstimo havido perante o Cedente.

A apólice não tem limite de idade, com exceção dos casos previamente analisados e aprovados pela seguradora.

Grupo Segurado

O grupo segurável são os Aposentados e Pensionistas do INSS que adquiriram empréstimo junto ao Cedente, que tenham sido efetivamente aceitos no seguro, cuja cobertura esteja em vigor, sendo que a inclusão dos dados do segurado no arquivo será enviado mensalmente para a seguradora. A cobertura do seguro cobre o risco de morte por qualquer causa do titular do seguro.

Suspensão do Seguro

A cobertura do seguro ficará suspensa quando ocorrer o atraso no recolhimento do prêmio à Seguradora, por falta de pagamento em prazo superior a 60 (sessenta) dias no recolhimento do prêmio pelo Seguro.

Liquidação dos Sinistros

Os sinistros serão liquidados em até 5 (cinco) dias úteis a partir da data de entrega da documentação completa à Seguradora.

Cancelamento da Apólice

A apólice será cancelada nos seguintes casos:

- (a) se houver extinção do Cedente ou se este for inabilitado por órgão competente, ao qual esteja vinculado;
- (b) por falta de pagamento das faturas mensais;
- (c) por desinteresse na renovação do seguro, comunicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por parte da Seguradora ou do Cedente;
- (d) a qualquer tempo, por motivo de natureza técnica, respeitado o aviso com 30 (trinta) dias de antecedência.

Garantias oferecidas aos Segurados

As garantias se dividem em três grupos: (i) básica (morte por qualquer causa); (ii) adicionais (invalidez permanente total por acidente) e (iii) especiais (invalidez parcial).

Há também uma garantia especial por desemprego, que tem por objetivo quitar até 4 (quatro) meses de parcelas de financiamento, contratado junto ao Cedente.

Excluídos da Cobertura

Estão excluídos expressamente da cobertura oferecida pela Seguradora os acidentes ocorridos em consequência de:

- (a) uso de material nuclear para quaisquer fins, incluindo explosões nucleares, provocada ou não, bem como a contaminação radioativa ou exposição a radiação nuclear ou ionizante;

- (b) atos ou operações de guerra, declarada ou não, de guerra química ou bacteriológica, de guerra civil, de guerrilha, revolução, agitação, motim, revolta, sedição, sublevação ou perturbações de ordem pública e delas decorrentes;
- (c) competições em veículos a motor, inclusive treinos preparatórios;
- (d) furacões, ciclones, terremotos, maremotos, erupções vulcânicas e outras convulsões da natureza;
- (e) prática, por parte do segurado, de atos ilícitos ou contrários à lei;
- (f) direta ou indiretamente de quaisquer alterações mentais conseqüentes do uso do álcool, de drogas, de entorpecentes ou de substâncias tóxicas;
- (g) de viagens de aeronaves que sejam consideradas irregulares ou cujos pilotos não estejam legalmente habilitados;
- (h) prática pelo Mutuário de esporte considerado perigoso ou de alto risco, conforme listado na apólice de seguro;
- (i) qualquer tipo de hérnia e suas conseqüências;
- (j) perturbações ou intoxicações alimentares decorrente da ação de produtos químicos, drogas ou medicamentos, exceto quando prescritos por médico;
- (k) suicídio ou tentativa de suicídio; e
- (l) choque anafilático e suas conseqüências.

PROCEDIMENTOS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E DE COBRANÇA

O resumo dos procedimentos de cobrança e de concessão de crédito abaixo apresentados destacam os principais elementos considerados relevantes para o entendimento do Fundo, não representando uma descrição exaustiva de todas as atividades e rotinas realizadas pelo Cedente. É importante ressaltar que o Cedente continuará a realizar as rotinas abaixo descritas também com relação aos financiamentos de sua titularidade não cedidos ao Fundo, sendo que certos procedimentos podem não ser relevantes para o Fundo.

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO – INSS

Atendimento

Antes do início do preenchimento do contrato, verificar a autenticidade dos documentos apresentados.

- Informar ao Mutuário os prazos, fatores, valores e procedimentos da operação de empréstimo.
- É vedado aceitar cópia simples de documentos, procurações ou declarações de renda.
- Verificar e respeitar o enquadramento do Mutuário no respectivo limite de crédito estabelecido.

Coleta e Verificação de Documentos

Solicitar ao Mutuário a apresentação dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. CPF;
3. Extrato de pagamentos e demonstrativo de benefício emitido pela *internet*;
4. Cartão do banco ou folha de talão de cheques; e
5. Comprovante de residência.

Providenciar cópia de todos os documentos acima especificados, com exceção do extrato de pagamentos e demonstrativo de benefício.

Certificar-se que a conta corrente na qual será creditado o valor do empréstimo é realmente de titularidade do Mutuário INSS.

Preenchimento da Cédula de Crédito Bancário INSS

De posse de toda documentação necessária, preencher a Ficha Cadastral (duas vias), utilizando

sempre letra de forma e grafando os números de forma legível, solicitando ao cliente que assine as duas vias conforme o documento de identidade.

- Solicitar a assinatura do Mutuário nas 3 vias da Cédula de Crédito Bancário referente aos Mutuários do INSS não preencher nenhum de seus campos.
- Caso o Mutuário exija receber uma via da Cédula de Crédito Bancário referente aos Mutuários do INSS, informar-lhe que ela lhe será disponibilizada em conformidade com o disposto na cláusula 5 das “Condições Gerais da Ficha Cadastral – Proposta de Empréstimo”.
- Utilizar no preenchimento caneta esferográfica nas cores AZUL ou PRETA, sendo vedado qualquer rasura.
- Preencher todos os campos considerados como “Cadastro Mínimo”.
- Colocar os códigos de loja que identificam o correspondente bancário no convênio.
- O campo CÓD. AUTORIZAÇÃO é de uso do BVA.
- O campo NOME E NÚMERO DA EMPRESA/ÓRGÃO CONVENIADO(A) deve ser preenchido com o nome do convênio em questão (INSS), o número do Convênio em questão (900).
- Evitar ao máximo as abreviações no NOME e ENDEREÇO do Mutuário.
- É OBRIGATÓRIO o preenchimento dos campos de CEP (não pode ser genérico) e TELEFONE. Caso o Mutuário não tenha telefone próprio, solicite um telefone para recados.
- No quadro 2 do Contrato de Mútuo (CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO), NÃO é permitido o preenchimento dos campos VALOR IOF E VALOR TOTAL.

Informações ao Mutuário do INSS

- Existindo alguma restrição que impeça o financiamento, informe ao respectivo Mutuário INSS de forma a não causar constrangimento.
- Existindo a necessidade de alguma providência por parte do Mutuário do INSS, relacione todos os problemas de uma única vez e oriente-o na solução.

- Informe ao Mutuário INSS que o depósito em sua conta corrente será realizado em, no máximo, 4 dias úteis após a entrega e aprovação do Cédula de Crédito Bancário referente aos Mutuários do pelo Cedente.

Recusa Automática

Existem situações que tornam a concessão de crédito impraticável, ou de grande risco. A ocorrência de qualquer das situações abaixo impede a aprovação direta do crédito:

- Inexistência de CPF;
- Idade inferior a 18 anos em caso de pensionistas vitalícios;
- Idade inferior a 22 anos em caso de pensionistas não vitalícios;
- Idade inferior a 18 anos em caso de aposentados;
- Financiamentos para terceiros;
- Mais de 3 empréstimos contratados e em vigor com o mesmo número de benefício (em qualquer instituição financeira);
- Inexistência de telefone para contato (Mutuário do INSS sem telefone residencial, comercial ou de contato);
- Inexistência de CEP (Mutuário do INSS sem CEP válido nos endereços residencial e comercial); ou
- Mutuários INSS sem comprovação de renda (é indispensável a apresentação do Extrato de Pagamentos e Demonstrativo de Benefício Emitido pela Internet).

POLÍTICA GERAL DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Instruções Gerais

O Cedente é o único e total responsável pela aceitação e efetivação das Cédulas de Crédito Bancário Consignadas encaminhados pelo correspondente bancário.

Para reduzir os riscos, é obrigatório

1. Calcular a Margem Consignável utilizando a fórmula previamente apresentada;

2. Solicitar a apresentação dos originais de todos os documentos; e
3. Verificar se a assinatura dos Mutuários nas Cédulas de Crédito Bancário Consignadas e anexos é a mesma que consta no respectivo documento de identidade.

Atendimento

Antes do início do preenchimento da Cédula de Crédito Bancário, deverão ser seguidos os seguintes procedimentos

- Verificar a autenticidade dos documentos apresentados (últimos contra-cheque e Autorização para Desconto em Folha de Pagamento);
- Informar ao Mutuário os prazos, fatores, valores e procedimentos da contratação do empréstimo (averbação);
- É vedado aceitar cópia simples de documentos, procurações ou declarações de renda; e
- Verificar e respeitar o enquadramento dos limites de crédito (margem consignável) estabelecidos, apresentando as comprovações necessárias.

Coleta e Verificação de Documentos

Deverá ser solicitado ao Mutuário a apresentação dos originais dos seguintes documentos

1. Carteira de Identidade (RG);
2. CPF;
3. Cópia (frente e verso e legível) do ultimo contra-cheque;
4. Cartão do banco ou folha de talão de cheques para comprovação da titularidade da conta corrente;
5. Comprovante de Residência; e
6. Extrato de pagamentos e demonstrativo de benefício emitido pela *internet (somente para Mutuários do INSS)*;

Além do disposto acima, deverá ser providenciada uma cópia legível de todos os documentos acima especificados, com exceção do extrato de pagamentos e demonstrativo de benefício, citado no item 6 acima.

Por fim, deverá ser certificado que a conta corrente na qual será creditado o valor do empréstimo é realmente de titularidade do Mutuário.

Preenchimento da Cédula de Crédito Bancário

De posse de toda documentação necessária, a Ficha Cadastral (duas vias), deverá ser preenchida utilizando-se sempre letra de forma e grafando os números de forma legível, solicitando ao cliente que assine as duas vias conforme o documento de identidade.

Ainda deverão ser seguidos os seguintes procedimentos

- Solicitar a assinatura do Mutuário nas 3 vias da Cédula de Crédito Bancário – não preencha nenhum de seus campos;
- Caso o Mutuário exija receber uma via da Cédula de Crédito Bancário, informar-lhe que ela lhe será disponibilizada em conformidade com o disposto na cláusula 5 das “Condições Gerais da Ficha Cadastral – Proposta de Empréstimo”;
- Utilizar no preenchimento caneta esferográfica nas cores AZUL ou PRETA, sendo vedadas rasuras (especialmente nos campos financeiros);
- Preencher todos os campos considerados como “cadastro mínimo”;
- O campo N°. PROTOCOLO é de uso do Cedente;
- O campo PRODUTO deve ser preenchido com o n°. 100;
- O campo AGÊNCIA deve ser preenchido com o n°. 001;
- O campo CÓD. AUTORIZAÇÃO é de uso do Cedente;
- O campo NOME E NÚMERO DA EMPRESA/ÓRGÃO CONVENIADO(A) deve ser preenchido com o nome do convênio em questão (quando o Mutuário for ligado ao INSS), o número do Convênio em questão (900);
- O campo LOJISTA deverá ser preenchido com o código do respectivo correspondente bancário;
- Evitar ao máximo as abreviações no NOME e ENDEREÇO do Mutuário;
- É OBRIGATÓRIO o preenchimento dos campos de CEP (não pode ser genérico) e TELEFONE. Caso o Mutuário não tenha telefone próprio, solicitar um telefone para recados;

- O Quadro IV (CONVÊNIO) indica a fonte pagadora do contrato de crédito, devendo o campo Nº CONVÊNIO ser preenchido com o número 600 (código interno Cedente) e o campo NOME CONVENIADO;
- No Quadro V (DADOS DO CRÉDITO) não é permitido o preenchimento dos campos VALOR IOC, VALOR TOTAL FINANCIADO / EMPRESTADO, TAXA MENSAL e TAXA EFETIVA ANUAL;
- No Quadro V (DADOS DO CRÉDITO) a DATA ASSINATURA CEDULA deve ser preenchida com a data de envio do contrato para o Cedente; e
- Preencher devidamente a Autorização para Desconto em Folha de Pagamento (1ª e 2ª vias do Cedente e 3ª via do Mutuário) deve ser formalizada pelo correspondente bancário, cabendo ao Cedente ou a quem este indicar efetuar a reserva de margem pela Internet, imprimindo esta tela.

Informações ao Mutuário

Caso haja alguma restrição que impeça o financiamento, informe ao Mutuário de forma a não causar constrangimento, sendo que, se houver a necessidade de alguma providência por parte do Mutuário, relacione todos os problemas de uma única vez e oriente-o na solução.

O Mutuário deverá ser informado que o depósito em sua conta corrente será realizado no máximo em 24 horas após a entrega e aprovação do respectiva Cédula de Crédito Bancário pelo Cedente, via DOC ou TED. Em caso de Mutuário ligado ao o depósito em sua conta corrente será realizado em, no máximo, 4 (quatro) Dias Úteis após a entrega e aprovação da Cédula de Crédito Bancário pelo Cedente.

Recusa Automática

Existem situações que tornam a concessão de crédito impraticável, ou de grande risco. A ocorrência de qualquer das situações abaixo impedem a aprovação direta do crédito

1. Inexistência de CPF;
2. Idade inferior a 18 anos;
3. Tempo mínimo de serviço inferior a 03 meses;
4. Estagiários;

5. Extraquadro, cotistas e similares (servidores que não possuem estabilidade / vínculo empregatício ou a lei não permite desconto em folha). SÃO OS SERVIDORES QUE ESTÃO FORA DA RELAÇÃO DE PREFIXOS, QUE VAI DE 10 A 15.
6. Celetistas com idade superior a 51 anos e menos que 2 anos de serviço.
7. Servidores que não fazem parte do convênio entre o Cedente e a respectiva Entidade.
8. Financiamentos para terceiros.
9. Inexistência de telefone para contato.
10. Inexistência de CEP (Mutuário sem CEP válido nos endereços residencial e comercial).
11. Mutuários sem comprovação de renda (é indispensável a apresentação do último Contra-Cheque original mais recentes – mês anterior).

Em caso de Mutuários ligados ao INSS além das observações acima citadas, deverão ser observadas as seguintes situações

1. Mutuário sem comprovação de renda (é indispensável a apresentação do Extrato de Pagamentos e Demonstrativo de Benefício Emitido pela Internet).
2. Idade inferior a 22 anos em caso de pensionistas não vitalícios;
3. Idade inferior a 18 anos em caso de aposentados;
4. Mais de 3 empréstimos contratados e em vigor com o mesmo número de benefício (em qualquer instituição financeira);
5. Inexistência de telefone para contato (Mutuário ligado ao INSS sem telefone residencial, comercial ou de contato);

Comprovações

Os seguintes itens necessitam comprovação obrigatória

1. IDENTIDADE conferir sempre assinatura do contrato com o documento de identidade.

2. TEMPO DE SERVIÇO observar o campo ADMISSÃO do CONTRA-CHEQUE do Mutuário para comprovar o mínimo de 03 meses (Exceto pensionista e inativo).
3. CONTA-CORRENTE caso a conta-corrente para crédito do valor objeto do empréstimo seja diferente da citada no contra-cheque, é necessária a comprovação de que se trata de uma conta do próprio Mutuário.

Limite de Crédito

Para o cálculo da margem consignável deverão ser considerados os seguintes dados:

1. Para início do cálculo utilizar o valor bruto do servidor e descontar os vencimentos abaixo
 - a) Salário Família;
 - b) Auxílio Transporte;
 - c) 13º salário;
 - d) Adicional de Férias;
 - e) Auxílio Pré-Escolar;
 - f) PSS;
 - g) IPMF;
 - h) Gratificação de Dificil Acesso;
 - i) Bônus Cultura; e
 - j) Outros vencimentos Não Fixos.
2. Deste resultado, abater os descontos
 - a) Previdenciários (INSS, PREVI-RIO, etc.);
 - b) Fiscais (Imposto de Renda, etc);
 - c) Excedente de Teto;
 - d) Devolução Adiantamento 13º; e
 - e) Pensão Alimentícia (se houver).
3. Sobre este Resultado aplica-se o percentual de
 - a) 40% para os Mutuários Consignados que não tenham financiamento imobiliário; e
 - b) 70% para os Mutuários Consignados que tenham financiamento imobiliário.
4. O valor encontrado é a Margem Consignável Total do servidor.

Caso o servidor possua outros descontos (consignatárias, financiamento imobiliário,

empréstimos instituições financeiras, associações, planos de saúde, seguros de vida, etc), deve-se abater da Margem Consignável Total estes valores, obtendo-se assim a Margem Consignável Final do servidor.

Tanto para servidores ativos quanto para os inativos será utilizada até 100% da Margem Consignável Final.

Financiamento

Cada Cédula de Crédito Bancário deverá ter valor de empréstimo de, no mínimo, R\$ 300,00 (trezentos reais), e, no máximo, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), exceto no caso de Cédulas de Crédito Bancário vinculadas aos Consignantes da administração direta e indireta federal e Tribunais de Justiça, cujo limite será de R\$200.000,00 (duzentos mil reais); e

Os empréstimos somente podem ser concedidos para determinado Mutuário se as parcelas de pagamentos do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus vencimentos, observados os limites máximos de consignação estabelecidos nos Convênios, nas leis e regulamentos aplicáveis;

Observado o disposto acima, o percentual da consignação de proventos mensais do Mutuário, para pagamento dos Direitos de Crédito, não deverá ser superior a 30% (trinta por cento) do total dos proventos mensais disponíveis para consignação;

o prazo de vencimento final das Cédulas de Crédito Bancário deverá ser de no mínimo 6 (seis) meses e no máximo 60 (sessenta) meses.

Conferência

Os dados de identificação e o preenchimento da Cédula de Crédito Bancário deverão ser conferidos, completando e corrigindo onde haja necessidade, com a caneta de mesma cor. Ainda, deverão ser conferidos os Cálculos da Margem Consignável e do Financiamento.

Vale frisar que não poderão haver rasuras na Cédula de Crédito Bancário, nem qualquer item pendente (ex. Falta de Documentação, Falta de Assinaturas, etc.)

Por fim, deverá ser verificado se o Mutuário faz parte da ADMINISTRAÇÃO DIRETA (convênio firmado entre uma Entidade e o Cedente).

Aprovação

O funcionário conferente da documentação deve estar perfeitamente identificado em todas as vias do contrato, constando seu nome e carimbo com cargo e assinatura ou rubrica no campo indicado na Cédula de Crédito Bancário.

Assinaturas

O encerramento do processo de atendimento e aprovação dar-se-á pela assinatura da Cédula de

Crédito Bancário pelo respectivo Mutuário, sendo que compete ao correspondente bancário a confrontação da assinatura original da Cédula de Crédito Bancário com a assinatura constante no documento de identidade.

Remessa da Documentação

O respectivo correspondente bancário deverá encaminhar as vias das Cédulas de Crédito Bancário assinadas ao Cedente, acompanhadas de toda a cópia da documentação do Mutuários, os 3 últimos contra-cheques do mesmo e com Borderô (3 vias), constando os CPFs, NOMES e VALORES a serem liberados para cada cliente, além da totalização dos valores.

As Cédulas de Crédito Bancário que chegarem no Cedente até às 1300h serão creditados no mesmo dia, enquanto as Cédulas de Crédito Bancário Consignadas que chegarem após este horário serão creditados no dia seguinte. As liberações serão efetuadas diretamente na conta corrente dos servidores, via DOC ou TED.

As Cédulas de Crédito Bancário que estiverem em desacordo com as normas operacionais aqui estabelecidas e/ou rasurados serão retirados dos borderôs e devolvidos ao correspondente bancário (juntamente com a 2ª via da Capa de Lote), que terá total responsabilidade para a realização das providências de regularização, bem como o preenchimento de nova Cédula de Crédito Bancário, ou devolução dos contra-cheques e aviso ao respectivo Mutuário, caso seja necessário.

ROTINAS DE COBRANÇA DAS CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO INADIMPLENTES

Considerando o tempo em que cada Cédula de Crédito Bancário está inadimplente, são tomadas as seguintes ações com objetivo de recebimento dos valores devidos

Providências	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	acima de 540 dias
1. Carta de Notificação	sim	sim	sim	sim
2. Averbação de Parcela	não	sim	sim	sim
3. Alteração de número de Parcelas	sim	sim	não	não
4. Negativação no SPC / Serasa	não	não	sim	sim
5. Boleto Bancário / OCT Bradesco	sim	sim	não	não
6. Cobrança Terceirizada	não	não	sim	sim

As ações contidas na tabela acima são tomadas nas seguintes hipóteses, considerando-se a relação custo X benefício da implementação das mesmas

Envio de Carta de Notificação

O envio de cartas de notificação é usado para avisar ao Mutuário que ele se encontra inadimplente, solicitando que ele entre em contato com o Cedente para sanar esta dívida.

Averbação Integral / Parcial

Esta medida é usada quando o Mutuário possui margem insuficiente para o pagamento de sua dívida no valor integral da parcela ou mesmo parcial, tendo assim seu prazo da respectiva Cédula de Crédito Bancário estendida. O valor parcial da averbação depende das regras de cada convênio e do tempo de atraso.

Alteração do Número de Parcelas Devidas

Em caso de perda de margem, pelo Mutuário, o valor das parcelas em aberto é somado e o respectiva Cédula de Crédito Bancário é reaverbado, utilizando o valor das parcelas devidas como base de saldo devedor. Esta ação pode ser tomada, também, quando há o pagamento apenas parcial dos Direitos de Crédito, obrigando o Cedente, assim, a cobrar o saldo devedor através de parcelas futuras.

Recuperação Via Seguro Prestamista

Em caso de morte dos Mutuários INSS, os Direitos de Crédito devidos são pagos através do seguro. Nesta hipótese, é remetida à companhia seguradora a certidão de óbito do Mutuário em questão, a qual, por sua vez, transfere o montante equivalente ao saldo devedor do cliente e a área de conciliação do Cedente processa a quitação o empréstimo em aberto.

1. Negativação no SPC / Serasa

São encaminhados aos órgãos restritivos ao crédito os nomes de todos os Mutuários que não possuem mais vínculo com seus órgãos empregatícios e possuem saldo devedor em atraso com o Cedente. Antes da negativação do cliente, a área de cobrança envia os contratos para a área de atendimento para uma tentativa de negociação amigável da dívida.

Boleto Bancário / OCT Bradesco

Todos os servidores que possuem parcelas vencidas receberão como opção para pagamento, boletos bancários ou OCT do Bradesco para que regularizem suas pendências, evitando assim medidas de cobrança mais agressivas futuramente.

Para maiores informações, vide Anexo IV do Regulamento – “Política de Cobrança”.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO

O resumo da estrutura do Programa de Securitização abaixo apresentado possui apenas a finalidade de oferecer uma visão global do Programa de Securitização, sendo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento e do Contrato de Cessão, foram simplificados. Nenhuma decisão de investir nas Quotas deverá ser tomada baseada somente nas informações desta Seção. O resumo aqui apresentado deve ser cuidadosamente analisado tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto. Os termos utilizados nesta Seção que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no glossário deste Prospecto ou no Regulamento.

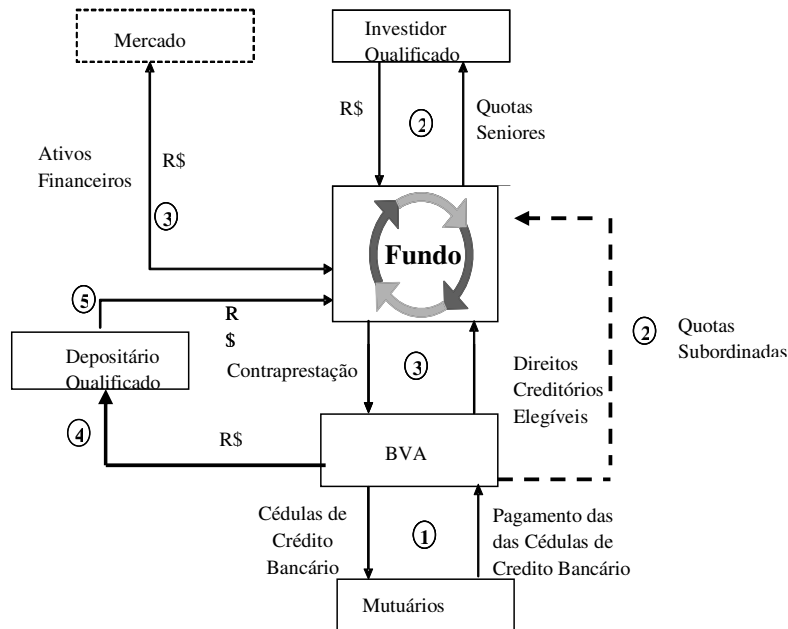
RESUMO DA ESTRUTURA

O Fundo tem como objetivo proporcionar a seus Quotistas, observados os termos e as condições do Regulamento, a valorização de suas Quotas mediante a aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito e de Ativos Financeiros. Os procedimentos para aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo, incluindo os relacionados à verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade, encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão.

Vide Seção “Características Básicas do Programa de Securitização – Procedimento de Oferta de Direitos de Crédito e de Formalização da Cessão” deste Prospecto.

O Fundo adquirirá, em caráter continuado, Direitos de Crédito do Cedente utilizando-se dos recursos provenientes da integralização de Quotas e da liquidação dos ativos de sua titularidade pelas respectivas contrapartes, e/ou processará a aquisição de Direitos de Crédito em contrapartida à subscrição e integralização de Quotas Subordinadas.

FLUXOGRAMA DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO



Fluxo do Programa de Securitização

1. O Cedente concede empréstimos aos Mutuários, constituindo Diretos de Crédito lastreados em Cédula de Crédito Bancário.
2. O Fundo capta recursos mediante a emissão de Quotas, as quais serão adquiridas e integralizadas pelos Investidores Qualificados. O Cedente subscreve Quotas Subordinadas em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo.
3. O Fundo utiliza os recursos recebidos conforme o item “2” acima para adquirir Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros
4. No vencimento de cada parcela das Cédulas de Crédito Bancário, o Cedente transfere os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos de Crédito devidos pelos Mutuários ao Depositário Qualificado ou diretamente ao Custodiante, conforme o caso.
5. Após recebimento de valores, o Depositário Qualificado repassa à Conta do Fundo os valores decorrentes do pagamento de Direitos de Crédito de titularidade do Fundo.

O Cedente devera oferecer ao Fundo tantos Direitos de Crédito Elegíveis quantos sejam necessários para permitir a subscrição da totalidade das Quotas Seniores da 1ª Série, conforme definido no Contrato de Colocação, nos termos do respectivo Suplemento, no respectivo Prazo de Colocação.

Na ocorrência de emissão, pelo Fundo, de outra(s) série(s) de Quotas Seniores, após a subscrição da totalidade das Quotas Seniores da 1ª Série, o Cedente obriga-se ainda a oferecer ao Fundo tantos Direitos de Crédito Elegíveis quantos sejam necessários para permitir a subscrição da totalidade das Quotas Seniores das séries subseqüentes, nos termos do respectivo Suplemento, no respectivo Prazo de Colocação, desde que o Cedente tenha expressamente concordado com a emissão da série de Quotas Seniores em questão.

No entanto, caso o Cedente, a seu exclusivo critério, interromper os procedimentos de cessão, a ocorrência de tal evento poderá dar causa a um Evento de Liquidação.

AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO

Conforme o disposto nos termos do inciso II do § 3º do Artigo 8 da Instrução CVM 356, as taxas de desconto praticadas pela Administradora do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito serão realizadas à taxa de mercado.

Adicionalmente, informamos que a taxa mínima de desconto praticada pelo Fundo na data do Prospecto é correspondente ao CDI acrescido de sobretaxa de 2,8% ao ano.

O preço de aquisição de cada Direito de Crédito Elegível a ser pago pelo Fundo ao respectivo Cedente será calculado de acordo com a fórmula do Preço de Aquisição indicada na página 81 abaixo, conforme disposto na seção “*Preço de Aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis*” e especificada nos respectivos Termos de Cessão.

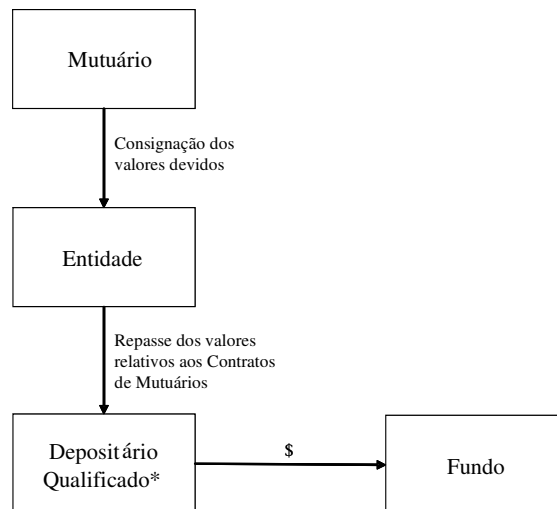
*Vide Seção “**PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS**” na página 81 deste Prospecto.*

PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DE VALORES

O Cedente terá, no curso ordinário de seus negócios, cedido Direitos de Crédito, relativos ao convênio firmado com o Exército, o INSS e outros Consignantes, a terceiros.

Considerando o acima exposto, a totalidade dos recursos decorrentes das consignações relativas aos Direitos de Crédito de titularidade do Cedente, provenientes dos valores consignados na renda mensal dos Mutuários, do Fundo e de outros cessionários será creditada pelas Entidades nas respectivas Contas Vinculadas, mantidas pelo Cedente no Depositário Qualificado.

Os recursos referidos no parágrafo acima serão transferidos pelo Depositário Qualificado, nos termos do Convênio de Cobrança, observadas as regras nele contidas.



* Contas Correntes de Coleta.

Fluxo: Recebimento de valores relativos aos Direitos de Crédito.

PROCEDIMENTO DE OFERTA DE DIREITOS DE CRÉDITO E DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO

O Fundo representado por sua Administradora, somente poderá adquirir Direitos de Crédito Elegíveis do Cedente, em moeda corrente nacional, observados os limites de composição e diversificação da carteira do Fundo, bem como os procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão, desde que, computada, pro forma, a aquisição dos respectivos Direitos de Crédito.

O Cedente deverá observar, cumulativamente, na referida aquisição, os prazos para regularização definidos no Artigo 8º do Regulamento, na hipótese de desenquadramento de quaisquer dos limites e parâmetros definidos.

Uma vez celebradas as Cédulas de Crédito Bancário e, assim, constituídos os Direitos de Crédito, o Cedente poderá ofertá-los ao Fundo.

O Cedente colocará à disposição do Custodiante, por conta e ordem do Fundo, por meio eletrônico, o arquivo contendo as características dos Direitos de Crédito que o Cedente está disposto a ceder ao Fundo (o “Arquivo Magnético”). O envio do Arquivo Magnético ao Fundo caracteriza a oferta de cessão dos Direitos de Crédito pelo Cedente ao Fundo. O Arquivo Magnético será considerado entregue na data em que for efetivamente recebido pelo Custodiante (a “Data da Oferta”), sendo certo que o recebimento somente poderá ocorrer até as 1000 horas. Arquivos Magnéticos enviados ou recebidos após essa hora serão considerados efetivamente recebidos no Dia Útil imediatamente posterior ao do seu envio ou recebimento.

Quando do envio do Arquivo Magnético ao Fundo, a Administradora indicará ao Custodiante e ao Cedente o valor das contrapartidas que serão utilizadas em sua aquisição (i.e., moeda corrente nacional e/ou Direitos de Crédito, conforme o caso) e a respectiva Taxa de Desconto

que deverá ser utilizada para aquisição dos Direitos de Crédito, até às 1000 horas de cada Data de Oferta.

Após o recebimento do Arquivo Magnético e verificação de quais Direitos de Crédito identificados atendem aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante enviará ao Cedente e à Administradora, por meio eletrônico, a partir das 15:00 horas da Data da Oferta, relatório sintético contendo a relação dos Direitos de Crédito Elegíveis que pretende adquirir, individualmente identificados, contemplando, no mínimo, (i) as informações referentes aos Direitos de Crédito e (ii) o respectivo Preço de Aquisição, calculado na forma do Anexo V do Contrato de Cessão. O envio do arquivo eletrônico, nos termos desta Cláusula, configurará o aceite pelo Custodiante da oferta de Direitos de Crédito realizada pelo Cedente (a “Data de Aceitação da Oferta”).

Caso o somatório do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito seja superior ao montante que o Fundo tenha disponível para aquisição de Direitos de Crédito (o “Potencial de Aquisição”) aplicável na ocasião, o Custodiante deverá excluir tantos Direitos de Crédito quantos forem necessários para que o Preço de Aquisição, constante do relatório enviado ao Cedente, atinja valor igual ou imediatamente inferior ao respectivo Potencial de Aquisição.

O Custodiante deverá excluir Direitos de Crédito, partindo sempre do Direito Creditório de maior valor nominal e de prazo mais longo, até que o Preço de Aquisição constante do relatório enviado ao Cedente atinja valor igual ou imediatamente inferior ao respectivo Potencial de Aquisição.

Após a identificação dos Direitos de Crédito Elegíveis que serão adquiridos pelo Fundo, na forma da Cláusula 3.2 acima, o Cedente enviará ao Custodiante, com cópia para a Administradora, até as 1600 horas do Dia Útil imediatamente posterior à Data de Aceitação da Oferta, por meio de *fac-símile*, o Termo de Cessão preparado na forma do Anexo II do Contrato de Cessão (o “Termo de Cessão”), devidamente assinado pelas suas Pessoas Autorizadas (a “Data da Cessão”).

A Administradora deverá devolver ao Cedente, até 1 (um) dia útil Data da Cessão, por meio de *fac-símile*, o Termo de Cessão, devidamente assinado por suas Pessoas Autorizadas, e após o envio, as Partes renunciam ao direito de arrependimento com relação à cessão.

Na Data da Cessão, após o recebimento do Termo de Cessão, na forma do parágrafo acima, a Administradora, em nome do Fundo, providenciará o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito ao Cedente, nos termos da Cláusula V do Contrato de Cessão.

O Cedente obriga-se a entregar à Administradora 4 (quatro) vias originais do Termo de Cessão acompanhados de seus anexos, até o 5º (quinto) dia útil imediatamente subsequente à respectiva Data da Cessão, devidamente assinadas e rubricadas digitalmente por suas Pessoas Autorizadas.

Nenhuma nova aquisição de Direitos de Crédito será processada pela Administradora enquanto o Cedente estiver inadimplente no cumprimento das obrigações referidas no parágrafo acima.

A cessão de Direitos de Crédito do Cedente ao Fundo será considerada perfeita e acabada quando do recebimento, pelo Fundo, do Termo de Cessão assinado pelo Cedente, via *fac-símile* ou correio eletrônico, na forma dos parágrafos acima, e do pagamento do Preço de Aquisição ao Cedente, sendo facultado à Administradora, por conta e ordem do Fundo, o direito de arrependimento na

hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação Contratual anteriormente ao pagamento do Preço de Aquisição.

Em caso de arrependimento da cessão por parte do Fundo, na forma prevista acima, o Fundo deverá indenizar o Cedente pelo prazo em que os Direitos de Crédito ficaram à sua disposição, pelo valor equivalente à Taxa de Desconto aplicada sobre os referidos Direitos de Crédito, sendo que tal prazo será iniciado quando do recebimento pelo Cedente do Arquivo Magnético, de acordo com o disposto na cláusula 3.2 do Contrato de Cessão, e encerrado na data do arrependimento e efetivo cancelamento da compra e venda.

A cessão, formalizada na forma estabelecida acima transfere ao Fundo a plena titularidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e de todos e quaisquer direitos, seguros, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações, assegurados em razão de sua titularidade. Esta transferência se operará em caráter definitivo, sem direito de regresso ou coobrigação do Cedente.

O Cedente e o Fundo poderão celebrar cessões de 1 (uma) ou mais prestações referentes à mesma Cédula de Crédito Bancário, desde que não sejam referentes a prestações de pagamento com a mesma data de vencimento. As prestações referentes às mesmas Cédulas de Crédito Bancário deverão sempre ser consecutivas. Cada prestação será considerada, para os fins do Contrato de Cessão, individualmente, um Direito de Crédito.

Os Direitos de Crédito constantes do Arquivo Magnético, que não *atendam aos Critérios de Elegibilidade*, poderão ser re-ofertados em data posterior à Data da Oferta, devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de verificação de atendimento aos Critérios de Elegibilidade e de formalização da cessão, nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento.

O Cedente não responde pela solvência dos Mutuários, seja em caráter solidário ou subsidiário, nem tampouco pela liquidação de suas obrigações pecuniárias nos termos das respectivas Cédulas de Crédito Bancário, sendo apenas responsável pela existência e correta formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, nos termos da Cláusula 1.4 do Contrato de Cessão.

Ressalvada a hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, a perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito de Crédito Elegível, não dará ao Fundo qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra o Cedente.

A cessão dos Direitos de Crédito do Cedente ao Fundo, nos termos desta Cláusula, implica, também, independentemente de qualquer outro procedimento adicional, na cessão, ao Fundo, total ou parcial, conforme o caso, dos Direitos de Crédito de titularidade do Cedente, na qualidade de 1ª (primeiro) beneficiário do Seguro de Vida vinculado aos Direitos de Crédito cedidos. Portanto, a totalidade dos valores pagos pela respectiva companhia seguradora, na hipótese de ocorrência de sinistro coberto pelo Seguro de Vida deverão ser repassados ao Fundo nos termos da Cláusula 10.4 do Contrato de Cessão.

O Cedente, a Administradora e o Custodiante não respondem pelo pagamento dos Seguros de Vida e pela solvência das respectivas companhias seguradoras.

O Custodiante constituiu o Cedente, na forma do Contrato de Custódia Física de Documentos, como fiel depositário dos Documentos Comprobatórios, conforme disposto no artigo 627 e

seguintes do Código Civil Brasileiro, de maneira que deverão ser observados os procedimentos e obrigações estabelecidas no referido contrato quando houver questões atinentes aos Documentos Comprobatórios.

Na hipótese de inadimplemento do pagamento de Direito de Crédito devido por qualquer Mutuário por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis, deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cobrança, celebrado, entre o Fundo, o Custodiante e o Cedente, na qualidade de Agente de Cobrança.

CONDIÇÕES DA CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Quando da aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, a Administradora e o Custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.

Todos e quaisquer Direitos de Crédito a serem oferecidos pelo Cedente ao Fundo deverão observar, cumulativamente, as seguintes Condições da Cessão

- (a) os Direitos de Crédito devem ser oriundos de Cédulas de Crédito Bancário que tenham como devedores os Mutuários;
- (b) as Cédulas de Crédito Bancário que dão origem aos Direitos de Crédito devem ser decorrentes de Convênios celebrados entre o Cedente e os Consignantes relacionados no Anexo VI do Contrato de Cessão, que autorizem o pagamento das Cédulas de Crédito Bancário por meio de consignação em folha de pagamento diretamente nos vencimentos, pensões, aposentadorias ou outros proventos de titularidade dos Mutuários, devidos mensalmente pelo Consignante;
- (c) com base na legislação aplicável, inclusive na esfera de competência do Consignante, somente poderão ser adquiridos Direitos de Crédito cuja autorização para consignação em folha de pagamento não possa ser cancelada sem a aprovação do credor do Direito de Crédito; e
- (d) os Direitos de Crédito relativos às Cédulas de Crédito Bancário que não possuam Averbação Eletrônica pelo Consignante deverão ter ao menos uma parcela paga.

A cessão de Direitos de Crédito pelo Fundo, inclusive nos casos de utilização desta forma para o pagamento dos haveres dos Quotistas, nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável à espécie, somente poderá ser realizada à vista, em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo.

Considera-se Direitos de Crédito Elegíveis, todos e quaisquer Direitos de Crédito que atendam, cumulativamente, na Data da Aquisição, aos limites de concentração definidos no Regulamento, e aos Critérios de Elegibilidade abaixo definidos

- (a) os Direitos de Crédito devem ser decorrentes de empréstimos concedidos exclusivamente pelo Cedente;

- (b) os Direitos de Crédito devem ser vinculados a Consignantes que não estejam inadimplentes em repasses de parcelas de Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, por mais de 60 (sessenta) dias, na data da respectiva cessão;
- (c) um mesmo Mutuário, devedor de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não pode estar em dívida para com o Fundo em valor superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), exceto no caso de Mutuários vinculados aos Consignantes da administração direta e indireta federal e Tribunais de Justiça, cujo limite será de R\$200.000,00 (duzentos mil reais);
- (d) os Direitos de Crédito devem ser vinculados a Mutuários que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos de Crédito vencidos e não pagos ao Fundo;
- (e) o prazo de vencimento dos Direitos de Crédito, assim considerada cada parcela das Cédulas de Crédito Bancário, não poderá ser superior à data de resgate da última série de Quotas Seniores em Circulação;
- (f) a idade de Mutuários cujo Consignante seja o INSS, à época da cessão, não poderá ser inferior a 21 (vinte e um) anos e superior a 79 (setenta e nove) anos;
- (g) a idade dos Mutuários, com exceção daqueles indicados no item (f) acima, à época da cessão, não poderá ser inferior a 18 (dezoito) anos e superior a 75 (setenta e cinco) anos;
- (h) os Direitos de Crédito relativos aos empréstimos concedidos em virtude de Convênios com Consignantes Verificáveis somente poderão ser adquiridos pelo Fundo após prévia verificação por parte da Administradora ou do Custodiante da exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Cedente (i) ocorrência da averbação da consignação em folha; (ii) identificação do Mutuário; e (iii) confirmação de que o Mutuário é servidor público (ou Aposentado ou Pensionista, no caso de Direitos de Crédito cujo Consignante seja o INSS); sendo que essa verificação será feita a partir de informações provenientes dos respectivos Consignantes (ou da DATAPREV, no caso de Direitos de Crédito cujo Consignante seja o INSS); e
- (i) Os Consignantes deverão ser previamente cadastrados pelo Custodiante e deverão constar expressamente do Anexo VI do Contrato de Cessão.

Sem prejuízo do disposto acima, está previsto no Regulamento e no Contrato de Cessão, que o Cedente responde tão somente pela existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão. Previamente à concessão de qualquer empréstimo consignado aos Mutuários, o Cedente calcula e verifica junto ao Consignante qual margem consignável disponível a tal Mutuário, de acordo com a regulamentação aplicável, somente após o que é aprovado e concedido o crédito ao Mutuário. Todos os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo possuem confirmação de adequação à margem consignável da folha de pagamento ao Cedente. Para mais informações sobre a confirmação da margem consignável, vide seção “*Política Geral de Concessão de Crédito*”, constante da página

64 deste Prospecto.

VERIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

O Custodiante, no momento de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, não se encontra obrigado a verificar o atendimento às Condições de Cessão descritas acima, sendo o Cedente o responsável por tal verificação.

No entanto, na aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo, caberá ao Custodiante antes de formalização de cada cessão, verificar o atendimento, pelos Direitos de Crédito, aos respectivos Critérios de Elegibilidade, bem como pela operacionalização de todas as rotinas e procedimentos necessários à aquisição pelo Fundo dos Direitos de Crédito Elegíveis, nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento.

Desde que observados os termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, a verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade realizada pelo Custodiante será considerada como definitiva.

A perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito de Crédito Elegível, não dará ao Fundo qualquer recurso ou direito de regresso contra o Cedente, a Administradora, o Gestor, o Custodiante, e suas Partes Relacionadas, salvo na existência de comprovada má fé ou dolo das partes.

INEXISTÊNCIA DE COBRIGAÇÃO

A cessão, formalizada na forma do item “*Procedimento de Oferta de Direitos de Crédito e de Formalização da Cessão*” acima, transfere ao Fundo a plena titularidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e de todos e quaisquer direitos, seguros, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações, assegurados em razão de sua titularidade. Esta transferência se operará em caráter definitivo, sem direito de regresso ou coobrigação do Cedente.

PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS

Pela aquisição de cada Direito de Crédito, será pago pelo Fundo ao Cedente, o Preço de Aquisição, em moeda corrente nacional, conforme indicado em cada Termo de Cessão, cujo valor será apurado na forma prevista no Anexo VI do Contrato de Cessão, de acordo com a seguinte expressão:

$$PA = \frac{VN}{\left\{ \left[\left(\frac{DI_f}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right] \times \left[(1,028)^{\frac{1}{252}} \right] \right\}^N}$$

onde

PA	=	Preço de Aquisição de cada Direito Creditório.
VN	=	valor nominal de cada Direito Creditório.
Dif	=	corresponde à taxa de juros prefixada no período de 6 meses, referenciada pela curva de futuros da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F, e expressa em base 252 dias úteis. Exemplo Se Taxa DI futura for 16,50%, então Dif = 16,50.
N	=	número de Dias Úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

Na Data da Cessão, após o recebimento do Termo de Cessão, na forma da Cláusula 3.5 do Contrato de Cessão, o Custodiante, providenciará o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito ao Cedente, nos termos da Cláusula V do Contrato de Cessão.

OPÇÕES DE COMPRA DOS DIREITOS DE CRÉDITO PELO CEDENTE

Enquanto o Fundo estiver em funcionamento, o Cedente poderá adquirir qualquer Direito de Crédito de titularidade do Fundo, por meio de simples notificação por escrito à Administradora e ao Gestor, pelo respectivo Preço de Aquisição, atualizado pela Taxa de Desconto aplicada na operação de aquisição do referido Direito de Crédito pelo Fundo.

Caso seja verificado que o procedimento de recompra poderá impactar de qualquer forma no enquadramento da carteira do Fundo, o Gestor ou a Administradora, poderão suspender a recompra pelo prazo considerado necessário à regularização do Fundo.

O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo que estejam inadimplidos, os quais poderão ser adquiridos pelo Cedente independentemente da prévia aprovação da Administradora ou do Gestor, por meio de simples notificação por escrito a estes com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que a aquisição deva ser concretizada, pelo respectivo Preço de Aquisição, atualizado pela Taxa de Desconto aplicada na aquisição de tal Direito de Crédito inadimplido pelo Fundo. Caso a recompra de que trata este parágrafo seja realizada após o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de vencimento do Direito de Crédito inadimplido, o Cedente poderá adquirir o referido Direito de Crédito por R\$ 1,00 (um real).

O preço de aquisição dos Direitos de Crédito, deverá ser pago à vista, em moeda corrente nacional, na data de celebração do Termo de Compra, por meio de crédito dos respectivos valores na Conta do Fundo.

Sem prejuízo das opções de compra referidas nos parágrafos acima, o Cedente terá o direito de primeira recusa, caso a Administradora deseje alienar quaisquer Direitos de Crédito inadimplentes de titularidade do Fundo para qualquer terceiro. Para fins do disposto nesta Cláusula, sempre que pretenda alienar Direitos de Crédito, a Administradora enviará ao Cedente

uma notificação identificando os Direitos de Crédito que pretende alienar e o respectivo valor. O Cedente terá o prazo de 15 (quinze) Dias Úteis (o “Prazo de Exercício”), contados do recebimento da referida notificação, para exercer o seu direito de primeira recusa, informando à Administradora se deseja ou não adquirir os referidos Direitos de Crédito. Caso exerça o referido direito, o Cedente deverá realizar o pagamento dos Direitos de Crédito ao Fundo, pelo mesmo preço oferecido por terceiro, até o último dia do Prazo de Exercício. Por outro lado, caso o Cedente não exerça o direito de primeira recusa, ou deixe de se manifestar no Prazo de Exercício, a Administradora estará livre para alienar os Direitos de Crédito em questão pelo prazo de 30 (trinta) Dias Úteis.

A venda de Direitos de Crédito tratada neste item “Opções de Compra dos Direitos de Crédito” se confirmará por meio do Termo de Cessão, na forma do Anexo II do Contrato de Cessão, o qual indicará os Direitos de Crédito efetivamente cedidos e informações correlatas.

Em nenhuma hipótese a Administradora, o Custodiante, qualquer de suas Partes poderão adquirir qualquer Direito de Crédito de titularidade do Fundo.

A cessão dos Direitos de Crédito do Fundo para qualquer terceiro somente poderá ser realizada mediante pagamento à vista, em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo.

CONDIÇÕES RESOLUTIVAS DA CESSÃO

Considerar-se Condição Resolutiva da Cessão, quando for resolvida a cessão de todos os Direitos de Crédito referentes a uma mesma Cédula de Crédito Bancário, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses

- (a) caso qualquer Direito de Crédito seja reclamado por terceiros que aleguem serem titulares da propriedade, ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tal Direito de Crédito;
- (b) caso seja verificada, a qualquer tempo, pelo Cedente, pela Administradora e/ou pelo Depositário Qualificado a existência de vícios, defeitos ou inexistência de lastro em Direitos de Crédito;
- (c) caso seja verificado, a qualquer tempo, pelo Cedente, pela Administradora e/ou pelo Depositário Qualificado que o Direito de Crédito cedido ao Fundo tenha sido originado em data posterior à Data de Aquisição; ou
- (d) caso a adesão do Mutuário, na qualidade de segurado no Seguro de Vida, seja negada pela Seguradora, conforme aplicável.

Sem prejuízo da resolução da cessão, o Cedente deverá notificar a Administradora e o Custodiante, por meio de correio eletrônico com aviso de entrega, seguido de carta com aviso de recebimento, sobre a ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da data em que o Cedente tomar conhecimento do evento.

Independentemente do envio da comunicação referida no parágrafo acima, o Cedente estará obrigado a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, no 3º (terceiro) Dia Útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, o Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito, integrantes da carteira do Fundo, cuja cessão tiver sido resolvida, nos termos do Contrato de Cessão, atualizado *pro-rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se como índice de atualização a Taxa de Desconto utilizada na determinação do Preço de Aquisição.

A custódia e a titularidade dos Documentos Comprobatórios, vinculados aos Direitos de Crédito que tenham sua cessão resolvida nos termos da Cláusula VI do Contrato de Cessão, deverão ser transferidas ao Cedente pelo Custodiante, ou a quem este indicar, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da efetivação do pagamento dos recursos devidos ao Fundo.

EVENTOS DE RESILIÇÃO CONTRATUAL

Nos termos do Contrato de Cessão, são considerados Eventos de Resilição Contratual, por parte do Fundo, quaisquer das seguintes ocorrências

- a) decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária do Cedente;
- b) existência de evidência de que o Cedente tenha oferecido ao Fundo Direitos de Crédito sobre os quais recaiam ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos previamente à sua oferta ao Fundo, ou que tenham sido objeto de outra cessão para terceiros;
- c) liquidação do Fundo;
- d) protocolo de pedido de recuperação judicial, falência, auto-falência ou qualquer procedimento ou regime similar, do Cedente ou de quaisquer sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outra sociedade sobre controle comum; ou
- e) realização de qualquer Negócio Restrito, sem a expressa autorização prévia e por escrito, da Administradora.

Considera-se negócios restritos (a) a realização de qualquer ato ou procedimento que implique o crédito, pelos Consignantes, das verbas relativas aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, em contas correntes outras que não aquelas definidas no Convênio de Cobrança, (b) pedir ou autorizar o cancelamento da consignação em pagamento cujos respectivos Direitos de Crédito sejam de titularidade do Fundo e (c) alteração dos termos dos Documentos Comprobatórios, direta ou indiretamente, sem a autorização prévia, por escrito, da Administradora, exceto se houver substancial e posterior mudança na regulamentação em vigor, exigindo a alteração dos Documentos Comprobatórios.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Resilição Contratual, deverão ser observados os

procedimentos descritos no Capítulo XX do Regulamento, que trata sobre os Eventos de Liquidação do Fundo.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Nos termos do Regulamento, são considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos

- (a) qualquer evento que implique em transferência ou alteração, direta ou indireta, do controle do Cedente, em relação ao que prevalecia à época da constituição do Fundo, bem como qualquer operação de cisão, fusão ou reorganização societária que envolva o Cedente, ou qualquer operação com efeitos similares;
- (b) caso o Cedente inicie processo de renegociação de dívidas ou situação de endividamento que evidencie a iminência de que ocorra tal fato;
- (c) caso ocorra a concessão de qualquer medida liminar, antecipação de tutela, medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei Federal n.º 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade do Cedente;
- (d) caso o Cedente deixe de cumprir as disposições referentes aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do BACEN e do Conselho Monetário Nacional – CMN;
- (e) descumprimento pelo Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação que não seja um Evento de Liquidação, desde que tal descumprimento (i) não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado do recebimento, pelo Cedente, de aviso, por escrito, enviado pela Administradora, informando-o da ocorrência do respectivo evento, e (ii) possa, a exclusivo critério da Administradora, comprometer materialmente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;
- (f) descumprimento, por quaisquer dos Consignantes, de qualquer de suas respectivas obrigações estabelecidas nos Convênios, desde que tal descumprimento (i) não seja devidamente regularizado dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, contado do recebimento, pelo Cedente, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do referido evento, e (ii) possa, a exclusivo critério da Administradora, afetar materialmente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;
- (g) caso a Razão de Garantia não seja atendida dentro do prazo estabelecido para o reenquadramento, nos termos do Capítulo XIX do Regulamento;
- (h) rebaixamento da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores em Circulação em um nível abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;

- (i) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (j) inobservância, pelo Depositário Qualificado, de seus deveres e obrigações previstos no Convênio de Cobrança, na forma dos dispositivos atualmente em vigor;
- (k) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham os Critérios de Elegibilidade;
- (l) não constituição da Reserva de Liquidez nos termos do Regulamento;
- (m) ocorrência de qualquer evento que, no entendimento da Administradora ou do Gestor, gere risco potencial aos detentores de Quotas Seniores;
- (n) inobservância, pela Administradora, de seus deveres e obrigações, previstos no Regulamento, verificado pelo Custodiante ou por titulares de Quotas Seniores representando ao menos 5% das Quotas Seniores em Circulação, desde que, se notificado por estes para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (o) aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito que estavam em desacordo com os Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento no momento de sua aquisição;
- (p) caso o Fundo deixe de atender ao Índice de Liquidez com referência a qualquer série de Quotas Seniores em Circulação em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data de apuração do Índice de Liquidez;
- (q) caso o Índice de Liquidação Antecipada das Cédulas de Crédito Bancário seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) em 3 (três) Datas de Verificação, durante o período de 360 (trezentos e sessenta) dias imediatamente anterior à última data de apuração do Índice de Liquidação Antecipada das Cédulas de Crédito Bancário;
- (r) caso o DCV, o DCV30, o DCV120 ou o DCV180, apurado pela Administradora em 3 (três) Datas de Verificação consecutivas, seja superior a 15% (quinze por cento), a 10% (dez por cento), a 8% (oito por cento) ou a 7% (sete por cento), respectivamente;
- (s) caso o prazo médio de repasse dos Direitos de Crédito, apurado diariamente pelo Custodiante, no período de 90 (noventa) dias imediatamente anterior a cada Data de Verificação, procedentes de Consignantes vinculados ao Estado do Rio de Janeiro seja superior a 75 (setenta e cinco) dias;
- (t) renúncia da Administradora, do Custodiante e/ou do Depositário Qualificado;
- (u) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;

- (v) ocorrência de extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos nos termos do Regulamento e seus Suplementos para o cálculo do valor das Quotas Seniores, por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou a 15 (quinze) Dias Úteis alternados, durante um período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que ocorrer o evento, desde que não haja substituição do índice por outro equivalente;
- (w) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo em relação à carteira do Fundo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias, a rentabilidade e/ou as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;
- (x) caso, no Relatório de Avaliação referido no Parágrafo Único do Artigo 29, constem inexatidões ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Cedente com relação a 3% (três por cento) ou mais dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo desde a última verificação; e
- (y) a resilição, extinção ou término, por qualquer motivo, de qualquer dos seguintes contratos Contrato de Cessão e respectivos Termos de Cessão, Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas, Contrato de Custódia e Convênio de Cobrança.

Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação será convocada Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XXII do Regulamento, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembléia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 57 do Regulamento.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral prevista no parágrafo acima, a referida Assembléia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

No momento de verificação de qualquer Evento de Avaliação, os procedimentos de aquisição de novos Direitos de Crédito deverão ser imediatamente interrompidos.

Vide Regulamento, Capítulo Vinte – “Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação”.

EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Nos termos do Regulamento, são considerados Eventos de Liquidação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos

- a) Caso o Cedente, seus controladores, quaisquer sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum venham a ingressar em Regime de Administração Extrajudicial Temporário - RAET, recuperação judicial,

falência, bem como se o Cedente pleitear pedido de auto-falência ou sofrer processo de intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial, ou qualquer procedimento ou regime similar;

- b) a ocorrência de eventos que prejudiquem ou impossibilitem as atividades do Fundo, assim entendidos aqueles que afetem substancialmente (i) a originação e/ou a cessão de Direitos de Crédito em montante suficiente para assegurar os percentuais mínimos de composição e diversificação da carteira do Fundo, decorridos 180 (cento e oitenta) dias do início das atividades do Fundo; e (ii) cessão ao Fundo de Direitos de Crédito livres e desembaraçados, que atendam aos Critérios de Elegibilidade e representem a todo momento, a partir do nonagésimo dia contado a partir do início das atividades do Fundo, exceto na hipótese de autorização de prorrogação desse prazo pela CVM, conforme disposto no Artigo 40 da Instrução nº 356 da CVM, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- c) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo, previstos no Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Regulamento;
- d) cessação pelo Custodiante e/ou pelo Depositário Qualificado, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia e do Convênio de Cobrança, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos dos referidos contratos;
- e) caso o Cedente deixe de comunicar à Administradora e/ou ao Custodiante a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação;
- f) caso seja efetuado pagamento aos titulares de Quotas Subordinadas em desacordo com as regras e com os limites definidos no Regulamento;
- g) inobservância da Razão de Garantia por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos após o término do prazo para reenquadramento previsto no Capítulo XIX do Regulamento;
- h) falência, intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, do Custodiante, Gestor, Depositário Qualificado e de quaisquer prestadores de serviços ao Fundo que comprometa a atividade do Fundo;
- i) não pagamento dos valores de amortização ou resgate nas datas previstas no Regulamento; e
- j) verificação, por parte da Administradora, da inviabilidade de continuidade do Fundo.

Ocorrendo qualquer Evento de Liquidação acima indicado, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, conforme definidos abaixo.

Primeiramente, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os titulares das Quotas Seniores deliberem sobre os procedimentos que serão adotados

para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas Dissidentes, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e no Regulamento.

Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas Dissidentes, no prazo previsto no Parágrafo anterior, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao artigo 15 da Instrução CVM 356, o Fundo está vedado de realizar o resgate de Quotas detidas por Quotistas Dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito.

Caso a deliberação da Assembléia Geral determine a liquidação antecipada do Fundo, restará comprovada a ocorrência de situação que coloque a cessão dos Direitos de Crédito em risco, motivo pelo qual, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em Circulação, observados os seguintes procedimentos

- a) a Administradora (i) liquidará todos os investimentos e aplicações detidas pelo Fundo e (ii) transferirá todos os recursos recebidos à Conta do Fundo;
- b) o Cedente deverá enviar à Administradora planilhas detalhadas informando o direcionamento dos pagamentos;
- c) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo;
- d) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVII em conjunto com as informações enviadas pela Cedente de acordo com a alínea (b) acima, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Seniores, a Administradora poderá convocar Assembléia Geral para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Até o pagamento integral das Quotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

Os procedimentos descritos no Capítulo XVII do Regulamento, somente poderão ser iniciados ou retomados após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas.

Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembléia Geral que deliberará sobre os procedimentos a serem adotados, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores, será constituído

pelos titulares das Quotas Seniores em Circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

Vide Regulamento – Capítulo Vinte – “Eventos de Avaliação e Eventos Liquidação”.

RAZÃO DE GARANTIA E EXCESSO DE COBERTURA

Razão de Garantia

Desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, a Administradora verificará, todo Dia Útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores em Circulação do Fundo “Razão de Garantia”) é igual ou superior a 125% (cento e vinte e cinco por cento), bem como se o Índice de Liquidez é igual ou superior a 1 (um).

Caso a Razão de Garantia seja inferior a 125% (cento e vinte e cinco por cento), deverá ser adotado o procedimento previsto no item “*REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA E DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ*” abaixo.

Excesso de Cobertura

Caso a Razão de Garantia seja superior a 133% (cento e trinta e três por cento) (o “Excesso de Cobertura”), a Administradora poderá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite mínimo da Razão de Garantia (ou seja, de modo que a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo fique igual a, no mínimo, 125% (cento e vinte e cinco por cento), mediante solicitação dos titulares de Quotas Subordinadas, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos

- a) a Reserva de Liquidez esteja devidamente constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos no Regulamento;
- b) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente;
- c) na data da amortização, os limites de concentração dispostos no Capítulo IV do Regulamento não tenham sido excedidos; e
- d) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido adequadamente sanados.

A Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas mensalmente.

Caso ocorra o Excesso de Cobertura, cada titular das Quotas Subordinadas deverá comunicar à Administradora, em até 15 (quinze) dias contados da comunicação prevista no parágrafo acima, o valor a ser amortizado com relação às Quotas Subordinadas de sua titularidade, desde que a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo fique igual a, no mínimo, 125% (cento e vinte e cinco por cento).

A Administradora, observado o disposto acima, deverá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas em até 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento da comunicação dos Quotistas.

Não poderá haver amortização de Quotas Subordinadas, na forma prevista no Regulamento, nos 5 (cinco) meses que antecederem o resgate da última série de Quotas Seniores em Circulação.

Índice de Liquidez

Enquanto houver Quotas Seniores em Circulação, o Custodiante deverá apurar diariamente o Índice de Liquidez referente a cada série de Quotas Seniores de acordo com a fórmula abaixo, o qual deverá ser sempre igual ou maior do que 1 (um)

$$\text{Índice de Liquidez}_i = \frac{\text{Outro Ativos} + DC_i}{[VA]},$$

onde,

i = [N+1]; e

N = número de amortizações já efetuadas.

“DCi” corresponde ao valor atribuído ao somatório dos Direitos de Crédito referentes às Cédulas de Crédito Bancário adimplentes integrantes da carteira do Fundo, devidamente atualizados, que tenham vencimento até o 5º (quinto) dia útil imediatamente anterior à Data de Amortização imediatamente subsequente ao último dia útil de cada mês calendário; e

“VA” corresponde ao valor de amortização de todas as séries de Quotas Seniores para o mês calendário imediatamente subsequente ao último dia útil de cada mês calendário;

REENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA E AO ÍNDICE DE LIQUIDEZ

Caso a Razão de Garantia seja inferior a 125% (cento e vinte e cinco por cento), e/ou o Índice de Liquidez seja inferior a 1 (um), por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, serão adotados os seguintes procedimentos

- a) a Administradora comunicará, imediatamente, tal ocorrência ao Cedente, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, em ambos os casos com aviso de recebimento, para realizar aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas; e

- b) o Cedente deverá subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação prevista na alínea “a” acima, tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia.

Caso o Cedente não realize o aporte adicional de recursos conforme a alínea “b” do parágrafo acima, ocorrerá um Evento de Avaliação, sendo que, a Administradora deverá convocar Assembléia Geral que deliberará sobre os procedimentos a serem adotados, conforme previsto no Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo Dezenove – “Enquadramento à Razão de Garantia e ao Índice de Liquidez”.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

O Fundo terá escrituração contábil própria, sendo que os ativos que compõem a carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, mediante a utilização dos critérios abaixo indicados.

Os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor, utilizando-se preferencialmente os critérios de marcação a mercado adotados pelo Custodiante, de acordo com o disposto no Contrato de Custódia.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, com base em um ano de 252 dias úteis, pelo número de Dias Úteis a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento (sempre com cálculo de rendimento feito de forma exponencial, com base em um ano de 252 dias úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer), computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

Diariamente, a partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores da primeira série até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência

- a) pagamento dos Encargos do Fundo;

- b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento, bem como a constituição ou enquadramento à Reserva de Liquidez;
- c) amortização das Quotas Seniores, emitidas ao amparo do Capítulo XXIV do Regulamento, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Seniores com maior remuneração;
- d) pagamento de encargos, emolumentos e demais despesas decorrentes de operações contratadas no mercado de derivativos;
- e) aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito a serem originados pelo Cedente, em observância à Política de Investimento descrita no Regulamento;
- f) devolução, aos titulares das Quotas Seniores, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Seniores, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica; e
- g) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

Vide Regulamento, Capítulo Dezessete – “Ordem de Aplicação de Recursos”.

NOVOS CONSIGNANTES

A Administradora, o Gestor e o Cedente poderão deliberar, em conjunto e a seu exclusivo critério, a inclusão de Novos Consignantes na lista de Consignantes constante do Anexo VI ao Contrato de Cessão (cada um, um Novo Consignante), desde que sejam observados os seguintes procedimentos

- a) seja entregue à Administradora cópia autenticada do respectivo Convênio;
- b) tenha sido apresentado à Administradora parecer legal preparado por escritório de advocacia definido, de comum acordo, entre a Administradora, o Gestor e o Cedente, cujo conteúdo seja considerado satisfatório pela Administradora e o Gestor, atestando, entre outros elementos considerados relevantes pela Administradora, a possibilidade de cessão dos Direitos de Crédito e que o respectivo Convênio não contém avença permitindo ao Mutuário exigir, unilateralmente, do Consignante, a interrupção dos procedimentos de consignação das Cédulas de Crédito Bancário; e
- c) o nome do Consignante seja incorporado à lista de Consignantes constante do Anexo VI ao Contrato de Cessão, mediante a celebração de aditamento ao Contrato de Cessão, e o referido aditamento seja registrado no competente cartório de registro de títulos e documentos.

O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito devidos por Mutuários vinculados ao Novo Consignante depois de transcorrido o prazo de 1 (um) Dia Útil, contado da data do registro do

correspondente aditamento ao Contrato de Cessão no competente cartório de registro de títulos e documentos, conforme o estabelecido na alínea “c” acima. .

RECLASSIFICAÇÃO

Caso, em 6 (seis) Datas de Verificação consecutivas, o DCV de Reclassificação, o DCV30 de Reclassificação, o DCV120 de Reclassificação e o DCV180 de Reclassificação referente a qualquer Novo Consignante seja, concomitantemente, igual ou inferior a 15% (quinze por cento), a 10% (dez por cento), a 7% (sete por cento) e a 5% (cinco por cento), respectivamente, o referido Novo Consignante será automaticamente identificado como Consignante regular e incorporado, conforme o caso, à Lista de Convênios Federais, Estaduais, Municipais ou do Exército, devendo tal alteração ao Contrato de Cessão ser registrada, sem a necessidade de realização de Assembléia Geral de Quotistas.

Quando da conclusão dos procedimentos de registro acima referidos, o novo limite de concentração aplicável ao respectivo Novo Consignante deverá ser observado pelo Custodiante, no momento de cada cessão dos Direitos de Crédito.

A reclassificação de Consignantes nos termos do parágrafo acima não prejudicará nem afetará as cessões anteriormente realizadas pelo Cedente ao Fundo ou dará ao Fundo qualquer recurso ou direito de regresso contra o Cedente ou suas Partes Relacionadas.

CONSIGNANTES RESTRITOS

Caso, em 6 (seis) Datas de Verificação consecutivas, o DCV de Reclassificação, o DCV30 de Reclassificação, o DCV120 de Reclassificação ou o DCV180 de Reclassificação referente a qualquer Consignante seja superior a 15% (quinze por cento), a 10% (dez por cento), a 7% (sete por cento) e a 5% (cinco por cento), respectivamente, o referido Consignante passará a ser automaticamente considerado pela Administradora como um Consignante Restrito.

A partir do momento em que um Consignante se torne um Consignante Restrito, conforme o previsto no parágrafo acima, a Administradora (i) não poderá mais aumentar a concentração no conjunto ou individualmente no que tange aos Diretos de Créditos oriundos desse Consignante, e (ii) passará a observar os limites de concentração previstos nos alínea “f” do item “*Outros Limites*” constante no “*Sumário*” deste Prospecto, com relação ao referido Consignante.

O disposto no item de “*Reclassificação*” acima, aplica-se igualmente aos Consignantes Restritos, de forma que, caso qualquer Consignante Restrito observe os parâmetros estabelecidos no referido parágrafo em 6 (seis) Datas de Verificação consecutivas, o referido Consignante será automaticamente identificado como Consignante regular. Nesta hipótese, a Administradora passará a observar os limites de concentração previstos nas alíneas “a” até “d” ” do item “*Outros Limites*” constante no “*Sumário*” deste Prospecto, conforme o caso, com relação ao referido Consignante.

A reclassificação de Consignantes nos termos do parágrafo acima não prejudicará nem afetará as cessões anteriormente realizadas pelo Cedente ao Fundo ou dará ao Fundo qualquer recurso

ou direito de regresso contra o Cedente e suas Partes Relacionadas.

CONSIGNANTES VEDADOS

Não obstante o disposto nos demais Parágrafos acima, nenhum Direito de Crédito a ser adquirido pelo Fundo poderá ter como devedor Mutuário vinculado ao Consignante cuja lei, decreto, portaria, convênio ou outro instrumento que autoriza a consignação em folha de pagamento (os “Documentos da Consignação”) permita ao Consignante suspender ou cancelar unilateralmente consignações referentes a empréstimos já concedidos quando da rescisão ou revogação, por qualquer motivo, dos Documentos da Consignação. Isto posto, é expressamente vedada a aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito vinculados aos Consignantes listados no Anexo VII ao Contrato de Cessão.

A Administradora poderá incluir novos Consignantes na referida lista, mediante aditamento ao Contrato de Cessão, caso os correspondentes Documentos da Consignação passem a rever tal possibilidade. Neste caso, a aquisição de Direitos de Crédito vinculados a tais consignantes ficará vedada no momento da inclusão do Consignante na referida lista.

POLÍTICA DE COBRANÇA

Observados os termos e as condições da legislação aplicável, dos Convênios e do Contrato de Depositário Qualificado, os Consignantes repassarão a totalidade dos valores consignados dos Mutuários, relativos a Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, do Cedente e de outros cessionários, por meio de depósito único nas Contas Vinculadas, na forma do Contrato de Cessão e do Contrato de Depositário Qualificado.

Observado o disposto no Artigo 31 do Regulamento e o disposto no Contrato de Depositário Qualificado, o Depositário Qualificado deverá proceder à conciliação dos valores recebidos nas Contas Vinculadas, de forma a identificar quais Direitos de Crédito foram liquidados com as referidas verbas e quais valores pertencem efetivamente ao Fundo, ao Cedente ou a qualquer outro cessionário. O Depositário Qualificado deverá transferir para a Conta do Fundo, em até 2 (dois) Dias Úteis da data do seu respectivo recebimento, os valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo repassados pelos Consignantes para as Contas Vinculadas, nos termos dos Convênios.

O Cedente transferirá ao Fundo os valores referentes à liquidação antecipada dos Direitos de Crédito por parte dos Mutuários em até 2 (dois) Dias Úteis, contados do recebimento de tais valores, sem prejuízo dos ajustes referentes à liquidação antecipada previstos no Contrato de Cessão.

Além das disposições do Regulamento, a cobrança dos Consignantes será realizada conforme o procedimento descrito no Anexo IV do Regulamento.

O Cedente será responsável, nos termos do Contrato de Cobrança, pela implementação dos procedimentos de cobrança judicial e extrajudicial das Cédulas de Crédito Bancário, cujos

Mutuários estejam inadimplentes, na qualidade de mandatário do Fundo e prestador de serviços especialmente contratado pelo Custodiante, com anuência expressa do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança, e de acordo com a Política de Cobrança descrita no Anexo IV do Regulamento.

As perdas e provisões com os Direitos de Crédito serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

O Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda.

Caso os créditos inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os referidos créditos serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e a Administradora deverá então reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso.

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS DO FUNDO

Encontra-se abaixo uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas a serem emitidas no curso do Programa de Securitização. Eventuais investidores deverão consultar e analisar cuidadosamente as demais Seções deste Prospecto e os Capítulos do Regulamento antes de decidir por adquirir Quotas.

FORMA E ESPÉCIE

As Quotas terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

Ainda, as referidas Quotas constituem frações ideais do patrimônio do Fundo e serão divididas em duas classes Quotas Seniores e Quotas Subordinadas.

Por fim, as Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, observado o disposto no Capítulo XX do Regulamento.

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS SENIORES

Emissão

O Fundo poderá emitir 1 (uma) classe de Quotas Seniores, a qual poderá ser dividida em Séries, mantidas concomitantemente em Circulação, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições. As Datas de Amortização, o valor das Amortizações Programadas e as condições de remuneração de cada Série de Quotas Sênior serão definidas no Suplemento de cada Série.

Características

Cada Quota Sênior possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns

- a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- b) Valor Unitário de Emissão fixado no respectivo Suplemento de emissão;
- c) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 41 do Regulamento;
- d) direito de voto em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto; e

- e) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Seniores.

Distribuição e Cancelamento

As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data do registro da Distribuição de cada série na CVM, sendo que a Administradora está autorizada a cancelar o saldo não colocado de cada série de Quotas Seniores emitidas pelo Fundo.

Vide Regulamento, Capítulo Doze – “Quotas”.

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE

No curso da presente Distribuição, o Fundo está ofertando até 100.000 (cem mil) Quotas Seniores da 1ª Série, no valor unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na 1ª Data de Emissão.

As Quotas Seniores da 1ª Série somente poderão ser subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. Cada Quota Sênior da 1ª Série tem preço unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na 1ª Data de Emissão da respectiva Série.

A classificação de risco das Quotas Seniores da 1ª Série realizadas pela Austing Rating Serviços Financeiros foi “AAA”.

As Quotas Seniores da 1ª Série deverão ser registradas, para negociação secundária, no SFF da CETIP.

QUOTAS SUBORDINADAS

Emissão

O Fundo emitirá Quotas Subordinadas, a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em Circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas, com mínimo representativo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Características

Cada Quota Subordinada possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns

- a) subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto no Regulamento;
- b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;
- c) Valor Unitário de Emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas distribuídas posteriormente terão seu

Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea “d” abaixo;

- d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 42 do Regulamento;
- e) direito de voto em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e
- f) serão subscritas exclusivamente pelo Cedente;

Após o encerramento da primeira Distribuição de Quotas Subordinadas, a Administradora poderá realizar nova Distribuição de Quotas Subordinadas, em número indeterminado.

Vide Regulamento, Capítulo Doze – “Quotas”.

AMORTIZAÇÃO E RESGATE

As Quotas Seniores de cada série serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o previsto no Capítulo XIV do Regulamento.

Sem prejuízo do previsto no Regulamento e no parágrafo abaixo, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Observado o Capítulo XVII do Regulamento, referente à “*Ordem de Alocação dos Recursos*”, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Assembléia Geral poderá determinar alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em Circulação, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembléia Geral.

Quaisquer alterações nos direitos, vantagens e garantias, bem como nas Datas de Resgate, Amortizações Programadas e Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores de qualquer série deverão observar os quoruns específicos estabelecidos no Capítulo XXII do Regulamento, referente à Assembléia Geral.

Vide Regulamento, Capítulo Quatorze – “Amortização e Resgate das Quotas”.

PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista o Capítulo XVII do Regulamento, referente à “*Ordem de Alocação dos Recursos*”, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 41 e 44 do Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas na hipótese prevista no Artigo 54 do Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos

montantes apurados conforme o Artigo 41 e 42 do Regulamento.

A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, no Dia Útil imediatamente anterior as respectivas datas de pagamento.

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 58 do Regulamento, em Direitos de Crédito, sendo que, caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, observado o disposto no Capítulo XX do Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo Quatorze e Vinte – “Pagamento aos Quotistas” e “Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação”.

RESERVA DE LIQUIDEZ

A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá constituir uma Reserva de Liquidez para pagamento das amortizações e resgates das Quotas Seniores. Para tanto, a Administradora deverá condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma do parágrafo abaixo.

A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a Reserva de Liquidez (em percentual sobre o valor estimado pela Administradora das amortizações e resgates), conforme o número de dias a decorrer até as próximas Datas de Amortização e Resgates

Número de dias corridos antes das Datas de Amortização ou da Data de Resgate	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgates
60	30%
45	50%
30	100%

A Administradora somente descontinuará os procedimentos de Reserva de Liquidez, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos Ativos Financeiros que integram a Reserva de Liquidez, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma acima indicado.

Quando da execução dos procedimentos definidos no Regulamento, o Gestor deverá investir os fundos disponíveis na Reserva de Liquidez exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de forma a garantir o pagamento tempestivo das amortizações e resgates, sempre

observada a Política de Investimento definida no Capítulo XV do Regulamento.

Vale frisar que os procedimentos descritos neste item não constituem promessa ou garantia, por parte da Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Liquidez, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela Administradora.

Caso os montantes disponíveis na Reserva de Liquidez deixem de atender ao disposto no cronograma acima, a Administradora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito e destinar todas as disponibilidades do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Liquidez.

A Administradora efetuará o pagamento dos valores devidos aos Quotistas, observados os registros de titularidade de Quotas mantidos pelo Agente Escriturador no dia útil imediatamente anterior à data da realização da amortização ou do resgate de Quotas.

NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

As Quotas Seniores serão registradas para negociação secundária no Sistema de Fundos Fechados – SFF da CETIP, de acordo com a legislação vigente, observado que:

- a) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e
- b) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Na hipótese de negociação de Quotas Seniores, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

Vide Regulamento, Capítulo Dezesseis – “Negociação das Quotas”.

ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Diariamente, a partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores da primeira série até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento, bem como a constituição ou enquadramento à Reserva de Liquidez;
- (c) amortização das Quotas Seniores, emitidas ao amparo do Capítulo XXIV, devidamente atualizadas pro rata temporis, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Seniores com maior remuneração;
- (d) pagamento de encargos, emolumentos e demais despesas decorrentes de operações contratadas no mercado de derivativos;
- (e) aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito a serem originados pelo Cedente, em observância à Política de Investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento;
- (f) devolução, aos titulares das Quotas Seniores, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Seniores, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica; e
- (g) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora ou o Gestor por meio dos telefones e e-mails de atendimento ao Quotista abaixo indicados:

Administradora

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar

Osasco – SP

Telefone (11) 3684 4522/3684 2064

Fac-símile (11)3684 5645

[www. bradescocustodia.com.br](http://www.bradescocustodia.com.br)

e-mail: bemdtvm@bradesco.com.br

Gestor

BER Capital S.A.

Rua Pedroso Alvarenga 1221 - 1º andar, Itaim Bibi – São Paulo - SP

São Paulo – SP

Telefone (11)3066.2411

Fac-símile (11) 3066.2422

www.bercapital.com

e-mail: erocha@bercapital.com

FATORES DE RISCO

Antes de decidir investir nas Quotas do Fundo, os potenciais investidores devem analisar, cuidadosamente, considerando sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações constantes deste Prospecto e, especialmente, avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco aqui descritos, poderá ocorrer, entre outros, perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes, que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que a Administradora, o Gestor, o Custodiante e a Consultora não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

As aplicações dos Quotistas não contam com garantia do Coordenador, da Administradora, do Gestor, do Custodiante, dos Cedentes, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se

RISCO DE MERCADO

Efeitos da política econômica do Governo Federal.

O Fundo, seus ativos, o Cedente e os Mutuários estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal, para estabilizar a economia e controlar a inflação, compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados do Cedente, os setores econômicos específicos em que atua, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e

uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados do Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos Mutuários.

Risco de descasamento de taxas.

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado de acordo com as Metas de Rentabilidade Prioritária atreladas à Taxa DI, conforme estabelecidas em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que o Cedente, a Administradora, o Gestor e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

Flutuação dos Ativos Financeiros.

O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

RISCO DE CRÉDITO

Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito.

Decorre da capacidade dos Mutuários em honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos de Crédito detidos em carteira que estejam vencidos e não pagos e do não cumprimento, pelos Consignantes, de suas obrigações para com o Cedente, o Depositário Qualificado e o Fundo, conforme o caso. O Fundo somente procederá ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os pagamentos dos Direitos de Créditos sejam transferidos pelos Consignantes e/ou pagos pelos Mutuários, não havendo garantia de que o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas em cada Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Gestor e pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Ademais, o Cedente somente tem responsabilidade pela correta originação e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos da legislação aplicável, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Mutuários e outros devedores dos Direitos de Crédito, ou mesmo pelo cumprimento, por parte dos Consignantes, de suas obrigações de repasse dos pagamentos relativos aos Direitos de Crédito ao Cedente, ao Depositário Qualificado e ao Fundo, conforme o caso.

O mecanismo de consignação de proventos para o pagamento de dívidas foi popularizado nos últimos anos, e tem respaldo legal e judicial nas decisões mais recentes da justiça brasileira, em processos que questionaram a legalidade desse mecanismo. Todavia, eventuais mudanças na legislação vigente ou no entendimento do poder judiciário sobre o assunto podem obrigar o Fundo a ter que realizar os procedimentos de cobrança diretamente contra os Mutuários, gerando custos adicionais para recebimento dos Direitos de Crédito, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

As Cédulas de Crédito Bancário que dão origem aos Direitos de Crédito de tempos em tempos cedidos ao Fundo são emitidas por servidores públicos federais, estaduais, do Distrito Federal, e municipais, autarquias da administração direta e fundações públicas, concursados ou não, bem Aposentados e Pensionistas.

Os funcionários públicos não concursados não gozam da mesma estabilidade no emprego que gozam os servidores públicos concursados, podendo ser demitidos em circunstâncias mais amplas que aqueles. A consignação em folha de pagamento dos Direitos de Crédito vinculados a Mutuários que sejam servidores públicos não concursados restará prejudicada caso o Mutuário correspondente seja demitido por qualquer motivo, aumentando o risco de inadimplência e, eventualmente, causando prejuízos ao Fundo e aos seus Quotistas.

Risco de Crédito relativo aos Ativos Financeiros.

Decorre da capacidade de pagamento dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos. Além disso, a contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos, bem como a implementação de outras estratégias de investimento, poderão fazer com que o Fundo apresente Patrimônio Líquido negativo, caso em que os Quotistas poderão ser chamados a realizar aportes adicionais de recursos, de forma a possibilitar que o Fundo satisfaça suas obrigações.

Risco das Entidades não honrarem suas obrigações

Os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo e, conforme o caso, os direitos sobre os Seguros de Vida, por sua própria natureza, estão sujeitos a eventual incapacidade de o INSS e/ou de as Entidades honrarem suas obrigações com os Mutuários ou não repassarem os valores que são devidos ao Fundo nos prazos previamente acertados, podendo, assim, gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas.

Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo

a Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Coordenador ou qualquer de suas respectivas Partes Relacionadas, em hipótese alguma, serem responsabilizados, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

RISCO DE LIQUIDEZ

Liquidez relativa aos Ativos Financeiros.

Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são negociados, e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.

Liquidez relativa aos Direitos de Crédito.

O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.

Liquidez para negociação das Quotas em mercado secundário.

Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

Liquidação antecipada do Fundo.

Por conta da falta de liquidez dos Direitos de Crédito e das Quotas, e em decorrência do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, as Quotas não poderão ser resgatadas antes do prazo final de funcionamento do Fundo, sendo que as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são (i) a ocorrência de casos de liquidação antecipada do Fundo previstos no Regulamento, e deliberação, pela Assembléia Geral, sobre a liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Ocorrendo qualquer uma das hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, poderá não haver recursos disponíveis em moeda corrente nacional para realizar o pagamento aos Quotistas, que poderão ser pagos com os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros detidos em carteira.

Amortização e resgate condicionado das Quotas.

As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos Mutuários; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no Parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, o Gestor e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

RISCO OPERACIONAL

Falhas de Procedimentos.

Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pelo Cedente podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua cobrança, em caso de inadimplemento.

Documentos Comprobatórios.

O Custodiante é o responsável legal pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. O Custodiante poderá delegar a terceiros a custódia dos Documentos Comprobatórios, inclusive junto ao Cedente, sem afastar sua responsabilidade legal e sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos para verificar a sua regularidade. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Ademais, embora o Custodiante e a Administradora tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo.

Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente nas Contas Vinculadas.

Os valores depositados nas Contas Vinculadas serão transferidos em até 2 (dois) Dias Úteis para a Conta do Fundo pelo Depositário Qualificado. Apesar de o Fundo contar com a obrigação do Depositário Qualificado de realizar, as transferências dos recursos depositados nas Contas Vinculadas para a Conta do Fundo, por conta e ordem do Cedente, nos termos do Convênio de Cobrança, caso haja inadimplemento do Depositário Qualificado no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas. Não há garantia de cumprimento pelo Depositário Qualificado de suas obrigações acima destacadas. Ademais, como o Fundo não é parte do Convênio de Cobrança, não poderá demandar diretamente do Depositário Qualificado o cumprimento das suas obrigações assumidas no âmbito do Convênio de Cobrança.

A transferência dos recursos das Contas Vinculadas para a Conta do Fundo serão realizadas pelo Depositário Qualificado exclusivamente de acordo com as informações prestadas pelo Cedente em decorrência das informações recepcionadas dos Consignantes e pelo Cedente repassadas ao Depositário Qualificado. Caso os Consignantes ou o Cedente prestem informações incorretas ou imprecisas ao Depositário Qualificado e ao Custodiante, poderá ocorrer a transferência incorreta de valores à Conta do Fundo, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Nos casos de liquidação antecipada das Cédulas de Crédito Bancário pelos respectivos Mutuários, os pagamentos poderão ser efetuados diretamente junto ao Cedente, que receberá tais valores na qualidade de depositário, em benefício do Fundo, com a obrigação de repassar imediatamente os valores para a Conta do Fundo. Caso haja qualquer problema de crédito do Cedente, tal como intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o Fundo poderá não receber os pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores. Além disso, caso seja iniciado processo de intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outro procedimento similar de proteção de credores envolvendo o Cedente, os valores de tempos em tempos depositados nas Contas Vinculadas poderão ser bloqueados, por medida judicial ou administrativa, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Ademais, em caso de alteração das Contas Vinculadas ou da Conta do Fundo, ou de substituição do Depositário Qualificado ou do Custodiante, os Consignantes serão notificados e solicitados a realizar os repasses de pagamentos dos Direitos de Crédito para nova conta indicada pela Administradora ao Cedente. Não há garantia de que os Consignantes efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle da Administradora, ou de terceiro contratado como Depositário Qualificado ou Custodiante, o Cedente ou quaisquer terceiros serão obrigados a restituir ao Fundo os valores referentes a tais pagamentos. Não há garantia de que o Cedente ou quaisquer terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os

seus direitos.

Risco de sistemas.

Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos do Consignante, Cedente, Custodiante, Administradora e do Fundo se darão livres de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Verificação posterior pelo Custodiante dos Documentos Comprobatórios que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito.

O Custodiante realizará auditoria trimestral, por amostragem, nos Direitos de Crédito, de forma a verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Considerando-se que essa auditoria será realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá prejudicar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito por ele adquiridos. A seleção da amostra objeto da auditoria trimestral terá um limite de erro tolerável de 5% (cinco por cento).

OUTROS RISCOS

Risco de Instrumentos Derivativos.

A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “*hedge*” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo, podendo fazer com que o Fundo apresente Patrimônio Líquido negativo, caso em que os Quotistas poderão ser chamados a realizar aportes adicionais de recursos, de forma a possibilitar que o Fundo satisfaça suas obrigações.

Risco de descontinuidade.

A Política de Investimento do Fundo descrita no Capítulo IV estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares do Cedente e da capacidade deste de originar Direitos de Crédito Elegíveis para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V e de acordo com a Política de Investimento descrita no Capítulo IV, ambos do Regulamento.

Os Mutuários podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas na Cédula de Crédito Bancário. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.

Quanto ao Risco do Cedente destacam-se

O Cedente não se encontra obrigado a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pelo Cedente.

A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de consignações dos proventos mensais dos Mutuários, e devem, necessariamente, respeitar os parâmetros da Política de Investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer situação, (i) deixarem de ocorrer as referidas consignações; e/ou (ii) não existirem Direitos de Crédito suficientes para cessão ao Fundo e que atendam os Critérios de Elegibilidade e a Política de Investimento, a Administradora dará início aos procedimentos descritos no Capítulo XX do Regulamento. Os fatores políticos e econômicos do governo e o crescimento da concorrência podem levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos de Crédito Elegíveis.

Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo terão como forma de pagamento o desconto nos proventos mensais dos Mutuários, realizado pelos Consignantes. Tal sistemática é autorizada por lei e é submetida a regulamentação específica. Na hipótese de serem expedidas novas normas a respeito, estabelecendo por exemplo novos parâmetros para a consignação, é possível que diminua ou deixe de ocorrer a consignação com características que tornem possível a aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo. Na falta de Direitos de Crédito Elegíveis, pode ocorrer inclusive a liquidação antecipada do Fundo.

Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são oriundos de Cédulas de Crédito Bancário emitidas pelos Mutuários em favor do Cedente. Essas cédulas e demais documentos relativos aos Direitos de Crédito do Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, pode ser necessária decisão judicial para determinação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Mutuários, ou ainda, no caso de submissão dos Documentos Comprobatórios à decisão judicial, pode ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo pode sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

Riscos e custos de cobrança.

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral. A Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Cedente e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum,

não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

Limitação do gerenciamento de riscos.

A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

Risco de inadimplência dos Direitos de Crédito.

O Cedente é responsável somente pela existência, certeza, exigibilidade e boa formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo quaisquer responsabilidades pelo seu pagamento ou pela solvência dos Mutuários nos termos do Capítulo VII do Regulamento. Dessa forma, a inadimplência, total ou parcial, por parte dos Mutuários, no pagamento dos Direitos de Crédito, poderá causar prejuízos ao Fundo e, conseqüentemente, a seus Quotistas.

Risco decorrente da precificação dos ativos.

Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (“*mark-to-market*”), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

Inexistência de garantia de rentabilidade.

O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelo Gestor, pelo Cedente, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Risco Específico do Cedente – Existência de outro fundo de investimento em direitos creditórios registrado na CVM.

Em 13 de setembro de 2007, foi constituído o primeiro fundo de investimento em direitos de crédito, denominado “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BVA – Crédito Consignado” destinado à aquisição de direitos creditórios da Cedente, cuja oferta pública de

quotas seniores e quotas mezanino somam o montante de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões reais). . Contudo, o Cedente não oferece garantias quanto à quantidade ou percentual de Direitos de Crédito de sua originação que deverá ser destinada para cada fundo em particular ou qualquer forma de prioridade ou preferência de cessão de Direitos de Crédito entre os fundos em que figura como Cedente. Em caso de diminuição da originação de Direitos de Crédito pelo Cedente, não há garantias de que este possuirá Direitos de Crédito em montante suficiente para oferecer a cessão à ambos os fundos de investimento ou mesmo em atendimento a eventuais acordos celebrados com outras instituições financeiras para aquisição de Direitos de Crédito. Assim, poderá haver insuficiência de Direitos de Crédito disponíveis para aquisição pelo Fundo, o que afetará seus resultados e colocará em risco sua continuidade, podendo ocorrer a liquidação do Fundo. Mesmo nessa situação, não será observado nenhum tipo de prioridade ou preferência na cessão de Direitos de Crédito, tanto para o Fundo quanto para quaisquer outros fundos de investimento em direitos creditórios que tenham por objeto a aquisição de Direitos de Crédito do Cedente.

Risco da movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo no caso de Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Cedente.

No caso de intervenção ou liquidação extrajudicial do Cedente, mediante determinação da Administradora, a Administradora e o Cedente deverão requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo. O efetivo direcionamento do fluxo de recursos para outra conta de titularidade do Fundo dependerá (i) da comunicação tempestiva aos Consignantes nesse sentido, e (ii) da disposição dos Consignantes em efetuar depósitos conforme orientação fornecida pela Administradora e pelo Cedente.

Ainda, em caso de intervenção ou liquidação extrajudicial, apesar de o Fundo contar com a obrigação do Cedente e do Custodiante de realizar as devidas alterações nos procedimentos de cobrança para possibilitar o depósito da liquidação dos Direitos de Crédito diretamente na conta indicada pelo Fundo, caso a Administradora e o Cedente não tenham sucesso em comunicar aos Consignantes tempestivamente a respeito do novo direcionamento do fluxo recursos ou estes se recusem a cumprir as orientações da Administradora e do Cedente para direcionamento dos pagamentos, o recebimento pelo Fundo dos recursos provenientes dos Direitos de Crédito poderá ser comprometido, ocasionando perdas patrimoniais ao Fundo e seus Quotistas.

Por fim, em virtude de liquidação antecipada das Cédulas de Créditos Bancários, os pagamentos feitos pelos Mutuários poderão ser efetuados diretamente junto ao Cedente, em benefício do Fundo, com a obrigação de repassar imediatamente os valores para a conta indicada pelo Fundo. Caso haja qualquer problema de crédito do Cedente, tais como intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o Fundo poderá não receber referidos pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores.

Ausência de Notificação aos Consignantes.

A cessão de crédito objeto do Contrato de Cessão não foi objeto de notificação prévia aos Entes Consignantes contendo instruções para que estes efetuem o pagamento dos valores da

consignação diretamente ao Fundo. Na hipótese de extinção ou rescisão de qualquer dos Convênios ou descumprimento pelos Consignantes de suas obrigações relativas ao repasse dos valores consignados, os Consignantes não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos de Crédito cedidos diretamente ao Fundo. Tal evento poderá resultar em perda, por parte dos Quotistas, do valor principal de suas aplicações.

Outros Riscos.

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos (*default*), mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Vide Regulamento, Capítulo Sete – “Fatores de Risco”.

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos, em moeda corrente nacional, provenientes da emissão das Quotas serão precipuamente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis do Cedente e, conforme o caso, na amortização de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas, sempre observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XVII, artigo 50 do Regulamento.

O Cedente, por sua vez, utilizará os recursos obtidos com a cessão dos Direitos de Crédito, no todo ou em parte, na substituição e diversificação de suas fontes de captação de recursos.

TAXAS E ENCARGOS DO FUNDO

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando a Administradora, o Gestor ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. As despesas não previstas no Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

O disposto nesta Seção tem por objetivo informar genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, sem a análise das situações tributárias específicas que podem alcançar os Quotistas em determinadas situações. Por esta razão, recomendamos aos Quotistas consultarem seus assessores tributários com respeito ao tratamento aplicável especificamente ao investimento realizado no Fundo.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Será devida à Administradora, a título de honorários pelas atividades de administração do Fundo, gestão do Fundo e de escrituração de quotas, custódia qualificada e controladoria dos Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, definidas no Regulamento, uma Taxa de Administração equivalente ao maior valor entre 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo e R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), , uma Taxa de Administração corrigido anualmente pelo IGPM ou outro índice que vier a substituí-lo (a “Taxa de Administração”).

A remuneração prevista acima será paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração

A Taxa de Administração será rateada entre a Administradora e o Gestor, na forma entre eles acordada e observado o disposto no Artigo 25 do Regulamento.

OUTROS ENCARGOS DO FUNDO

As despesas e encargos não previstos no Capítulo XXI do Regulamento como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

Considerando que todos os encargos previstos no caput do Artigo 59 do Regulamento serão suportados pelo Fundo, quaisquer valores adiantados pela Administradora, pelo Gestor ou pelo Cedente para cobrir tais encargos tornar-se-ão automaticamente créditos destes contra o Fundo, os quais deverão ser prontamente reembolsados pelo Fundo, mediante apresentação da

respectiva nota fiscal à Administradora, desde que haja disponibilidade de caixa.

Vide “Despesas e Encargos do Fundo” no Capítulo XXI do Regulamento.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO

Custo	% em relação ao valor da Distribuição	Montante (R\$)
Comissão de Colocação	0,00050	50.000,00
Custos de Classificação de Risco	0,00028	28.000,00
Assessoria Jurídica	0,00070	70.000,00
Taxa de Registro na ANBID	0,00002	2.000,00
Taxa de Registro na CVM	0,00083	82.870,00
Custos com Cartório	0,00010	10.000,00
Total	0,00242	242.700,00

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira, em vigor na data deste Prospecto, e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo.

Objetivo de Tratamento Tributário

O Fundo têm como objetivo proporcionar aos seus Quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto, o Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como Fundo de Investimento de Longo Prazo.

As Amortizações Programadas poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Quotas Seniores, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica um tratamento tributário menos favorecido ao Quotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Quotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração de cada série do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Quotas Seniores à época do resgate ou da amortização de Quotas Seniores de cada série.

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS

IOF

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores

Mobiliários (“IOF/Títulos”). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Quotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 (vinte e nove) dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%). O IOF/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte.

Imposto de Renda

A partir de 1º de janeiro de 2005, os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras

(i) Para o Quotista pessoa física residente no Brasil

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas

Para fundos com carteira de longo prazo *

- ◇ 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ◇ 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- ◇ 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- ◇ 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

A Administradora buscará manter a Carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Quotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a Carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Para fundos com carteira de curto prazo †

- ◇ 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ◇ 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias;
- os ganhos auferidos na alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15%, devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.

* Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio superior a 365 dias.

† Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

- (ii) Para Quotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil[‡]
- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;
 - os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Quotas à alíquota de 15%;
- (iii) Para os Quotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Quotista pessoa física residente no Brasil. As exceções dizem respeito a (a) Quotistas sediados em localidades de tributação favorecida, para os quais pode haver uma tributação de 25% e (b) Quotistas registrados de acordo com a Resolução nº 2.689, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida. Para essa última situação, as alíquotas aplicáveis no resgate, na amortização e na alienação (realizada em bolsa) de Quotas são de 15%, ou de 0%, no caso de alienação em bolsa de valores.

EXCEÇÕES E OUTRAS INCIDÊNCIAS

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

Tributação Aplicável ao Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica, não estando, desse modo, sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Além disso, a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF e o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incidem sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

IOF

[‡] Como regra, o imposto de renda retido na fonte – IRF será tratado como antecipação do imposto devido e a variação positiva do valor da quota integrará a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro – CSLL da pessoa jurídica.

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

OUTRAS INCIDÊNCIAS

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

Não serão cobradas taxas de ingresso, performance ou de saída pela Administradora.

INFORMAÇÕES SOBRE O BANCO BVA S.A. (ORIGINADOR)

As informações referentes ao Cedente (Originador), aos seus respectivos mercados de atuação contidos neste Prospecto são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

INTRODUÇÃO

A sede social do Cedente localiza-se no Estado do Rio de Janeiro, cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº. 52, 19º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 32.254.138/0001-03.

O Cedente é controlado pela BVA Empreendimentos S.A. O Cedente iniciou suas atividades em 1994, no Estado do Rio de Janeiro. Em fevereiro de 2000, transformou-se em banco múltiplo e desde então desenvolve suas operações de modo integrado, através das carteiras comercial, de investimento, de crédito, de financiamento e de câmbio.

Atualmente, o banco encontra-se em processo de reestruturação, implicando no redesenho do organograma funcional com a criação do cargo de CEO e a implantação de uma nova cultura. Nesse sentido, houve remanejamento de funcionários do Rio de Janeiro para a filial de São Paulo, a qual ficará preponderantemente voltada para as operações de *middle market*, sendo que os escritórios de Rio de Janeiro e Belo Horizonte também terão o foco nesse segmento, porém com uma estrutura menor. A sede do Cedente no Rio de Janeiro em particular terá como principal foco o processamento do varejo.

Ademais, foram criados ainda diversos comitês com periodicidade mensal ou semanal “Executivo” (relativo às estratégias), “Planejamento, Caixa”, “Crédito, Recuperação de Crédito”, “Controles Internos”, “*Compliance*”, “Despesas e Recursos Humanos”.

O foco do BVA está amparado em 3 pilares (i) o banco comercial, através da participação no *middle market* e com limite de crédito máximo de 10% do patrimônio líquido para este segmento, sendo que o ticket médio será bastante inferior ao limite estipulado; (ii) o crédito consignado, com produção no segmento de varejo; e (iii) o banco de investimento, responsável pela geração de operações estruturadas.

As demonstrações financeiras do Cedente são auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

ESTRUTURA DE CAPITAL E CONTROLADORES

O Cedente é uma instituição financeira, constituída sob a forma de sociedade anônima fechada, sujeita à fiscalização do BACEN, controlada pela BVA Empreendimentos S.A., que detém 95,5% das ações ordinárias do Cedente.

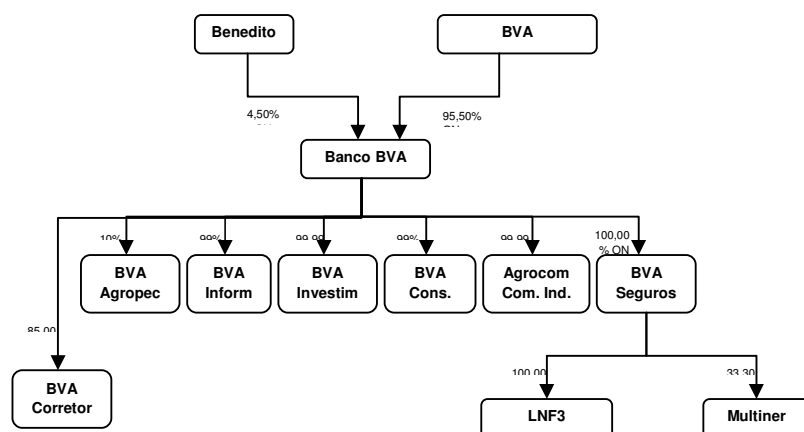
O capital social do Cedente é de R\$59.866.149,54, dividido em 35.616.611 de ações ordinárias nominativas e 35.616.611 ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal. O quadro acionário do Cedente em outubro de 2007 apresenta-se distribuído da seguinte forma

Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total Ações	%
1. BVA Empreendimentos S.A.	34.013.864	95,5%	34.013.864	95,5%	68.027.728	95,5%
2. Benedito Ivo Lodo Filho	1.602.747	4,5%	1.602.747	4,5%	3.205.494	4,5%
Total	35.616.611	100	35.616.611	100	71.233.222	100

Tabela: Acionistas do Cedente.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O organograma abaixo, indica a estrutura societária do Cedente em outubro de 2007:



Fluxo: Estrutura Societária do Grupo BVA.

ADMINISTRAÇÃO

A administração do Cedente compete à Diretoria, cujos membros são eleitos pela Assembléia Geral. O Conselho Fiscal da companhia só funciona nos exercícios sociais em que é instalado.

A Diretoria é composta de 2 a 10 membros, com mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos, sendo 1 Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e oito Diretores Executivos.

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, é composto de 3 a 5 membros efetivos e suplentes.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DIRETORES DO CEDENTE

A Diretoria do Cedente é composta pelos seguintes profissionais

José Augusto Ferreira dos Santos – Diretor Presidente. Formado em Administração de Empresas, trabalha no BVA desde abril de 1995. Possui 27 anos de experiência profissional, tendo, nesses 27 anos, trabalhado 14 em *banking* no Unibanco, Banco Mercantil de São Paulo, Senso D.T.V.M. e Ponto 3 C.C.V.M.

Benedito Ivo Lodo Filho — Vice Presidente Executivo (CEO). Formado em Administração de Empresas, com especialização em Planejamento Estratégico para Bancos pela Universidade da Califórnia (UCLA/Berkley), Credit Risk Analysis – Kellogg. Trabalha no BVA desde novembro de 2006. Possui 16 anos de experiência no mercado financeiro, parte dessa experiência adquirida na BDO Consultores (12 anos). Foi executivo do Conglomerado Safra (4 anos), tendo, inclusive, ocupado o cargo de diretor estatutário.

Luiz Antonio Wanderley – Diretor Executivo. Formado em Administração de Empresas, trabalha no BVA desde outubro de 1995. Possui 25 anos de experiência profissional em *banking*. Trabalhou no Unibanco e Banco Safra.

Carlos Alberto de Deus Affonso – Diretor Executivo. Formado em Economia, trabalha no BVA desde setembro de 1999. Possui 42 anos de experiência profissional em *banking*. Trabalhou no Banco Francês e Brasileiro, no Banco Safra, Banco BMC S.A., Banco BMG S.A., Banco Rural S.A. e na Mercantil de Pernambuco.

Hermes Xavier dos Santos – Diretor Executivo. Formado em Administração de Empresas, trabalha no BVA desde dezembro de 2006. Possui 25 anos de experiência profissional em *banking*. Trabalhou no Banco Iochipe de Investimentos, Banco Safra, Safra National Bank of New York e Banco J. Safra.

Carlos Jorge Moreno Yasaka – Diretor Executivo. Formado em Administração de Empresas, trabalha no BVA desde de abril de 2007. Possui 27 anos de experiência em *banking*. Trabalhou nos bancos Safra, Cidade, Rendimento, HSBC Bank Brasil e J. Safra.

Eduardo Novo Costa Pereira – Diretor Executivo. Formado em Economia, Pós Doutorado em Economia pela *Princeton University*, Doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas. Trabalha no BVA desde março de 2007. Possui 30 anos de experiência profissional, tendo atuado, nesses 30 anos, 25 em mercados financeiros. Trabalhou no Banco Chase, no Grupo Bunge y Born, no IBMEC, na Corretora Portal, no Banco Santos e na Securininvest Asset. Foi Diretor da ANBID.

Luiz Rodolfo Palmeira Vasconcellos – Diretor Executivo. Formando em Administração com MBA e mestrado em finanças, trabalha no BVA desde junho de 2000. Possui 17 anos de experiência profissional em *banking*. Trabalhou no Banco Bozano Simonsen.

Jorge Ribeiro da Silva Caldas Neto – Diretor Executivo. Formado em Engenharia, pós-graduado em análise de sistemas, com MBA e mestrado em finanças. Trabalha no BVA desde abril de 1995. Possui 17 anos de experiência profissional, tendo atuado, nesses 17 anos, 12 em

banking. Trabalhou na Light e na Embratel.

João Alberto Magro – Diretor Executivo. Formado em Ciências Contábeis com especialização e MBA nas áreas de auditoria, controladoria e gestão e bacharel em Direito. Trabalha no BVA desde dezembro de 2006. Possui 44 anos de experiência profissional, tendo atuado, nesses 44 anos, 40 em *banking*. Trabalhou no Banco Central do Brasil, BM&F e Banco BM&F.

ACORDO DE ACIONISTAS

Não há acordos de acionistas arquivados na sede da companhia.

ESTRATÉGIA

O foco do Cedente está amparado em 3 pilares (i) o banco comercial, através da participação no *middle market* e com limite de crédito máximo de 10% do patrimônio líquido para este segmento, sendo que o ticket médio será bastante inferior ao limite estipulado; (ii) o crédito consignado, com produção no segmento de varejo; e (iii) o banco de investimento, responsável pela geração de operações estruturadas.

Com a cessão de Direitos de Crédito de sua titularidade ao Fundo e, eventualmente, a outros fundos de investimentos em direitos creditórios a serem constituídos, o Cedente contará com volume significativo de recursos de longo prazo.

Ademais, o Cedente procura cada vez mais desenvolver atividades em conjunto com os correspondentes não bancários, a fim incrementar seu volume de negócios no segmento de empréstimos consignados em folha de pagamento e buscar, sobretudo, *fidelizar* esses prestadores de serviços, o que se sabe não ser comum nesse segmento.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CEDENTE

Como banco privado nacional, o Cedente foca suas atividades na concessão de empréstimos a empresas de *middle market* com garantia em recebíveis e duplicatas, na concessão de empréstimos a pessoas físicas através do crédito consignado e, ainda, na geração de operações estruturadas.

A estrutura de crédito do Cedente é dividida em quatro áreas com forte envolvimento na gestão desta atividade de crédito, quais sejam comitê executivo, análise de crédito, comitê de crédito, *back office* e comitê de recuperação de crédito.

O comitê executivo é responsável pela cultura de crédito, pelos objetivos da carteira e limites de tolerância ao risco, objetivos de segmentação da carteira e diversificação de risco, regras de exceções na captação de negócios e análise da relação risco/retorno da carteira, além da política de crédito propriamente dita.

A análise de crédito é a área que prepara informações disponibilizadas ao comitê de crédito para suportar as decisões deste último. Essas informações são extensamente analisadas, estudadas e apresentadas para o comitê. O foco da análise abrange todas as informações jurídico-econômico-financeiras pertinentes à operação e ao cliente, incluindo balanço patrimonial atual, histórico e projeções, fluxo de caixa, grau de endividamento, controle societário, análise setorial, análise de garantias, prazo da operação, relacionamento e informações com o mercado.

No caso da recuperação de crédito, existe um comitê específico que avalia as possibilidades e as probabilidades de recuperação de crédito, além de estabelecer as diretrizes e ações a serem

tomadas para a recuperação.

A política de crédito do banco é estabelecida pelo comitê executivo e revisada anualmente. O limite máximo para operações com uma empresa/grupo econômico não pode exceder 10% do respectivo patrimônio líquido. Os volumes até este patamar devem ser determinados pelo comitê de crédito, em função da qualidade dos clientes e das garantias envolvidas nas operações, obedecendo, como regra geral, às seguintes condições:

- (i) valor máximo inicial por grupo econômico deve ser de até R\$1,0 milhão para operações de capital de giro com prazo de até 90 dias, lastreadas com garantias de recebíveis (preferencialmente duplicatas e/ou cheque);
- (ii) prazo máximo recomendável das duplicatas ou cheques de 90 dias (vencíveis durante a vigência do contrato), considerando a data de entrada na carteira, devendo o nível de concentração estar disposto na proposta de crédito;
- (iii) necessariamente, antes da liberação dos recursos via Ted/Doc em conta corrente, todo o processo de checagem das garantias que amparam o referido saque deve estar concluído e aprovado pela área de crédito;
- (iv) as operações que contam com trava de domicílio bancário deverão apresentar análise prévia do departamento jurídico e formalização com trava modelo do Cedente;
- (v) não há alçadas individuais para aprovação de limites e/ou operações de crédito, sendo que toda e qualquer proposta é submetida à aprovação do Comitê de Crédito, inclusive para os casos de renovação, aumento do valor da operação e alteração de operação realizada;
- (vi) solicitações de baixa e prorrogação das duplicatas em garantia, devem ser autorizadas pela área de checagem; e
- (vii) as liberações de saques ou giros com deficiência de garantias são autorizadas somente pelo Comitê de Crédito e/ou até 10% do risco (limitado até o valor de R\$100 mil) pelo departamento de crédito.

Para se estruturar e conquistar sua parcela no mercado de suprimento de capital de giro, o Cedente contratou pessoal e, conseqüentemente, ampliou sua estrutura. Assim, a estrutura compõe-se da matriz no Rio de Janeiro e das filiais localizadas nas cidades de São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto e Belo Horizonte.

O crédito consignado destinado aos servidores do setor público permanece como um dos pilares estratégicos do Cedente, no qual atende funcionários ativos ou inativos, das administrações direta ou indireta do Estado do Rio de Janeiro, diversas prefeituras municipais do estado do Rio de Janeiro e os Estados de Goiás e do Mato Grosso. Detém ainda os códigos para operar em Pernambuco, Paraná, Santa Catarina e prefeitura de São Paulo, além dos pensionistas e aposentados do INSS, marinha e aeronáutica.

As atividades de crédito do Cedente contam com uma equipe comercial composta por cerca de

50 gerentes, respaldados nas suas propostas de negócios com a presença de um grupo de 8 analistas e 10 pessoas na formalização e cobrança.

Para avaliação dos clientes de *middle market* são utilizados os instrumentos convencionais de análise de crédito e cadastro, tais como pesquisa no Serasa e na central de risco do BACEN, visita às empresas, análise do grupo e dos controladores, demonstrações financeiras e indicadores de desempenho.

A principal função da tesouraria é a administração do caixa e a redução do Cedente aos riscos de mercado, bem como o monitoramento de *gaps* entre ativos e passivos. Os instrumentos utilizados visam garantir a liquidez do Cedente. A sua exposição a riscos é baixa.

Para a gestão de compliance e risco operacional, o Cedente instituiu uma diretoria voltada especificamente para a execução destas rotinas.

INADIMPLÊNCIA

O Cedente apresenta baixo índice de inadimplência visto que suas carteiras são compostas de crédito consignado e crédito de *middle market* com garantias de duplicatas e recebíveis.

Para maiores informações acerca da inadimplência do Cedente, vide Anexo I “Relatório de Revisão Especial da KPMG Auditores Independentes” deste Prospecto.

TESOURARIA

A principal função da tesouraria do Cedente é a administração do caixa e a redução do Cedente aos riscos de mercado, bem como o monitoramento de *gaps* entre ativos e passivos. Os instrumentos utilizados visam garantir a liquidez do Cedente. A sua exposição a riscos é baixa.

O Cedente utiliza um *VaR* com 95% de intervalo de confiança, que usa uma matriz de correlação e volatilidades de mercado para calcular o valor em risco das posições do Cedente em dado momento. No caso das exposições no mercado de prefixado, as únicas que o Cedente tem incorrido, pelo fato de fazer empréstimo consignado em folha longas, o próprio BACEN envia as correlações e volatilidade relacionados a esta operação. O *VaR* do Cedente tem girado em torno de R\$150.000,00, valor este não significativo tanto em relação ao caixa quanto ao seu patrimônio líquido. Tecnicamente, portanto, o Cedente tem estado zerado em risco de mercado. Qualquer parâmetro de *VaR* máximo deve levar em conta ou o caixa do Cedente ou o patrimônio. Nesse sentido, o Cedente mantém uma exposição às taxas de juros em função da maior parte da carteira de crédito ser prefixada e a captação preponderantemente pós-fixada.

COLABORADORES E POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

O Cedente desenvolve uma política de recursos humanos baseada em um modelo de gestão que valoriza a clareza nas decisões e o constante desenvolvimento profissional.

O programa de remuneração estimula a competitividade e reconhece o mérito, sem abandonar princípios éticos e elevados padrões de comportamento profissional.

INVESTIMENTOS RELEVANTES

Recentemente, o Cedente ampliou e modernizou suas instalações na filial de São Paulo, contratou dezenas de novos colaboradores e, além disso, tem realizado periodicamente investimentos em sua plataforma tecnológica, visando adequar-se à nova dimensão dos seus negócios, objetivando adquirir maior celeridade no processo de análise, controle, segurança e integridade na concessão de crédito.

OPERAÇÕES COM CRÉDITO CONSIGNADO

No que se refere à prospecção de clientes relativos à operação de empréstimo com consignação em folha de pagamento, esta se dá por meio de contratos de prestação de serviços firmados entre o Cedente e, aproximadamente, 153 correspondentes não bancários.

FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A captação de recursos do Cedente é feita através de CDBs pré e pós-fixados, indexados à variação do CDI-CETIP. Esse tipo de captação vem apresentando crescimento constante. Em dezembro de 2005 somava R\$52,6 milhões*; em dezembro de 2006, R\$97,8 milhões* e, em junho de 2007, R\$157,64 milhões*.

Outras fontes de captação são através das cessões de crédito consignado e cessões de operações de crédito de *middle market*.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

O Cedente não possui valores mobiliários de sua emissão lançados por meio de oferta pública no Brasil ou no exterior, bem como não é garantidor de quaisquer emissões de suas subsidiárias ou sociedades controladoras.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA FIDEJUSSÓRIA

De acordo com o Cedente, até dezembro de 2006, estavam vigentes 25 contratos nos quais o mesmo assume a condição de garantidor de obrigação de terceiros. A relação desses contratos é a seguinte

CONTRATO	DEVEDOR	OBJETO	VALOR AFIANÇADO	VENCIMENTO
037/2004	Auto Viação Princesa do Sol Ltda.	FINAME	6.346.000,00	01/07/2008
002/2005	Empresa de Viação Ideal S.A.	NFLD nº 35.492.135-5	1.100.000,00	08/01/2007
009/2005	Globex Utilidades S.A.	Ação Anulatória nº 0024.05.630358-9	875.029,13	Indefinida
024/2005	Superpesa Cia. de Transportes Especiais Intermodais	Medida Cautelar proposta por Transnave	4.800.000,00	31/03/2010
028/2005	Telvent Brasil S.A.	Garantir processo nº 2005.51.01.006285-0	593.483,36	Indefinida
029/2005	Lojas Americanas S.A.	Execução Fiscal nº 4.564/2005	1.054.587,76	Indefinida
056/2005	Datamec S.A. Sistemas e Processamento de Dados	RT nº 01406-2003-028-01-01-3	345.500,00	Indefinida
079/2005	Mercator Investment Fund Limited	Compra e Venda de Ações	400.000,00	31/12/2006
129/2005	Caramuru Alimentos Ltda.	Regime Especial ICMS MT	2.500.000,00	02/01/2007

* Considerando Depósitos Totais (Depósitos a Prazo + Depósitos a Vista).

132/2005	Valtat Viagem e Turismo Ltda.	Contrato de Prestação de Serviços	850.000,00	16/01/2007
006/2006	Hebara Distribuidora de Produtos Lotéricos S.A.	Contrato de Prestação de Serviços	1.296.000,00	24/01/2007
021/2006	Auto Viação Princesa do Sol Ltda.	FINAME	3.457.317,53	12/09/2008
022/2006	Hebara Distribuidora de Produtos Lotéricos S.A.	Contrato de Prestação de Serviços	800.000,00	08/03/2007
025/2006	Consórcio Parques Urbanos	Adiantamento de United Cinemas	1.678.919,22	06/04/2007
027/2006	International Travel Services Ltda.	Acordo de Reserva, Emissão e Venda de Bilhetes	510.000,00	30/03/2007
033/2006	Hebara Distribuidora de Produtos Lotéricos S.A.	Contrato de Prestação de Serviços	1.025.000,00	21/05/2007
035/2006	Caramuru Alimentos Ltda.	Serviços portuários - CODESP	400.000,00	18/06/2007
039/2006	Unisys Brasil Ltda.	RT nº 01187.006/99-8	771.099,81	Indefinida
044/2006	Unisys Brasil Ltda.	Contrato nº 27.437/06 com SABESP	1.000.000,00	26/08/2009
045/2006	Unisys Brasil Ltda.	Contrato de Prestação de Serviços	258.347,59	29/12/2006
065/2006	Caramuru Alimentos Ltda.	Termo de Acordo de Exportação de Soja	2.500.000,00	02/01/2008
076/2006	Fenel Serviços Ltda.	Operações na BM&F	500.000,00	21/05/2007
088/2006	Fazenda Pouso Alto Ltda.	Contrato de Prestação de Serviços	332.000,00	19/07/2007
089/2006	Valtat Viagem e Turismo Ltda.	Contrato de Prestação de Serviços	850.000,00	11/01/2008
090/2006	JJA Comercial Revendedora das Indústrias Ltda.	Edital do Pregão Eletrônico nº 010/2006	1.000.000,00	21/02/2007
TOTAL			35.243.284,40	

Tabela 2 instrumentos de prestação de garantia fidejussória firmados pelo Cedente.

CONTRATOS DE CESSÃO DE CRÉDITOS

O Cedente celebrou com diversas instituições financeiras contratos de cessão de direitos creditórios referentes a empréstimos consignados. Tais instituições, e o respectivo número de contratos de cessão, celebrados até dezembro de 2006, são as seguintes (a) Banco BMG S.A., 40 contratos; (b) Banco Guanabara S.A., 1 contrato; (c) Banco Fibra S.A., 2 contratos; (c) Portocred S.A., Crédito, Financiamento e Investimento, 4 contratos; (d) Banco Mercantil do Brasil S.A., 2 contratos; (e) Banco BBM S.A., 36 contratos.

Dos contratos acima referidos, em dezembro de 2006, contavam com coobrigação do Cedente alguns que perfaziam o total de, aproximadamente, R\$250.000.000,00. Por outro lado, outros perfaziam o montante total de, aproximadamente, R\$16.000.000,00 e não contavam com coobrigação do Cedente.

SISTEMA DE *BACK-UP*

O Cedente conta com sistema de *back-up* que armazena diariamente a cópia de segurança de todos os dados e sistemas da instituição. O armazenamento se dá em disco e em fitas DLT para os dados mais recentes e apenas em fita para os mais antigos*.

Para cada sistema, existe um procedimento de *back-up* correspondente. Dada a severidade de alguns existem *back-ups* antes do fechamento** e após o fechamento. O *software* de *back-up* utilizado pelo Cedente é o Brightstor 11.

O jogo de fitas é composto de 4 fitas diárias mantidas por 15 dias, 04 semanais mantidas por 01 mês e 04 mensais armazenadas por tempo indeterminado.

* chamamos antigos os dados com mais de uma semana.

** chamamos fechamento a rotina de conferência e virada dos sistemas para D+1.

AMBIENTE REGULATÓRIO

O Cedente possui suas atividades reguladas, principalmente, pelo BACEN. Ademais, a consignação na renda mensal dos benefícios devidos pelo INSS é regulada pela legislação federal e por normativos do INSS e a consignação em folha de pagamento de servidores públicos é regulada por normativos emanados por autoridades municipais, estaduais ou federais, conforme o caso.

O BACEN concedeu, em 19 de janeiro de 1994, autorização para funcionamento do Cedente, habilitado a operar com carteiras de Investimento e de Crédito, Financiamento e Investimento. Em 16 de outubro de 1998, o BACEN autorizou a operação com carteira de Arrendamento Mercantil por parte do Cedente. Em 6 de janeiro de 2000, o BACEN permitiu a abertura de conta Reservas Bancárias para o Cedente e lhe atribuiu o número de compensação 044. Em 4 de março de 2002, o BACEN autorizou o Cedente a operar carteira comercial e em câmbio.

Vide Seção “Marco Regulatório” deste Prospecto.

ASPECTOS CÍVEIS

De acordo com os documentos disponibilizados, o Cedente é parte ré em processos cíveis (cuas ações judiciais envolvem valores acima de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais)), que representam uma contingência estipulada em aproximadamente R\$ 28.729.556,20 (vinte e oito milhões, setecentos e vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta e seis reais, e vinte centavos).

Indenizações por Danos Materiais e Morais

No desempenho de suas atividades, o Cedente fica exposto ao ajuizamento de ações com pedidos de indenizações por pretensos danos materiais e morais, geralmente decorrentes de (a) descontos em folha indevidos, (b) negativas indevidas junto ao SPC e ao SERASA, (c) cobranças indevidas de juros ou tarifas e (d) divulgação de propaganda em desacordo com as regras do Código de Defesa do Consumidor.

Consideradas as dificuldades na definição dos valores concernentes a eventuais condenações por danos morais, verifica-se que os montantes individualmente envolvidos nessas ações são

irrelevantes. Vistos em conjunto, no entanto, o valor máximo da condenação é estimado em R\$1.000.000,00.

Ações Cíveis Públicas

Foram ajuizadas 2 ações cíveis públicas em face do Cedente (Processos nºs 2005.51.01.015950-9, em curso perante a 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ, e 2006.60.00.002727-4, em curso perante a 1ª Vara Federal de Campo Grande/MS), tendo por objeto a declaração da ilegalidade das propagandas veiculadas quanto ao empréstimo consignado, por alegação de que em tais propagandas não constavam informações precisas a respeito de vários dados da operação.

Os deslindes dessas ações não deverão ter efeitos financeiros importantes em face do Cedente, na medida em que tratam, em síntese, de pleitos relacionados com procedimentos, sem efeitos patrimoniais diretos significativos.

Também foi ajuizada uma ação civil pública (processo nº 000.07.138139-3 em curso perante a 30ª Vara Cível do Fórum Central da Comarca de São Paulo/SP) visando declarar a ilegalidade da cobrança de tarifas dos correntistas que fazem transferências por meio de emissão de cheques em valor igual ou maior que R\$5.000,00, bem como restituir imediatamente os valores pagos pelos seus correntistas em razão da emissão dos cheques com valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00.

Demanda contra o BNDES

O Cedente é um dos agentes financeiros credenciados junto ao BNDES para intermediar financiamentos. Nessas operações, os juros cobrados dos beneficiários finais pelo repasse dos recursos do BNDES são fixados significativamente abaixo dos níveis praticados pelo mercado financeiro.

De forma a viabilizar essas operações em relação às micro, pequenas e médias empresas, em que o risco de inadimplência é substancialmente maior, foi constituído, pela Lei nº. 9.531, de 10/12/1997, o Fundo de Garantia para a Proteção da Competitividade – “FGPC”, idealizado dentro do programa governamental de incentivo às exportações. Nos termos do art. 1º dessa Lei nº 9.531/97 é do BNDES a gestão do FGPC, a este competindo receber prêmios e liquidar as operações, mediante pagamento da indenização competente. O FGPC funciona, na prática, como um seguro contra a inadimplência, impondo ao BNDES a reposição de até 80% do saldo devedor inadimplentes.

Em algumas operações intermediadas pelo Cedente houve inadimplência, sendo certo que o Cedente teve que responder, frente ao BNDES, pelo pagamento da integralidade dos saldos devedores dessas operações insolvidas, vencidas antecipadamente. Ocorre que, a despeito das expressas disposições legais, o BNDES recusou-se ao pagamento da indenização do valor coberto pelo FGPC, alegando, em síntese, que o Cedente não teria sido diligente na administração de sua carteira. O montante de crédito do Cedente em face do BNDES era de R\$17.552.522,72 em janeiro de 2006.

Ao mesmo tempo, o Cedente é devedor do BNDES em valor similar (aproximadamente R\$18.000.000,00), razão pela qual invoca, em seu favor, o instituto da compensação.

Tal discussão encontra-se em debate nos autos do processo judicial nº 2006.51.01000561-4, onde foi concedida medida liminar suspensiva da exigibilidade dos débitos do Cedente para com o BNDES.

ASPECTOS FISCAIS

O Cedente é parte em processos administrativos que tramitam perante a Secretaria da Receita Federal. O Cedente é parte de processos tributários que representa uma contingência estipulada em R\$ 40.874.653,43 (quarenta milhões, oitocentos e setenta e quatro, seiscentos e cinquenta e três reais, e quarenta e três centavos).

Todos o débito acima indicado encontra-se com exigibilidade suspensa em virtude de impugnações e recursos administrativos, possibilitando a obtenção da certidão positiva com efeitos de negativa, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional.

ASPECTOS TRABALHISTAS – AÇÕES JUDICIAIS

No que se refere aos aspectos trabalhistas, nossa avaliação restringiu-se à análise dos relatórios dos advogados da empresa, os quais nos foram disponibilizados, e à análise dos principais andamentos dessas reclamações com base em informações extraídas dos sites dos tribunais regionais do trabalho.

O Cedente é parte de processos trabalhistas que representa uma contingência estipulada em R\$ 675.094,92 (seiscentos e setenta e cinco mil, noventa e quatro reais e noventa e dois centavos).

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO CEDENTE

Em 15 de maio de 2007, a Austin Rating concedeu ao Cedente o grau de *rating* “BBB”.

A empresa de classificação de risco aponta os seguintes fatores como relevantes para a justificação da classificação de risco concedida

Fatores Positivos

- Diversificação nos segmentos de atuação;
- Acionistas atuantes nas decisões estratégicas;
- Estratégia de crescimento e foco de atuação da administração bem definidos, após recente reestruturação;

- Conservadorismo na política de tesouraria e crédito; e
- Comprometimento do acionista com o fortalecimento da instituição.

Fatores Em Observação

- Como banco de nicho, apresenta captação mais concentrada e sujeita às oscilações de oferta de recursos internos e externos, com maior interferência no seu funcionamento em momentos de restrição;
- Economia de escala reduzida devido ao porte;
- Maior vulnerabilidade à mudanças econômicas; e
- Elevada concentração da carteira de crédito e dos depósitos, apesar de praticamente 56% das aplicações serem de longo prazo. Os dez maiores tomadores e depositantes representam respectivamente, 41% e 62% do total de créditos e depósitos.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS E ÍNDICES FINANCEIROS

Balanco Patrimonial e Indicadores Financeiros	30.09.06	30.09.07	31.12.05	31.12.06
Disponibilidades - R\$ mil	1.564	1.046	341.000	5.940
Operações de Crédito – R\$ mil	196.591	230.701	237.620	198.215
Investimentos – R\$ mil	21.224	21.493	18.385	21.484
Imobilizado - R\$ mil	506	2.126	594	486
Diferido - R\$ mil	907	2.846	1.013	872
Ativos Totais – R\$ mil	358.863	394.924	348.214	360.893
Provisões para Perdas em Investimentos - R\$ mil	0	0	-	-
Patrimônio Líquido - R\$ mil	66.326	64.354	59.866	65.100

DRE – R\$ mil	30.09.06	30.09.07	31.12.05	31.12.06
Receitas de intermediação financeira	77.656	77.048	73.408	98.032
Custo de captação	(23.643)	(19.819)	(47.921)	(30.166)
Margem bruta	54.013	57.229	25.487	67.866
<i>PDD</i>	(128)	4.549	(38.846)	(4.015)
Margem líquida	53.885	61.778	(13.359)	63.851
Despesas Gerais e Administrativas	(33.029)	(60.875)	(26.442)	(49.683)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	7.890	(865)	(1.466)	11.377
Resultado Operacional	28.746	38	(41.267)	25.545
Participação em Sociedades Controladas e Coligadas	(288)	1	(13.000)	(29.000)

Receitas (Despesas) não Operacionais Líquidas	3.225	(1.180)	(9.138)	3.388
Resultado antes do IR e CS	31.683	(1.141)	(50.418)	28.904
Participação dos Empregados no Lucro	(150)	(51)	-	(1.045)
Provisão para IR e CS	(10.223)	(360)	9.710	(7.775)
Lucro (Prejuízo) Líquido	21.310	(1.552)	(40.708)	20.084

Indicadores Financeiros	30.09.06	30.09.07	31.12.05	31.12.06
--------------------------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------

LIQUIDEZ

Ativos de crédito / Ativo total	54,78%	58,42%	68,24%	54,92%
Aplicações interfinanceiras / Ativo total	0,28%	9,84%	1,29%	0,58%

ALAVANCAGEM

Ativo Permanente / (PL + Minoritários)	34,13%	41,12%	33,39%	35,09%
(PL + Minoritários) / Ativo total	18,48%	16,30%	17,19%	18,04%
Investimentos / Ativo permanente	93,76%	81,21%	91,96%	94,05%

RENTABILIDADE

Retorno sobre ativos	5,94%	-0,39%	-6,40%	5,70%
Retorno sobre PL	32,13%	-2,41%	-28,85%	33,55%
(Desp. Adm. + Pessoal + Impostos) / Total das Receitas Operacionais	45,02%	90,94%	36,02%	50,68%

As informações financeiras contidas nesta Seção, relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2006 e aos períodos findos em 30 de setembro de 2006 e de 2007, foram extraídas das demonstrações financeiras do Cedente, auditadas e revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e encontram-se nos Anexos V a VII deste Prospecto.

INFORMAÇÕES SOBRE OS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

As informações referentes ao Coordenador, Administradora, Gestor, Auditores Independentes e Agência de Classificação de risco e aos seus respectivos mercados de atuação contidos neste Prospecto são de inteira e exclusiva responsabilidade de cada um dos prestadores de serviços acima citados.

COORDENADOR

O Coordenador da Oferta será o Banco BVA S.A., com sede no Estado do Rio de Janeiro, cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº. 52, 19º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 32.254.138/0001-03.

Breve Histórico

O Coordenador é controlado pela BVA Empreendimentos S.A., tendo iniciado suas atividades em 1994, no Estado do Rio de Janeiro. Em fevereiro de 2000, transformou-se em banco múltiplo e desde então desenvolve suas operações de modo integrado, através das carteiras comercial, de investimento, de crédito, de financiamento e de câmbio.

Atualmente, o Coordenador encontra-se em processo de reestruturação, implicando no redesenho do organograma funcional com a criação do cargo de CEO e a implantação de uma nova cultura. Nesse sentido, houve remanejamento de funcionários do Rio de Janeiro para a filial de São Paulo, a qual ficará preponderantemente voltada para as operações de *middle market*, sendo que os escritórios de Rio de Janeiro e Belo Horizonte também terão o foco nesse segmento, porém com uma estrutura menor. A sede do Coordenador no Rio de Janeiro em particular terá como principal foco o processamento do varejo.

Ademais, foram criados ainda diversos comitês com periodicidade mensal ou semanal “Executivo” (relativo às estratégias), “Planejamento, Caixa”, “Crédito, Recuperação de Crédito”, “Controles Internos”, “*Compliance*”, “Despesas e Recursos Humanos”.

O foco do Coordenador está amparado em 3 pilares (i) o banco comercial, através da participação no *middle market* e com limite de crédito máximo de 10% do patrimônio líquido para este segmento, sendo que o ticket médio será bastante inferior ao limite estipulado; (ii) o crédito consignado, com produção no segmento de varejo; e (iii) o banco de investimento, responsável pela geração de operações estruturadas.

ADMINISTRADORA

Breve Histórico

A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é uma sociedade limitada com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00.

A Administradora é controlada pelo Banco Bradesco S.A., que detém, indiretamente, 100% (cem por cento) das quotas representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos de administração de fundos de investimento no País.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembléia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Cotistas.

Sistema de Gerenciamento de Riscos

A Administradora e o Gestor empreenderão seus melhores esforços na seleção de ativos para composição da Carteira de Ativos do Fundo, e se valerão de mecanismos e de sistemas de gerenciamento de riscos, que monitoram, mas não anulam referidos riscos. Apesar disso, e não obstante a diligência da Administradora e do Gestor em colocarem em prática a política de investimento do Fundo, a Administradora e o Gestor, individual ou conjuntamente, assim como as suas partes relacionadas, não se responsabilizarão por eventuais perdas que o Fundo venha a apresentar em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, no Termo de Adesão.

Compliance

O departamento de ações e custódia presta serviços somente para recursos de terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo, assim, total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo compliance corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por compliance específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as definições gerenciais, regras e legislação aplicável.

Substituição

A Administradora pode contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de administração da Carteira do Fundo, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

No caso de renúncia, a Administradora deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Assembléia Geral convocada para decidir sobre sua substituição ou liquidação do Fundo.

GESTOR

Para a prestação dos serviços de gestão do Fundo foi contratada a BER Capita S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso Alvarenga, nº. 1221, 1º andar, Itaim Bibi, CEP 04531-012, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.528.420/0001-04, devidamente autorizado pela CVM para prestar os serviços de gestão de valores mobiliários (a “BER Capital”).

Breve Histórico

Fundada em 2001, a BER Capital SA tem atuado de maneira destacada em operações de prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais, atuando desde 2003 exclusivamente na estruturação e gestão de carteiras de direitos creditórios. Em operações estruturadas, a BER Capital desenvolve estruturas para segregação de riscos por meio de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), sempre visando a menor utilização de capital de giro, aumento de liquidez, otimização dos custos financeiro e tributário e adequação aos limites técnicos legais/covenants financeiros.

Atualmente, conta com mais de R\$350 milhões de ativos sob gestão em 04 fundos de investimentos em direitos creditórios dos mais variados segmentos.

Substituição

A Administradora pode contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de administração da Carteira do Fundo, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

Para a prestação dos serviços de escrituração das Quotas do Fundo, de custódia e controle dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o Artigo 38 da Instrução CVM 356, o Fundo contratou o Banco Bradesco S.A.

Breve Histórico

O Banco Bradesco S.A., por meio do Departamento de Ações e Custódia, está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral, tais como custódia, controladoria, escrituração de ativos, serviços de banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, *trustee*, agente de compensação, BDRs e DRs, há mais de 30 anos.

O Departamento de Ações e Custódia presta serviços somente para recursos de terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo, assim, total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de Custódia e Controladoria têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 90012000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Banco Bradesco S.A. aderiu ao Código de Auto-Regulação da ANBID, para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do Código de Auto-Regulação da ANBID.

Considerada uma das empresas mais modernas do mundo, buscando sempre apontar tendências e antecipando serviços e produtos para seus clientes, o Banco Bradesco S.A. prioriza investimentos em tecnologia e informática, sendo que, em 2004, os investimentos realizados em tecnologia e informática foram superiores a R\$1,3 bilhão.

Especificamente para a área de custódia, o Banco Bradesco S.A. mantém os melhores sistemas existentes no mercado, com contingência de sistemas e ambiente físico, que garantem a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

O Banco Bradesco S.A. oferece ao mercado os serviços de custódia, controladoria e administração para os fundos de investimento em direitos creditórios.

O serviço abrange a recepção e a análise dos documentos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito, bem como a validação desses direitos em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo regulamento do fundo e a realização da liquidação física e financeira evidenciada pelo respectivo contrato de cessão de direitos creditórios.

Além disso, é efetuada a custódia, a administração, a cobrança e/ou a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Toda essa atividade realizada está à disposição dos órgãos reguladores, agências de *rating* e auditoria independente, de acordo com a legislação vigente.

Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento

O “Sistema Bradesco de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento” foi desenvolvido para atender às necessidades dos administradores de fundos, nas atividades relativas à administração desses fundos e na escrituração de suas quotas, possibilitando o acesso às suas posições, aos dados cadastrais dos cotistas e permitindo a emissão de relatórios.

O “Sistema Bradesco de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento” elimina a complexidade do sistema convencional, facilitando o trabalho das corretoras de valores nas negociações e possibilita a conquista de novos quotistas em qualquer parte do país, uma vez que o sistema é de abrangência nacional.

Esse serviço compreende o registro da titularidade das quotas, o controle das movimentações, o processamento dos pagamentos de rendimentos e outros eventos deliberados pelos fundos. Além disso, o Banco Bradesco S.A. oferece aos seus cotistas atendimento personalizado por meio da rede de agências.

Substituição

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

FIEL DEPOSITÁRIO

Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante nos termos do Regulamento e na legislação e regulamentação vigente, o Custodiante, contratou o Cedente para exercer, (i) na condição de fiel depositário, a guarda física dos originais das Cédulas de Crédito Bancário, seus anexos, seguros, garantias, e outros documentos que lastrearem os Direitos de Crédito (os “Documentos Comprobatórios”); e (ii) a cobrança de todos os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no respectivo Contrato de Consultoria, havendo a Consultora sido contratada pelo Fundo para tais serviços.

Substituição

O Custodiante pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para prestação dos serviços descritos no parágrafo acima, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovada pela Assembléia Geral.

ESTRUTURADORA

A Estruturadora foi contratada pelo Cedente para participar da estruturação das atividades do Fundo, bem como estabelecer os termos, condições e demais características do Fundo e das Quotas Seniores da 1ª Série. Tendo em vista a relação entre a Estruturadora e o Cedente no âmbito da presente Oferta, a Estruturadora, a princípio, não receberá qualquer remuneração, prêmio ou outro valor pela atuação como estruturadora do Fundo.

A Estruturadora está com aproximadamente um ano de atividade e já possui ativos sob gestão que ultrapassam a marca dos R\$ 200 milhões.

Formada por um time de executivos, os gestores da Estruturadora acumulam juntos mais de 30 anos de experiência no mercado financeiro. Com especialidades e características complementares, cada profissional foca em uma determinada classe de ativo e arquitetura financeira, a fim de encontrar a solução mais adequada e rentável para cada um de seus clientes.

A empresa tem o objetivo básico atender a clientes que procuram desempenho e soluções

específicas para suas necessidades de investimento. A Estruturadora tem expertise na produção de fundos exclusivos que atendam as necessidades de seus clientes.

Dentre as principais características da Estruturadora, destacam-se: (i) pesquisa minuciosa do perfil; (ii) análise global de portfólio; (iii) verificação de todos os ativos que compõem a carteira de investimentos do cliente e analisamos profundamente cada classe de ativo; (iv) maximização de retornos globais versus risco pretendido com aconselhamento nas modificações necessárias, começando o processo de gestão; (v) transparência; e (vi) gestão voltada exclusivamente para nossos cotistas e desta maneira, tudo que fazemos é previamente discutido e devidamente relatado.

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Como Agência de Classificação de Risco do Fundo e das séries emitidas pelo Fundo foi contratada a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., sociedade limitada empresária, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 110, 7º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco

Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas.

Breve Histórico

A Austin Rating é uma agência classificadora de risco de crédito de origem brasileira, atuante desde 1986, tendo sido a primeira empresa nacional a conceder ratings no Brasil. Além do pioneirismo na classificação de risco de crédito, a empresa se caracteriza pelo desenvolvimento de metodologia própria, a qual adapta padrões internacionais ao mercado financeiro nacional e suas particularidades.

A credibilidade da Austin Rating junto ao mercado foi construída ao longo dos seus 20 anos de atuação no Brasil. Nesse período, a agência teve a oportunidade de acompanhar os momentos decisivos da economia nacional e internacional e de suas implicações sobre empresas nacionais e, principalmente, instituições financeiras, destacando-se pela segurança e pela independência de suas opiniões. Hoje, a Austin é a empresa mais solicitada pela mídia quando o assunto é bancos e mercado financeiro.

A manutenção da profunda confiança adquirida exige que a Austin Rating esteja permanentemente realizando investimentos na formação e atualização de seus profissionais, os quais ocorrem sob a forma de cursos nas melhores escolas de economia e finanças, palestras e eventos promovidos pelo mercado financeiro e intercâmbio de conhecimento com estudantes e profissionais de universidades nacionais e estrangeiras. A soma dos investimentos se reproduz em uma equipe de analistas altamente qualificada, a qual garante uma qualidade cada vez maior no processo analítico e das opiniões concedidas pela agência.

Substituição

A Administradora pode contratar outra agência de classificação de risco, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

AUDITORIA

Para prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo foi contratada a empresa KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, inscrita no CNPJ/MF sob nº 057.755.217/0001-29.

Substituição

A Administradora pode contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de auditoria, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

ANEXOS

ANEXO I

RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DA KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

O Relatório de Revisão Especial foi preparado a partir da base de dados e demais informações fornecidas pelo Cedente, tendo os trabalhos de auditoria executados no período de 1º de janeiro de 2004 a 29 de fevereiro de 2008. É importante ressaltar, no entanto, que o comportamento passado da carteira de Direitos de Crédito do Cedente não constitui garantia de que o mesmo venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. O Relatório de Revisão Especial não constitui qualquer garantia por parte da KPMG Auditores Independentes, do Cedente ou da Administradora quanto à solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de Direitos de Crédito. Nenhuma decisão de adquirir Quotas deverá ser tomada somente com base nas informações contidas no presente Relatório de Revisão Especial. O conteúdo deste instrumento deve ser cuidadosamente analisado, tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto, bem como no Regulamento e no Contrato de Cessão.

Banco BVA S.A.

Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados

Este Relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pelo Banco BVA S.A. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de Direitos Creditórios não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este Relatório não constitui nenhuma garantia por parte da KPMG Risk Advisory Services Ltda. quanto à solvência, ao adimplemento, à pontualidade ou à qualidade da carteira de Direitos Creditórios. Nenhuma decisão de adquirir as quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios deverá ser tomada somente com base nas informações contidas neste Relatório. O conteúdo deste instrumento deve ser cuidadosamente analisado, levando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto.

Ao

Banco BVA S.A.

Rio de Janeiro - RJ

4 de abril de 2008

Atenção: Sr. Rodolfo Vasconcelos

Prezados senhores:

Nos termos da nossa proposta para prestação de serviços profissionais, datada de 10 de março de 2008, fomos contratados pelo Banco BVA S.A. para prestar serviços de assessoria relacionada a um processo de securitização de recebíveis por meio da cessão a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"), que está em processo de constituição.

Nossos trabalhos foram executados em conformidade com as normas profissionais relativas à execução de trabalhos de revisão emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Agradecemos o apoio da Gerência e dos funcionários do Banco BVA S.A. envolvidos no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Ricardo Anhesini Souza

Sócio

Fernando Jun Miranda Omori

Gerente Sênior

Conteúdo

1	Introdução.....	159
2	Apresentação do Perfil da Carteira de Recebíveis	161
3	Descrição dos Procedimentos de Revisão da Base de Dados.....	181
4	Verificação Física da Existência e das Características dos Contratos.....	182
5	Descrição dos Processos de Concessão e Cobrança de Crédito	183

1. Introdução

O Banco BVA S.A. (“Banco BVA” ou “Cedente”), com seus parceiros estratégicos — definidos como Grupo Estruturador —, está desenvolvendo uma estrutura de securitização de recebíveis compostos por operações de crédito consignado com funcionários do setor público das esferas Federal, Estadual e Municipal.

Esses recebíveis serão cedidos mediante o atendimento a determinados critérios de elegibilidade a serem definidos pelo grupo encarregado do processo de securitização.

Segundo informações fornecidas pelo Grupo Estruturador, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atende aos seguintes principais objetivos:

- Obter o entendimento do fluxo operacional relacionado à carteira objeto de cessão por meio do levantamento da estrutura de concessão, monitoramento, cobrança e liquidação financeira dos recebíveis, estabelecido com base em testes de amostragem.
- Confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características demográficas e de desempenho da carteira de crédito, para um período histórico de 50 meses, compreendido entre 1º de janeiro de 2004 e 29 de fevereiro de 2008.

Dessa forma, os seguintes procedimentos pré-acordados formaram o escopo de nossos trabalhos, sendo executados, principalmente, por meio da leitura de uma base de dados fornecida pelo Banco BVA, contemplando todas as operações de crédito consignado, para o período mencionado anteriormente:

1. Revisão do processo operacional por meio dos seguintes procedimentos:

- Levantamento dos processos de concessão, monitoramento, cobrança e liquidação dos recebíveis sujeitos à cessão.
- Verificação da formalização dos contratos firmados entre o Cedente e os sacados, testada com base em testes por amostragem, observando-se sua aderência às políticas de crédito previstas pelo Cedente, inclusive a existência de averbação por parte do Consignante.
- Verificação dos procedimentos adotados pelo Cedente para a conciliação dos recursos recebidos dos Consignantes comprometidos com outras operações, ou seja, os procedimentos de reconciliação e repasse dos recursos aos respectivos titulares de créditos originados.
- Identificação dos pontos de controle e teste de sua eficácia por meio de procedimentos de simulação.

2. Elaboração das seguintes informações sobre o histórico de operações de crédito consignado:

- Análises demográficas

- Compilação dos volumes mensais sujeitos à cessão.
- Distribuição do volume financeiro e da quantidade por prazo médio das operações.
- Distribuição dos contratos/recebíveis por faixas de valor, para fins de apuração de concentração das operações.
- Distribuição dos recebíveis por Ente.
- Identificação dos percentuais de antecipação de parcelas (pré-pagamentos) e refinanciamentos.

- Análises de pontualidade de pagamentos

- Cálculo do prazo médio de atraso e respectivos desvios-padrão.
- Pool estático apresentando a distribuição, por safra de originação, dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos.

As análises realizadas serão apresentadas de forma segregada (Ente/Correspondente/Esfera) ou em conjunto, conforme o caso.

Outras Informações

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal.

Nossos trabalhos foram executados no período de 12 de março a 3 de abril de 2008 e tomaram por base a estrutura das áreas de Crédito e Cobrança vigentes em março de 2008. Conforme acordado com representantes do Banco BVA, não foi requerida a atualização dos dados entre a data de conclusão de nossos trabalhos e a data de emissão deste relatório.

2. Apresentação do Perfil da Carteira de Recebíveis

2.1 Dimensionamento da Carteira de Crédito

A leitura da base de dados sob análise indica que foram originados no período sob análise — 1º de janeiro de 2004 a 29 de fevereiro de 2008 — 115.101 contratos, que totalizam R\$ 695.373 mil, considerando-se o somatório do valor das parcelas. Conforme mencionado, a conformidade desse arquivo foi submetida a testes, por meio de reconciliação com os registros oficiais da Cedente, de acordo com o apresentado na Seção 3 deste relatório.

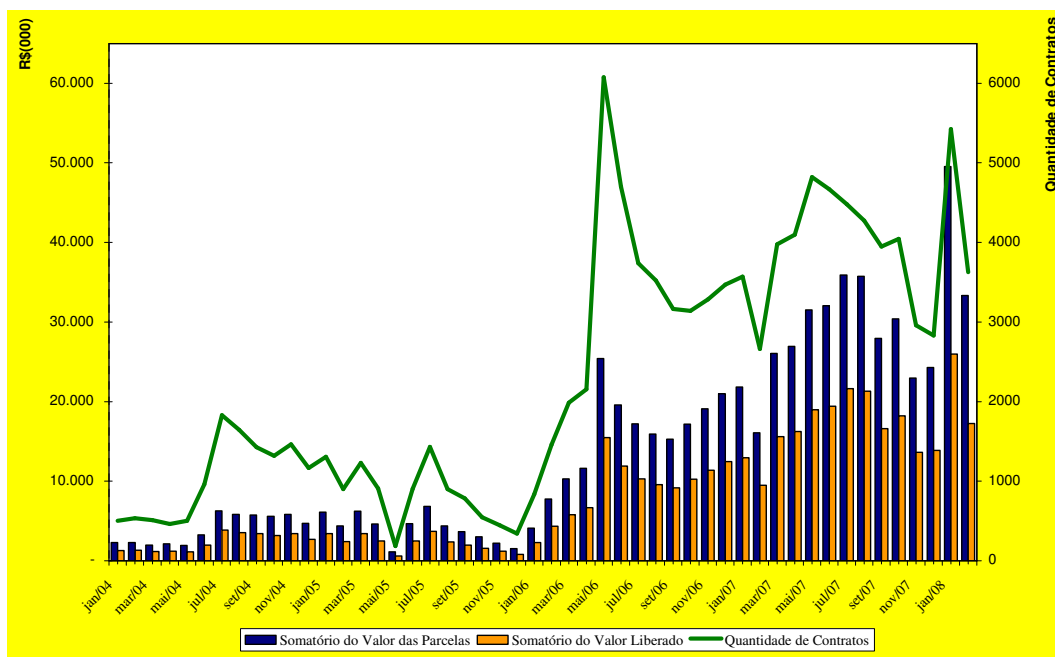
Dessa forma, para o período total de 50 meses sob análise, compilamos informações mensais referentes à produção, conforme disposto na tabela e no gráfico 2.1 a seguir:

Tabela 2.1 - Produção Mensal Referente ao Valor Total das Parcelas e à Quantidade de Contratos

Origem	Somatório do Valor das Parcelas R\$(000)	%	Somatório do Valor Liberado R\$(000)	%	Quantidade de Contratos	%
jan/04	2.274	0,3	1.303	0,3	500	0,4
fev/04	2.291	0,3	1.308	0,3	533	0,5
mar/04	1.981	0,3	1.147	0,3	510	0,4
abr/04	2.136	0,3	1.200	0,3	462	0,4
mai/04	1.934	0,3	1.099	0,3	503	0,4
jun/04	3.248	0,5	1.942	0,5	960	0,8
jul/04	6.279	0,9	3.840	0,9	1.828	1,6
ago/04	5.800	0,8	3.523	0,9	1.643	1,4
set/04	5.751	0,8	3.398	0,8	1.424	1,2
out/04	5.559	0,8	3.164	0,8	1.319	1,1
nov/04	5.842	0,8	3.403	0,8	1.463	1,3
dez/04	4.705	0,7	2.671	0,7	1.165	1,0
jan/05	6.091	0,9	3.394	0,8	1.306	1,1
fev/05	4.387	0,6	2.396	0,6	899	0,8
mar/05	6.203	0,9	3.392	0,8	1.230	1,1
abr/05	4.614	0,7	2.498	0,6	907	0,8
mai/05	1.087	0,2	583	0,1	183	0,2
jun/05	4.644	0,7	2.500	0,6	903	0,8
jul/05	6.839	1,0	3.701	0,9	1.429	1,2
ago/05	4.360	0,6	2.360	0,6	899	0,8
set/05	3.635	0,5	1.969	0,5	782	0,7
out/05	3.018	0,4	1.561	0,4	546	0,5
nov/05	2.216	0,3	1.173	0,3	448	0,4
dez/05	1.522	0,2	809	0,2	341	0,3
jan/06	4.101	0,6	2.285	0,6	838	0,7
fev/06	7.770	1,1	4.335	1,1	1.457	1,3
mar/06	10.291	1,5	5.769	1,4	1.984	1,7
abr/06	11.596	1,7	6.663	1,6	2.154	1,9
mai/06	25.398	3,7	15.459	3,8	6.077	5,3
jun/06	19.580	2,8	11.909	2,9	4.700	4,1
jul/06	17.179	2,5	10.293	2,5	3.741	3,3
ago/06	15.914	2,3	9.577	2,4	3.520	3,1

Origem	Somatório do Valor das Parcelas R\$(000)	%	Somatório do Valor Liberado R\$(000)	%	Quantidade de Contratos	%
set/06	15.278	2,2	9.169	2,3	3.164	2,7
out/06	17.161	2,5	10.231	2,5	3.140	2,7
nov/06	19.088	2,7	11.372	2,8	3.287	2,9
dez/06	20.986	3,0	12.467	3,1	3.471	3,0
jan/07	21.838	3,1	12.951	3,2	3.571	3,1
fev/07	16.078	2,3	9.499	2,3	2.662	2,3
mar/07	26.075	3,7	15.579	3,8	3.977	3,5
abr/07	26.941	3,9	16.252	4,0	4.098	3,6
mai/07	31.498	4,5	18.987	4,7	4.823	4,2
jun/07	32.054	4,6	19.415	4,8	4.669	4,1
jul/07	35.911	5,2	21.615	5,3	4.480	3,9
ago/07	35.751	5,1	21.278	5,3	4.274	3,7
set/07	27.949	4,0	16.613	4,1	3.948	3,4
out/07	30.403	4,4	18.216	4,5	4.044	3,5
nov/07	22.956	3,3	13.607	3,4	2.958	2,6
dez/07	24.297	3,5	13.861	3,4	2.831	2,5
jan/08	49.514	7,1	25.947	6,4	5.425	4,7
fev/08	33.352	4,8	17.250	4,3	3.625	3,1
Total	695.373	100,0	404.935	100,0	115.101	100,0

Gráfico 2.1 - Produção Mensal



Na tabela 2.2, a seguir, apresentamos a origem total por esfera (Federal, Estadual e Municipal) ao longo dos 50 meses sob análise, bem como as suas respectivas representatividades em relação à produção total. No Anexo I, apresentamos a distribuição mensal de contratos gerados no período por esfera.

Tabela 2.2 - Produção por Esfera

Esfera	Somatório do Valor das Parcelas		%	Somatório do Valor Financiado		%	Quantidade de Contratos		%
	R\$(000)			R\$(000)					
Estadual	458.064		65,9	265.234		65,5	76.003		66,0
Federal	124.298		17,9	73.666		18,2	16.667		14,5
Municipal	113.012		16,3	66.035		16,3	22.431		19,5
Total	695.373		100,0	404.935		100,0	115.101		100,0

Com o intuito de verificar a participação de cada um dos Órgãos e das respectivas esferas na produção mensal ao longo dos 50 meses, bem como as respectivas representatividades, destacamos a seguir a relação do volume total originado por Órgão:

Tabela 2.3 - Produção por Órgão

Convênio	Esfera	Somatório do Valor das Parcelas		%	Somatório do Valor Liberado		%	Quantidade de Contratos		%
		R\$(000)			R\$(000)					
Estado RJ	Estadual	259.536		37,3	153.120		37,8	53.248		46,3
Rioprevidência	Estadual	69.064		9,9	36.126		8,9	5.623		4,9
Marinha	Federal	56.201		8,1	33.387		8,2	6.904		6,0
PM RJ	Estadual	52.067		7,5	29.605		7,3	10.421		9,1
Exército	Federal	34.370		4,9	21.598		5,3	2.894		2,5
PM Campos	Municipal	29.355		4,2	17.997		4,4	8.038		7,0
Estado GO	Estadual	27.827		4,0	17.724		4,4	5.626		4,9
TJ Rio	Estadual	25.885		3,7	14.848		3,7	1.092		0,9
Estado MG	Estadual	25.670		3,7	13.129		3,2	2.869		2,5
INSS	Federal	17.169		2,5	10.263		2,5	5.517		4,8
Aeronáutica	Federal	16.418		2,4	8.323		2,1	1.350		1,2
Estado MS	Estadual	13.490		1,9	8.204		2,0	2.822		2,5
TC RJ	Estadual	12.222		1,8	7.093		1,8	525		0,5
PM Campo Grande	Estadual	10.520		1,5	6.018		1,5	1.763		1,5
Estado PE	Estadual	8.069		1,2	5.236		1,3	1.837		1,6
Comlurb	Estadual	6.922		1,0	4.095		1,0	1.708		1,5
PM Ribeirão Preto	Municipal	5.733		0,8	3.583		0,9	275		0,2
USP	Estadual	4.024		0,6	2.548		0,6	276		0,2
PM Franca	Municipal	3.275		0,5	1.877		0,5	154		0,1
PM Goiânia	Municipal	2.317		0,3	1.455		0,4	346		0,3
PM São Gonçalo	Municipal	1.767		0,3	924		0,2	392		0,3
PM Cubatão	Municipal	1.711		0,2	1.061		0,3	76		0,1
Estado RN	Estadual	1.574		0,2	925		0,2	34		0,0
Prev. Ribeirão Preto	Municipal	1.383		0,2	804		0,2	73		0,1
PM Campinas	Municipal	1.328		0,2	665		0,2	110		0,1
Assembléia do RJ	Estadual	1.234		0,2	696		0,2	47		0,0
Iprem	Municipal	1.233		0,2	622		0,2	71		0,1

Convênio	Esfera	Somatório do Valor das Parcelas R\$(000)	%	Somatório do Valor Liberado R\$(000)	%	Quantidade de Contratos	%
Demais (18 órgãos)		5.011	0,7	3.010	0,7	1.010	0,9
Total		695.373	100,0	404.935	100,0	115.101	100,0

No Anexo II, apresentamos a produção mensal para cada um dos Órgãos acima destacados.

2.2 Distribuição de Contratos por Faixas de Valor

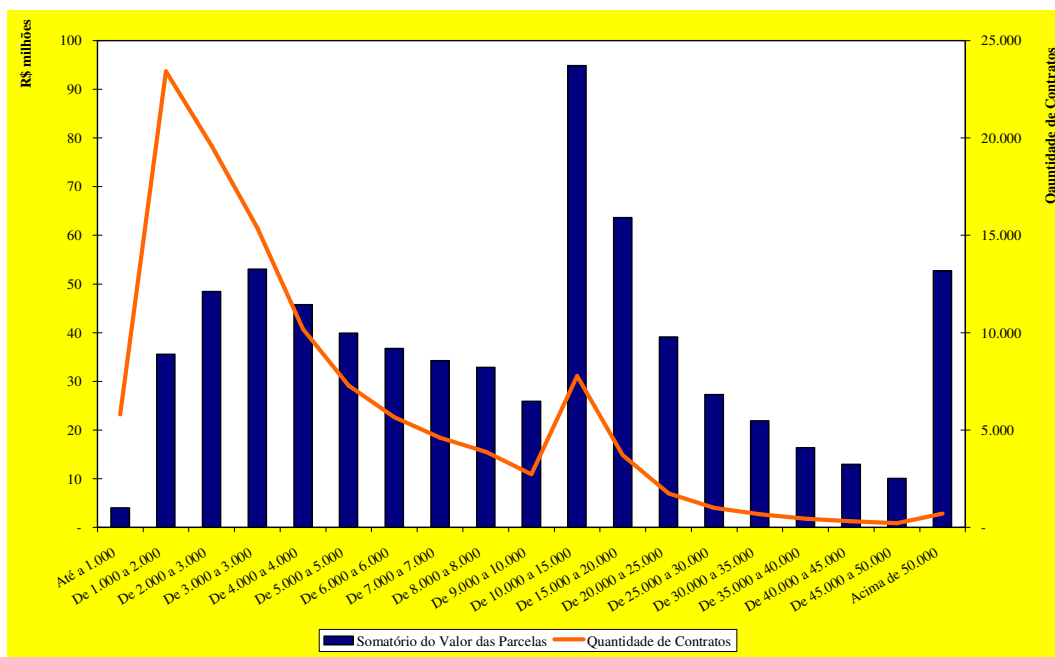
Elaboramos a tabela 2.4, apresentada a seguir, demonstrando a distribuição de contratos por faixas de valor, considerando o somatório do valor das parcelas.

Tabela 2.4 - Distribuição de Contratos por Faixas de Valor

Faixas Valor (em R\$)	Somatório do Valor das Parcelas R\$(000)	%		Quantidade de Contratos	%	
Até 1.000	3.970	0,6	0,6	5.796	5,0	5,0
De 1.001 a 2.000	35.550	5,1	5,7	23.434	20,2	25,2
De 2.001 a 3.000	48.460	7,0	12,7	19.597	17,0	42,2
De 3.001 a 3.000	53.080	7,6	20,3	15.372	13,4	55,6
De 4.001 a 4.000	45.806	6,6	26,9	10.188	8,9	64,5
De 5.001 a 5.000	39.876	5,7	32,6	7.276	6,3	70,8
De 6.001 a 6.000	36.722	5,3	37,9	5.654	4,9	75,7
De 7.001 a 7.000	34.261	4,9	42,8	4.603	4,0	79,7
De 8.001 a 8.000	32.868	4,7	47,5	3.883	3,4	83,1
De 9.001 a 10.000	25.907	3,7	51,2	2.721	2,4	85,5
De 10.001 a 15.000	94.899	13,6	64,8	7.779	6,8	92,3
De 15.001 a 20.000	63.622	9,1	73,9	3.705	3,2	95,5
De 20.001 a 25.000	39.109	5,6	79,5	1.750	1,5	97,0
De 25.001 a 30.000	27.313	3,9	83,4	999	0,9	97,9
De 30.001 a 35.000	21.886	3,3	86,7	676	0,6	98,5
De 35.001 a 40.000	16.371	2,4	89,1	440	0,4	98,9
De 40.001 a 45.000	12.924	1,9	91,0	305	0,3	99,2
De 45.001 a 50.000	10.050	1,4	92,4	212	0,2	99,4
Acima de 50.000	52.700	7,6	100,0	711	0,6	100,0
Total	695.373	100,0		115.101	100,0	

No gráfico 2.2, a seguir, apresentamos a representação gráfica dos contratos analisados por faixa de valor.

Gráfico 2.2 - Distribuição dos Contratos por Faixa de Valor



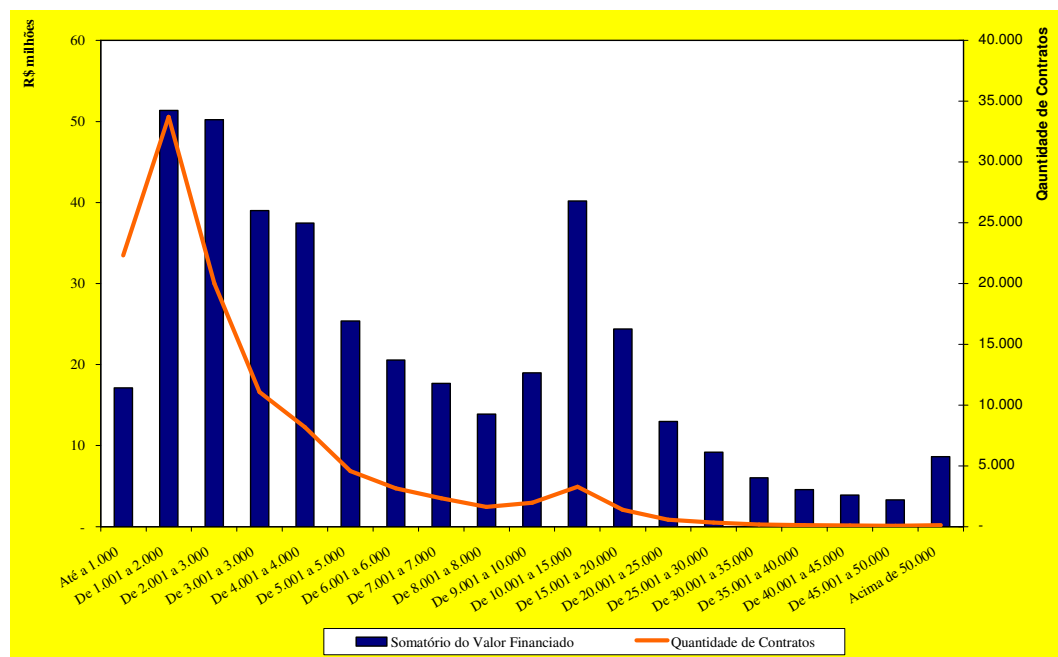
Elaboramos a tabela 2.5, apresentada a seguir, demonstrando a distribuição de contratos por faixas de valor, considerando o somatório do valor das financiados.

Tabela 2.5 - Distribuição de Contratos por Faixas do Valor Financiados

Faixas Valor (em R\$)	Somatório do Valor Financiados R\$(000)	%		Quantidade de Contratos	%	
		%	Acum.		%	Acum.
Até a 1.000	17.121	4,2	4,2	22.325	19,4	19,4
De 1.001 a 2.000	51.383	12,7	16,9	33.702	29,3	48,7
De 2.001 a 3.000	50.231	12,4	29,3	20.004	17,4	66,1
De 3.001 a 4.000	39.004	9,6	39,0	11.070	9,6	75,7
De 4.001 a 5.000	37.464	9,3	48,2	8.173	7,1	82,8
De 5.001 a 6.000	25.390	6,3	54,5	4.573	4,0	86,7
De 6.001 a 7.000	20.561	5,1	59,6	3.146	2,7	89,5
De 7.001 a 8.000	17.674	4,4	63,9	2.341	2,0	91,5
De 8.001 a 9.000	13.885	3,4	67,3	1.629	1,4	92,9
De 9.001 a 10.000	19.003	4,7	72,0	1.958	1,7	94,6
De 10.001 a 15.000	40.216	9,9	82,0	3.291	2,9	97,5
De 15.001 a 20.000	24.381	6,0	88,0	1.380	1,2	98,7
De 20.001 a 25.000	12.990	3,2	91,2	579	0,5	99,2
De 25.001 a 30.000	9.201	2,3	93,5	332	0,3	99,5
De 30.001 a 35.000	6.026	1,5	95,0	185	0,2	99,6
De 35.001 a 40.000	4.554	1,1	96,1	121	0,1	99,7
De 40.001 a 45.000	3.897	1,0	97,0	92	0,1	99,8
De 45.001 a 50.000	3.308	0,8	97,9	69	0,1	99,9
Acima de 50.000	8.646	2,1	100,0	131	0,1	100,0
Total	404.935	100,0		115.101	100,0	

No gráfico 2.3, a seguir, apresentamos a representação gráfica dos contratos analisados por faixa de valor.

Gráfico 2.3 - Distribuição dos Contratos por Faixa de Valor do Valor Financiado



2.3 Ticket Médio dos Contratos

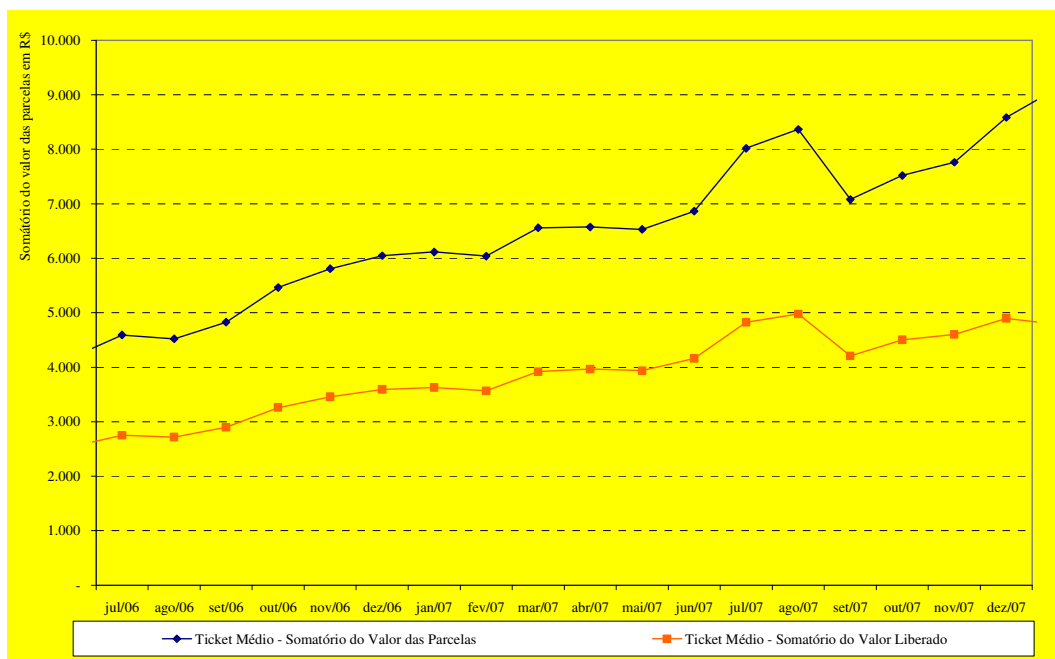
A tabela 2.6 e o gráfico 2.4, a seguir, trazem o valor médio dos contratos por mês de origem, considerando o somatório do valor das parcelas e em valores liberados.

Tabela 2.6 - Ticket Médio dos Contratos

Origem	Ticket Médio - Somatório do Valor das Parcelas - R\$	Ticket Médio - Somatório do Valor Liberado - R\$	Origem	Ticket Médio - Somatório do Valor das Parcelas - R\$	Ticket Médio - Somatório do Valor Liberado - R\$
jan/04	4.548	2.606	jan/06	4.894	2.726
fev/04	4.298	2.454	fev/06	5.333	2.975
mar/04	3.883	2.249	mar/06	5.187	2.908
abr/04	4.623	2.597	abr/06	5.383	3.093
mai/04	3.845	2.185	mai/06	4.179	2.544
jun/04	3.384	2.023	jun/06	4.166	2.534
jul/04	3.435	2.101	jul/06	4.592	2.751
ago/04	3.530	2.144	ago/06	4.521	2.721
set/04	4.039	2.387	set/06	4.829	2.898
out/04	4.215	2.399	out/06	5.465	3.258
nov/04	3.993	2.326	nov/06	5.807	3.460
dez/04	4.039	2.293	dez/06	6.046	3.592
jan/05	4.664	2.599	jan/07	6.115	3.627

fev/05	4.879	2.665	fev/07	6.040	3.568
mar/05	5.043	2.758	mar/07	6.556	3.917
abr/05	5.087	2.754	abr/07	6.574	3.966
mai/05	5.942	3.187	mai/07	6.531	3.937
jun/05	5.143	2.769	jun/07	6.865	4.158
jul/05	4.786	2.590	jul/07	8.016	4.825
ago/05	4.850	2.625	ago/07	8.365	4.978
set/05	4.649	2.518	set/07	7.079	4.208
out/05	5.528	2.859	out/07	7.518	4.505
nov/05	4.947	2.619	nov/07	7.761	4.600
dez/05	4.464	2.372	dez/07	8.582	4.896
			jan/08	9.127	4.783
			fev/08	9.201	4.759
			Média Geral	6.041	3.518

Gráfico 2.4 - Evolução do Ticket Médio dos Contratos



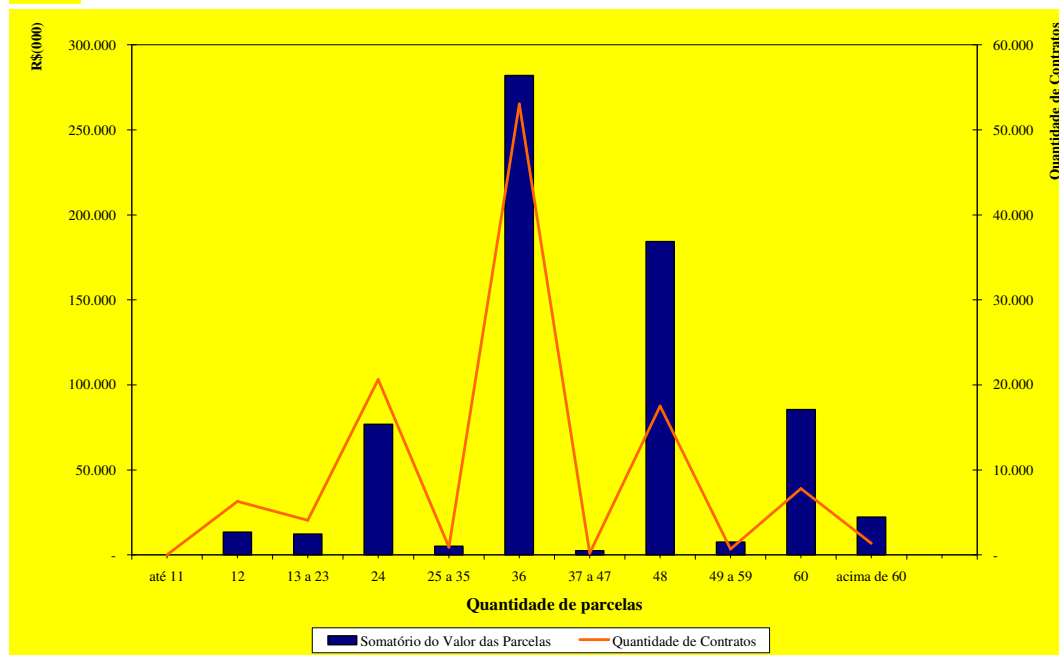
2.4 Distribuição Mensal por Quantidade de Parcelas (Prazo Médio)

Para o estabelecimento do prazo médio das operações foi compilado o volume total de contratos originados no período de 50 meses sob análise por quantidade de parcelas. O prazo médio ponderado calculado para os contratos sob análise é de 41,3 meses. Apresentamos na tabela 2.7 e no gráfico 2.5, a seguir, a distribuição dos contratos por quantidade de parcelas.

Tabela 2.7 - Distribuição das Operações por Quantidade de Parcelas - Período de 50 Meses

Quantidade de Parcelas	Somatório do Valor das Parcelas R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de Contratos	%	% Acum.
Até 11	3	0,0	0,0	6	0,0	0,0
12	13.397	1,9	1,9	6.294	5,6	5,6
13 a 23	12.258	1,8	3,7	4.076	3,6	9,2
24	76.853	11,1	14,8	20.652	18,3	27,6
25 a 35	5.050	0,7	15,6	924	0,8	28,4
36	281.901	40,8	56,3	53.035	47,1	75,5
37 a 47	2.437	0,4	56,7	211	0,2	75,7
48	184.349	26,7	83,3	17.526	15,6	91,3
49 a 59	7.516	1,1	84,4	691	0,6	91,9
60	85.492	12,4	96,8	7.794	6,9	98,8
Acima de 60	22.311	3,2	100,0	1.353	1,2	100,0
Total	691.566	100,0		112.562	100,0	

Gráfico 2.5 - Distribuição das Operações por Quantidade de Parcelas - Período de 50 Meses



O Gráfico 2.6 a seguir apresenta a evolução mensal do prazo médio para os 50 meses analisados.

Gráfico 2.6 – Evolução do Prazo Médio em Quantidade de Parcelas - Período de 50 Meses



2.5 Indicadores de Desempenho

Os indicadores de desempenho da carteira objetivam prover informações sobre a performance da carteira de recebíveis da Cedente, em conformidade com os parâmetros definidos previamente com representantes das partes envolvidas no processo de securitização. As análises foram efetuadas de forma consolidada e em grupos, considerando características específicas observadas e/ou discutidas com o Grupo Estruturador.

Foi elaborado um aging list em faixas de prazos, conforme apresentado na tabela 2.8, a seguir, demonstrando os volumes de operações vencidas, liquidadas antecipadamente, em dia e em atraso, como também os volumes das operações vencidas e não liquidadas, durante o período de 50 meses.

Tabela 2.8 - Aging List da Carteira em Aberto em 29 de Fevereiro de 2008 - Consolidada

Faixas	R\$(000)	%	% acum.
Total sob análise	695.373		
(-) Renegociações/Refinanciamentos	83.390		
(+) Multas	229		
(-) Descontos	15.354		
(-) Parcelas a vencer após 29 de fevereiro de 2008	368.350		
Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 29 de fevereiro de 2008	228.507		
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	19.424	8,5	8,5

Parcelas antecipadas de 30 a 180 dias	7.623	3,3	11,8
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	2.446	1,1	12,9
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	6.397	2,8	15,7
Parcelas liquidadas no vencimento	162.542	71,1	86,8
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	522	0,2	87,1
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	2.567	1,1	88,2
Parcelas liquidadas de 31 a 60 dias	4.088	1,8	90,0
Parcelas liquidadas de 61 a 90 dias	2.068	0,9	90,9
Parcelas liquidadas de 91 a 120 dias	2.799	1,2	92,1
Parcelas liquidadas de 121 a 150 dias	955	0,4	92,5
Parcelas liquidadas de 151 a 180 dias	577	0,3	92,8
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	1.724	0,8	93,5
Parcelas vencidas de 1 a 15 dias	1.953	0,9	94,4
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	472	0,2	94,6
Parcelas vencidas de 31 a 60 dias	1.746	0,8	95,4
Parcelas vencidas de 61 a 90 dias	1.532	0,7	96,0
Parcelas vencidas de 91 a 120 dias	1.226	0,5	96,6
Parcelas vencidas de 121 a 150 dias	1.071	0,5	97,0
Parcelas vencidas de 151 a 180 dias	958	0,4	97,5
Parcelas vencidas acima de 180 dias	5.817	2,5	100,0

Ainda com o propósito de entender de forma mais abrangente o desempenho de pagamento por parte dos Entes analisados, fizemos uma segregação de acordo com sua esfera (Federal, Estadual, Municipal), em conformidade com a classificação dos Entes fornecida por representantes do Banco.

Tabela 2.9 - Desempenho de Pagamento por Esfera

Faixas	Estadual			Federal			Municipal		
	R\$(000)	%	% acum.	R\$(000)	%	% acum.	R\$(000)	%	% acum.
Total sob análise	458.064			124.298			113.012		
(-) Renegociações/Refinanciamentos	64.619			9.519			9.252		
(+) Multas	153			41			34		
(-) Descontos	7.889			3.732			3.733		
(-) Parcelas a vencer	239.626			76.460			52.265		
Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 29 de fevereiro de 2008	146.083			34.627			47.796		
Parcelas antecipadas									
acima de 180 dias	9.364	6,4	6,4	5.538	16,0	16,0	4.522	9,5	9,5
de 30 a 180 dias	3.726	2,6	9,0	1.584	4,6	20,6	2.313	4,8	14,3
de 15 a 30 dias	1.245	0,9	9,8	549	1,6	22,2	652	1,4	15,7
de 1 a 15 dias	5.647	3,9	13,7	82	0,2	22,4	668	1,4	17,1

Parcelas liquidadas no vencimento	112.480	77,0	90,7	23.469	67,8	90,2	26.593	55,6	72,7
Parcelas liquidadas									
de 1 a 15 dias	460	0,3	91,0	20	0,1	90,2	42	0,1	72,8
de 15 a 30 dias	1.231	0,8	91,8	415	1,2	91,4	921	1,9	74,7
de 31 a 60 dias	2.175	1,5	93,3	575	1,7	93,1	1.338	2,8	77,5
de 61 a 90 dias	992	0,7	94,0	195	0,6	93,6	881	1,8	79,4
de 91 a 120 dias	1.025	0,7	94,7	103	0,3	93,9	1.671	3,5	82,9
de 121 a 150 dias	465	0,3	95,0	74	0,2	94,2	416	0,9	83,7
de 151 a 180 dias	289	0,2	95,2	53	0,2	94,3	235	0,5	84,2
acima de 180 dias	709	0,5	95,7	132	0,4	94,7	883	1,8	86,1
Parcelas vencidas									
de 1 a 15 dias	1.041	0,7	96,4	4	0,0	94,7	908	1,9	88,0
de 15 a 30 dias	168	0,1	96,5	304	0,9	95,6	1	0,0	88,0
de 31 a 60 dias	737	0,5	97,0	215	0,6	96,2	794	1,7	89,6
de 61 a 90 dias	620	0,4	97,5	188	0,5	96,7	723	1,5	91,1
de 91 a 120 dias	499	0,3	97,8	177	0,5	97,3	551	1,2	92,3
de 121 a 150 dias	432	0,3	98,1	152	0,4	97,7	487	1,0	93,3
de 151 a 180 dias	358	0,2	98,3	132	0,4	98,1	469	1,0	94,3
acima de 180 dias	2.421	1,7	100,0	665	1,9	100,0	2.731	5,7	100,0

Conforme informações fornecidas pela Administração, o BVA realizava operações com servidores comissionados dos órgãos Prefeitura de Campos e Estado do Rio de Janeiro bem como cabos e soldados do Exército. A partir de março de 2007, em razão de problemas com inadimplência, operações dessa natureza foram suspensas uma vez que o vínculo empregatício desses servidores não apresentava a mesma característica de estabilidade.

Dessa forma, por solicitação do Grupo Estruturador foram elaboradas as tabelas 2.10 e 2.11 a seguir, indicando a distribuição das parcelas em 29 de fevereiro de 2008, excluindo-se operações da natureza acima mencionada. As operações realizadas com comissionados e cabos e soldados para os 50 meses sob análise totalizaram R\$ 14.153 mil, representado por 4.075 contratos. A relação destes contratos foi informada por representantes do BVA.

Tabela 2.10 - Aging List da Carteira em 29 de Fevereiro de 2008 – Consolidado, Excluindo comissionados e cabos e soldados

Faixas	R\$(000)	%	% acum.
Total sob análise	681.220		
(-) Renegociações / Refinanciamentos	83.385		
(+) Multas	228		
(-) Descontos	15.144		
(-) Parcelas a vencer após 29 de fevereiro de 2008	363.774		
Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 29 de fevereiro de 2008	219.144	100,0	
Parcelas antecipadas			

Faixas	R\$(000)	%	% acum.
Acima de 180 dias	19.422	8,9	8,9
de 30 a 180 dias	7.323	3,3	12,2
de 15 a 30 dias	2.325	1,1	13,3
de 1 a 15 dias	6.279	2,9	16,1
Parcelas liquidadas no vencimento	160.151	73,1	89,2
Parcelas liquidadas			
de 1 a 15 dias	513	0,2	89,4
de 15 a 30 dias	2.469	1,1	90,6
de 31 a 60 dias	3.988	1,8	92,4
de 61 a 90 dias	1.989	0,9	93,3
de 91 a 120 dias	2.444	1,1	94,4
de 121 a 150 dias	910	0,4	94,8
de 151 a 180 dias	566	0,3	95,1
acima de 180 dias	1.562	0,7	95,8
Parcelas vencidas			
de 1 a 15 dias	1.458	0,7	96,5
de 15 a 30 dias	452	0,2	96,7
de 31 a 60 dias	1.238	0,6	97,2
de 61 a 90 dias	1.029	0,5	97,7
de 91 a 120 dias	748	0,3	98,0
de 121 a 150 dias	603	0,3	98,3
de 151 a 180 dias	491	0,2	98,5
acima de 180 dias	3.182	1,5	100,0

Tabela 2.11- Desempenho de Pagamento por Esfera - Excluindo comissionados e cabos e soldados

Faixas	Estadual			Federal			Municipal		
	R\$(000)	%	% acum.	R\$(000)	%	% acum.	R\$(000)	%	% acum.
Total sob análise	453.711			123.612			103.897		
(-) Renegociações / Refinanciamentos	64.614			9.519			9.252		
(+) Multas	153			41			34		
(-) Descontos	7.875			3.731			3.537		
(-) Parcelas a vencer após 29 de fevereiro de 2008	237.434			76.063			50.277		
Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 29 de fevereiro de 2008	143.941	100,0		34.339	100,0		40.864	100,0	
Parcelas antecipadas									
acima de 180 dias	9.363	6,5	6,5	5.538	16,1	16,1	4.521	11,1	11,1
de 30 a 180 dias	3.722	2,6	9,1	1.577	4,6	20,7	2.024	5,0	16,0
de 15 a 30 dias	1.244	0,9	10,0	546	1,6	22,3	535	1,3	17,3
de 1 a 15 dias	5.646	3,9	13,9	82	0,2	22,6	551	1,3	18,7
Parcelas liquidadas no vencimento	111.962	77,8	91,7	23.425	68,2	90,8	24.763	60,6	79,3
Parcelas liquidadas									

de 1 a 15 dias	460	0,3	92,0	20	0,1	90,8	33	0,1	79,4
de 15 a 30 dias	1.229	0,9	92,8	415	1,2	92,0	825	2,0	81,4
de 31 a 60 dias	2.172	1,5	94,3	575	1,7	93,7	1.241	3,0	84,4
de 61 a 90 dias	987	0,7	95,0	195	0,6	94,3	808	2,0	86,4
de 91 a 120 dias	1.021	0,7	95,7	102	0,3	94,6	1.321	3,2	89,6
de 121 a 150 dias	461	0,3	96,1	74	0,2	94,8	375	0,9	90,5
de 151 a 180 dias	284	0,2	96,3	53	0,2	94,9	229	0,6	91,1
acima de 180 dias	616	0,4	96,7	126	0,4	95,3	819	2,0	93,1
Parcelas vencidas									
de 1 a 15 dias	920	0,6	97,3	4	0,0	95,3	534	1,3	94,4
de 15 a 30 dias	168	0,1	97,4	283	0,8	96,1	1	0,0	94,4
de 31 a 60 dias	616	0,4	97,9	195	0,6	96,7	427	1,0	95,5
de 61 a 90 dias	499	0,3	98,2	167	0,5	97,2	363	0,9	96,3
de 91 a 120 dias	377	0,3	98,5	156	0,5	97,7	215	0,5	96,9
de 121 a 150 dias	311	0,2	98,7	131	0,4	98,0	161	0,4	97,3
de 151 a 180 dias	237	0,2	98,9	111	0,3	98,4	144	0,4	97,6
acima de 180 dias	1.643	1,1	100,0	564	1,6	100,0	974	2,4	100,0

2.6 Pool Estático - Índices de Realização dos Créditos por Safra de Produção - Ciclos Mensais

Como parte dos procedimentos pré-acordados definidos com representantes do Grupo Estruturador, foi realizada a análise do pool estático, demonstrando o prazo de liquidação das parcelas vencidas para o período sob análise. Essa informação objetiva identificar o comportamento de pagamentos por safra de origem dos contratos - *vintage analysis*.

Nos gráficos 2.7 e 2.8 apresentamos uma representação gráfica desse pool estático para parcelas vencidas e não liquidadas acima de 90 e 180 dias.

Como parte dos procedimentos pré-acordados definidos com representantes do Grupo Estruturador, adicionalmente foi realizada a análise do pool estático segmentando à base de órgão conveniado em três esferas de poder: municipal, estadual e federal. Nos gráficos 2.9 a 2.14 apresentamos uma representação gráfica desses pools estáticos para parcelas vencidas e não liquidadas acima de 90 e 180 dias.

No Anexo III estão apresentados os dados analíticos utilizados para cada uma das safras originadas no período de 50 meses sob análise, considerando-se os percentuais de pagamento em cada mês. Nos Anexos IV, V e VI foram analisadas de forma segregada as esferas Municipal, Estadual e Federal, respectivamente.

Gráfico 2.7 - Representação Gráfica do Pool Estático - % de Inadimplência por Safra de Contratos Vencidos Acima de 90 Dias

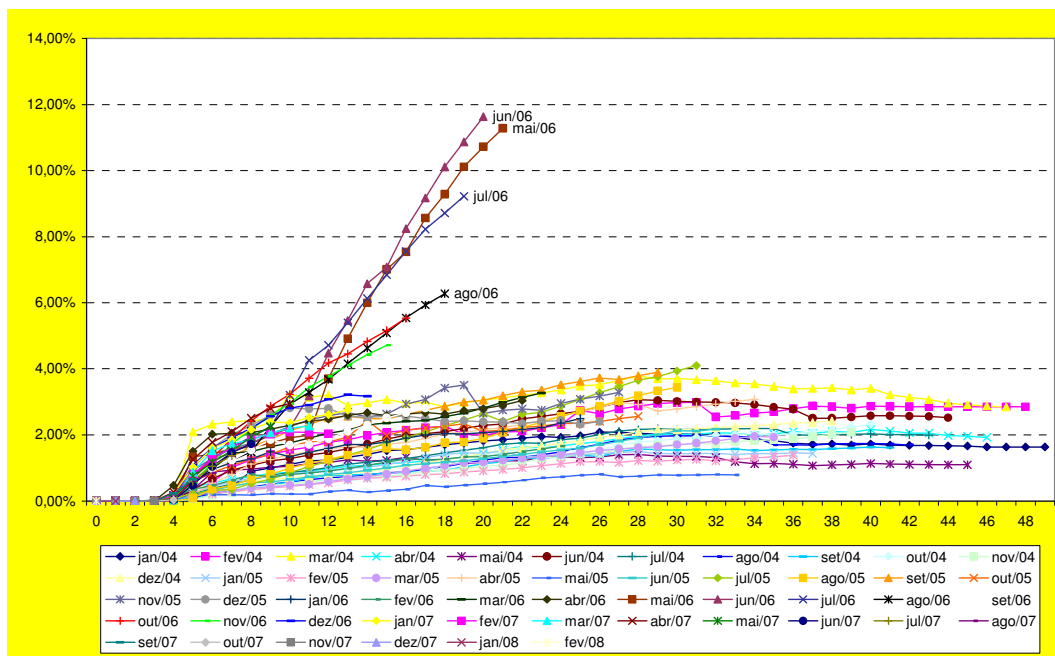


Gráfico 2.8 - Representação Gráfica do Pool Estático - % de Inadimplência por Safra de Contratos Vencidos Acima de 180 Dias

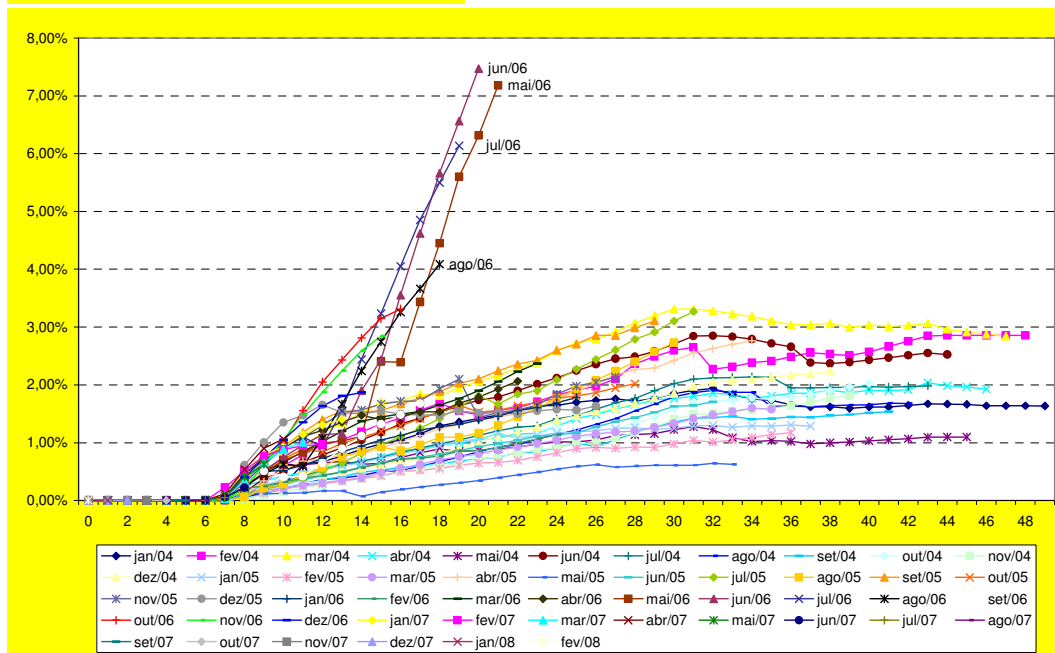


Gráfico 2.9 - Representação Gráfica do Pool Estático - % de Inadimplência por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 90 dias - Municipal

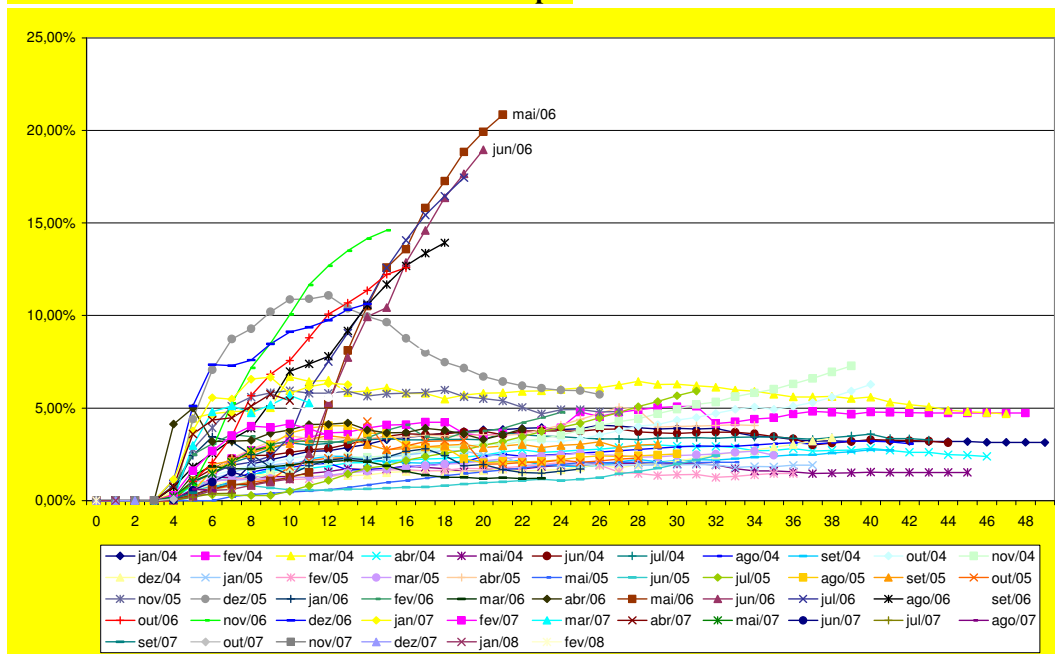


Gráfico 2.10 - Representação Gráfica do Pool Estático - % de Inadimplência por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 180 dias - Municipal

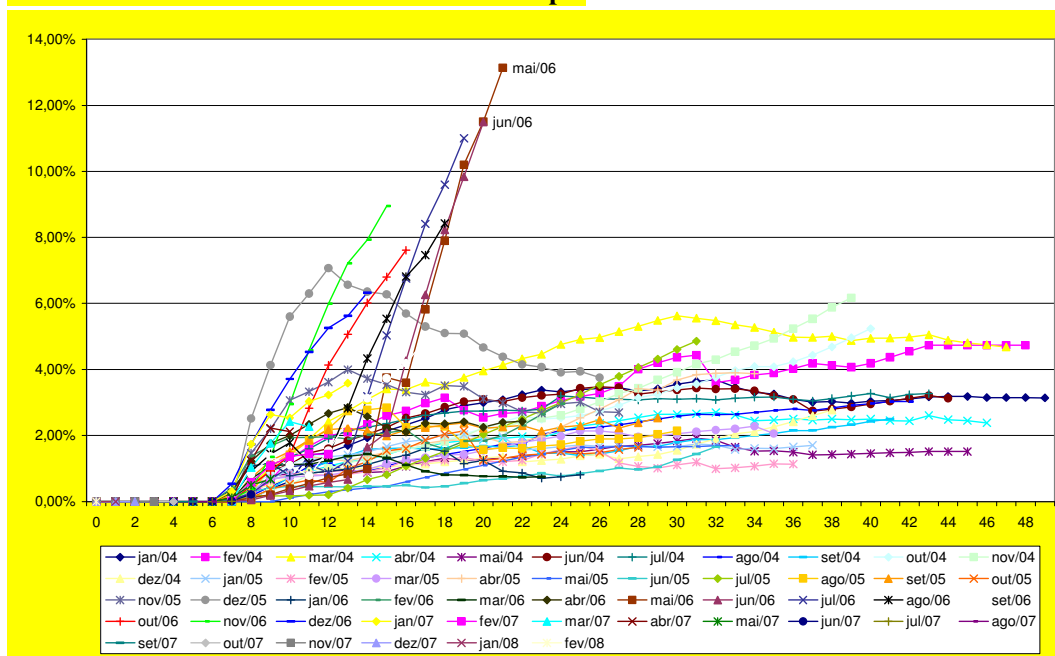


Gráfico 2.11 - Representação Gráfica do Pool Estático - % de Inadimplência por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 90 dias - Estadual

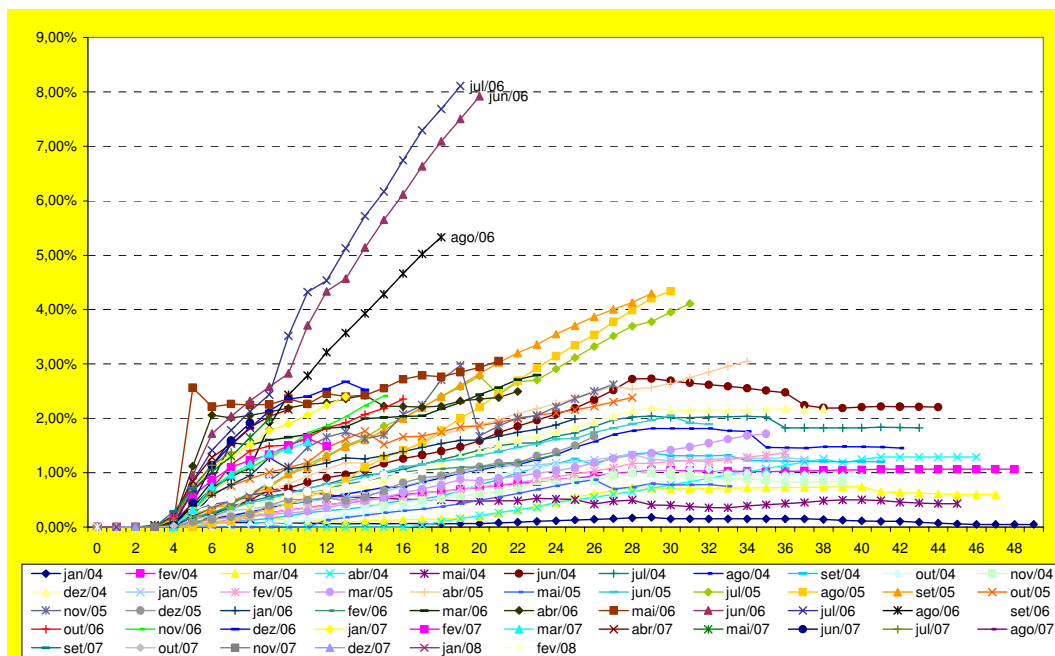


Gráfico 2.12 - Representação Gráfica do Pool Estático - % de Inadimplência por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 180 dias – Estadual

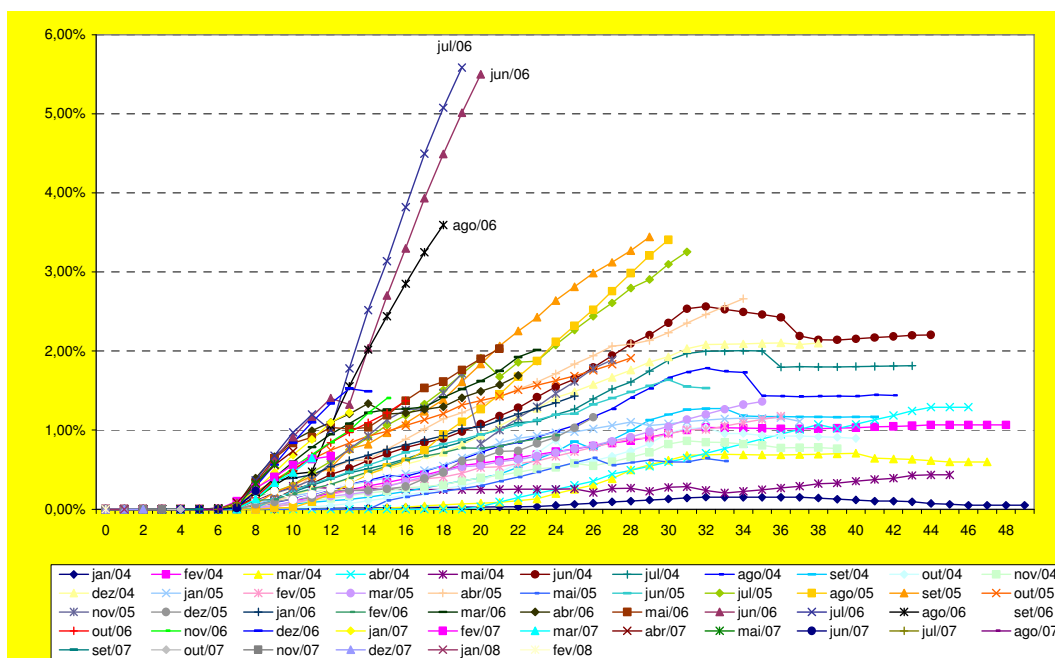


Gráfico 2.13 - Representação Gráfica do Pool Estático - % de Inadimplência por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 90 dias – Federal

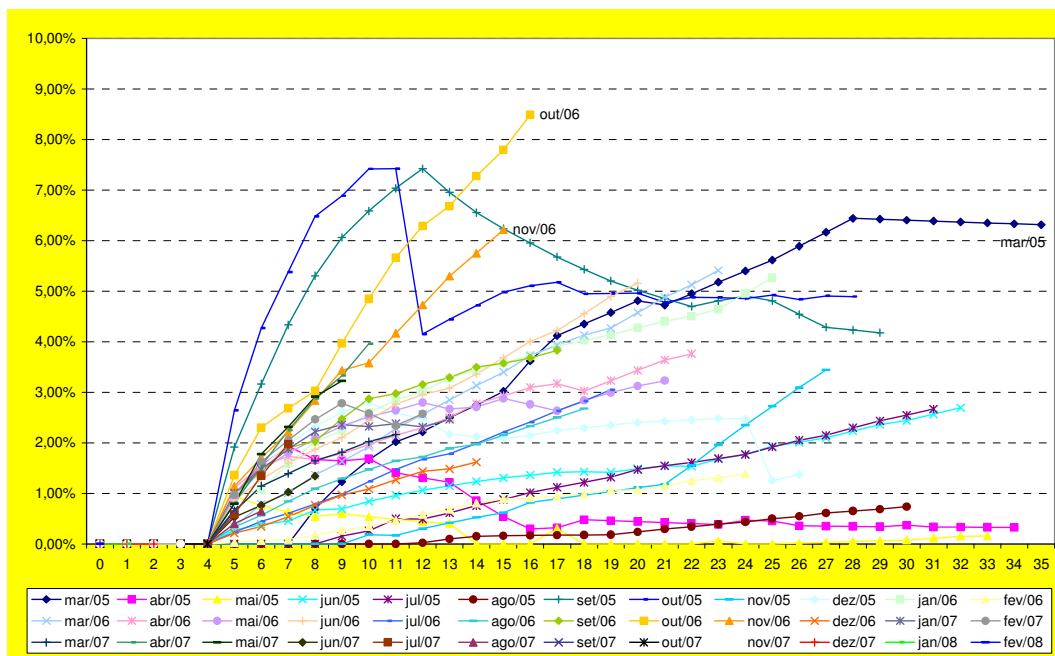
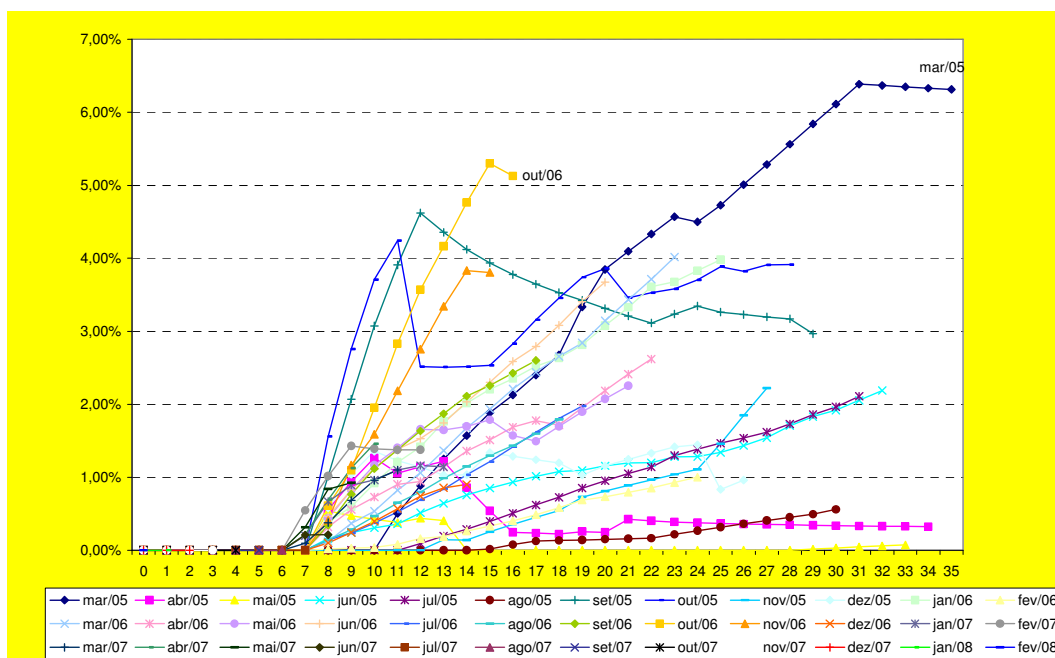


Gráfico 2.14 - Representação Gráfica do Pool Estático - % de Inadimplência por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 180 dias – Federal



Conforme solicitação do grupo estruturador, elaboramos o *pool* consolidado excluindo operações realizadas com servidores comissionados do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitura de Campos e cabos e soldados do Exército (vide explicação no item 2.5 deste relatório).

Os resultados ajustados estão apresentados nos gráficos 2.15 e 2.16 a seguir. No Anexo VII estão apresentados os dados analíticos utilizados para cada uma das safras originadas no período de 50 meses sob análise, considerando-se os percentuais de pagamento em cada mês.

Gráfico 2.15 - Representação Gráfica do Pool Estático - % de Inadimplência por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 90 dias

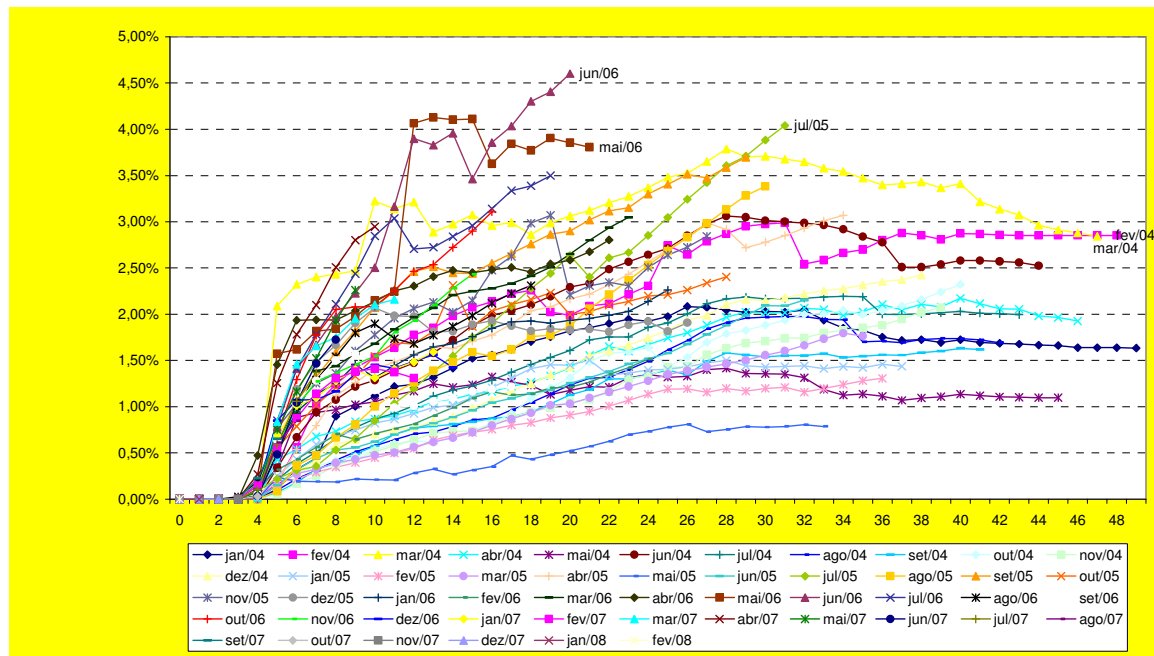
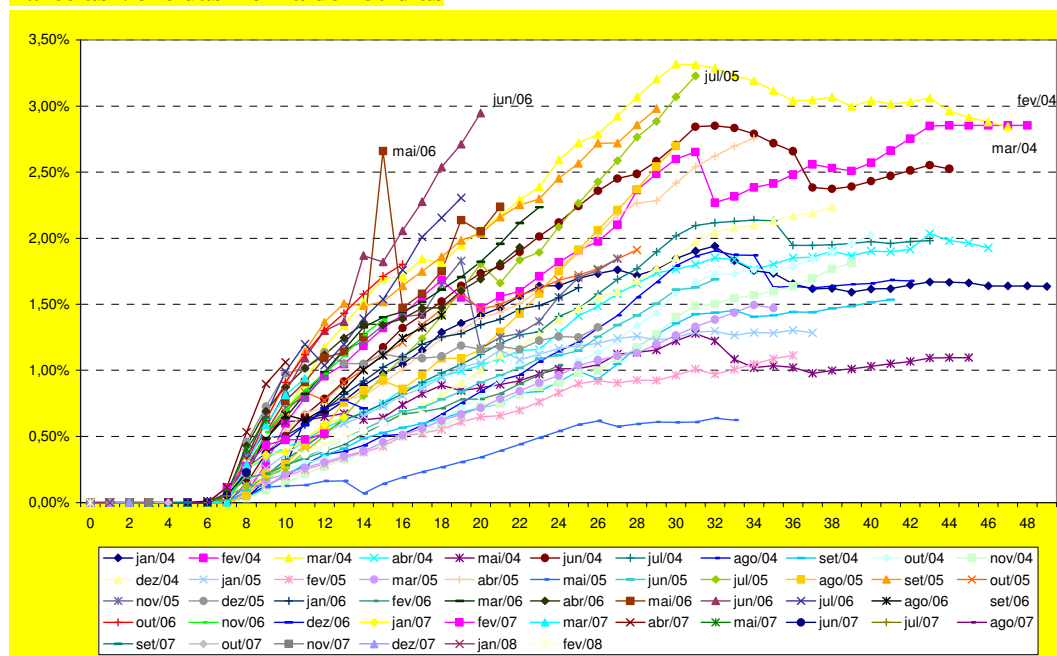


Gráfico 2.16 - Representação Gráfica do Pool Estático - % de Inadimplência por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 180 dias



2.7 Representatividade das Renegociações nas Parcelas Baixadas

Com o objetivo de identificar o percentual de renegociação ou novação de contratos sob o total das baixas no mês, identificamos na base de dados as parcelas que apresentavam no campo “Indicador de contrato baixado” com flag “S”. Esses dados estão apresentados na coluna “Baixa por renegociação”. A principal característica dessa baixa é que ela não gera fluxo de caixa para o Banco, gerando apenas novos contratos com direitos creditórios.

Identificamos, também, os contratos totalmente liquidados que tiveram mais do que duas parcelas liquidadas na mesma data. Essas parcelas foram classificadas como pré-liquidação de contrato, representando principalmente compra de dívida por outros bancos.

Ressalta-se que estão sendo consideradas nas colunas de renegociação e pré-liquidação de contratos parcelas que se encontravam inadimplentes na data do evento. O resultado obtido está apresentado no quadro 2.12, a seguir:

Tabela 2.12 - Representatividade das Renegociações e Pré-Pagamentos de Contratos

Mês de Movimento	Total das Baixas R\$(000)	Baixas por Liquidação R\$(000)	% das Baixas por Liquidação	Baixas por Renegociação R\$(000)	% das Baixas por Renegociação	Baixas por Pré-Liquidação de Contratos R\$(000)	% das Baixas por Pré-Liquidação de Contratos
jan/04	-	-	-	-	-	-	-
fev/04	48	39	81,4	-	0,0	9	18,6
mar/04	110	110	100,0	-	0,0	-	0,0
abr/04	168	157	93,4	-	0,0	11	6,6
mai/04	268	253	94,5	-	0,0	15	5,5
jun/04	393	330	83,9	2	0,4	61	15,6
jul/04	551	412	74,8	63	11,5	76	13,8
ago/04	698	594	85,1	13	1,8	91	13,1

Mês de Movimento	Total das Baixas R\$(000)	Baixas por Liquidação R\$(000)	% das Baixas por Liquidação	Baixas por Renegociação R\$(000)	% das Baixas por Renegociação	Baixas por Pré-Liquidação de Contratos R\$(000)	% das Baixas por Pré-liquidação de Contratos
set/04	911	831	91,2	13	1,4	67	7,3
out/04	1.142	1040	91,1	41	3,6	61	5,3
nov/04	1.410	1275	90,4	58	4,1	77	5,5
dez/04	1.621	1451	89,5	83	5,1	88	5,4
jan/05	1.812	1653	91,2	98	5,4	61	3,4
fev/05	2.028	1807	89,1	161	7,9	60	3,0
mar/05	2.324	1971	84,8	239	10,3	114	4,9
abr/05	2.591	2129	82,2	365	14,1	96	3,7
mai/05	2.623	2255	86,0	122	4,7	246	9,4
jun/05	2.948	2341	79,4	504	17,1	103	3,5
jul/05	4.035	2352	58,3	1.544	38,3	139	3,4
ago/05	3.453	2443	70,7	923	26,7	87	2,5
set/05	3.385	2499	73,8	730	21,6	156	4,6
out/05	3.360	2515	74,8	682	20,3	162	4,8
nov/05	3.274	2521	77,0	506	15,4	248	7,6
dez/05	3.194	2505	78,4	363	11,4	326	10,2
jan/06	3.304	2487	75,3	512	15,5	305	9,2
fev/06	3.726	2451	65,8	878	23,6	397	10,6
mar/06	3.983	2463	61,8	1.019	25,6	501	12,6
abr/06	3.610	2608	72,2	792	21,9	210	5,8
mai/06	3.857	2772	71,9	783	20,3	302	7,8
jun/06	4.167	3020	72,5	836	20,1	311	7,5
jul/06	5.997	3793	63,2	1.731	28,9	473	7,9
ago/06	5.840	4127	70,7	1.405	24,1	308	5,3
set/06	6.178	4561	73,8	1.356	22,0	261	4,2
out/06	7.417	5033	67,9	1.681	22,7	703	9,5
nov/06	7.811	5149	65,9	1.965	25,2	697	8,9
dez/06	7.466	5599	75,0	1.145	15,3	722	9,7
jan/07	8.298	6010	72,4	1.609	19,4	679	8,2
fev/07	8.036	5942	73,9	1.349	16,8	746	9,3
mar/07	9.051	6045	66,8	2.046	22,6	960	10,6
abr/07	9.895	6275	63,4	2.292	23,2	1.328	13,4
mai/07	10.357	6608	63,8	2.389	23,1	1.360	13,1
jun/07	11.989	7484	62,4	2.996	25,0	1.509	12,6
jul/07	14.647	7965	54,4	3.560	24,3	3.122	21,3
ago/07	15.561	8433	54,2	3.637	23,4	3.491	22,4
set/07	15.591	8981	57,6	4.294	27,5	2.317	14,9
out/07	16.093	9306	57,8	4.364	27,1	2.423	15,1
nov/07	15.548	9403	60,5	3.587	23,1	2.559	16,5
dez/07	18.435	9791	53,1	5.835	31,7	2.809	15,2
jan/08	29.031	10058	34,6	14.991	51,6	3.982	13,7
fev/08	24.014	10416	43,4	9.829	40,9	3.769	15,7
Total	312.248	190.260	60,9	83.390	26,7	38.601	12,4

3. Descrição dos Procedimentos de Revisão da Base de Dados

3.1 Base de Dados Sujeita às Nossas Análises

A base de dados sujeita à análise foi-nos fornecida pela área de Tecnologia do Banco BVA, contemplando a totalidade dos contratos de crédito consignado com funcionários públicos e pensionistas do INSS, correspondente ao período de 50 meses compreendido entre 1º de janeiro de 2004 e 29 de fevereiro de 2008, analítico por parcela de contrato.

3.2 Reconciliação da Base de Dados

Com intuito de estabelecer uma base de confiança nas informações analisadas neste relatório, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pela área de Tecnologia da Cedente com os seus respectivos saldos contábeis.

Para este exercício, em razão da ausência dos documentos contábeis para o mês de fevereiro de 2008, confrontamos o saldo em aberto na data-base de 31 de dezembro de 2007, obtido dos contratos vincendos, vencidos e não liquidados e cedidos a terceiros, listados na base de dados disponibilizados, com os registros oficiais da Cedente.

Tabela 3.1 - Conciliação da Base de Dados com os Registros Contábeis do Banco – Data-Base de 31/12/2007

Descrição	R\$ (000)
Base de dados (somatório do valor futuro das parcelas em aberto - valor em carteira)	353.543
Contábil	351.374
Diferença	2.169
%	0,62%

A aplicação dos procedimentos descritos nessa seção objetivou estabelecer uma base de confiança na qualidade das informações processadas. O resultado desses procedimentos indicou a existência de certas divergências que foram consideradas imateriais pelo Grupo Estruturador no contexto da operação.

4. Verificação Física da Existência e das Características dos Contratos

Em linha com os procedimentos pré-acordados definidos com representantes do Banco BVA, selecionamos uma amostragem de 50 contratos constantes da base de dados disponibilizada para confronto com a respectiva documentação física. Os itens confrontados com os registros eletrônicos foram os seguintes:

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| • CPF/RG | • Quantidade de parcelas |
| • Número do contrato | • Comprovante bancário |
| • Data do início do contrato | • Contrato de empréstimo/CCB |
| • Comprovante de renda | • Ficha cadastral |
| • Comprovante de residência | • Assinatura |
| • Valor liberado | • Comprovante de averbação |

Apresentamos a seguir o resultado da aplicação desses procedimentos:

Procedimentos	Sem divergência	Com divergência	Não identificado
Contratos não apresentados	50	0	0
Verificação do CPF/RG	50	0	0
Verificação do número do contrato	50	0	0
Verificação da data do início do contrato	50	0	0
Verificação do comprovante de renda	50	0	0
Verificação do comprovante de residência	50	0	0
Verificação do valor liberado	50	0	0
Verificação da quantidade de parcelas	50	0	0
Verificação do comprovante bancário	50	0	0
Verificação do contrato de empréstimo	50	0	0
Verificação da ficha cadastral	50	0	0
Verificação da assinatura	50	0	0
Verificação do comprovante de averbação	50	0	0

5 Descrição dos Processos de Concessão e Cobrança de Crédito

5.1 Introdução e Objetivos

Para atingir o objetivo descrito no item 1 deste relatório, referente ao entendimento dos controles que envolvem a estrutura de crédito e cobrança mantidos pelo Banco BVA S.A., revisamos as estruturas de concessão e cobrança da carteira de créditos do Banco sujeita à securitização.

As informações deste relatório foram obtidas por indagação à Superintendência e à Gerência do Banco BVA S.A., e sua eficácia foi testada por meio de procedimentos de avaliação com base em amostragem.

5.2 Fluxo de Crédito e Cobrança

O Banco BVA possui atualmente convênio com, aproximadamente, 140 correspondentes e 9 agências, espalhados por todo o Brasil, os quais remetem suas propostas de clientes às agências do Banco, além de contar com um call center para o atendimento a clientes, com um cadastro prévio e direcionamento às agências do Banco para a formalização do crédito.

Esses correspondentes são grandes magazines, lojas de varejo e outros correspondentes bancários, os quais realizam a venda do crédito consignado diretamente a pessoas físicas por meio de seus funcionários ou pessoas autônomas que oferecem crédito “corpo a corpo” nos grandes centros.

Os correspondentes realizam os empréstimos consignados a pessoas físicas por meio de preenchimento de proposta de crédito em formulário específico, que é encaminhada às matrizes do Banco para formalização no sistema e para as devidas averbações nos respectivos Órgãos. Alguns grandes magazines e algumas financeiras possuem acesso ao sistema PEGCRED - sistema de front para a inserção de informações cadastrais de clientes por link na intranet. Esses correspondentes realizam o cadastro no sistema e encaminham a documentação necessária em até dois dias corridos para a formalização nas agências.

Venda da Proposta

As propostas são vendidas pelos correspondentes ou mesmo pelas agências (“Venda Balcão”) e também pela Internet. Esta, segundo a Gerência do Banco BVA, possui uma representatividade pequena em relação ao montante produzido.

No processo de venda da proposta são exigidas algumas documentações com o preenchimento da ficha cadastral. Tais informações necessárias variam de acordo com o Órgão com o qual está sendo realizada a transação e o respectivo processo disponibilizado pelo convênio. As documentações originais mínimas requisitadas e conferidas pelas Promotoras são:

- Ficha cadastral preenchida
- Três últimos contracheques
- RG e CPF
- Comprovante de residência
- Comprovante bancário
- Cédula de Crédito Bancário - CCB (três vias)

- Autorização para Desconto em Folha de Pagamento - ADF (duas vias)

As cópias desses documentos são anexadas à proposta preenchida, a qual fará parte do dossiê do cliente, com o contrato original impresso a partir do sistema.

Verificação da Margem Consignável

O processo de verificação da margem consignável é específico para cada Órgão com o qual a transação está sendo realizada. A parcela mensal a ser paga pelo cliente não pode exceder o valor da margem consignável previsto na legislação aplicável. Esse processo pode acontecer das seguintes maneiras:

- **Processos On-line com Reserva**

São processos de averbação e consulta pela Internet realizados em tempo real nos Órgãos que disponibilizam o acesso. A garantia de efetivação da operação nesses processos é maior, uma vez que é feita uma consulta on-line da margem consignável do cliente. Efetivada a operação, uma reserva em nome do Banco BVA é efetuada, impedindo que o cliente realize empréstimos simultâneos em diferentes instituições.

- **Processos On-line sem Reserva**

Os processos on-line sem reserva funcionam como o processo anterior. No entanto, não é realizada a reserva do empréstimo no nome do Banco BVA, o que gera uma garantia menor.

- **Margem Consignável Informada**

Nesses processos, é enviada uma carta ao Órgão solicitando a margem consignável do cliente. Para esses casos, a documentação mínima necessária inclui três últimos contracheques originais.

- **Margem Consignável Calculada**

Para esses processos, são informados pelos Órgãos os parâmetros para o cálculo da margem consignável (normativos). A documentação mínima necessária inclui os três últimos contracheques.

Simulação de Proposta

Após a verificação da margem consignável, é iniciada a etapa de simulação de proposta, na qual se estabelecem os parâmetros de financiamento (taxas, prazos, valor das parcelas etc.).

Averbação

A averbação pode ocorrer a partir dos seguintes meios, de acordo com o Órgão com o qual a transação é realizada:

- **Averbação On-line**

A averbação on-line pode ser com ou sem reserva de margem consignável, em razão da disponibilidade desse processo pelo Órgão. Por meio desta, o Órgão disponibiliza pela Internet, ao correspondente, os clientes que foram efetivamente averbados.

- **Averbação por Meio Eletrônico**

De acordo com o layout exigido pelo Órgão, é gerado um arquivo (por e-mail, CD ou disquete) contendo os clientes a serem averbados. O correspondente deve aguardar o arquivo de retorno que apontará os clientes averbados.

- **Averbação Manual**

A averbação manual ocorre pelo envio de um relatório ao Órgão, informando os servidores a serem averbados em determinado período. O encaminhamento ao Órgão é realizado por meio de ofício, com o relatório de averbação anexo. Após um período, o Órgão retorna uma listagem ao correspondente, destacando os clientes efetivamente averbados.

Envio da Proposta

A primeira análise submetida à proposta é realizada pelo correspondente, que irá analisar as cópias dos documentos solicitados e a ficha cadastral, efetuará o cálculo da margem consignável e verificará a averbação do valor solicitado nos Órgãos responsáveis.

Alguns correspondentes que possuem um relacionamento há mais tempo com o Banco ou com uma produção representativa estão aptos a digitar a proposta diretamente no sistema SICRED pelo site www.pegcred.com.br. As propostas digitadas obedecem necessariamente ao limite máximo de R\$ 9.999,99. Após esse valor, fica condicionado o envio da documentação à matriz do Banco BVA.

Os correspondentes que não possuem tal privilégio devem enviar toda a documentação à matriz do BVA.

Digitação da Proposta

Existem dois modos de digitação da proposta:

- **Digitação no Correspondente**

É quando a proposta é preenchida no correspondente e segue para a matriz do BVA para conferência e posterior aprovação, havendo prazo de dois dias após a aprovação para o envio da documentação para operações realizadas no Rio de Janeiro ou quatro dias para operações realizadas fora do Estado.

- **Digitação BVA**

O correspondente envia diretamente ao Banco os documentos para serem analisados e aprovados pelo Banco.

Análise da Proposta

A análise da proposta segue o fluxo apresentado a seguir:

1. Verificação da Averbação

No caso da averbação on-line com reserva é verificado se a reserva está feita em nome do Banco. Para as averbações manuais é verificado se a assinatura na Autorização para Averbação é a mesma que consta no cartão de assinatura do Órgão e se o contracheque está carimbado a favor do Banco.

2. Verificação do CPF

É efetuada uma consulta ao site da Receita Federal em que é verificado se o CPF está ativo ou inativo. No caso de estar inativo, o contrato é devolvido para que o servidor regularize a sua situação.

3. Verificação do Status do Servidor (Cadastro de Passagem)

O Analista, de posse da documentação, digita o CPF do servidor no sistema SICRED para verificar se esse servidor já possui alguma operação com o Banco. Em caso afirmativo, é verificado qual o status, em dia ou em atraso. No caso da operação em atraso é necessário que o servidor regularize sua situação antes de realizar um novo empréstimo ou refinanciamento.

4. Conferência dos Dados da Operação

É conferido se todos os dados da operação digitados pelo correspondente estão dentro dos parâmetros (rotinas) de créditos estabelecidos pelo BVA. Além disso, é conferido também se o fator da taxa do empréstimo e a tabela de comissões utilizadas pelo correspondente estão de acordo com políticas específicas para cada um dos Órgãos.

5. Digitação da Operação no SICRED

No caso das operações que não foram digitadas no correspondente, após a confirmação de todos os passos acima, a proposta é digitada no SICRED. No caso das operações digitadas no correspondente, a proposta segue direto para aprovação.

Teste de Aderência - KPMG

Com o objetivo de testar a aderência aos processos de análises de crédito apontados, foi realizado o acompanhamento de consultas referentes a cinco propostas de empréstimo, sendo apurados os seguintes resultados:

	Análises de Crédito				
	1*	2*	3	4	5
Consultas Obrigatórias					
Verificação da averbação	R	R	R	R	R
Confirmação do CPF do cliente no site da Receita Federal	R	R	R	R	R
Verificação do status do servidor	R	R	R	R	R
Conferência dos dados da operação (cadastro de passagem)	R	R	R	R	R
Digitação da operação no SICRED	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Legenda: R - Realizado; NR - Não Realizado; N/A - Não Aplicável

Resultados Obtidos

Análise de Crédito 1

O crédito não foi aprovado, pois não constava averbação em nome do Banco BVA.

Análise de Crédito 2

O crédito não foi aprovado, pois o órgão desta proposta requer uma aprovação (averbação)

manual antes do aceite da proposta, e tal aprovação não foi realizada.

Análise de Crédito 3

O crédito não foi aprovado, pois o servidor já possuía um contrato com o BVA e este contrato estava em situação de inadimplência.

Análise de Crédito 4

O crédito foi consentido sem a necessidade de aprovação das alçadas superiores, pois o valor da proposta era inferior a R\$ 10.000,00.

Análise de Crédito 5

O crédito foi consentido com a necessidade de aprovação das alçadas superiores, pois o valor da proposta era superior a R\$ 10.000,00. Para esse caso verificamos que a analista não foi capaz de aprovar a proposta no sistema, foi necessária a aprovação pelo Gerente de Back Office através de seu login e senha.

Aprovação da Proposta

Após a finalização da digitação da proposta no SICRED, esta segue para fila e aprovação. Existem duas analistas e uma gerente aptas para aprovar e liberar o pagamento da proposta.

No momento da aprovação, as analistas conferem novamente a proposta com as documentações anexadas. Estando todos os dados e documentações corretos, o sistema SICRED é sensibilizado, e a proposta aprovada.

Existem três horários de aprovações das propostas para liberação do pagamento: às 11h30, às 14h30 e às 17h30. Depois de aprovadas todas as operações, é gerada automaticamente pelo SICRED uma boleto para pagamento que, antes de seguir para a Tesouraria, precisa ser aprovada pelo responsável pela área de Administração da Carteira e também pelo Gerente responsável pelo Back Office.

Liberação do Crédito

A liberação do crédito é realizada por TED ou DOC se o cliente possuir conta-corrente. As liberações pela Ordem de Pagamento estão temporariamente suspensas.

Alçadas de Crédito

Para todas as aprovações acima de R\$ 10.000,00 existe a necessidade do preenchimento da "Autorização de Contrato". A política de alçadas é dividida entre necessidade de aprovação da operação entre os membros do Grupo A e do Grupo B, que estão assim divididos:

Grupo A: Heads Operações e Comercial e o Gerente de Back Office

Grupo B: Responsáveis pelas áreas de Vendas, Controles e Administração da Carteira

As alçadas funcionam da seguinte maneira:

- Contratos entre R\$ 10.001 e R\$ 25.000: dois representantes, que podem ser tanto do Grupo A como do Grupo B.
- Contratos entre R\$ 25.001 e R\$ 50.000: dois representantes, sendo um deles obrigatoriamente do Grupo A.

- Contratos acima de R\$ 50.000: dois representantes obrigatoriamente do Grupo A.

Formalização

Os documentos físicos solicitados para formalização, efetuada na agência, são os seguintes:

- Ficha cadastral assinada
- Contrato de empréstimos a Servidor Público assinado
- Contracheque(s)
- Cópia do RG
- Cópia do CPF
- Comprovante de endereço
- Comprovante bancário
- Cédula de crédito bancário
- Autorização para desconto em folha de pagamento

Arquivamento/Custódia

O arquivamento e a custódia da documentação referente aos contratos são mantidos na matriz do BVA até um período de 90 dias. Após esse prazo, os contratos e as suas respectivas documentações são enviados à Metrofile, que foi contratada pelo Banco para efetuar o arquivamento e a custódia.

A Metrofile fica localizada no Rio de Janeiro, na região da Pavuna. O local reservado para a salvaguarda da documentação detém as seguintes características de segurança:

- Extintores antiincêndio
- Segurança própria
- Alarme anti-roubo com monitoramento 24 horas

5.3 Procedimentos de Cobrança

O sistema de cobrança do Banco BVA tem o objetivo de acompanhar e atuar de forma efetiva na inadimplência dos contratos.

De forma geral, a cobrança é realizada em dois âmbitos:

- Cobrança no Órgão (quando o Órgão não efetua o repasse do dinheiro)
- Cobrança ao cliente (quando o cliente é inadimplente)

Órgãos Inadimplentes

Quando o Órgão torna-se inadimplente, tenta-se um contato telefônico questionando o não-pagamento do repasse. Pode-se efetuar um acordo, no qual é determinada uma nova data para quitação do saldo devedor (D + prazo). Caso essa nova data não seja respeitada, há um novo contato telefônico, tentando um novo agendamento.

Clientes Inadimplentes

A partir da “Projeção a Receber”, disponível no sistema SICRED, a área de Cobrança tem acesso aos clientes para os quais não foram efetuadas as devidas arrecadações e acesso aos respectivos prazos de atraso no desconto das parcelas.

Existe uma regra de cobrança para a realização dos procedimentos de cobrança. O critério para sua execução inicia-se após a crítica dos inadimplentes.

- **Crítica de Inadimplentes**

Neste item, é verificado o motivo pelo qual o cliente está inadimplente. Essa identificação pode ocorrer por contato telefônico ou pela Internet, para os Órgãos que disponibilizam essa informação on-line. Segundo a Gerência do Banco BVA, os motivos identificados para a arrecadação de determinado cliente não ter sido realizada são os seguintes:

- Margem insuficiente
- Falecimento
- Férias
- Licença
- Erros operacionais de cadastramento
- Fraude
- Problemas na averbação

Após a liberação do crédito, despesas dos clientes atribuídas ao contracheque reduzem sua margem consignável.

Regra de Cobrança

A seguir apresentamos a regra de cobrança adotada pelo Banco BVA.

- **Reimplantação das Parcelas**

Para os clientes em que não foi possível o desconto do valor total das parcelas tenta-se uma reimplantação das parcelas através da verificação da margem consignável com o órgão. Para esses casos faz-se um o desconto de acordo com a margem consignável informada pelo órgão. Essa reimplantação é realizada somente nos órgãos que aceitam tal procedimento.

- **Boleto de Cobrança**

Uma alternativa para a quitação da dívida de clientes inadimplentes é o envio de boleto de cobrança emitido pelo Banco BVA à sua residência. Caso haja o pagamento dos boletos de cobrança, essa informação é comunicada à área de Arrecadação, que identificará as parcelas dos clientes para baixa, porém não existe regra nem política específica para o envio dos boletos aos servidores inadimplentes.

- **Refinanciamento de Parcelas Contratuais**

Caso o inadimplemento se dê por razões de insuficiência de margem, é proposto aos clientes o refinanciamento das parcelas contratuais remanescentes, no intuito de adequar o valor da parcela à nova margem estabelecida.

- **Notificação Extrajudicial**

A partir do 60º dia de atraso é encaminhada uma notificação ao cliente compondo-o em mora e solicitando a regularização da sua situação. Nessa notificação é informado, se não houver regularização, que o cliente será negativado nos órgãos de proteção ao crédito.

- **Negativação SPC/Serasa**

Dez dias após a notificação e não havendo êxito no contato com o cliente, o Banco BVA encaminha os contratos aos órgãos de proteção ao crédito.

- **Cobrança Judicial**

Os contratos com valores superiores a R\$ 20.000,00 são encaminhados para a cobrança judicial, em média 30 dias após a negativação nos órgãos de proteção ao crédito.

Não havendo sucesso nas ações acima citadas, os contratos seguem para a cobrança terceirizada. Atualmente, o Banco BVA possui acordos com as seguintes empresas:

- FeedBack
- Sigma
- Consulcred
- Sercol
- Lyvey

As empresas são remuneradas de acordo com o êxito na recuperação dos créditos.

ANEXO II

SÚMULA DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC CONSIGNADOS PORTFOLIO I

Relatório Analítico

Rating

AAA

As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.

Data: 5/nov/2007

Validade: 01/nov/2008

A CLASSIFICAÇÃO OBTIDA

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 5 de novembro de 2007, atribuiu o rating **AAA** (Triplo A) para as cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Consignados Portfolio I (Consignados Portfolio I), no montante de até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), com prazo de duração de 48 (quarenta e oito) meses.

O Consignados Portfolio I foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. Seu objetivo é proporcionar aos cotistas a valorização das suas cotas por meio da aplicação dos recursos do fundo, preponderantemente na aquisição de direitos creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade, política de investimentos e critérios de composição e de concentração, constantes em seu regulamento. Os referidos direitos creditórios referem-se a aqueles decorrentes de empréstimos concedidos pelo Banco BVA S/A (Banco BVA) a servidores públicos federais, estaduais (inclusive do Distrito Federal) e municipais, autarquias da administração direta e fundações públicas, bem como a Aposentados e Pensionistas do INSS.

O Fundo será administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM), tendo ainda o Banco Bradesco S/A (Bradesco) como custodiante e a BER Capital S/A (BER Capital) como gestora da carteira do Fundo.

A classificação no nível de risco irrisório decorre, dentre outros fatores, do adequado nível de subordinação, sendo que, de acordo com o regulamento do fundo pelo menos 20 % do seu patrimônio líquido deverá corresponder a cotas subordinadas. Por outra parte, a nota considera a existência de *spread* excedente na operação, que se dá por conta das taxas que remuneram os direitos creditórios a serem adquiridos, superiores à proposta para as cotas seniores do FIDC, o que poderá significar valorização maior das cotas subordinadas durante a vigência do Fundo (esta classe de cotas absorve o *spread* excedente), se constituindo como uma proteção adicional às cotas seniores com relação aos efeitos de inadimplência. Da mesma forma, a classificação reflete positivamente a estrutura de amortização programada das cotas seniores, com a presença de reserva de liquidez de forma que, 30 dias antes da data da amortização o valor estimado do resgate já estará composto, fator que afasta o risco de liquidez.

Favoravelmente, para a inclusão ao ambiente do fundo, os direitos creditórios devem atender conjuntamente aos critérios de elegibilidade, condições de aquisição e critérios de concentração por entes. Como forma de reduzir o risco de crédito associado aos consignantes, estes poderão ser classificados como consignantes restritos e dessa forma terem seus limites de participação da carteira do fundo reduzidos. Cumpre destacar ainda a existência de política de crédito no originador das operações de crédito – o Banco BVA, favorecendo a melhora do perfil de risco dos créditos cedidos.

Em contra ponto aos fatores anteriormente levantados, o fundo incorre na possibilidade de não ocorrer o repasse dos recursos descontados em folha de pagamentos ao fundo por parte dos entes.

Analista:

Jorge Alves
Tel.: 55 11 3377 0708
jorge.alves@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros Rua
Leopoldo Couto Magalhães, 110 –
conj. 73 São Paulo – SP CEP 04542-
000 Tel.: 55 11 3377 0707 Fax: 55 11
3377 0739 www.austin.com.br

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC CONSIGNADOS PORTFOLIO I

O Banco BVA iniciou suas operações em janeiro de 1994, em continuidade às atividades da corretora Ponto 3 CCVM. Recentemente a instituição realizou uma completa reestruturação, com mudança da equipe de gestão, redefinição do foco e reforço do comprometimento ante as metas de crescimento sustentado. Da mesma forma, adotou uma política mais conservadora e diversificou as alternativas de *funding* como forma de manter seu avanço. Ao término do primeiro semestre de 2007, o banco apresentou ativos totais de R\$ 501,7 milhões, carteira de crédito de R\$ 266,0 milhões (substancialmente operações junto a pessoas jurídicas) e depósitos totais (depósitos a prazo, à vista e interfinanceiros) de R\$ 161,3 milhões. Cumpre destacar que o banco possui classificação BBB (triplo B) com a Austin Rating.

Fatores Positivos

- Adequado percentual de cotas subordinadas (no mínimo 20% do patrimônio líquido do fundo) diante do comportamento de inadimplência verificado na carteira de crédito consignado atual, com reduzido percentual de créditos em atraso, bem como operações vencidas e não pagas;
- Possibilidade de formação de *spread* excedente, conforme taxas praticadas nas operações de crédito consignado;
- Constituição sob a forma de condomínio fechado, adoção de estrutura de amortização programada para as séries de cotas seniores e formação antecipada de reserva de liquidez, aspectos que colaboram para a melhor gestão do fluxo de caixa do Fundo;
- O fundo conta com uma boa estrutura visando a segregação do risco de crédito. A citar, possui critérios de elegibilidade e de concentração por ente, condições para cessão e política de investimentos;
- O originador dos créditos possui política de concessão de crédito;
- O regulamento do fundo define os percentuais de concentração por ente de acordo com o comportamento verificado em terno dos possíveis atrasos;
- A KPMG Auditores Independentes realizou um amplo trabalho acerca dos processos utilizados pelo Banco BVA, para concessão e acompanhamento das operações de crédito consignado.

Fatores Negativos

- Embora o FIDC conte com mecanismos de segregação de contas, a conta vinculada (pagadora) está em nome do Banco BVA, sendo que este transfere os recursos para o FIDC. Este procedimento expõe os recursos ao risco de crédito do Banco BVA (risco de crédito BBB com a Austin Rating) pelo período em que os recursos trafegarem por aquela instituição. Deve ser ressaltado que, embora a estrutura do FIDC permita a exposição a este tipo de risco, os recursos que transitam por esta conta estão cedidos fiduciariamente, garantindo a sua disponibilidade ao FIDC (embora em um período de tempo indeterminado), mesmo em caso de intervenção pelo regulador;
- O fundo incorre na possibilidade de os mutuários pré-pagarem com desconto operações de crédito consignado que estejam no ambiente do fundo, reduzindo, dessa forma, o rendimento do fundo;
- Fundo sujeito aos atrasos ou interrupções no repasse desses recursos pelos órgãos conveniados, principalmente em períodos de eleição, quando pode ocorrer mudança na Gestão Pública;
- Segmento de crédito consignado em folha de pagamento para funcionários públicos e aposentados do INSS apresenta forte concorrência, com eventuais efeitos negativos na capacidade de geração de créditos por parte do originador e na rentabilidade destes (créditos);
- O mercado de crédito consignado é relativamente recente no Brasil, estando, portanto, suscetível a alterações de caráter regulatório;
- Caso haja revisão estratégica do originador dos direitos creditórios, passando a operar junto a outro mercado, o FIDC incorria no risco de ser descontinuado.



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC CONSIGNADOS PORTFOLIO I

ACOMPANHAMENTO DO RATING

A Austin Rating acompanhará a evolução dos riscos associados às Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Consignados Portfolio I, especialmente aqueles relativos à qualidade de sua carteira. A cada trimestre será divulgado um relatório sintético, contendo a opinião da Austin sobre o risco de pagamento das Cotas Seniores. Esta classificação estará permanentemente sujeita a alterações.

PERFIL DO FUNDO

O FIDC é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios regido por regulamento próprio e disciplinado pela Resolução nº 2.907 de 29 de novembro de 2001 do Conselho Monetário Nacional, pela Instrução nº 356 de 17 de dezembro de 2001, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Foi constituído como condomínio fechado e prazo de duração indeterminado, podendo emitir outras séries de cotas seniores. As cotas subordinadas deverão representar no mínimo 20% do seu patrimônio líquido.

O objetivo do fundo é alcançar rentabilidade das cotas seniores por meio de aplicação preponderante em direitos creditórios, originados por meio de operações de crédito consignado. Após 90 dias de atividades, o fundo deverá destinar a parcela mínima de 50% do seu patrimônio líquido à aquisição destes direitos creditórios, sendo que, a parcela remanescente poderá ser destinada à aquisição de ativos financeiros.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Os direitos creditórios deverão atender à Política de Investimento descrita no Regulamento do FIDC, bem como aos critérios de composição de carteira estabelecidos na legislação e na regulamentação vigente. As operações de empréstimos são concedidas em virtude de convênios firmados pelo Cedente com os governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, autarquias da administração direta e fundações públicas, amparados por Decreto Autorizativo ou simples credenciamento.

Os direitos creditórios são representados por cédulas de crédito bancário (em conjunto com seus respectivos anexos, seguros, garantias e outros instrumentos vinculados), sendo que, cada parcela devida pelo Mutuário no âmbito da respectiva Cédula de Crédito Bancário será considerada, individualmente, um direito creditório. As Cédulas de Crédito Bancário não são, em hipótese nenhuma, celebradas por meio de contato telefônico.

A carteira de Direitos creditórios adquiridos pelo Fundo deverá respeitar os seguintes limites por entes:

1. Até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos creditórios provenientes de Consignante integrante da administração direta e indireta federal, sendo que (i) cada Consignante, individualmente, não poderá ter uma concentração superior a 30% (trinta por cento) e (ii) os 3 (três) maiores Consignantes não poderão ter uma concentração superior a 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
2. Até 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos creditórios provenientes de Consignantes integrantes da administração direta e indireta estadual e municipal;
3. Cada Consignante integrante da administração direta e indireta estadual ou municipal não poderá ter, individualmente, uma concentração superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
4. Até 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos creditórios provenientes do INSS;
5. Pelo menos 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos creditórios provenientes das Forças Armadas;
6. Até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos creditórios provenientes de Novos Consignantes, considerados em conjunto;

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC CONSIGNADOS PORTFOLIO I

7. Até 2% (dois por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos creditórios provenientes de Novo Consignante, considerado individualmente;
8. Até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos creditórios provenientes de Consignantes Restritos, considerados em conjunto; e
9. Até 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos creditórios provenientes de Consignante Restrito, considerado individualmente.

A Administradora, o Gestor e o Cedente poderão deliberar, em conjunto e a seu exclusivo critério, a inclusão de novos Consignantes, desde que sejam observados os seguintes procedimentos:

- a) Seja entregue à Administradora cópia autenticada do respectivo Convênio;
- b) Tenha sido apresentado à Administradora parecer legal preparado por escritório de advocacia definido, de comum acordo, entre a Administradora, o Gestor e o Cedente, cujo conteúdo seja considerado satisfatório pela Administradora e o Gestor, atestando, entre outros elementos considerados relevantes pela Administradora, a possibilidade de cessão dos Direitos creditórios e que o respectivo Convênio não contém avença permitindo ao Mutuário exigir, unilateralmente, do Consignante, a interrupção dos procedimentos de consignação das Cédulas de Crédito Bancário; e
- c) O nome do Consignante seja incorporado à lista de Consignantes conforme anexo do Contrato de Cessão, mediante a celebração de aditamento ao Contrato de Cessão, e o referido aditamento seja registrado no competente cartório de registro de títulos e documentos.

OBSERVAÇÕES:

1) Consignante Restrito – São os Consignantes que, em 6 (seis) Datas de Verificações (último dia útil de cada mês calendário) consecutivas, apresentem DCV de Reclassificação, DCV30 de Reclassificação, DCV120 de Reclassificação ou DCV180 de Reclassificação superior a 15% (quinze por cento), a 10% (dez por cento), a 7% (sete por cento) e a 5% (cinco por cento), respectivamente;

2) DCV referem-se a Direitos Creditórios Vencidos e não Pagos;

3) Caso o consignante se torne Consignante Restrito, a administradora (i) não poderá mais aumentar a concentração no conjunto ou individualmente no que tange aos direitos creditórios oriundos deste consignante, e (ii) passará a observar os limites de concentração previstos no regulamento com relação ao referido Consignante.

A parcela do patrimônio líquido do fundo que não estiver alocada em direitos creditórios poderá ser destinada à aquisição de ativos financeiros das seguintes espécies:

- a) Moeda corrente nacional;
- b) Títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- c) Títulos de emissão do BACEN; e
- d) Operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas “b” e “c” acima, contratadas com Instituições Autorizadas.

Com relação aos Ativos Financeiros, o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não pode exceder 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido.

A administradora, respeitado o disposto neste Regulamento, poderá contratar livremente quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo, nas quais a própria administradora, seu controlador, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas, coligadas e/ou subsidiárias ou outras sociedades sob controle comum atuem na condição de contraparte, observado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do fundo.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC CONSIGNADOS PORTFOLIO I

As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) da Administradora; (ii) do Cedente; (iii) do Gestor; (iv) do Custodiante; (v) de qualquer mecanismo de seguro; ou (vi) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CONDIÇÕES DE CESSÃO

(As Condições da Cessão serão verificadas pelo Cedente).

Todos e quaisquer Direitos creditórios a serem oferecidos pelo Cedente ao Fundo deverão observar, cumulativamente, as seguintes condições:

- (a) os Direitos de Crédito devem ser oriundos de Cédulas de Crédito Bancário que tenham como devedores os Mutuários;
- (b) as Cédulas de Crédito Bancário que dão origem aos Direitos creditórios devem ser decorrentes de Convênios celebrados entre o Cedente e os Consignantes conforme anexo do Contrato de Cessão, que autorizem o pagamento das Cédulas de Crédito Bancário por meio de consignação diretamente nos vencimentos, pensões, aposentadorias ou outros proventos de titularidade dos Mutuários, devidos mensalmente pelo Consignante; e
- (c) com base na legislação aplicável, inclusive na esfera de competência do Consignante, somente poderão ser adquiridos Direitos creditórios cuja autorização para consignação em folha de pagamento não possa ser cancelada sem a aprovação do credor do Direito de Crédito.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

(Os Critérios de Elegibilidade serão verificados pelo Custodiante antes da formalização de cada cessão).

1. Os Direitos creditórios devem ser decorrentes de empréstimos concedidos exclusivamente pelo Cedente;
2. Os Direitos creditórios devem ser vinculados a Consignantes que não estejam inadimplentes em repasses de parcelas de Direitos creditórios de titularidade do Fundo, por mais de 60 (sessenta) dias, na data da respectiva cessão;
3. Um mesmo Mutuário, devedor de Direitos creditórios cedidos ao Fundo, não pode estar em dívida para com o Fundo em valor superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), exceto no caso de Mutuários vinculados aos Consignantes da administração direta e indireta federal e Tribunais de Justiça, cujo limite será de R\$200.000,00 (duzentos mil reais);
4. Os Direitos creditórios devem ser vinculados a Mutuários que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;
5. O prazo de vencimento dos Direitos creditórios, assim considerada cada parcela das Cédulas de Crédito Bancário, não poderá ser superior à data de resgate da última série de Quotas Seniores em Circulação;
6. A idade de Mutuários cujo Consignante seja o INSS, à época da cessão, não poderá ser inferior a 21 (vinte e um) anos e superior a 79 (setenta e nove) anos;
7. A idade dos Mutuários, com exceção daqueles indicados no item (f) acima, à época da cessão, não poderá ser inferior a 18 (dezoito) anos e superior a 75 (setenta e cinco) anos;
8. Os Direitos creditórios relativos aos empréstimos concedidos em virtude de Convênios com Consignantes Verificáveis somente poderão ser adquiridos pelo Fundo após prévia verificação por parte da Administradora ou do Custodiante da exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Cedente: (i) ocorrência da averbação da consignação em folha; (ii) identificação do Mutuário; e (iii) confirmação de que o Mutuário é servidor público (ou Aposentado ou Pensionista, no caso de Direitos creditórios cujo Consignante seja o INSS); sendo que essa verificação será feita a partir de informações provenientes dos respectivos

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC CONSIGNADOS PORTFOLIO I

Consignantes (ou da DATAPREV, no caso de Direitos creditórios cujo Consignante seja o INSS);

9. Os Direitos creditórios relativos às Cédulas de Crédito Bancário que não possuem averbação eletrônica pelo Consignante, deverão ter ao menos uma parcela paga; e
10. Os Consignantes deverão ser previamente cadastrados pelo Custodiante e deverão constar expressamente em anexo do Contrato de Cessão.

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

O seguinte procedimento deverá ser observado pelo Cedente na concessão de créditos que venham a ser, de tempos em tempos, oferecidos ao Fundo:

1. Os empréstimos somente podem ser concedidos para determinado Mutuário se as parcelas de pagamentos do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus vencimentos, observados os limites máximos de consignação estabelecidos nos Convênios, nas leis e regulamentos aplicáveis;
2. Observado o disposto na alínea acima, o percentual da consignação de proventos mensais do Mutuário, para pagamento dos Direitos creditórios, não deverá ser superior a 30% (trinta por cento) do total dos proventos mensais disponíveis para consignação;
3. Cada Cédula de Crédito Bancário deverá ter valor de empréstimo de, no mínimo, R\$ 300,00 (trezentos reais), e, no máximo, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), exceto no caso de Cédulas de Crédito Bancário vinculadas aos Consignantes da administração direta e indireta federal e Tribunais de Justiça, cujo limite será de R\$200.000,00 (duzentos mil reais); e
4. O prazo de vencimento final das Cédulas de Crédito Bancário deverá ser de no mínimo 6 (seis) meses e no máximo 60 (sessenta) meses.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC CONSIGNADOS PORTFOLIO I

Classificação da Austin Rating

Investimento Prudente

AAA	As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
AA	As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.
A	As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
BBB	As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento Especulativo

BB	As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
B	As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
CCC	As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
CC	As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
C	A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de <i>default</i> . Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

Sinais de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: www.austin.com.br

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

ANEXO III
REGULAMENTO

REGULAMENTO

DO

“FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS PORTFOLIO I”

Datado de

21 de janeiro de 2008

ÍNDICE

CAPÍTULO I – FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO	3
CAPÍTULO II – OBJETO	3
CAPÍTULO III – PÚBLICO ALVO	4
CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	5
CAPÍTULO V – CONDIÇÕES DA CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	11
CAPÍTULO VI – POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	14
CAPÍTULO VII – FATORES DE RISCO	15
CAPÍTULO VIII – ADMINISTRADORA	30
CAPÍTULO IX – SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA	36
CAPÍTULO X – CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS	37
CAPÍTULO XI – POLÍTICA DE COBRANÇA	40
CAPÍTULO XII – QUOTAS	42
CAPÍTULO XIII – EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS	45
CAPÍTULO XIV – AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS	47
CAPÍTULO XV – PAGAMENTO AOS QUOTISTAS	48
CAPÍTULO XVI – NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	50
CAPÍTULO XVII – ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	50
CAPÍTULO XVIII – METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	51
CAPÍTULO XIX – ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA E AO ÍNDICE DE LIQUIDEZ	52
CAPÍTULO XX – EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	54
CAPÍTULO XXI – DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO	62
CAPÍTULO XXII – ASSEMBLÉIA GERAL	63
CAPÍTULO XXIII – PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS	68
CAPÍTULO XXIV – CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS SENIORES	70
CAPÍTULO XXV – DISPOSIÇÕES FINAIS	71
ANEXO I – DEFINIÇÕES	73
ANEXO II – TERMO DE ADESÃO	91
ANEXO III – MODELO DE SUPLEMENTO	94
Anexo IV – DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA	96

REGULAMENTO
DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS PORTFOLIO I

O “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS PORTFOLIO I”, disciplinado pela Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional (o “CMN”), pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme alterada (a “Instrução CVM 356”), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (o “Fundo”), será regido pelo presente regulamento (o “Regulamento”).

Os termos iniciados em letra maiúscula utilizados neste Regulamento, estejam no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído no Anexo I ao presente Regulamento.

CAPÍTULO I – FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

Artigo 1º O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado.

Parágrafo Único - Observado o procedimento estabelecido nos Capítulos XII e XIII deste Regulamento, o Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, com Meta de Rentabilidade Prioritária, prazo de duração, prazos de amortização e resgate e demais características diferenciadas, estabelecidas no Suplemento específico de cada série.

CAPÍTULO II – OBJETO

Artigo 2º O Fundo é uma comunhão de recursos destinados, preponderantemente, à aquisição de direitos de crédito (os “Direitos de Crédito”) decorrentes de empréstimos concedidos pelo Banco BVA S.A. (o “Cedente”) a servidores públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, autarquias da administração direta e fundações públicas, bem

como a Aposentados e Pensionistas (os “Mutuários”). Os Direitos de Crédito serão adquiridos de acordo com a Política de Investimento descrita no Capítulo IV deste Regulamento e com os critérios de composição de carteira estabelecidos na legislação e na regulamentação vigente.

Parágrafo 1º Tais empréstimos são concedidos em virtude de convênios (os “Convênios”) firmados pelo Cedente com os governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, autarquias da administração direta e fundações públicas, amparados por Decreto Autorizativo ou simples credenciamento, conforme listados no Anexo VII ao Contrato de Cessão (em conjunto, os “Consignantes”), para que a totalidade das parcelas dos empréstimos devidas por cada Mutuário seja consignada diretamente no pagamento de seus proventos devidos pelo respectivo Consignante, em benefício do Cedente.

Parágrafo 2º Os Direitos de Crédito são representados por cédulas de crédito bancário (em conjunto com seus respectivos anexos, seguros, garantias e outros instrumentos vinculados, as “Cédulas de Crédito Bancário”), sendo que cada parcela devida pelo Mutuário no âmbito da respectiva Cédula de Crédito Bancário será considerada, individualmente, um Direito de Crédito.

Parágrafo 3º As Cédulas de Crédito Bancário não serão, em hipótese nenhuma, celebradas por meio de contato telefônico.

CAPÍTULO III – PÚBLICO ALVO

Artigo 3º As Quotas Seniores do Fundo serão destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, conforme regulamentação da CVM em vigor.

CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 4º O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de: (i) Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade, estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento, e (ii) Ativos Financeiros listados no Artigo 6º abaixo, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo, estabelecidos neste Regulamento.

Parágrafo 1º O Fundo atuará no segmento financeiro.

Parágrafo 2º Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos seus titulares, nos termos do Contrato de Cessão.

Parágrafo 3º Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

Parágrafo 4º O Custodiante deverá apurar diariamente o Índice de Liquidez referente a cada série de Quotas Seniores, de acordo com o estabelecido no Parágrafo 2º do Artigo 53.

Artigo 5º Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito.

Artigo 6º A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos ativos financeiros abaixo relacionados (os “Ativos Financeiros”):

- (a) moeda corrente nacional;
- (b) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (c) títulos de emissão do BACEN; e
- (d) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas “b” e “c” acima, contratadas com Instituições Autorizadas.

Artigo 7º Considerando a composição da carteira do Fundo e o fato de que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no Artigo 41 deste Regulamento,

poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. Para proteger as posições da carteira detidas à vista, o Gestor poderá realizar operações de derivativos de renda fixa, exclusivamente na modalidade “com garantia”, em mercados administrados por bolsas de mercadorias e futuros e no de balcão, neste caso tendo como contraparte as Instituições Autorizadas.

Parágrafo Único Os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações, devem ser considerados para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do Fundo.

Artigo 8º O Custodiante deverá observar os limites de composição e diversificação da carteira do Fundo descritos neste Artigo, no momento de cada Cessão de Direitos de Crédito.

Parágrafo 1º A carteira de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo deverá respeitar os seguintes limites mínimos e máximos:

- (a) até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido poderá ser representado por Direitos de Crédito provenientes de Consignantes integrantes da administração direta e indireta federal, sendo que (i) cada um desses Consignantes, individualmente, não poderá ter uma concentração superior a 30% (trinta por cento) e (ii) os 3 (três) maiores Consignantes integrantes da administração direta e indireta federal não poderão ter uma concentração superior a 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (b) até 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito provenientes de Consignantes integrantes da administração direta e indireta estadual e municipal;
- (c) cada Consignante integrante da administração direta e indireta estadual ou municipal não poderá ter, individualmente, uma concentração superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;

- (d) até 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito provenientes do INSS;
- (e) pelo menos 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito provenientes das Forças Armadas;
- (f) até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito provenientes de Novos Consignantes, considerados em conjunto;
- (g) até 2% (dois por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito provenientes de Novo Consignante, considerado individualmente;
- (h) até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito provenientes de Consignantes Restritos, considerados em conjunto; e
- (i) até 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito provenientes de Consignante Restrito, considerado individualmente.

Parágrafo 2º A Administradora, o Gestor e o Cedente poderão deliberar, em conjunto e a seu exclusivo critério, a inclusão de novos Consignantes na lista de Consignantes constante do Anexo VII ao Contrato de Cessão (cada um, um “Novo Consignante”), desde que sejam observados os seguintes procedimentos:

- (a) seja entregue à Administradora cópia autenticada do respectivo Convênio;
- (b) tenha sido apresentado à Administradora parecer legal preparado por escritório de advocacia definido, de comum acordo, entre a Administradora, o Gestor e o Cedente, cujo conteúdo seja considerado satisfatório pela Administradora e pelo Gestor, atestando, entre outros elementos considerados relevantes pela Administradora, a possibilidade de cessão dos Direitos de Crédito e que o respectivo Convênio não contém avença permitindo ao Mutuário exigir, unilateralmente, do Consignante, a interrupção dos procedimentos de consignação das Cédulas de Crédito Bancário; e
- (c) o nome do Consignante seja incorporado à Lista de Consignantes constante do Anexo VII ao Contrato de Cessão, mediante a celebração de aditamento ao

Contrato de Cessão, e o referido aditamento seja registrado no competente cartório de registro de títulos e documentos.

Parágrafo 3º O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito devidos por Mutuários vinculados ao Novo Consignante depois de transcorrido o prazo de 1 (um) Dia Útil, contado da data do registro do correspondente aditamento ao Contrato de Cessão no competente cartório de registro de títulos e documentos, conforme o estabelecido na alínea “c” do Parágrafo 2º acima. -

Parágrafo 4º Caso, em 6 (seis) Datas de Verificação consecutivas, o DCV de Reclassificação, o DCV30 de Reclassificação, o DCV120 de Reclassificação e o DCV180 de Reclassificação referente a qualquer Novo Consignante seja, concomitantemente, igual ou inferior a 15% (quinze por cento), a 10% (dez por cento), a 7% (sete por cento) e a 5% (cinco por cento), respectivamente, o referido Novo Consignante será automaticamente identificado como Consignante regular. Nesta hipótese, a Administradora passará a observar os limites de concentração previstos nos itens (a) até (e) do Parágrafo 1º deste Artigo, conforme o caso, com relação ao referido Consignante.

Parágrafo 5º Caso, em 6 (seis) Datas de Verificação consecutivas, o DCV de Reclassificação, o DCV30 de Reclassificação, o DCV120 de Reclassificação ou o DCV180 de Reclassificação referente a qualquer Consignante seja superior a 15% (quinze por cento), a 10% (dez por cento), a 7% (sete por cento) e a 5% (cinco por cento), respectivamente, o referido Consignante passará a ser automaticamente considerado pela Administradora como um consignante restrito (o “Consignante Restrito”).

Parágrafo 6º A partir do momento em que um Consignante se torne um Consignante Restrito, conforme o previsto no Parágrafo 5º acima, a Administradora (i) não poderá mais aumentar a concentração no conjunto ou individualmente no que tange aos Diretos de Créditos oriundos desse Consignante, e (ii) passará a observar os limites de concentração previstos nos itens (h) e (i) do Parágrafo 1º deste Artigo com relação ao referido Consignante.

Parágrafo 7º O disposto no Parágrafo 4º deste Artigo aplica-se igualmente aos Consignantes Restritos, de forma que, caso qualquer Consignante Restrito observe os

parâmetros estabelecidos no referido parágrafo em 6 (seis) Datas de Verificação consecutiva, o referido Consignante será automaticamente identificado como Consignante regular. Nesta hipótese, a Administradora passará a observar os limites de concentração previstos nos itens (a) até (e) do Parágrafo 1º deste Artigo, conforme o caso, com relação ao referido Consignante.

Parágrafo 8º A reclassificação de Consignantes nos termos do Parágrafo 5º acima não prejudicará nem afetará as cessões anteriormente realizadas pelo Cedente ao Fundo ou dará ao Fundo qualquer recurso ou direito de regresso contra o Cedente, suas pessoas controladoras, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Parágrafo 9º –Não obstante o disposto nos demais Parágrafos deste Artigo 8º, nenhum Direito de Crédito a ser adquirido pelo Fundo poderá ter como devedor Mutuário vinculado ao Consignante cuja lei, decreto, portaria, convênio ou outro instrumento que autoriza a consignação em folha de pagamento (conjuntamente, os “Documentos da Consignação”) permita ao Consignante suspender ou cancelar unilateralmente consignações referentes a empréstimos já concedidos quando da rescisão ou revogação, por qualquer motivo, dos Documentos da Consignação. Isso posto, é expressamente vedada a aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito vinculados aos Consignantes listados no Anexo VII ao Contrato de Cessão.

Parágrafo 10º –A Administradora poderá incluir, justificadamente, novos Consignantes na referida lista, mediante aditamento ao Contrato de Cessão, caso os correspondentes Documentos da Consignação passem a prever tal possibilidade. Neste caso, a aquisição de Direitos de Crédito vinculados a tais Consignantes ficará vedada no momento da inclusão do Consignante na referida lista, sem prejuízo dos Direitos Creditórios já cedidos ao Fundo.

Artigo 9º Com relação aos Ativos Financeiros, o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não poderá exceder 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido.

Parágrafo 1º A Administradora, respeitado o disposto neste Regulamento, poderá contratar livremente quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo, nas quais a própria Administradora, seu controlador, sociedades por ela direta ou

indiretamente controladas, coligadas e/ou subsidiárias ou outras sociedades sob controle comum atuem na condição de contraparte, observado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 2º Não obstante a diligência da Administradora em colocar em prática a Política de Investimento delineada neste Regulamento, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Quotista. A realização de operações no mercado de derivativos pelo Fundo poderá acarretar variações no seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Além disso, a realização de tais operações, bem como a implementação de outras estratégias de investimento, poderão fazer com que o Fundo apresente Patrimônio Líquido negativo, caso em que os Quotistas poderão ser chamados a realizar aportes adicionais de recursos, de forma a possibilitar que o Fundo satisfaça suas obrigações.

Artigo 10 Decorridos 180 (cento e oitenta) dias do início das atividades do Fundo, os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.

Artigo 11 As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) da Administradora; (ii) do Cedente; (iii) do Gestor; (iv) do Custodiante; (v) de qualquer mecanismo de seguro; ou (vi) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CAPÍTULO V – CONDIÇÕES DA CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 12 Todos e quaisquer Direitos de Crédito a serem oferecidos pelo Cedente ao Fundo deverão observar, cumulativamente, as seguintes condições (as “Condições da Cessão”):

- (a) os Diretos de Crédito devem ser oriundos de Cédulas de Crédito Bancário que tenham como devedores os Mutuários;

- (b) as Cédulas de Crédito Bancário que dão origem aos Direitos de Crédito devem ser decorrentes de Convênios celebrados entre o Cedente e os Consignantes relacionados no Anexo VII do Contrato de Cessão, que autorizem o pagamento das Cédulas de Crédito Bancário por meio de consignação diretamente nos vencimentos, pensões, aposentadorias ou outros proventos de titularidade dos Mutuários, devidos mensalmente pelo Consignante;
- (c) com base na legislação aplicável, inclusive na esfera de competência do Consignante, somente poderão ser adquiridos Direitos de Crédito cuja autorização para consignação em folha de pagamento não possa ser cancelada sem a aprovação do credor do Direito de Crédito; e
- (d) os Direitos de Crédito relativos às Cédulas de Crédito Bancário que não possuírem averbação eletrônica pelo Consignante deverão ter ao menos uma parcela paga.

Parágrafo 1º A cessão de Direitos de Crédito pelo Fundo, inclusive nos casos de utilização desta forma para o pagamento dos haveres dos Quotistas, nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável à espécie, somente poderá ser realizada à vista, em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo.

Parágrafo 2º As Condições da Cessão serão verificadas pelo Cedente.

Artigo 13 Todos e quaisquer Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo deverão atender, cumulativamente, aos critérios de elegibilidade abaixo definidos (os “Critérios de Elegibilidade”):

- (a) os Direitos de Crédito devem ser decorrentes de empréstimos concedidos exclusivamente pelo Cedente;
- (b) os Direitos de Crédito devem ser vinculados a Consignantes que não estejam inadimplentes em repasses de parcelas de Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, por mais de 60 (sessenta) dias, na data da respectiva cessão;

- (c) um mesmo Mutuário, devedor de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não pode estar em dívida para com o Fundo em valor superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), exceto no caso de Mutuários vinculados aos Consignantes da administração direta e indireta federal e Tribunais de Justiça, cujo limite será de R\$200.000,00 (duzentos mil reais);
- (d) os Direitos de Crédito devem ser vinculados a Mutuários que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos de Crédito vencidos e não pagos ao Fundo;
- (e) o prazo de vencimento dos Direitos de Crédito, assim considerada cada parcela das Cédulas de Crédito Bancário, não poderá ser superior à Data de Resgate da última série de Quotas Seniores em Circulação;
- (f) a idade de Mutuários cujo Consignante seja o INSS, à época da cessão, não poderá ser inferior a 21 (vinte e um) anos e superior a 79 (setenta e nove) anos;
- (g) a idade dos Mutuários, com exceção daqueles indicados no item (f) acima, à época da cessão, não poderá ser inferior a 18 (dezoito) anos e superior a 75 (setenta e cinco) anos;
- (h) os Direitos de Crédito relativos aos empréstimos concedidos em virtude de Convênios com Consignantes Verificáveis somente poderão ser adquiridos pelo Fundo após prévia verificação por parte da Administradora ou do Custodiante da exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Cedente: (i) ocorrência da averbação da consignação em folha; (ii) identificação do Mutuário; e (iii) confirmação de que o Mutuário é servidor público (ou Aposentado ou Pensionista, no caso de Direitos de Crédito cujo Consignante seja o INSS); sendo que essa verificação será feita a partir de informações provenientes dos respectivos Consignantes (ou da DATAPREV, no caso de Direitos de Crédito cujo Consignante seja o INSS); e
- (i) Os Consignantes deverão ser previamente cadastrados pelo Custodiante e deverão constar expressamente do Anexo VII do Contrato de Cessão.

Parágrafo Único Os Critérios de Elegibilidade serão verificados pelo Custodiante antes da formalização de cada cessão.

Artigo 14 O Fundo adquirirá Direitos de Crédito Elegíveis e todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, prerrogativas e ações, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Cedente ou coobrigação destes, observados:

- (a) os demais termos e condições deste Regulamento;
- (b) os termos, condições e procedimentos do Contrato de Cessão;
- (c) os procedimentos pertinentes à aquisição dos Direitos de Crédito e atendimento aos Critérios de Elegibilidade definidos neste Regulamento; e
- (d) a Política de Investimento definida no Capítulo IV.

Artigo 15 Sem prejuízo do disposto neste Capítulo, o Cedente responde tão somente pela existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

CAPÍTULO VI – POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Artigo 16 O seguinte procedimento deverá ser observado pelo Cedente na concessão de créditos que venham a ser, de tempos em tempos, oferecidos ao Fundo:

- (a) os empréstimos somente podem ser concedidos para determinado Mutuário se as parcelas de pagamentos do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus vencimentos, observados os limites máximos de consignação estabelecidos nos Convênios, nas leis e regulamentos aplicáveis;
- (b) observado o disposto na alínea (a) acima, o percentual da consignação de proventos mensais do Mutuário, para pagamento dos Direitos de Crédito, não deverá ser superior a 30% (trinta por cento) do total dos proventos mensais disponíveis para consignação;

- (c) cada Cédula de Crédito Bancário deverá ter valor de empréstimo de, no mínimo, R\$ 300,00 (trezentos reais), e, no máximo, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), exceto no caso de Cédulas de Crédito Bancário vinculadas aos Consignantes da administração direta e indireta federal e Tribunais de Justiça, cujo limite será de R\$200.000,00 (duzentos mil reais); e
- (d) o prazo de vencimento final das Cédulas de Crédito Bancário deverá ser de no mínimo 6 (seis) meses e no máximo 60 (sessenta) meses.

Parágrafo 1º Nos termos do Contrato de Cessão, enquanto o Fundo estiver em funcionamento, o Cedente poderá adquirir qualquer Direito de Crédito de titularidade do Fundo, por meio de simples notificação por escrito à Administradora e ao Gestor, mediante pagamento à vista, em moeda corrente nacional, pelo respectivo Preço de Aquisição, atualizado pela Taxa de Desconto aplicada na operação de aquisição do referido Direito de Crédito pelo Fundo. Verificada que a recompra poderá impactar negativamente de qualquer forma a carteira do Fundo, justificadamente, o Gestor ou a Administradora poderão suspender a recompra pelo prazo necessário para a regularização do Fundo.

Parágrafo 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo que estejam inadimplidos, os quais poderão ser adquiridos pelo Cedente independentemente da prévia aprovação da Administradora ou do Gestor, por meio de simples notificação por escrito a estes com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que a aquisição deva ser concretizada, mediante pagamento à vista, em moeda corrente nacional, pelo respectivo Preço de Aquisição, atualizado pela taxa de desconto aplicada na aquisição de tal Direito de Crédito inadimplido pelo Fundo. Caso a recompra de que trata este parágrafo seja realizada após o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de vencimento do Direito de Crédito inadimplido, o Cedente poderá adquirir o referido Direito de Crédito por R\$ 1,00 (um real).

CAPÍTULO VII – FATORES DE RISCO

Artigo 17 A carteira do Fundo, e, por consequência, seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais destacamos, de forma não taxativa, os abaixo relacionados. Antes de adquirir Quotas, o investidor deve ler cuidadosamente este Capítulo.

Parágrafo 1º Risco de Mercado:

- (a) Efeitos da política econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos, o Cedente e os Mutuários estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal, para estabilizar a economia e controlar a inflação, compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados do Cedente, os setores econômicos específicos em que atua, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados do Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos Mutuários.

- (b) Risco de descasamento de taxas. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado de acordo com as Metas de Rentabilidade Prioritária atreladas à Taxa DI, conforme estabelecidas em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos

Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que o Cedente, a Administradora, o Gestor e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

- (c) Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

Parágrafo 2º Risco de Crédito:

- (a) Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito. Decorre da capacidade dos Mutuários em honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos de Crédito detidos em carteira que estejam vencidos e não pagos e do não cumprimento, pelos Consignantes, de suas obrigações para com o Cedente e o Fundo, conforme o caso. O Fundo somente procederá ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os pagamentos dos Direitos de Créditos sejam transferidos pelos Consignantes e/ou pagos pelos Mutuários, não havendo garantia de que o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas em cada Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Gestor e pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Ademais, o Cedente somente tem responsabilidade pela correta originação e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos da legislação aplicável, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Mutuários e outros devedores dos Direitos de Crédito, ou mesmo pelo cumprimento, por parte dos Consignantes, de suas obrigações de repasse dos pagamentos relativos aos Direitos de Crédito ao Cedente e ao Fundo, conforme o caso.

O mecanismo de consignação de proventos para o pagamento de dívidas foi popularizado nos últimos anos, e tem respaldo legal e judicial nas decisões mais recentes da justiça brasileira, em processos que questionaram a legalidade desse mecanismo. Todavia, eventuais mudanças na legislação vigente ou no entendimento do poder judiciário sobre o assunto podem obrigar o Fundo a ter que realizar os procedimentos de cobrança diretamente contra os Mutuários, gerando custos adicionais para recebimento dos Direitos de Crédito, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

As Cédulas de Crédito Bancário que dão origem aos Direitos de Crédito de tempos em tempos cedidos ao Fundo são emitidas por servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, concursados ou não (além de Aposentados e Pensionistas). Os funcionários públicos não concursados não gozam da mesma estabilidade no emprego que gozam os servidores públicos concursados, podendo ser demitidos em circunstâncias mais amplas que aqueles. A consignação em folha de pagamento dos Direitos de Crédito vinculados a Mutuários que sejam servidores públicos não concursados restará prejudicada caso o Mutuário correspondente seja demitido por qualquer motivo, aumentando o risco de inadimplência e, eventualmente, causando prejuízos ao Fundo e aos seus Quotistas.

- (b) Risco de Crédito relativo aos Ativos Financeiros. Decorre da capacidade de pagamento dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos. Além disso, a contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos, bem como a implementação de outras estratégias de investimento, poderão fazer com que o Fundo apresente Patrimônio Líquido negativo, caso em que os Quotistas

poderão ser chamados a realizar aportes adicionais de recursos, de forma a possibilitar que o Fundo satisfaça suas obrigações.

Parágrafo 3º Risco de Liquidez:

- (a) Liquidez relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são negociados, e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.
- (b) Liquidez relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.
- (c) Liquidez para negociação das Quotas em mercado secundário. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.
- (d) Liquidação antecipada do Fundo. Por conta da falta de liquidez dos Direitos de Crédito e das Quotas descritas neste Parágrafo, e pelo fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, o que inviabiliza o resgate de suas

Quotas antes do prazo final de resgate, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) a ocorrência de casos de liquidação antecipada do Fundo previstos no Regulamento, e deliberação, pela Assembléia Geral, sobre a liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Ocorrendo qualquer uma das hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, poderá não haver recursos disponíveis em moeda corrente nacional para realizar o pagamento aos Quotistas, que poderão ser pagos com os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros detidos em carteira.

- (e) Amortização e resgate condicionado das Quotas. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos Mutuários; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no Parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, o Gestor e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Parágrafo 4º Risco Operacional:

- (a) Falhas de Procedimentos. Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pelo Cedente podem

afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua cobrança, em caso de inadimplemento.

- (b) Documentos Comprobatórios. O Custodiante é o responsável legal pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. O Custodiante poderá delegar a terceiros a custódia dos Documentos Comprobatórios, inclusive junto ao Cedente, sem afastar sua responsabilidade legal e sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos para verificar a sua regularidade. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Ademais, embora o Custodiante e a Administradora tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida originação e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

- (c) Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo. Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente nas Contas Vinculadas.

Os valores depositados nas Contas Vinculadas serão transferidos em até 2 (dois) Dias Úteis para a Conta do Fundo pelo Depositário Qualificado. Apesar de o Depositário Qualificado se obrigar a realizar as transferências dos recursos depositados nas Contas Vinculadas para a Conta do Fundo, por conta e ordem do Cedente, nos termos do Convênio de Cobrança, caso haja inadimplemento do Depositário Qualificado no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas. Não há garantia de

cumprimento pelo Depositário Qualificado de suas obrigações acima destacadas. Ademais, como o Fundo não é parte do Convênio de Cobrança, não poderá demandar diretamente do Depositário Qualificado o cumprimento das suas obrigações assumidas no âmbito do Convênio de Cobrança.

A transferência dos recursos das Contas Vinculadas para a Conta do Fundo serão realizadas pelo Depositário Qualificado exclusivamente de acordo com as informações prestadas pelo Cedente em decorrência das informações recepcionadas dos Consignantes, e pelo Cedente repassadas ao Depositário Qualificado. Caso os Consignantes ou o Cedente prestem informações incorretas ou imprecisas ao Depositário Qualificado e ao Custodiante, poderá ocorrer a transferência incorreta de valores à Conta do Fundo, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Nos casos de liquidação antecipada das Cédulas de Crédito Bancário pelos respectivos Mutuários, os pagamentos poderão ser efetuados diretamente junto ao Cedente, que receberá tais valores na qualidade de depositário, em benefício do Fundo, com a obrigação de repassar imediatamente os valores para a Conta do Fundo. Caso haja qualquer problema de crédito do Cedente, tal como intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o Fundo poderá não receber os pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores. Além disso, caso seja iniciado processo de intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outro procedimento similar de proteção de credores envolvendo o Cedente, os valores de tempos em tempos depositados nas Contas Vinculadas poderão ser bloqueados, por medida judicial ou administrativa, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Ademais, em caso de alteração das Contas Vinculadas ou da Conta do Fundo, ou de substituição do Depositário Qualificado ou do Custodiante, os Consignantes serão notificados e solicitados a realizar os repasses de pagamentos dos Direitos de Crédito para uma nova conta indicada pela Administradora ao Cedente. Não há garantia de que os Consignantes efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle da

Administradora, ou de terceiro contratado como Depositário Qualificado ou Custodiante, o Cedente ou quaisquer terceiros serão obrigados a restituir ao Fundo os valores referentes a tais pagamentos. Não há garantia de que o Cedente ou quaisquer terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

- (d) Risco de sistemas. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos do Consignante, Cedente, Custodiante, Administradora e do Fundo se darão livres de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Parágrafo 5º Outros Riscos:

- (a) Risco de Instrumentos Derivativos. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “*hedge*” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo, podendo fazer com que o Fundo apresente Patrimônio Líquido negativo, caso em que os Quotistas poderão ser chamados a realizar aportes adicionais de recursos, de forma a possibilitar que o Fundo satisfaça suas obrigações.
- (b) Risco de descontinuidade. A Política de Investimento do Fundo descrita no Capítulo IV estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares do Cedente e da capacidade deste de originar Direitos de Crédito Elegíveis para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento e de acordo com a Política de Investimento descrita no Capítulo IV acima.

Os Mutuários podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas na Cédula de Crédito Bancário. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos neste Regulamento.

Quanto ao Risco do Cedente destacam-se:

O Cedente não se encontra obrigado a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pelo Cedente.

A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de consignações dos proventos mensais dos Mutuários, e devem, necessariamente, respeitar os parâmetros da Política de Investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer situação, (i) deixarem de ocorrer as referidas consignações; e/ou (ii) não existirem Direitos de Crédito suficientes para cessão ao Fundo e que atendam os Critérios de Elegibilidade e a Política de Investimento, a Administradora dará início aos procedimentos descritos no Capítulo XX deste Regulamento. Os fatores políticos e econômicos do governo e o crescimento da concorrência podem levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos de Crédito Elegíveis.

Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo terão como forma de pagamento o desconto nos proventos mensais dos Mutuários, realizado pelos Consignantes. Tal sistemática é autorizada por lei e é submetida a regulamentação específica. Na hipótese de serem expedidas novas normas a respeito, estabelecendo por exemplo novos parâmetros para a consignação, é possível que diminua ou deixe de ocorrer a consignação com características que tornem possível a aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo. Na falta de Direitos de Crédito Elegíveis, pode ocorrer inclusive a liquidação antecipada do Fundo.

Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são oriundos de Cédulas de Crédito Bancário emitidas pelos Mutuários em favor do Cedente. Essas cédulas e demais documentos relativos aos Direitos de Crédito do Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, pode ser necessária decisão judicial para determinação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Mutuários, ou ainda, no caso de submissão dos Documentos Comprobatórios à decisão judicial, pode ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo pode sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

- (c) Riscos e custos de cobrança. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral. A Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Cedente e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.
- (d) Limitação do gerenciamento de riscos. A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.
- (e) Risco de inadimplência dos Direitos de Crédito. O Cedente é responsável somente pela existência, certeza, exigibilidade e boa formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo quaisquer responsabilidades pelo

seu pagamento ou pela solvência dos Mutuários nos termos deste Regulamento. Dessa forma, a inadimplência, total ou parcial, por parte dos Mutuários, no pagamento dos Direitos de Crédito, poderá causar prejuízos ao Fundo e, conseqüentemente, a seus Quotistas.

- (f) Risco decorrente da precificação dos ativos. Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (“*mark-to-market*”), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.
- (g) Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelo Gestor, pelo Cedente, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.
- (h) Risco Específico do Cedente – Existência de outro fundo de investimento em direitos creditórios registrado na CVM. Em 13 de setembro de 2007, foi constituído o primeiro fundo de investimento em direitos de crédito, denominado “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BVA – Crédito Consignado” destinado à aquisição de direitos creditórios da Cedente, cuja oferta pública de quotas seniores e quotas mezanino somam o montante de até R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais). Contudo, o Cedente não oferece garantias quanto à quantidade ou percentual de Direitos de Crédito de sua originação que deverá ser destinada para cada fundo em particular ou qualquer forma de prioridade ou preferência de cessão de Direitos de Crédito entre os fundos em que figura como cedente. Em caso de diminuição da originação de Direitos de Crédito pelo Cedente, não há garantias de que este possuirá Direitos de Crédito em montante suficiente para oferecer a cessão a ambos os fundos de

investimento ou mesmo em atendimento a eventuais acordos celebrados com outras instituições financeiras para aquisição de Direitos de Crédito. Assim, poderá haver insuficiência de Direitos de Crédito disponíveis para aquisição pelo Fundo, o que afetará seus resultados e colocará em risco sua continuidade, podendo ocorrer a liquidação do Fundo. Mesmo nessa situação, não será observado nenhum tipo de prioridade ou preferência na cessão de Direitos de Crédito, tanto para o Fundo quanto para quaisquer outros fundos de investimento em direitos creditórios que tenham por objeto a aquisição de Direitos de Crédito do Cedente.

- (i) Risco da movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo no caso de de Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Cedente. – No caso de intervenção ou liquidação extrajudicial do Cedente, mediante determinação da Administradora, a Administradora e o Cedente deverão requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo. O efetivo direcionamento do fluxo de recursos para outra conta de titularidade do Fundo dependerá (i) da comunicação tempestiva aos Consignantes nesse sentido, e (ii) da disposição dos Consignantes em efetuar depósitos conforme orientação fornecida pela Administradora e pelo Cedente.

Apesar de o Fundo contar com a obrigação do Cedente e do Custodiante de realizar as devidas alterações nos procedimentos de cobrança para possibilitar o depósito da liquidação dos Direitos de Crédito diretamente na conta indicada pelo Fundo, caso a Administradora e o Cedente não tenham sucesso em comunicar aos Consignantes tempestivamente a respeito do novo direcionamento do fluxo recursos ou estes se recusem a cumprir as orientações da Administradora e do Cedente para direcionamento dos pagamentos, o recebimento pelo Fundo dos recursos provenientes dos Direitos de Crédito poderá ser comprometido, ocasionando perdas patrimoniais ao Fundo e seus Quotistas.

Por fim, em virtude de liquidação antecipada das Cédulas de Créditos Bancários, os pagamentos feitos pelos Mutuários poderão ser efetuados diretamente junto ao Cedente, em benefício do Fundo, com a obrigação de repassar imediatamente os valores para a conta indicada pelo Fundo. Caso haja qualquer problema de crédito do Cedente, tais como intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o

Fundo poderá não receber referidos pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores.

- (k) Ausência de Notificação aos Consignantes. A cessão de crédito estabelecida no Contrato de Cessão não foi objeto de notificação prévia aos Consignantes, contendo instruções para que estes efetuem o pagamento dos valores da consignação diretamente ao Fundo. Na hipótese de extinção ou rescisão de qualquer dos Convênios ou descumprimento pelos Consignantes de suas obrigações relativas ao repasse dos valores consignados, os Consignantes não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios cedidos diretamente ao Fundo. Tal evento poderá resultar em perda, por parte dos Quotistas, do valor principal de suas aplicações.
- (l) Outros Riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos (*default*), mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

CAPÍTULO VIII – ADMINISTRADORA

Artigo 18 O Fundo será administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.066.670/0001-00 (a “Administradora”).

Parágrafo Único A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) deste Regulamento, (iii) das deliberações da Assembléia Geral, (iv) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Artigo 19 Observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos outros ativos que integrem a carteira do Fundo.

Parágrafo 1º Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- (a). manter atualizados e em perfeita ordem:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) o registro dos Quotistas;
 - (iii) o livro de atas de assembleias gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;
 - (v) o Prospecto;
 - (vi) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
 - (vii) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
 - (viii) os relatórios do Auditor Independente;
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante;
- (c) entregar ao Quotista, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do Periódico e da Taxa de Administração;
- (d) divulgar, na periodicidade prevista neste Regulamento, no Periódico, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem quotas do Fundo, o valor do Patrimônio Líquido, o valor da Quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência de Classificação de Risco;

- (e) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (f) fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (g) manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- (h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (i) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de desconstituição, substituição ou liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao seu recebimento e à sua cobrança. O preço de alienação dos ativos de titularidade do Fundo não poderá, sob pena de responsabilização da Administradora por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo, ser inferior ao seu respectivo valor contábil, exceto quando autorizado neste Regulamento ou pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, sendo que este, em nenhuma circunstância, poderá ser inferior a R\$1,00 (um real); e
- (j) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável dos ativos integrantes da carteira do Fundo e dos direitos e prerrogativas sobre os Seguros de Vida vinculados aos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo. Exceção feita às procurações com poderes da cláusula *ad judicium* e àquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, e ao Cedente, nos termos do Contrato de Cobrança, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica, em todas as demais procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, constará o

respectivo prazo de validade, que não poderá ser superior a 12 (doze) meses contado da data da outorga.

Parágrafo 2º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo anterior, e da legislação e regulamentação aplicável, são obrigações da Administradora:

- (a) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco e aos Quotistas:
 - (i) a substituição da Administradora, do Auditor Independente, do Gestor ou do Custodiante;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; e
 - (iii) a celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão, Contrato de Custódia ou Contrato de Gestão;
- (b) franquear o acesso da Agência de Classificação de Risco e do Auditor Independente aos relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
- (c) informar aos Quotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas do Fundo, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da sua ciência de tal fato; e
- (d) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Depositário Qualificado, Custodiante, ou qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados quaisquer recursos ou Direitos de Crédito da carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos de Crédito para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo.

Parágrafo 3º É vedado à Administradora:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo 4º As vedações dispostas no Parágrafo 3º deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Parágrafo 5º Excetua-se do disposto no Parágrafo anterior os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do BACEN e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do Fundo.

Parágrafo 6º É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a). prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (b) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento;

- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) vender Quotas do Fundo ao Cedente, exceto quando se tratar de Quotas Subordinadas;
- (h) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (i) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (j) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no art. 39, inciso II, da Instrução CVM 356;
- (k) obter ou conceder empréstimos; e
- (l) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Parágrafo 7º O Diretor Designado deverá elaborar demonstrativo trimestral, a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas, evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua Política de Investimento, com os limites de composição e de diversificação previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente e que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado.

Artigo 20 Será devida à Administradora, a título de honorários pelas atividades de administração, gestão do Fundo e de escrituração de quotas, custódia qualificada e controladoria dos Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, definidas neste Regulamento, uma Taxa de Administração equivalente ao maior valor 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo e R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), corrigido anualmente pelo IGPM ou outro índice que vier a substituí-lo (a “Taxa de Administração”).

Parágrafo Único A remuneração de que trata este Artigo será paga pelo Fundo mensalmente no 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

Artigo 21 A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

CAPÍTULO IX – SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

Artigo 22 Mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias, por meio eletrônico e através de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, a Administradora poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável e do disposto no Capítulo XXII abaixo.

Artigo 23 No caso de renúncia, a Administradora deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Assembléia Geral convocada para decidir sobre sua substituição ou liquidação do Fundo.

Parágrafo Único A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

Artigo 24 Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo aplicar-se-ão, no que couberem, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

CAPÍTULO X – CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

Artigo 25 Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão realizados pela BER Capital S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.728, conjunto 51, Sala 01, Bela Vista, CEP 01310-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.528.420/0001-04 (o “Gestor”), contratado nos termos do inciso II, do Artigo 39 da Instrução CVM 356.

Artigo 26 Os serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo serão prestados pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira regularmente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, bem como credenciada perante a CVM para a prestação de serviços de custódia qualificada, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 (o “Custodiante” ou o “Agente Escriturador”, conforme o caso).

Parágrafo 1º Os serviços de custódia qualificada, escrituração e controladoria, conforme indicado no *caput* deste Artigo, serão prestados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia, a ser firmado entre a Administradora e o Custodiante.

Parágrafo 2º A verificação do lastro dos Direitos de Crédito será realizada pelo Custodiante, ou terceiro por este contratado, sob sua responsabilidade, trimestralmente, sendo que para a primeira verificação a ser realizada, o Custodiante deverá considerar a totalidade dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, enquanto que para as demais verificações serão considerados apenas os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada.

Parágrafo 3º De acordo com os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Artigo 13 acima, nenhum Mutuário, devedor de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, poderá estar em dívida para com o Fundo em valor superior a 0,2% (dois décimos por cento) do Patrimônio Líquido inicial previsto para o Fundo de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Em virtude da significativa quantidade de Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo e da expressiva diversificação de devedores dos Direitos de Crédito, decorrentes da própria natureza do Fundo e dos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Artigo

13 acima, a análise da documentação será realizada utilizando-se os procedimentos de auditoria por amostragem, conforme faculta o Artigo 38, § 1º da Instrução CVM nº 356. A verificação dependerá de alguns estudos estatísticos, e será realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos de Crédito para verificação nos termos do Parágrafo 4º abaixo será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

$n_o =$	$\frac{1}{E_o^2}$	$n =$	$\frac{N \times n_o}{N + n_o}$

onde,

E_o = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos de Crédito Elegíveis; qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos de Crédito Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados), com isso o erro máximo que poderá incorrer será de 10% da amostra tolerável.

N = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

A seleção da amostra de Direitos de Crédito Elegíveis para verificação será obtida: (i) dividindo-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada k elementos, será retirado um para a amostra.

Parágrafo 5º As verificações serão realizadas por meio dos seguintes procedimentos:

- (a) obtenção de arquivo com os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, na data base da revisão;

- (b) apuração da quantidade de Direitos de Crédito a serem verificados;
- (c) seleção dos Direitos de Crédito, mediante aplicação da fórmula descrita no Parágrafo 3º acima; e
- (d) conferência física dos Direitos de Crédito com os registros eletrônicos do Custodiante.

Parágrafo 6º Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso III, do Artigo 8º da Instrução CVM 356, a Administradora considerará as informações fornecidas pelo Custodiante, após o término do trimestre do exercício social, retroativas aos últimos três meses, se houver.

Artigo 27 Sem prejuízo de suas demais responsabilidades nos termos deste Regulamento, o Custodiante poderá contratar um ou mais depositários para a guarda física dos originais das Cédulas de Crédito Bancário, seus anexos, seguros, garantias, e outros documentos que lastrearem os Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Depósito (os “Documentos Comprobatórios”).

Artigo 28 O Custodiante, com a interveniência e anuência da Administradora, contratará, às suas expensas, por meio do Contrato de Cobrança, o Cedente para que adote, de acordo com os procedimentos de cobrança previstos no Capítulo XI, as medidas cabíveis com relação à cobrança judicial e extrajudicial contra os Mutuários que não efetuarem o pagamento de Direitos de Crédito, sendo que o Fundo, por meio do seu representante legal, deverá atuar no pólo ativo de qualquer cobrança judicial contra tais Mutuários, nos termos do Contrato de Cobrança.

Artigo 29 Como Auditor Independente do Fundo foi contratada a KPMG Auditores Independentes, sociedade de auditoria independente com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Renato Paes de Barros, nº 33, CEP 04530-904, inscrita no CNPJ sob o nº 057.755.217/0001-29, devidamente cadastrada na CVM para prestar serviços de auditoria independente (o “Auditor Independente”).

Parágrafo Único O Auditor Independente realizará, semestralmente, procedimentos específicos, com o objetivo de verificar a exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Cedente, com base no arquivo disponibilizado pelo

Custodiante, relativas aos Direitos de Crédito de tempos em tempos adquiridos pelo Fundo, por amostragem: (i) ocorrência da averbação da consignação em folha de pagamento do respectivo Consignante; (ii) identificação do Mutuário respectivo, com base em seu código de beneficiário mantido perante o Consignante, se houver; (iii) identificação do Consignante ao qual o Mutuário é vinculado; e (iv) identificação do valor da parcela a receber relativa ao mês de referência da verificação. O Auditor Independente elaborará e enviará à Administradora e ao Custodiante relatórios sumarizados dos resultados dos procedimentos descritos neste Parágrafo (o “Relatório de Avaliação”).

Artigo 30 Como Agência de Classificação de Risco do Fundo e das séries de Quotas Seniores emitidas pelo Fundo foi contratada a Austin Rating Serviços Financeiros, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães, nº 110, conjunto 73, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ sob o nº 05.803.488/0001-09 (a “Agência de Classificação de Risco”).

CAPÍTULO XI – POLÍTICA DE COBRANÇA

Artigo 31 Observados os termos e as condições da legislação aplicável, dos Convênios e do Contrato de Depositário Qualificado, os Consignantes repassarão a totalidade dos valores consignados dos Mutuários, relativos a Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, do Cedente e de outros cessionários, por meio de depósito único nas Contas Vinculadas, na forma do Contrato de Cessão e do Contrato de Depositário Qualificado.

Parágrafo 1º Observado o disposto neste Artigo e no Contrato de Depositário Qualificado, o Depositário Qualificado deverá proceder à conciliação dos valores recebidos nas Contas Vinculadas, de forma a identificar quais Direitos de Crédito foram liquidados com as referidas verbas e quais valores pertencem efetivamente ao Fundo, ao Cedente ou a qualquer outro cessionário. O Depositário Qualificado deverá transferir para a Conta do Fundo, em até 2 (dois) Dias Úteis da data do seu respectivo recebimento, os valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo repassados pelos Consignantes para as Contas Vinculadas, nos termos dos Convênios.

Parágrafo 2º O Cedente transferirá ao Fundo os valores referentes à liquidação antecipada dos Direitos de Crédito por parte dos Mutuários em até 2 (dois) Dias Úteis,

contados do recebimento de tais valores, sem prejuízo dos ajustes referentes à liquidação antecipada previstos no Contrato de Cessão.

Parágrafo 3º Além das disposições deste Artigo, a cobrança dos Consignantes será realizada conforme o procedimento descrito no Anexo IV a este Regulamento.

Artigo 32 O Cedente será responsável, nos termos do Contrato de Cobrança, pela implementação dos procedimentos de cobrança judicial e extrajudicial das Cédulas de Crédito Bancário, cujos Mutuários estejam inadimplentes, na qualidade de mandatário do Fundo e prestador de serviços especialmente contratado pelo Custodiante, com anuência expressa do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança, e de acordo com a Política de Cobrança descrita no Anexo IV a este Regulamento.

Artigo 33 As perdas e provisões com os Direitos de Crédito serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Parágrafo 1º O Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda.

Parágrafo 2º Caso os créditos inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os referidos créditos serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e a Administradora deverá então reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso.

CAPÍTULO XII – QUOTAS

Artigo 34 A Administradora, em nome do Fundo, poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- (i) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- (ii) a emissão de nova série de Quotas Seniores não implique no rebaixamento da classificação de risco das séries de Quotas Seniores em Circulação;
- (iii) considerando a integralização da totalidade das Quotas Seniores a serem emitidas, o Índice de Liquidez permaneça igual ou superior a 1 (um);
- (iv) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos;
- (v) a emissão seja levada a registro perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356; e
- (vi) o Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores de cada série será de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores de cada série.

Parágrafo 1º Cada emissão de séries de Quotas Seniores pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do Suplemento da respectiva série, na forma do Anexo III a este Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série: (i) quantidade de Quotas Seniores, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Amortização Programada, (v) Data de Resgate e (vi) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva série de Quotas Seniores (o “Suplemento”).

Parágrafo 2º A Meta de Rentabilidade Prioritária de cada série de Quotas Seniores será estabelecida no Suplemento de emissão da respectiva série, e as Quotas terão seu valor calculado com base no Artigo 41 abaixo.

Parágrafo 3º As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;

- (b) Valor Unitário de Emissão fixado no respectivo Suplemento de emissão;
- (c) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 41 deste Regulamento;
- (d) direito de voto em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto;
e
- (e) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Seniores.

Parágrafo 4º As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data do registro da distribuição de cada série na CVM.

Parágrafo 5º Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado de cada série de Quotas Seniores emitidas pelo Fundo.

Artigo 35 O Fundo emitirá Quotas Subordinadas, a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas, com mínimo representativo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 1º As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;
- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas distribuídas

posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea (d) abaixo;

- (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 42 deste Regulamento;
- (e) direito de voto em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e
- (f) serão subscritas exclusivamente pelo Cedente.

Parágrafo 2º Após o encerramento da primeira distribuição de Quotas Subordinadas, a Administradora poderá realizar nova distribuição de Quotas Subordinadas, em número indeterminado.

Artigo 36 As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

Artigo 37 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, observado o disposto no Capítulo XX deste Regulamento.

CAPÍTULO XIII – EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

Artigo 38 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 41 e 42 deste Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 39 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do Quotista.

Parágrafo 1º No ato de subscrição de Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas, conforme o previsto no boletim de subscrição, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.

Parágrafo 2º O extrato da conta de depósito, emitido pelo Agente Escriturador, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Artigo 40 Não serão cobradas taxas de ingresso, performance ou de saída pela Administradora.

Artigo 41 A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores de cada série, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação;
ou
- (b) o Valor Unitário de Referência (conforme definido no Parágrafo 4º abaixo).

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores de cada série, definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir (i) o valor de integralização de Quotas Seniores de cada série durante o respectivo período de distribuição e (ii) qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores da série em questão, na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Gestor, do Fundo, do Cedente ou do Custodiante.

Parágrafo 2º Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, calculado conforme o *caput* deste Artigo,

na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

Parágrafo 3º Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (b) do *caput* deste Artigo às Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.

Parágrafo 4º Com relação a cada série de Quotas Seniores, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Quotas Seniores da série em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.

Artigo 42 A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na data de cálculo.

CAPÍTULO XIV – AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 43 As Quotas Seniores de cada série serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o previsto neste Capítulo.

Artigo 44 Sem prejuízo do previsto no Artigo 45 abaixo, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Artigo 45 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 50 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Assembléia Geral poderá determinar alterações nas Amortizações Programadas de

uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em Circulação , nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembléia Geral.

Artigo 46 Quaisquer alterações nos direitos, vantagens e garantias, bem como nas Datas de Resgate, Amortizações Programadas e Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores de qualquer série deverão observar os quoruns específicos estabelecidos no Capítulo XXII deste Regulamento.

CAPÍTULO XV – PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Artigo 47 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 50 deste Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 41 e 44 deste Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas na hipótese prevista no Artigo 54 deste Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Artigo 41 e 42 deste Regulamento.

Parágrafo 1º A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, no Dia Útil imediatamente anterior as respectivas datas de pagamento.

Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 58 deste Regulamento, em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

Parágrafo 5º A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá constituir uma Reserva de Liquidez para pagamento das amortizações e resgates das Quotas Seniores (a “Reserva de Liquidez”). Para tanto, a Administradora deverá condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma do Parágrafo 6º abaixo.

Parágrafo 6º A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a Reserva de Liquidez (em percentual sobre o valor estimado pela Administradora das amortizações e resgates), conforme o número de dias a decorrer até as próximas Datas de Amortização e Resgates:

Número de dias corridos antes das Datas de Amortização ou da Data de Resgate	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgates
60	30%
45	50%
30	100%

Parágrafo 7º A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos no Parágrafo 5º, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a Reserva de Liquidez, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma do Parágrafo 6º.

Parágrafo 8º Quando da execução dos procedimentos definidos neste Artigo, o Gestor deverá investir os fundos disponíveis na Reserva de Liquidez exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de forma a garantir o pagamento tempestivo das amortizações e resgates, sempre observada a Política de Investimento definida neste Regulamento.

Parágrafo 9º Os procedimentos descritos neste item não constituem promessa ou garantia, por parte da Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Liquidez, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela Administradora.

Parágrafo 10 Caso os montantes disponíveis na Reserva de Liquidez deixem de atender ao disposto no Parágrafo 6º acima, a Administradora deverá interromper

imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito e destinar todas as disponibilidades do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Liquidez.

CAPÍTULO XVI – NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 48 As Quotas Seniores serão registradas para negociação na CETIP, de acordo com a legislação vigente, observado que os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas.

Artigo 49 Na hipótese de negociação de Quotas Seniores, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

CAPÍTULO XVII – ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 50 Diariamente, a partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores da primeira série até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento, bem como a constituição ou enquadramento à Reserva de Liquidez;
- (c) amortização das Quotas Seniores, emitidas ao amparo do Capítulo XXIV, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Seniores com maior remuneração;

- (d) pagamento de encargos, emolumentos e demais despesas decorrentes de operações contratadas no mercado de derivativos;
- (e) aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito a serem originados pelo Cedente, em observância à Política de Investimento descrita neste Regulamento;
- (f) devolução, aos titulares das Quotas Seniores, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Seniores, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica; e
- (g) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

CAPÍTULO XVIII – METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 51 Os ativos que compõem a carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, mediante a utilização dos seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), utilizando-se os critérios de marcação a mercado adotados pelo Custodiante, de acordo com o disposto no Contrato de Custódia; e (ii) os Direitos de Crédito serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, com base em um ano de 252 dias úteis, pelo número de Dias Úteis a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável.

Parágrafo Único Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento (sempre com cálculo de rendimento feito de forma exponencial, com base em um ano de 252 dias úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer), computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

CAPÍTULO XIX – ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA E AO ÍNDICE DE LIQUIDEZ

Artigo 52 Desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, a Administradora verificará, todo Dia Útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores em Circulação do Fundo (a “Razão de Garantia”) é igual ou superior a 125% (cento e vinte e cinco por cento), bem como se o Índice de Liquidez é igual ou superior a 1 (um).

Artigo 53 Caso a Razão de Garantia seja inferior a 125% (cento e vinte e cinco por cento), e/ou o Índice de Liquidez seja inferior a 1 (um), por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, serão adotados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora comunicará, imediatamente, tal ocorrência ao Cedente, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, em ambos os casos com aviso de recebimento, para realizar aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas; e
- (b) o Cedente deverá subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação prevista na alínea “a” deste Parágrafo, tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia.

Parágrafo 1º Caso o Cedente não realize o aporte adicional de recursos conforme a alínea (b) do *caput* deste Artigo, a Administradora deverá adotar os procedimentos do Artigo 56 deste Regulamento.

Parágrafo 2º Enquanto houver Quotas Seniores em Circulação, o Custodiante deverá apurar diariamente o Índice de Liquidez referente a cada série de Quotas Seniores (o “Índice de Liquidez”) de acordo com a fórmula abaixo, o qual deverá ser sempre igual ou maior do que 1 (um):

$$\text{Índice de Liquidez}_i = \frac{\text{Outro Ativos} + DC_i}{[VA]},$$

onde,

$i = [N+1]$; e

N = número de amortizações já efetuadas.

”DCi” corresponde ao valor atribuído ao somatório dos Direitos de Crédito referentes às Cédulas de Crédito Bancário adimplentes integrantes da carteira do Fundo, devidamente atualizados, que tenham vencimento até o 5º (quinto) Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização imediatamente subsequente ao último dia útil de cada mês calendário; e

“VA” corresponde ao valor de amortização de todas as séries de Quotas Seniores para o mês calendário imediatamente subsequente ao último Dia Útil de cada mês calendário.

Artigo 54 Caso a Razão de Garantia seja superior a 133% (cento e trinta e três por cento) (o “Excesso de Cobertura”), a Administradora poderá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite mínimo da Razão de Garantia (ou seja, de modo que a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo fique igual a, no mínimo, 125% (cento e vinte e cinco por cento)), mediante solicitação dos titulares de Quotas Subordinadas, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- (a) a Reserva de Liquidez esteja devidamente constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Regulamento;
- (b) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente;
- (c) na data da amortização, os limites de concentração dispostos no Capítulo IV deste Regulamento não tenham sido excedidos; e
- (d) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido adequadamente sanados.

Parágrafo 1º Para fins do previsto no *caput* deste Artigo, a Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas mensalmente.

Parágrafo 2º Cada titular das Quotas Subordinadas deverá comunicar à Administradora, em até 15 (quinze) dias contados da comunicação prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, o valor a ser amortizado com relação às Quotas Subordinadas de sua titularidade, observado o disposto no *caput* deste Artigo 54.

Parágrafo 3º A Administradora, observado o disposto no *caput* deste Artigo 54, deverá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas em até 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento da comunicação dos Quotistas, prevista no Parágrafo 2º deste Artigo.

Parágrafo 4º Não poderá haver amortização de Quotas Subordinadas, na forma prevista neste Artigo, nos 5 (cinco) meses que antecederem o resgate da última série de Quotas Seniores em Circulação.

CAPÍTULO XX – EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 55 São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos (os “Eventos de Avaliação”):

- (a) qualquer evento que implique em transferência ou alteração, direta ou indireta, do controle do Cedente, em relação ao que prevalecia à época da constituição do Fundo, bem como qualquer operação de cisão, fusão ou reorganização societária que envolva o Cedente, ou qualquer operação com efeitos similares;
- (b) caso o Cedente inicie processo de renegociação de dívidas ou situação de endividamento que evidencie a iminência de que ocorra tal fato;
- (c) caso ocorra a concessão de qualquer medida liminar, antecipação de tutela, medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei Federal n.º 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade do Cedente;

- (d) caso o Cedente deixe de cumprir as disposições referentes aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do BACEN e do Conselho Monetário Nacional – CMN;
- (e) descumprimento pelo Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação que não seja um Evento de Liquidação, desde que tal descumprimento (i) não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado do recebimento, pelo Cedente, de aviso, por escrito, enviado pela Administradora, informando-o da ocorrência do respectivo evento, e (ii) possa, a exclusivo critério da Administradora, comprometer materialmente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;
- (f) descumprimento, por quaisquer dos Consignantes, de qualquer de suas respectivas obrigações estabelecidas nos Convênios, desde que tal descumprimento (i) não seja devidamente regularizado dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, contado do recebimento, pelo Cedente, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do referido evento, e (ii) possa, a exclusivo critério da Administradora, afetar materialmente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;
- (g) caso a Razão de Garantia não seja atendida dentro do prazo estabelecido para o reenquadramento, nos termos do Capítulo XIX deste Regulamento;
- (h) rebaixamento da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores em Circulação em um nível abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
- (i) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;

- (j) inobservância, pelo Depositário Qualificado, de seus deveres e obrigações previstos no Convênio de Cobrança, na forma dos dispositivos atualmente em vigor;
- (k) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham os Critérios de Elegibilidade;
- (l) não constituição da Reserva de Liquidez nos termos deste Regulamento;
- (m) ocorrência de qualquer evento que, no entendimento da Administradora ou do Gestor, gere risco potencial aos detentores de Quotas Seniores;
- (n) inobservância, pela Administradora, de seus deveres e obrigações, previstos neste Regulamento, verificado pelo Custodiante ou por titulares de Quotas Seniores representando ao menos 5% das Quotas Seniores em Circulação, desde que, se notificado por estes para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (o) aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito que estavam em desacordo com os Critérios de Elegibilidade previstos neste Regulamento no momento de sua aquisição;
- (p) caso o Fundo deixe de atender ao Índice de Liquidez com referência a qualquer série de Quotas Seniores em Circulação em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data de apuração do Índice de Liquidez;
- (q) caso o Índice de Liquidação Antecipada das Cédulas de Crédito Bancário seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) em 3 (três) Datas de Verificação, durante o período de 360 (trezentos e sessenta) dias imediatamente anterior à última data de apuração do Índice de Liquidação Antecipada das Cédulas de Crédito Bancário;

- (r) caso o DCV, o DCV30, o DCV120 ou o DCV180, apurado pela Administradora em 3 (três) Datas de Verificação consecutivas, seja superior a 15% (quinze por cento), a 10% (dez por cento), a 8% (oito por cento) ou a 7% (sete por cento), respectivamente;
- (s) caso o prazo médio de repasse dos Direitos de Crédito, apurado diariamente pelo Custodiante, no período de 90 (noventa) dias imediatamente anterior a cada Data de Verificação, procedentes de Consignantes vinculados ao Estado do Rio de Janeiro seja superior a 75 (setenta e cinco) dias;
- (t) renúncia da Administradora, do Custodiante e/ou do Depositário Qualificado;
- (u) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- (v) ocorrência de extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos nos termos deste Regulamento e seus Suplementos para o cálculo do valor das Quotas Seniores, por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou a 15 (quinze) Dias Úteis alternados, durante um período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que ocorrer o evento, desde que não haja substituição do índice por outro equivalente;
- (x) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo em relação à carteira do Fundo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias, a rentabilidade e/ou as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;
- (w) caso, no Relatório de Avaliação referido no Parágrafo Único do Artigo 29, constem inexatidões ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Cedente com relação a 3% (três por cento) ou mais dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo desde a última verificação; e
- (y) a rescisão, extinção ou término, por qualquer motivo, de qualquer dos seguintes contratos: Contrato de Cessão e respectivos Termos de Cessão, Contrato de

Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas, Contrato de Custódia e Convênio de Cobrança.

Artigo 56 Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação será convocada Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XXII, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembléia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 57 deste Regulamento.

Parágrafo 1º Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembléia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Parágrafo 2º No momento de verificação de qualquer Evento de Avaliação, os procedimentos de aquisição de novos Direitos de Crédito deverão ser imediatamente interrompidos.

Artigo 57 São considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os “Eventos de Liquidação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) Caso o Cedente, seus controladores, quaisquer sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum venham a ingressar em Regime de Administração Extrajudicial Temporário - RAET, recuperação judicial, falência, bem como se o Cedente pleitear pedido de auto-falência ou sofrer processo de intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial, ou qualquer procedimento ou regime similar;
- (b) a ocorrência de eventos que prejudiquem ou impossibilitem as atividades do Fundo, assim entendidos aqueles que afetem substancialmente: (i) a originação e/ou a cessão de Direitos de Crédito em montante suficiente para assegurar os percentuais mínimos de composição e diversificação da carteira do Fundo, decorridos 180 (cento e oitenta) dias do início das atividades do Fundo; e (ii) cessão ao Fundo Direitos de Crédito livres e desembaraçados, que atendam aos

Crítérios de Elegibilidade e representem a todo momento, a partir do nonagésimo dia contado a partir do início das atividades do Fundo, exceto na hipótese de autorização de prorrogação desse prazo pela CVM, conforme disposto no Artigo 40 da Instrução nº 356 da CVM, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;

- (c) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo, previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
- (d) cessação pelo Custodiante e/ou pelo Depositário Qualificado, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia e do Contrato de Depositário Qualificado, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos dos referidos contratos;
- (e) caso o Cedente deixe de comunicar à Administradora e/ou ao Custodiante a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação;
- (f) caso seja efetuado pagamento aos titulares de Quotas Subordinadas em desacordo com as regras e com os limites definidos neste Regulamento;
- (g) inobservância da Razão de Garantia por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos após o término do prazo para reenquadramento previsto no Capítulo XIX;
- (h) falência, intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, do Custodiante, Gestor, Depositário Qualificado e de quaisquer prestadores de serviços ao Fundo que comprometa a atividade do Fundo;
- (i) não pagamento dos valores de amortização ou resgate nas datas previstas neste Regulamento; e
- (j) verificação, por parte da Administradora, da inviabilidade de continuidade do Fundo.

Parágrafo 1º Ocorrendo qualquer Evento de Liquidação acima indicado, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, definidos nos próximos Parágrafos deste Artigo.

Parágrafo 2º Na hipótese prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os titulares das Quotas Seniores deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas Dissidentes, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e neste Regulamento.

Parágrafo 3º Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas Dissidentes, no prazo previsto no Parágrafo anterior, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao artigo 15 da Instrução CVM 356, o Fundo está vedado de realizar o resgate de Quotas detidas por Quotistas Dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a deliberação da Assembléia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo determine a liquidação antecipada do Fundo, restará comprovada a ocorrência de situação que coloque a cessão dos Direitos de Crédito em risco, motivo pelo qual o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em Circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora (i) liquidará todos os investimentos e aplicações detidas pelo Fundo, e (ii) transferirá todos os recursos recebidos à Conta do Fundo;
- (b) o Cedente deverá enviar à Administradora planilhas detalhadas informando o direcionamento dos pagamentos;
- (c) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e

- (d) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVII em conjunto com as informações enviadas pela Cedente de acordo com a alínea (b) acima, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Parágrafo 5º Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Seniores, a Administradora poderá convocar Assembléia Geral para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Parágrafo 6º Até o pagamento integral das Quotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

Parágrafo 7º Os procedimentos descritos no Artigo 50 acima somente poderão ser iniciados ou retomados após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas.

Artigo 58 Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembléia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 57 acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores em Circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

CAPÍTULO XXI – DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 59 Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;

- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
- (c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- (e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive eventuais cobranças extrajudiciais que sejam necessárias, e o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido, bem como as despesas de cobrança de Direitos de Crédito inadimplidos incorridas pelo Agente de Cobrança;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- (h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- (i) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco; e
- (j) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I, do Artigo 31, da Instrução CVM 356.

Parágrafo 1º As despesas não previstas neste Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

Parágrafo 2º Considerando que todos os encargos previstos no caput do Artigo 59 serão suportados pelo Fundo, quaisquer valores adiantados pela Administradora, pelo Gestor ou pela Cedente para cobrir tais encargos tornar-se-ão automaticamente créditos

destes contra o Fundo, os quais deverão ser prontamente reembolsados pelo Fundo, mediante apresentação da respectiva nota fiscal à Administradora, sempre e assim que houver disponibilidade de caixa.

CAPÍTULO XXII – ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 60 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XV deste Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação;
- (f) aprovar a substituição do Custodiante, do Depositário Qualificado, do Gestor, do Auditor Independente, do Agente de Cobrança e da Agência de Classificação de Risco;
- (g) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação serão considerados Eventos de Liquidação; e
- (h) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

Artigo 61 O Regulamento e os demais Documentos da Operação poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

Artigo 62 A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de envio de carta com aviso de recebimento e por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

Parágrafo 1º A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo 2º A Assembléia Geral será considerada validamente instalada em primeira convocação com a presença de Quotistas Seniores que representem, no mínimo, 51% (cinquenta por cento) das Quotas Seniores em Circulação e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Quotistas Seniores. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º abaixo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, do Gestor, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Artigo 63 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Artigo 64 Ressalvado o disposto nos Parágrafos deste Artigo, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes à Assembléia Geral; exceto com relação às matérias indicadas nos incisos (b), (c) e (d) do Artigo 60 acima, as quais deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Quotas e, em segunda convocação, pelos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo 1º Ressalvado o disposto no Parágrafo 2º abaixo, a alteração das Datas de Resgate, Datas de Amortização Programada e Meta de Rentabilidade Prioritária de qualquer série de Quotas Seniores dependerá da aprovação dos titulares de 100% das Quotas da referida série.

Parágrafo 2º Na hipótese prevista no Artigo 55, alínea (w) deste Regulamento, a substituição de qualquer dos índices ou parâmetros estabelecidos nos termos deste Regulamento e seus Suplementos para o cálculo do valor das Quotas Seniores dependerá da aprovação dos titulares de 66% das Quotas Seniores presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo 3º Sem prejuízo do disposto no *caput* e nos Parágrafos anteriores, a aprovação das seguintes matérias dependerá, ainda, do voto favorável dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas: (i) substituição do Custodiante, do Depositário Qualificado, do Gestor, do Auditor Independente, do Agente de Cobrança e da Agência

de Classificação de Risco; (ii) alteração da Política de Investimento e da política de concessão de crédito, estabelecidas nos Capítulos IV e VI deste Regulamento, respectivamente; (iii) alteração dos Critérios de Elegibilidade; (iv) alteração da Razão de Garantia e do Excesso de Cobertura; e (v) alteração dos prazos e composição da Reserva de Liquidez, conforme estabelecidos no Parágrafo 6º do Artigo 47 deste Regulamento.

Parágrafo 4º Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas de titularidade do Cedente e de quaisquer de suas partes relacionadas, assim como de agentes ou representantes de quaisquer dessas pessoas, salvo quando a votação ocorrer conforme o disposto no *caput* do artigo 64 acima e §3º supra.

Parágrafo 5º A critério da Administradora e do Gestor, agindo estes sempre de boa-fé e em estrita conformidade com os interesses do Fundo, as Quotas de titularidade do Cedente estarão impedidas de votar em Assembléia Geral, caso ocorra uma situação de conflito de interesse, real ou aparente, que possa comprometer as atividades do Fundo.

Artigo 65 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Artigo 66 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação, instalação e deliberação previstos neste Regulamento.

Artigo 67 A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas.

Parágrafo Único Somente pode exercer as funções de representante dos Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (a) ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;

- (b) não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- (c) não exercer cargo no Cedente dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo.

Artigo 68 As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.

CAPÍTULO XXIII – PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 69 A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da Administradora e nas instituições autorizadas a distribuir Quotas do Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Artigo 70 A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Seniores. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no Artigo 34, inciso IV da Instrução nº 356 CVM.

Artigo 71 A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos: (i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de

demonstrações financeiras mensais; e (ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 72 As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Parágrafo Único Deverá constar necessariamente de cada relatório de auditoria e das respectivas notas explicativas descrição pormenorizada:

- a) apresentando o comportamento e perfil de adimplência da carteira de Direitos de Créditos;
- b) referente ao cumprimento pela Administradora, no respectivo exercício social, dos termos e condições deste Regulamento e do Contrato de Cessão;
- c) referente ao cumprimento, pelo Cedente, dos procedimentos definidos nas Políticas de Concessão de Crédito, nas Políticas de Cobrança e das declarações prestadas pelo Cedente no Contrato de Cessão; e
- d) análise dos demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 19, Parágrafo 7º, deste Regulamento.

Artigo 73 À Administradora cabe divulgar, trimestralmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas Seniores; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) os relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e na legislação vigente.

Parágrafo Único A divulgação das informações previstas neste Regulamento deve ser feita por meio de (i) anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou, sempre que possível, por meio de (ii) correio eletrônico e carta com aviso de recebimento enviados ao Quotista. Qualquer mudança, com relação ao Periódico, deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

CAPÍTULO XXIV – CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS SENIORES

Artigo 74 Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a maioria dos titulares das Quotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral, poderão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de série de Quotas Seniores específica, a ser realizada por todos os titulares das Quotas Seniores para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

Artigo 75 Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo, inclusive para salvaguarda de direitos e prerrogativas do Fundo e/ou com a cobrança judicial e/ou extrajudicial de Direitos de Crédito inadimplidos, serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando a Administradora, o Cedente, o Gestor, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.

Artigo 76 A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada pelos titulares da maioria das Quotas Seniores reunidos na Assembléia Geral prevista no artigo 74 acima. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os Quotistas deverão definir na referida Assembléia Geral o cronograma de integralização da respectiva série de Quotas Seniores, as quais deverão ser integralizadas pelos titulares das Quotas Seniores em Circulação, na proporção de seus créditos, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

Artigo 77 O Fundo reembolsará os valores adiantados pelos Quotistas, se possível, quando do resgate das referidas Quotas, observado o disposto no Capítulo XVII.

Artigo 78 Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da

assunção pelos titulares das Quotas Seniores do compromisso de prover, na proporção de seus respectivos créditos, os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

Artigo 79 A Administradora, o Custodiante, o Gestor, o Distribuidor, o Cedente, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Quotas Seniores em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto, na forma prevista no Artigo 78 acima.

Artigo 80 Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XXV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 81 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a serem cumpridas pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 82 O presente Regulamento, respectivos Suplementos e suas alterações serão levados a registro no Cartório de Registro e Títulos e Documentos localizados na sede da Administradora, em 10 (dez) Dias Úteis contados da deliberação da Assembléia Geral ou da Administradora, e em 30 (trinta) dias quando a alteração advir de exigência legal ou regulamentar.

Artigo 83 O Fundo terá escrituração contábil própria. O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de maio de cada ano.

Artigo 84 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelo Auditor Independente, e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM.

Artigo 85 Por ocasião da auditoria de que trata o Artigo 84 acima, os demonstrativos trimestrais do Fundo serão examinados para, após isso, serem submetidos à apreciação da CVM, nos termos da Instrução CVM 356.

Artigo 86 Fica eleito o foro da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

ANEXO I – DEFINIÇÕES

<u>Administradora:</u>	é a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.066.670/0001-00;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Austin Rating Serviços Financeiros, agência classificadora de risco com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães, nº 110, conjunto 73, CEP 04542-000, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 05.803.488/0001-09, ou sua sucessora a qualquer título;
<u>Agente de Cobrança:</u>	é o Banco BVA S.A., instituição financeira com sede na Av. Almirante Barroso, nº 52, 19º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ nº 32.254.138/0001-03, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Agente Escriturador:</u>	é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo – 4º andar, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Amortização Programada:</u>	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva série;
<u>Aposentados e Pensionistas:</u>	são os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão da Previdência Social do INSS e os aposentados e pensionistas Cíveis e Militares dos Institutos de Previdência Estaduais e Municipais;
<u>Assembléia Geral:</u>	é a Assembléia Geral de Quotistas, ordinária e

	extraordinária, realizada nos termos do <u>Capítulo XXII</u> ;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido;
<u>Auditor Independente:</u>	é a KPMG Auditores Independentes, sociedade de auditoria independente com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Renato Paes de Barros, n° 33, CEP 04530-904, devidamente inscrita no CNPJ sob o n° 057.755.217/0001-29, ou sua sucessora a qualquer título;
<u>ANBID:</u>	Associação Nacional dos Bancos de Investimento;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>Cedente:</u>	o Banco BVA S.A., instituição financeira com sede na Av. Almirante Barroso, n° 52, 19° andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, devidamente inscrito no CNPJ n° 32.254.138/0001-03, o qual, de tempos em tempos, cede os Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;
<u>Cédulas de Crédito Bancário:</u>	são as cédulas de crédito bancário emitidas pelos Mutuários em favor do Cedente, por meio das quais são formalizados os termos e as condições do empréstimo, e o Consignante é autorizado a promover os descontos nos proventos pagos aos Mutuários;
<u>Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas:</u>	são as Cédula de Crédito Bancário cujos Direitos de Crédito tenham sido integralmente provisionados pelo Fundo, nos termos da Resolução nº. 2.682, de 22 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores;

<u>CETIP:</u>	é a Câmara de Custódia e Liquidação e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
<u>CMN:</u>	Conselho Monetário Nacional;
<u>Consignante:</u>	é o órgão ou entidade da administração federal, estadual e municipal direta, autárquica ou fundacional que procede a descontos relativos às consignações compulsória e facultativa na ficha financeira do servidor, aposentado ou pensionista, em favor de consignatário, conforme listados nos <u>Anexos IV e V</u> deste Regulamento;
<u>Consignantes Verificáveis:</u>	são todos os Consignantes listados no Anexo VII do Contrato de Cessão, cuja averbação do Consignante é eletrônica;
<u>Consignantes Restritos:</u>	São os Consignantes que, em 6 (seis) Datas de Verificação consecutivas, apresentem DCV de Reclassificação, DCV30 de Reclassificação, DCV120 de Reclassificação ou DCV180 de Reclassificação superior a 15% (quinze por cento), a 10% (dez por cento), a 7% (sete por cento) e a 5% (cinco por cento), respectivamente;
<u>Conta do Fundo:</u>	a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo junto ao Banco Bradesco S.A., que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
<u>Contas Vinculadas:</u>	são as contas de recebimento mantidas no Depositário Qualificado, as quais só podem ser movimentadas por este último, exclusivamente na forma estabelecida no Convênio de Cobrança;
<u>Contrato de Cessão:</u>	é o “ <i>Instrumento Particular de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças</i> ” celebrado entre o Fundo, a Administradora e o Cedente, e

	seus Termos de Cessão;
<u>Contrato de Cobrança:</u>	é o “ <i>Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança</i> ”, a ser celebrado entre o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, e o Cedente;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o “ <i>Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros e Controladoria para Fundos de Investimento em Direitos de Crédito</i> ”, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Escrituração:</u>	é o “ <i>Contrato de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos</i> ”, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Gestão:</u>	é o “ <i>Contrato de Prestação de Serviço de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</i> ” firmado pelo Fundo com o Gestor, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas:</u>	é o “ <i>Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas</i> ”, celebrado entre a Administradora e o Cedente;
<u>Convênio de Cobrança:</u>	é o “ <i>Convênio de Cobrança e Outras Avenças</i> ”, por meio do qual o Cedente contratou o Banco Bradesco S.A. para atuar como prestador de serviço de depositário qualificado, com a obrigação de reter e transferir ao Cedente e ao Fundo os valores creditados nas Contas Vinculadas, por conta e ordem do Cedente;
<u>Convênios:</u>	São acordos firmados pelo Cedente com entidades da administração federal, estadual, do Distrito Federal e municipal direta, autárquica ou fundacional, conforme listados no <u>Anexo VII</u> do Contrato de Cessão, para que a

	totalidade das parcelas dos empréstimos devidos por cada Mutuário seja consignada diretamente nos proventos dos Mutuários, junto ao respectivo Consignante, em benefício do Cedente ou do Fundo, conforme o caso;
<u>Crítérios de Elegibilidade:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 13 deste Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	é o Banco Bradesco S.A., ou seu sucessor a qualquer título;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Datas de Amortização:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembléia Geral, conforme o caso;
<u>Data de Emissão:</u>	é a data de emissão de Quotas Seniores de cada série;
<u>Data da 1ª Subscrição de Quotas:</u>	é a data da 1ª subscrição de Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
<u>Data de Resgate:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, conforme indicada no Suplemento da respectiva série;
<u>Data de Verificação:</u>	é o último dia útil de cada mês calendário;
<u>DATAPREV:</u>	é a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social;
<u>DCV:</u>	é a fração apurada pelo Custodiante, em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Cédula de Crédito Bancário integrantes da Base de Dados do Fundo,

que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo inferior a 30 dias, excluindo-se do DCV os Direitos Creditórios referentes às Cédula de Crédito Bancário integrantes do DCV30, DCV120 e DCV180, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativas às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo. Quando do cálculo deste índice não deverão ser considerados os Direitos de Crédito vinculados aos Consignantes do Estado do Rio de Janeiro;

DCV30:

é a fração apurada pelo Custodiante, em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da carteira do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias e, se for o caso, Direitos de Crédito a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito integrantes da base de dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito relativos às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo. Quando do cálculo deste índice não deverão ser considerados os Direitos de Crédito vinculados aos Consignantes do Estado do Rio de Janeiro;

DCV120:

é a fração apurada pelo Custodiante, em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor

nominal dos Direitos de Crédito referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da carteira do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias e inferior a 180 (cento e oitenta) dias e, se for o caso, Direitos de Crédito a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito integrantes da base de dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito relativos às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo;

DCV180:

é a fração apurada pelo Custodiante, em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes às Cédulas de Crédito Bancário adquiridas pelo Fundo desde a primeira aquisição, que contenham, na respectiva Data de Verificação, ou tenham contido a qualquer tempo Direito de Crédito com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias e, se for o caso, Direitos de Crédito a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal de todos os Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira aquisição, incluindo aqueles que tenham sido cedidos pelo Fundo para qualquer terceiro;

DCV de Reclassificação:

é a fração apurada pelo Custodiante, em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes às Cédulas de Crédito Bancário Consignadas integrantes da carteira do Fundo, relativos a cada Consignante ou Consignante Restrito, que contenham, na respectiva Data de Verificação,

qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo inferior a 30 (trinta) dias, excluindo-se do DCV de Reclassificação os Direitos de Crédito referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes do respectivo DCV30 de Reclassificação, DCV120 de Reclassificação e DCV180 de Reclassificação, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, relativos a cada Consignante ou Consignante Restrito, respectivamente, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito relativos às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo. Quando do cálculo deste índice não deverão ser considerados os Direitos de Crédito vinculados aos Consignantes do Estado do Rio de Janeiro;

DCV30 de Reclassificação:

é a fração apurada pelo Custodiante, em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da carteira do Fundo, relativos a cada Consignante ou Consignante Restrito, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias e, se for o caso, Direitos de Crédito a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, relativos a cada Consignante ou Consignante Restrito, respectivamente, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito relativos às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo. Quando do cálculo deste índice não deverão ser considerados os Direitos de Crédito vinculados aos Consignantes do Estado

do Rio de Janeiro;

DCV120 de Reclassificação:

é a fração apurada pelo Custodiante, em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da carteira do Fundo, relativos a cada Consignante ou Consignante Restrito, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias e inferior a 180 (cento e oitenta) dias e, se for o caso, Direitos de Crédito a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, relativos a cada Consignante ou Consignante Restrito, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito relativos às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo;

DCV180 de Reclassificação:

é a fração apurada pelo Custodiante, em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da carteira do Fundo, relativos a cada Consignante ou Consignante Restrito, que contenham, na respectiva Data de Verificação, ou tenham contido a qualquer tempo qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias e, se for o caso, Direitos de Crédito a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal de todos os Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira aquisição, incluindo aqueles que tenham sido cedidos pelo Fundo para qualquer terceiro, relativos a cada Consignante ou Consignante Restrito

	respectivamente;
<u>Decreto Autorizativo:</u>	é o decreto que institui a possibilidade de celebração de Convênios entre os Consignantes e o Cedente;
<u>Depositário Qualificado:</u>	é o Banco Bradesco S.A., ou seu sucessor a qualquer título, que foi contratado pelo Cedente, como Depositário Qualificado, conforme se verifica no “ <i>Convênio de Cobrança e Outra Avenças</i> ” firmado entre o Banco Bradesco S.A. e o Cedente;
<u>Dias Úteis:</u>	Significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na sede social da Administradora; e (ii) feriados de âmbito nacional;
<u>Direitos de Crédito:</u>	são todos os direitos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, oriundos de Cédulas de Crédito Bancário celebrados pelo Cedente com Mutuários, observado o disposto neste Regulamento, sendo que cada parcela devida pelo Mutuário no âmbito da respectiva Cédula de Crédito Bancário será considerada, individualmente, um Direito de Crédito;
<u>Direitos de Crédito Elegíveis:</u>	Significa os Direitos de Crédito que satisfaçam cumulativamente, na Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade definidos no artigo 13 deste Regulamento;
<u>Diretor Designado:</u>	é o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a relativas ao Fundo;
<u>Distribuidor:</u>	é o Banco BVA S.A, ou seu sucessor a qualquer título;

<u>Documentos Comprobatórios:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 27 deste Regulamento;
<u>Documentos da Consignação:</u>	é a lei, decreto, portaria, convênio ou outro instrumento que autoriza a consignação em folha de pagamento;
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contrato de Cessão e seus Termos de Cessão, Regulamento e seus Suplementos, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Gestão, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Cobrança e Depósito, Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas, Convênio de Cobrança e Outras Avenças;
<u>Encargos do Fundo:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 59 deste Regulamento;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 55 deste Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	têm o significado que lhe é atribuído no Artigo 57 deste Regulamento;
<u>Excesso de Cobertura:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 54 deste Regulamento;
<u>Forças Armadas:</u>	são os entes públicos que representam os ramos especializados das forças armadas, que englobam a Marinha, o Exército e a Aeronáutica (ou Força Aérea), ou seja, é o conjunto das forças militares da União;
<u>Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º deste Regulamento;
<u>Gestor:</u>	BER Capital S.A., sociedade por ações, com sede na

	Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.728, conjunto 51, Sala 01, Bela Vista, CEP 01310-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.528.420/0001-04, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>IGPM:</u>	é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
<u>Índice de Liquidação Antecipada das Cédulas de Crédito Bancário:</u>	é o valor apurado pelo Custodiante em cada Data de Verificação. O Índice de Liquidação Antecipada das Cédulas de Crédito Bancário será equivalente ao somatório dos recursos pagos pelos Mutuários a título de Pré-Pagamento dos Direitos de Crédito, em determinado mês, dividido pelo saldo da carteira de Direitos de Crédito calculado em relação ao mês calendário imediatamente anterior à data de apuração do Índice de Liquidação Antecipada das Cédulas de Crédito Bancário;
<u>Índice de Liquidez:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 53, Parágrafo 2º deste Regulamento;
<u>Instituições Autorizadas:</u>	Instituições financeiras de primeira linha, com classificação de risco (<i>rating</i>) igual ou superior a BrAA-, emitida pela Standard & Poor's, ou classificação de risco (<i>rating</i>) equivalente, emitida pela Moody's ou pela Fitch;
<u>INSS:</u>	Instituto Nacional da Seguridade Social;
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução CVM 446, datada de 19 de dezembro de 2006;
<u>Investidores Qualificados:</u>	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;

<u>Lista de Consignantes:</u>	é a lista de consignantes constante do <u>Anexo VII</u> do Contrato de Cessão;
<u>Meta de Rentabilidade Prioritária:</u>	é a meta de remuneração de cada série de Quotas Seniores estabelecida no respectivo Suplemento, de acordo com este Regulamento;
<u>Mutuário:</u>	são servidores públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, autarquias e fundações públicas, listadas no <u>Anexo VII</u> do Contrato de Cessão, e Aposentados e Pensionistas que venham a contrair empréstimo junto aos Cedente;
<u>Novos Consignantes:</u>	Tem significado que lhe é atribuído no Parágrafo 2º do Artigo 8º deste Regulamento;
<u>Obrigações do Fundo:</u>	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	Significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas no <u>Capítulo XXI</u> deste Regulamento;
<u>Periódico:</u>	é o jornal “Valor Econômico”, edição nacional;
<u>Política de Cobrança:</u>	é a política de cobrança adotada pelo Agente de Cobrança em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito;
<u>Política de Concessão de Crédito:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Capítulo VI deste Regulamento;

<u>Política de Investimento:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Capítulo IV deste Regulamento;
<u>Preço de Aquisição:</u>	é o preço de aquisição de cada Direito de Crédito Elegível pago pelo Fundo ao Cedente, em moeda corrente nacional, conforme indicado em cada Termo de Cessão;
<u>Pré-Pagamento:</u>	é o pagamento de parcelas liquidadas integralmente com mais de 30 (trinta) dias de antecedência em relação ao respectivo vencimento, sem que tenha sido celebrado novo contrato com o mesmo Mutuário até 30 (trinta) dias antes ou depois do respectivo pagamento antecipado;
<u>Quotas:</u>	são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas;
<u>Quotista Dissidente</u>	é o Quotista que delibera a favor da Liquidação Antecipada do Fundo em Assembléia Geral, na hipótese da ocorrência de Evento de Liquidação, quando a decisão assemblear é contra a liquidação do Fundo,
<u>Quotas Seniores:</u>	são as quotas de classe Seniores, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Quotas Seniores em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Seniores emitidas, excetuadas as Quotas Seniores resgatadas;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotistas:</u>	são os titulares das Quotas;
<u>Razão de Garantia:</u>	é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores, observado o disposto no Artigo 52 deste Regulamento;

<u>Regulamento:</u>	é o regulamento do Fundo;
<u>Relatório de Avaliação:</u>	é o relatório sumarizado dos resultados dos procedimentos descritos no Parágrafo Único, do Artigo 29, deste Regulamento, elaborado e encaminhado pelo Auditor Independente à Administradora e ao Custodiante;
<u>Reserva de Liquidez:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 5º do Artigo 47 deste Regulamento;
<u>Resolução CMN 2.907:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<u>Seguro de Vida:</u>	são os direitos e prerrogativas emergentes dos Seguros de Vida, quando contratados para garantia do pagamento das Cédulas de Crédito Bancário, em caso de morte dos Mutuários, especificamente nos casos em que o Mutuário for Aposentado ou Pensionista, conforme exigido pela regulamentação vigente;
<u>Suplemento:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 34, § 1º deste Regulamento;
<u>Taxa de Administração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 20 deste Regulamento;
<u>Taxa DI:</u>	<p>Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis;</p> <p>No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a</p>

	<p>data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores;</p> <p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembleia Geral para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso;</p>
<u>Termo de Adesão ao Regulamento:</u>	é o documento por meio do qual o Quotista adere a este Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do <u>Anexo II</u> do presente Regulamento;
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	é o valor unitário de emissão das Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, na Data da 1ª Subscrição de Quotas;
<u>Valor Unitário de Referência:</u>	Significa (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Quotas Seniores da série em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.

ANEXO II – TERMO DE ADESÃO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS PORTFOLIO I

Pelo presente termo de adesão e para todos os fins de direito, o investidor abaixo assinado, em atendimento ao disposto no artigo 23, Parágrafo Único da Instrução 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução 393, de 22 de julho de 2003 (“Instrução CVM 356/01”), ambas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) adere, expressamente, aos termos do regulamento (o “Regulamento”) do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Consignados Portfolio I, cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.

Exceto se definido de outra forma no presente termo de adesão, os termos e expressões aqui utilizados têm os mesmos significados definidos no Anexo I ao Regulamento.

O investidor também declara:

- (a) ser investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409 de 18 de agosto de 2004 e suas posteriores alterações;
- (b) ter recebido cópia do Regulamento do Fundo, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições;
- (c) ter ciência de que não foi ou será elaborado qualquer material publicitário referente ao Fundo, sendo o Prospecto e o Regulamento suficientes ao meu completo entendimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;
- (d) ter ciência da Política de Investimento e dos objetivos do Fundo, da Taxa de Administração e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nos Capítulos IV e VII (“Política de Investimento e Composição da Carteira” e “Fatores de Riscos”, respectivamente) do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;

- (e) que a Política de Investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;
- (f) ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;
- (g) ter ciência de que as operações do Fundo não contam com a garantia da Administradora, do Gestor, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito - FGC;
- (h) ter ciência de que, no exercício de suas atividades, a Administradora e o Gestor têm poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da carteira de ativos do Fundo, observando o disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mercado;
- (i) autorizar a Administradora a determinar os horários limite para aplicações e resgates, e ter ciência de que a Administradora poderá, a seu exclusivo critério, determinar o fechamento temporário das aplicações em função de condições do mercado financeiro e alterar os valores de movimentação do Fundo;
- (j) que tomou ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de Assembléia Geral, nos termos do artigo 26, Parágrafo Único, da Instrução CVM 356;
- (k) ter ciência de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal “Valor Econômico” edição nacional; e
- (l) que se responsabiliza pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexistência ou imprecisão dessas declarações.

[Local], [•] de [•] de [•]

Denominação social do investidor
(Nomes e cargos dos representantes legais)
CNPJ/MF:
E-mail:

[INSERIR NOME DO QUOTISTA]

Testemunhas:

1. _____

Nome:

RG:

C.P.F./MF:

2. _____

Nome:

RG:

C.P.F./MF:

ANEXO III – MODELO DE SUPLEMENTO

SUPLEMENTO AO REGULAMENTO

[•] DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS CONSIGNADOS PORTFOLIO I

Suplemento ao regulamento para emissão da [•] Série de Quotas Seniores da [•] Distribuição Pública de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Consignados Consignados Portfolio I (o “Fundo”), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: [•];
- b) O Valor Unitário de Emissão: [•];
- c) Data de Emissão: [•] de [•] de [•];
- d) Data de Resgate: [•];
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: [•];
- f) Amortizações Programadas: [•];

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Anexo I do Regulamento.

São Paulo, [•] de [•] de 2007.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS PORTFOLIO I,
REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**

Testemunhas:

1. _____

Nome:

RG:

C.P.F./MF:

2. _____

Nome:

RG:

C.P.F./MF:

ANEXO IV – DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA

I – INTRODUÇÃO

Este presente trabalho tem o objetivo de demonstrar como a área de Cobrança de Crédito Consignado do Banco BVA (Varejo) tem recuperado a inadimplência de seus clientes. Este manual é um guia para a cobrança e todas as regras definidas estão listadas neste manual.

Este guia serve de base para novos funcionários e é de grande valia para a área de Varejo do Banco BVA, pois permite que os gestores tenham conhecimento das técnicas utilizadas para a realização da cobrança, assim como obter um controle mais rigoroso com a inadimplência.

II – O CRÉDITO CONSIGNADO E SEUS CONCEITOS

O crédito consignado é uma modalidade de crédito para a pessoa física onde o pagamento das parcelas do contrato é realizada mediante desconto em folha de pagamento e repasse do financeiro pelo órgão empregador do cliente.

A principal fonte de venda de empréstimo ocorre por intermédio de operadoras de crédito, que captam os clientes, preenchem o contrato, anexam a documentação necessária e remetem-na ao Banco BVA. Imediatamente após a chegada do contrato, o mesmo passa por quatro etapas:

Conferência: Todos os campos do contrato são conferidos com a documentação anexa, é verificado se o contrato se enquadra na rotina de crédito do convênio e se os cálculos estão de acordo com as tabelas de fatores atuais.

Averbação: O contrato é averbado, ou seja, é informado ao órgão empregador (convênio) que aquele cliente realizou o contrato em questão. Nesta etapa é repassado ao convênio as informações necessárias para o mesmo descontar a parcela do contrato na folha de pagamento do cliente. Em certos convênios a averbação é feita via site na internet, porém, para alguns convênios, deve ser encaminhado um arquivo de averbação ou ofícios em papel.

Digitação: O contrato conferido e averbado tem suas informações cadastradas no sistema.

Liberação: Em horas específicas do dia, o setor de liberação une todos os contratos digitados até aquele momento e envia um arquivo de DOC/TED para a tesouraria. Após esta etapa, o empréstimo foi concluído; o cliente recebe o financeiro solicitado e será descontado no seu próximo contracheque.

Após a virada da folha de pagamento, os convênios remetem ao Banco BVA um arquivo contendo a listagem de todos os nossos clientes que tiveram parcelas descontadas na folha do mês corrente. Este arquivo chama-se arquivo de retorno ou arquivo de baixa. Na data do vencimento da parcela, este arquivo é importado para o sistema e as parcelas contidas no arquivo são liquidadas no sistema.

O setor de conciliação é o responsável por importar estes arquivos para o sistema e verificar se o mesmo contém clientes que não são do Banco BVA, clientes que pagaram adiantadamente, com atraso e com valor menor do que o contratado. A informação mais importante para a área de cobrança é a lista de clientes que deveriam pagar a parcela do mês corrente, mas que por algum motivo específico não tiveram seu desconto realizado na folha de pagamento.

Após a entrega, por parte da conciliação, do relatório de contratos em cobrança, o setor de cobrança deve analisar contrato a contrato e descobrir qual foi o motivo que causou aquela determinada inadimplência. Após esta etapa, é verificada neste manual qual a ação de cobrança deve ser realizada para aquele cliente.

Como o crédito consignado é um produto diferente dos demais empréstimos pessoais, e o pagamento das parcelas depende das regras de cada convênio, a análise dos motivos e a identificação da ação a ser tomada varia de convênio para convênio.

OBS: O setor de conciliação gera a lista de contratos inadimplentes que ainda possuem vencimentos. Para gerar a base de contratos inadimplentes sem vencimento, ou seja, que a data da última parcela cadastrada já passou, utilizamos consultas feitas no Banco de Dados.

III – MOTIVOS DE COBRANÇA

A inadimplência poderá ocorrer por diversos motivos, porém, no crédito consignado, podemos citar os motivos mais recorrentes, que representam mais de 99% da cobrança. Estes

motivos são padronizados e representam a mesma situação, independente do convênio. Nem todos os motivos são encontrados em todos os convênios, mas eles aparecerão no relatório de cobrança com valor nulo.

Segue abaixo a lista dos motivos encontrados para inadimplência no crédito consignado:

MARGEM NEGATIVA

Hoje o crédito consignado utiliza uma certa porcentagem do salário do servidor como valor máximo de parcela. Esta parte do salário também é chamada margem consignável. Se por qualquer motivo o servidor perder, após ter contratado um empréstimo, parte desta margem, poderá ocorrer, caso o valor de parcela a ser descontado do seu salário seja maior que sua margem atual, o não pagamento da parcela do seu empréstimo. Neste caso, o valor a ser descontado é maior que sua margem consignável.

Exemplo:

Valor da parcela a ser descontada: R\$ 100,00.

Porcentual máximo do salário disponível para a contratação do crédito consignado: R\$ 70,00.

A margem deste servidor então será o percentual do salário disponível menos o valor de parcela a ser descontado ($R\$ 70,00 - R\$ 100,00 = R\$ -30,00$), ficando assim com sua margem negativa em R\$ 30,00. Neste caso não recebemos o valor da parcela.

Uma forma de evitar que a inadimplência ocorra por este motivo, é não utilizar toda a margem consignável disponível do servidor para a contratação do empréstimo, deixando uma parte para possíveis perdas.

PERDA TEMPORÁRIA DE MARGEM

A perda de margem ocorre pelos mesmos motivos da margem negativa, com a peculiaridade de acontecer em um único mês, sendo o servidor, descontado normalmente no mês seguinte, o que não acontece no caso de margem negativa.

AFASTAMENTO

Servidores que após terem contratado o empréstimo consignado, foram afastados temporariamente do seu trabalho, tendo assim seus pagamentos retidos e por consequência o não pagamento do seu empréstimo através do seu órgão empregador.

EXONERAÇÃO / EXCLUSÃO / DEMISSÃO

Encaixam-se neste motivo, todos os servidores que perderam seu vínculo empregatício enquanto possuíam um empréstimo em aberto, acabando assim com a possibilidade do desconto diretamente em seu salário. Este servidor não terá mais vínculo com o órgão a nós conveniado, impossibilitando assim o desconto da parcela devida.

ÓBITO

Clientes que vieram a falecer durante o prazo contratado. Este motivo aparecerá somente no mês no qual recebemos a certidão de óbito ou outra confirmação do óbito. Estes contratos serão baixados como perda e não entrarão na lista de contratos em cobrança no mês subsequente.

PAGAMENTO PARCIAL

Pertencem a este motivo todos os servidores que não quitaram o saldo total de suas parcelas, deixando assim um resíduo a ser pago. Estes contratos não entram no relatório mensal da área de cobrança, porém é feito um trabalho paralelo com a finalidade de recuperar os resíduos.

IV – AÇÕES DE COBRANÇA

A escolha da ação de cobrança depende de muitos fatores, como as regras do convênio, o tempo de atraso, a quantidade de parcelas em atraso, a margem consignável disponível, dentre outros. Abaixo são apresentados os diversos instrumentos para a recuperação do valor em cobrança:

ENVIO DE CARTA DE NOTIFICAÇÃO

O envio de cartas de notificação é usado para avisar ao servidor que no presente momento ele se encontra inadimplente junto ao Banco BVA e que ele entre em contato com o Banco para sanar esta dívida.

AVERBAÇÃO INTEGRAL / PARCIAL

Esta medida é usada quando o servidor em questão possui margem suficiente para o pagamento de sua dívida no valor integral da parcela ou mesmo parcial, tendo assim seu prazo de contrato estendido. O valor parcial da averbação depende das regras de cada convênio e do tempo de atraso.

ALTERAÇÃO DO NÚMERO DE PARCELAS

Esta medida é adotada quando o servidor sofre perda de margem. O valor das parcelas em aberto é somado e o contrato é reaverbado utilizando este valor como base de saldo devedor. Esta ação pode ser tomada, também, quando o pagamento das parcelas de um contrato está sendo feito de forma parcial, obrigando o banco assim a cobrar o saldo devedor através de parcelas futuras.

RECUPERAÇÃO VIA SEGURO PRESTAMISTA

O seguro prestamista é usado quando beneficiários do INSS entram em óbito. Nesta medida é remetido à seguradora a certidão de óbito do beneficiário em questão, que em resposta transfere o financeiro referente ao saldo devedor do cliente e a área de conciliação quita o empréstimo em aberto.

NEGATIVAÇÃO NO SPC / SERASA

Serão encaminhados aos órgãos restritivos ao crédito, todos os servidores que não possuem mais vínculo com seus órgãos empregatícios e possuem saldo devedor em atraso com o Banco BVA. Antes da negativação do cliente, a área de cobrança envia os contratos para a área de atendimento para uma tentativa de negociação amigável da dívida.

BOLETO BANCÁRIO / OCT BRADESCO

Todos os servidores que possuem parcelas vencidas receberão como opção para pagamento, boletos bancários ou OCT do Bradesco para que regularizem suas pendências, evitando assim medidas de cobrança mais agressivas futuramente.

V - COBRANÇA ESCALONADA

Considerando o tempo em que o contrato está em cobrança, serão tomadas ações para recuperação destes contratos conforme tabela abaixo:

DIAS EM ATRASO	01 A 90	91 a 180	181 A 540	ACIMA 540
X				
AÇÃO TOMADA				
CARTA DE NOTIFICAÇÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
AVERBAÇÃO PARCIAL	NÃO	SIM	SIM	SIM
ALTERAÇÃO DO NÚMERO DE	SIM	SIM	NAO	NAO
PARCELAS	NAO	NAO	SIM	SIM
NEGATIVAÇÃO NO SPC / SERASA	SIM	SIM	NAO	NÃO
BOLETO BANCÁRIO / OCT	NÃO	NAO	SIM	SIM
BRADESCO				
COBRADORA TERCEIRIZADA				

VI – EXEMPLO DE COBRANÇA PARA O ESTADO DO RJ

Abrir a planilha de contratos em cobrança que se encontra na pasta da conciliação do mês em questão e salva-la em S:/Cobrança/ Cobrança por Carteira/ Estado RJ e criar uma pasta com o nome mês (mm) _ano (aaaa).

AFASTAMENTO / ÓBITO

Comparar a planilha de contratos em cobrança com o arquivo afasxxxx.txt (S:\Conciliação\ Convênios\ Estado RJ), do referido mês a fim de descobrir, se os contratos que estão em cobrança, estão por motivo de “AFASTAMENTO” ou “ÓBITO”. Em caso de

afastamento, devemos encaminhar o contrato para que a cobradora externa tome todas as medidas para recuperar este contrato, inclusive podendo negativá-la no caso de recusa de pagamento.

PERDA DE MARGEM

Acessar o site do PRODERJ ([HTTPS://marianinha.proderj.rj.gov.br/jsp](https://marianinha.proderj.rj.gov.br/jsp)) e consultar as margens de cada servidor, relacionar o arquivo de retorno do mês subsequente com a planilha de contratos em cobrança do mês atual fazendo um levantamento dos servidores que voltaram ao fluxo de pagamentos. Estes servidores enquadram-se no motivo de PERDA DE MARGEM. Caso tais contratos tenham retornado à folha automaticamente, estaremos estendendo o seu contrato com uma parcela a mais no final.

MARGEM NEGATIVA

Acessar o site do PRODERJ, todos os contratos que se encontrarem com margem na situação abaixo, serão enquadrados neste motivo;

EX: R\$ – 0,01

VII - IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO DE COBRANÇA A SER TOMADA

Todas as ações de cobrança a serem tomadas, dependem da análise minuciosa, pois cada motivo requer uma ação diferente. Ficará a critério do responsável pela cobrança do convênio qual ação será melhor cabível, desde que também autorizada pelo responsável do setor de cobrança.

VIII – CONTROLE RECEBIMENTOS INTERNOS

Todos os dias a área de cobrança deve imprimir o extrato da conta produto da cobrança interna (10005800) e da cobradora externa (20000200). Os valores creditados nestas contas devem ser identificados e transferidos, via boleto digital, para a conta produto do convênio. Após a transferência dos valores, o cobrador deve mandar um e-mail para o conciliador informando os dados do contrato e das parcelas a serem liquidadas.

IX – CONTROLE DE RECEBIMENTOS DA COBRADORA EXTERNA

No momento, estamos trabalhando em parceria com uma cobradora externa chamada Sigma Cobranças. A Sigma recebe uma carga de contratos e segue as regras contratuais para efetuar acordos e recebimentos de parcelas. Após o recebimento de algum valor, a Sigma envia um e-mail com as informações do recebimento e deposita os valores na conta produto 20000200.

Uma nota fiscal deverá ser enviada para o Banco BVA referente à comissão da cobradora. O cobrador deve encaminhar a nota para o responsável da Cobrança que irá conferir o valor, utilizando como base a tabela de comissão localizada no contrato entre o Banco BVA e a Sigma.

X – COBRANÇA DE VALORES NÃO REPASSADOS (VNR)

O cobrador responsável pela cobrança das VNR's deverá solicitar mensalmente, para a área gerencial, um relatório dos repasses financeiros. Este relatório deve conter as seguintes informações: convênio, órgão, data financeira, data movimento, valor devido, valor repassado e custo de processamento.

O cobrador deverá preparar um ofício para cada órgão solicitando os valores não repassados. O ofício deve ser encaminhado diretamente para o responsável dos repasses e deve ser protocolado o recebimento. Após a entrega dos ofícios, devemos verificar o recebimento dos repasses. Caso o repasse não ocorra, devemos entrar em contato com o responsável do convênio para cobrar os valores devidos.

XI – SEPARAÇÃO DA COBRANÇA POR ARQUIVOS

XI.1 – ARQUIVO 0

Os contratos em cobrança classificados como “Arquivo 0” são os contratos que entraram em cobrança pela primeira vez e que se trata da primeira parcela do contrato.

Os casos de arquivo 0 são prioritários para a área de cobrança, pois como se trata do primeiro desconto, recuperando este valor temos grande chance de seguir normalmente com os descontos pelo resto do contrato.

XI.2 – ARQUIVO 1

Os contratos em cobrança classificados como “Arquivo 1” são os contratos que entraram em cobrança pela primeira vez, mas que não se enquadra no caso de “Arquivo 0”.

XI.3 – ARQUIVO 2

Os contratos em cobrança classificados como “Arquivo 2” são os contratos que possuem pelo menos duas parcelas em cobrança.

XI.4 – ARQUIVO 3

Os contratos classificados como “Arquivo 3” são os contratos de clientes que estão sendo descontados normalmente, porém com algum atraso. A maioria dos casos de “Arquivo 3” ocorrem quando o cliente perde margem por algum tempo e volta a ser descontado posteriormente.

XI.5 – ARQUIVO 4

Os contratos descritos como “Arquivo 4” são contratos de servidores falecidos.

XI.6 – ARQUIVO 5

Os contratos classificados como “Arquivo 5” são os contratos que estão sendo pagos em dia. Um dos objetivos da cobrança é aumentar a porcentagem de contratos “Arquivo 5” sobre o total.

XI.7 – ARQUIVO 6

Os contratos “Arquivo 6” são contratos que estão pagando antecipadamente.

XI.8 – ARQUIVO 7

Os contratos “Arquivo 7” são contratos que se encontravam no “Arquivo 6”, mas que não tiveram descontos no mês corrente. Estes contratos teoricamente ficaram em dia, mas devemos ter a certeza que eles virão no mês subsequente. Devemos fazer um trabalho pontual para evitar a inadimplência.

XI.9 – ARQUIVO 8

Os contratos classificados como “Arquivo 8” são contratos que estão com o fluxo em dia, mas que tiveram pagamento parcial na parcela do mês corrente.

XII – FRAUDES

Após a confirmação do setor jurídico, todos os contratos fraudados passam a ser cobrados dos correspondentes bancários, pois é da responsabilidade dos correspondentes a verificação da idoneidade cadastral, arcando então com o ônus causado.

XIII – GERAÇÃO DE DADOS DE CONTRATOS EM COBRANÇA SEM VENCIMENTO

A partir do momento em que o contrato celebrado sai do fluxo de pagamento, nosso setor de informática, através de consultas, reporta estes dados para o setor de cobrança utilizar as melhores formas para recuperação desta inadimplência. O setor de cobrança também pode utilizar cobradoras terceirizadas para uma recuperação mais efetiva ou entrar em acordo diretamente com o servidor inadimplente.

ANEXO IV

SUPLEMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS PORTFOLIO I

Suplemento ao regulamento para emissão da 1ª Série de Quotas Seniores da 1ª Distribuição Pública de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Consignados Consignados Portfolio I (o “Fundo”), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: 100.000,00 (cem mil);
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Emissão: [•] de [•] de 2008;
- d) Data de Resgate: As Quotas serão resgatadas integralmente pelo Fundo dia no 48º mês a contar da Data da 1ª Subscrição de Quotas da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: 113% (cento e treze por cento);
- f) Amortizações Programadas: A amortização das Quotas será realizada em 36 (trinta) amortizações mensais, iniciando-se a partir do 12º (décimo segundo) mês, contando-se da Data da 1ª Subscrição de Quotas desta série. A amortização mensal de cada Quota Sênior será determinada através da divisão do valor da Quota Sênior na Data de Amortização pela soma do (i) número de meses remanescentes e (ii) 1 (um), conforme tabela abaixo:

Mês (a contar da 1ª Subscrição de Quotas desta série)	Amortização Programada
13º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 36
14º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 35
15º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 34
16º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 33
17º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 32
18º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 31
19º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 30
20º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 29
21º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 28
22º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 27
23º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 26
24º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 25
25º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 24
26º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 23
27º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 22
28º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 21
29º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 20
30º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 19

31°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 18
32°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 17
33°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 16
34°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 15
35°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 14
36°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 13
37°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 12
38°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 11
39°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 10
40°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 9
41°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 8
42°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 7
43°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 6
44°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 5
45°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 4
46°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 3
47°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 2
48°	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 1

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Anexo I do Regulamento.

São Paulo, [•] de janeiro de 2008.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS PORTFOLIO I, REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Testemunhas:

1. _____

Nome:

RG:

C.P.F./MF:

2. _____

Nome:

RG:

C.P.F./MF:

ANEXO V

BANCO BVA S. A. E SUAS CONTROLADAS - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2005

BANCO BVA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE
RECURSOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

	2005		2004
	<u>Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
ORIGENS DE RECURSOS	217.570	572.772	856.711
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	782	1.060	15.811
Lucro líquido do semestre/exercício	-	-	16.979
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	2.232
Resultado de participação em controladas	-	-	(2.644)
Créditos tributários	-	-	(1.180)
Depreciação e amortização	-	-	424
Variação no resultado de exercícios futuros	52	330	450
Recursos de terceiros originários de-			
Dividendos recebidos de controladas	730	730	2.385
Aumento dos subgrupos do passivo:	3.277	-	16.319
Relações interdependências	806	-	810
Instrumentos financeiros e derivativos	-	-	150
Outras obrigações	2.471	-	15.359
Diminuição dos subgrupos do ativo:	149.826	506.967	816.266
Aplicações interfinanceiras de liquidez	35.605	149.694	-
Títulos e valores mobiliários	10.626	103.607	639.739
Relações interdependências e interfinanceiras	4.159	14.501	-
Operações de crédito	95.717	231.416	170.340
Outros créditos	3.719	7.749	6.187
Alienação de bens e investimentos	63.685	63.685	5.480
Investimentos	63.685	63.685	5.480

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

	2005		2004
	Semestre	Exercício	Exercício
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
APLICAÇÕES DE RECURSOS	217.772	572.713	855.698
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	15.220	11.448	-
Lucro líquido do semestre/exercício	40.857	40.708	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33.643)	(38.846)	-
Resultado de participação em controladas	(1.002)	(13)	-
Créditos tributários	9.140	9.768	-
Depreciação e amortização	(132)	(169)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	8.000
Dividendos distribuídos	32.217	40.517	-
Inversões em	17.817	18.649	4.418
Imobilizado de uso	1	2	18
Investimentos	17.816	18.647	4.400
Aumento dos subgrupos do ativo	4.894	311	131.925
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	93.758
Relações interfinanceiras	849	-	12.328
Relações interdependências	-	-	810
Outros valores e bens	4.045	311	25.029
Redução dos subgrupos do passivo	147.624	501.788	711.355
Depósitos	51.343	170.893	9.277
Captações no mercado aberto	39.301	183.402	565.075
Relações interfinanceiras	227	780	-
Obrigações por empréstimos e repasses	56.544	139.724	137.003
Instrumentos financeiros e derivativos	209	149	-
Outras obrigações	-	6.840	-
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	(202)	59	1.013
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA:			
Disponibilidades:			
No início do semestre/exercício	543	1.342	329
No fim do semestre/exercício	341	341	1.342
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	(202)	(1.001)	1.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO BVA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

	2005	2004
<u>PASSIVO</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
CIRCULANTE	158.884	582.644
Depósitos	49.325	202.859
Depósitos à vista	2.955	10.399
Depósitos a prazo	45.718	178.968
Depósitos interfinanceiros	-	13.492
Outros depósitos	652	-
Captações no mercado aberto	8.001	191.403
Obrigações por operações compromissadas	8.001	191.403
Obrigações por empréstimos e repasses	90.943	158.961
Repasses no país - Instituições oficiais	90.943	158.961
Instrumentos financeiros e derivativos	-	73
Outras obrigações	10.615	29.348
Sociais e estatutárias	-	6.800
Fiscais e previdenciárias	2.425	17.119
Negociação e intermediação de valores	6.516	1.288
Diversas	1.674	4.141
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	128.074	205.286
Depósitos	3.957	21.316
Depósitos a prazo	3.957	21.316
Obrigações por empréstimos e repasses-	112.187	183.893
Repasses no país - Instituições oficiais	112.187	183.893
Instrumentos financeiros derivativos	-	77
Outras obrigações	11.930	-
Fiscais e previdenciárias	11.930	-
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	1.390	1.060
Receitas de exercícios futuros	1.390	1.060
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	59.866	141.092
Capital social	71.233	71.233
De domiciliados no país	71.233	71.233
Reserva de reavaliação de controlada	-	16.377
Reserva de lucros		3.513
Lucros (prejuízos) acumulados	(11.367)	49.969

TOTAL DO PASSIVO	<u>348.214</u>	<u>930.082</u>
------------------	----------------	----------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO BVA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

	2005		2004
	<u>Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20.954	73.408	208.409
Operações de crédito	17.184	59.323	119.740
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	3.545	13.969	88.593
Resultado de operações de câmbio	225	116	76
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(52.118)	(86.767)	(165.789)
Operações de captação no mercado	(8.105)	(24.705)	(115.772)
Operações de empréstimos e repasses	(10.370)	(23.216)	(47.785)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33.643)	(38.846)	(2.232)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(31.164)	(13.359)	42.620
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(11.833)	(27.921)	(20.310)
Rendas de prestação de serviços	77	305	591
Despesas de pessoal	(3.397)	(7.474)	(7.542)
Outras despesas administrativas	(7.365)	(17.134)	(18.162)

Despesas tributárias	(457)	(1.834)	(3.071)
Resultado de participações em controladas	(1.002)	(13)	2.644
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>311</u>	<u>(1.771)</u>	<u>5.230</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>(7.913)</u>	<u>(9.138)</u>	<u>-</u>
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E DAS PARTICIPAÇÕES	(50.910)	(50.418)	22.310
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>10.053</u>	<u>9.710</u>	<u>(4.475)</u>
Corrente	913	3.252	(5.655)
Diferido	9.140	6.458	1.180
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(856)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	<u>(40.857)</u>	<u>(40.708)</u>	<u>16.979</u>
NÚMERO DE AÇÕES DO CAPITAL NO FINAL DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	<u>71.233.222</u>	<u>71.233.222</u>	<u>71.233.222</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO - EM R\$	<u>(0,57)</u>	<u>(0,57)</u>	<u>0,24</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO BVA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004 E

PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

	Capital social de domiciliados no país	Reserva de reavaliação de controladas	Reserva de lucros legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
<u>Exercício:</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	71.233	16.377	2.664	41.839	132.113
Lucro líquido do exercício				16.979	16.979
Destinação do lucro líquido do exercício:					
Reserva legal			849	(849)	
Juros sobre capital próprio				(8.000)	(8.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	<u>71.233</u>	<u>16.377</u>	<u>3.513</u>	<u>49.969</u>	<u>141.092</u>
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>849</u>	<u>8.130</u>	<u>8.979</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	71.233	16.377	3.513	49.969	141.092
Realização de reserva		(16.377)		16.377	
Prejuízo líquido do exercício				(40.708)	(40.708)

Pagamento de dividendos	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u>(40.518)</u>	<u>(40.518)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	<u>71.233</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.367)</u>	<u>59.866</u>
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	<u>-</u>	<u>(16.377)</u>	<u>(3.513)</u>	<u>(64.849)</u>	<u>(84.739)</u>
<u>Semestre:</u>					
SALDOS EM 1º DE JULHO DE 2005	71.233	16.377	3.520	41.811	132.941
Realização de reserva		(16.377)		16.377	
Reversão de reserva legal do 1º Semestre			(7)	7	
Prejuízo líquido do semestre				(40.857)	(40.857)
Pagamento de dividendos	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u>(32.218)</u>	<u>(32.218)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	<u>71.233</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.367)</u>	<u>59.866</u>
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	<u>-</u>	<u>(16.377)</u>	<u>(3.520)</u>	<u>(56.691)</u>	<u>(76.588)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO BVA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE
RECURSOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

	2005		2004
	<u>Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
ORIGENS DE RECURSOS	217.570	572.772	856.711
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	782	1.060	15.811
Lucro líquido do semestre/exercício	-	-	16.979
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	2.232
Resultado de participação em controladas	-	-	(2.644)
Créditos tributários	-	-	(1.180)
Depreciação e amortização	-	-	424
Variação no resultado de exercícios futuros	52	330	450
Recursos de terceiros originários de-			
Dividendos recebidos de controladas	730	730	2.385
Aumento dos subgrupos do passivo:	3.277	-	16.319
Relações interdependências	806	-	810
Instrumentos financeiros e derivativos	-	-	150
Outras obrigações	2.471	-	15.359
Diminuição dos subgrupos do ativo:	149.826	506.967	816.266
Aplicações interfinanceiras de liquidez	35.605	149.694	-
Títulos e valores mobiliários	10.626	103.607	639.739
Relações interdependências e interfinanceiras	4.159	14.501	-
Operações de crédito	95.717	231.416	170.340
Outros créditos	3.719	7.749	6.187
Alienação de bens e investimentos	63.685	63.685	5.480
Investimentos	63.685	63.685	5.480

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

	2005		2004
	Semestre	Exercício	Exercício
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
APLICAÇÕES DE RECURSOS	217.772	572.713	855.698
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	15.220	11.448	-
Lucro líquido do semestre/exercício	40.857	40.708	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33.643)	(38.846)	-
Resultado de participação em controladas	(1.002)	(13)	-
Créditos tributários	9.140	9.768	-
Depreciação e amortização	(132)	(169)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	8.000
Dividendos distribuídos	32.217	40.517	-
Inversões em	17.817	18.649	4.418
Imobilizado de uso	1	2	18
Investimentos	17.816	18.647	4.400
Aumento dos subgrupos do ativo	4.894	311	131.925
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	93.758
Relações interfinanceiras	849	-	12.328
Relações interdependências	-	-	810
Outros valores e bens	4.045	311	25.029
Redução dos subgrupos do passivo	147.624	501.788	711.355
Depósitos	51.343	170.893	9.277
Captações no mercado aberto	39.301	183.402	565.075
Relações interfinanceiras	227	780	-
Obrigações por empréstimos e repasses	56.544	139.724	137.003
Instrumentos financeiros e derivativos	209	149	-
Outras obrigações	-	6.840	-
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	(202)	59	1.013
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA:			
Disponibilidades:			
No início do semestre/exercício	543	1.342	329
No fim do semestre/exercício	341	341	1.342
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	(202)	(1.001)	1.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco BVA S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em 31 de
Dezembro de 2005 e de 2004 e para o Semestre
Findo em 31 de Dezembro de 2005
e Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco BVA S.A.
Rio de Janeiro – RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Banco BVA S.A. em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2005, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras das controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004, foram examinadas por outros auditores independentes, e a nossa opinião, no que se refere aos valores desses investimentos e dos respectivos resultados de equivalência patrimonial, está baseada nos pareceres desses outros auditores.
2. Exceto quanto ao mencionado no parágrafo 3, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Não auditamos nem foram auditadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras da empresa BIG PAR S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, onde o Banco possui participação societária registradas pelo montante de R\$24.958mil. Como consequência, não nos foi possível formar uma opinião quanto à adequação do valor deste ativo em 31 de dezembro de 2005.
4. O Banco registrou no segundo semestre de 2005 provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$39.000mil, e perdas na realização de ativos no montante de R\$12.666mil, cuja competência era do primeiro semestre de 2005. Consequentemente, o prejuízo do segundo semestre de 2005 está superavaliado em R\$51.666mil.
5. Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres de outros auditores independentes, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam resultar do assunto mencionado no parágrafo 3, e exceto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 4, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BVA S.A. em 31 de dezembro de 2005 e 2004, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus

recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2005, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

6. Em 31 de dezembro de 2005, o Banco tinha aproximadamente R\$8.600mil de operação de crédito em atraso com garantia do Fundo Garantidor de Promoção da Competitividade – FGPC pendentes de aprovação pelo BNDES (vide nota explicativa 5f).
7. O Banco possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no montante de R\$20.947mil, cuja realização depende da obtenção de lucros fiscais futuros.
8. De acordo com a legislação vigente e segundo divulgado em nota explicativa nº 15, o Banco mantém nível de patrimônio líquido compatível com o grau de risco de sua estrutura de ativos. No entanto, os assuntos mencionados nos parágrafos 3, 6 e 7 podem requerer aporte de capital de forma a manutenção de patrimônio líquido adequado.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2006

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-SP 011609/O-S-RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC-RJ 036206/O

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco BVA S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, desenvolve suas operações de modo integrado através das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil e de câmbio, de acordo com as disposições regulamentares em vigor, tendo iniciado suas operações como banco comercial em 14 de fevereiro de 2000.

O Banco objetivando a retomada do fluxo normal de suas operações vem tomando as seguintes medidas:

- a) Redução de suas despesas administrativas;
- b) Incremento das operações de crédito, notadamente no mercado de créditos consignados;
- c) Retomada das operações de repasses com o BNDES;
- d) Venda de ativos para ingresso de caixa a ser utilizado no incremento das operações de crédito e liquidação de dívidas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif, instituído pelo Banco Central do Brasil.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis mais relevantes adotadas pelo Banco são as seguintes:

- a) Os saldos realizáveis e exigíveis, com vencimento em até 12 meses, são classificados nos ativo e passivo circulantes, respectivamente.
- b) O regime de apuração do resultado é o de competência.
- c) Os títulos e valores mobiliários foram classificados como títulos para negociação. Desta forma e de acordo com a Circular 3.068 do Banco Central do Brasil, estes títulos estão contabilizados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, tendo esse ajuste como contrapartida o resultado do período.
- d) Os ativos e passivos circulantes e a longo prazo são demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos em base *pro rata temporis*.

- e) Quando aplicável, são reconhecidas as perdas potenciais decorrentes de oscilações de preços e de taxas em seus ativos e passivos, através da constituição de provisão para ajuste a valor de mercado ou provável de realização.
- f) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estimada com base em análise das operações de crédito em aberto e dos riscos específicos apresentados em cada carteira do Banco.
- g) As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.
- h) O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição, deduzida da depreciação acumulada, ambos corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações foram calculadas pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em conta o tempo de vida útil estimado dos bens. As taxas utilizadas são de 10% a.a. para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistemas de comunicação e de 20% a.a. para sistemas de processamento de dados e de transporte.
- i) Em atendimento à Circular 3.082 do Banco Central do Brasil, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser avaliados a valor de mercado, sendo os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro de ações, outros ativos financeiros e mercadorias registrados como receita ou despesa efetiva. Os prêmios pagos ou recebidos na realização de operações no mercado de opções de ações, outros ativos financeiros e mercadorias são registrados nas respectivas contas patrimoniais ao valor de custo, ajustados a preços de mercado. O valor nominal dos contratos de operações de compra e venda de ações, outros ativos financeiros e mercadorias realizados nos mercados futuro e de opções é registrado em contas de compensação.
- j) As receitas e despesas decorrentes das operações de *swap* são reconhecidas em contrapartida das respectivas contas patrimoniais, sem a compensação entre valores a pagar e a receber. O valor nominal dos contratos é registrado em contas de compensação.
- k) A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro, ajustado pelas inclusões e exclusões de caráter permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 mil. A contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são constituídos sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável.
- l) O lucro por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

	<u>2005</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>2004</u> <u>R\$ Mil</u>
Carteira própria		
Títulos de renda variável		
Ações de companhias abertas	1	2
Títulos de renda fixa		
Debêntures	2.670	4.450
Cotas de Fundos de Investimento	-	29.513
Notas promissórias	-	7.774
Títulos públicos	<u>3.398</u>	<u>31.029</u>
Total carteira própria	<u>6.069</u>	<u>72.768</u>
Vinculados a compromissos de recompra		
Títulos públicos	<u>7.999</u>	<u>41.394</u>
Vinculados a prestação de garantias		
Títulos públicos	<u>576</u>	<u>1.639</u>
Certificados de privatização	<u>-</u>	<u>4</u>
Instrumentos financeiros e derivativos		
Operações de swap – Diferencial a receber	<u>-</u>	<u>2.447</u>
Total geral	14.644	118.252
Total do curto prazo	<u>(14.644)</u>	<u>(118.042)</u>
Total do longo prazo	<u>-</u>	<u>210</u>

A classificação dos títulos e valores mobiliários conforme circular 3.068 foi a seguinte:

2005				
<u>Descrição</u>	<u>Data</u> <u>vencimento</u>	<u>Valor</u> <u>atualizado</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Ajuste a</u> <u>Valor de</u> <u>mercado</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Valor de</u> <u>mercado</u> <u>R\$ Mil</u>
<u>Títulos para negociação</u>				
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	17/05/06	8.498	(10)	8.488
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	19/04/06	3.889	(404)	3.485
Ações	Sem vencimento	1		1
Debêntures	20/03/06	<u>2.670</u>	<u>-</u>	<u>2.670</u>
Total		<u>15.058</u>	<u>(414)</u>	<u>14.644</u>
Impostos			<u>141</u>	
Efeito líquido			<u>(273)</u>	
2004				
<u>Descrição</u>	<u>Data</u> <u>vencimento</u>	<u>Valor</u> <u>atualizado</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Ajuste a</u> <u>valor de</u> <u>mercado</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Valor de</u> <u>mercado</u> <u>R\$ Mil</u>
<u>Títulos para negociação</u>				
Letras do Tesouro Nacional	1/4/05	67.345	(104)	67.241
Notas do Tesouro Nacional	1/12/05	2.232	4	2.236
Notas do Tesouro Nacional	1/4/08	4.640	(55)	4.585
Ações	sem vencimento	1	1	2
Debêntures	20/3/06	4.450	-	4.450
Cotas de Fundos de Investimento	-	29.513	-	29.513
Notas promissórias	Diversos	7.774	-	7.774

Certificado de privatização	sem vencimento	4	-	4
Operações de <i>swap</i> -Diferencial a receber	Diversos	<u>2.445</u>	<u>2</u>	<u>2.447</u>
Total		<u>118.404</u>	(152)	<u>118.252</u>
Impostos – 34%			<u>52</u>	
Efeito líquido			<u>(100)</u>	

b) Instrumentos financeiros e derivativos

O Banco participa de operações que envolvem instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais ou de compensação que se destinam a reduzir a exposição a riscos de mercado, moedas e taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controle e do estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições. Não existiam posições em aberto em 31 de dezembro de 2005.

O valor nominal dos contratos de instrumentos financeiros registrados em contas de compensação e os correspondentes valores em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2004 estão discriminados a seguir:

	Valor custo R\$ Mil	<u>Ativo</u> Valor mercado R\$ Mil	Efeito no resultado líquido de impostos R\$ Mil	Contas de compensação Valor do contrato R\$ Mil	Vencimentos
<i>Swap</i> - taxa de juros	2.445	2.447	2	61.589	De 24/1/05 a 26/7/06

Com relação às operações de mercado futuro, face aos ajustes diários serem liquidados financeiramente em d+0, não temos posições patrimoniais em aberto nesta data. Os contratos registrados em conta de compensação com o respectivo vencimento são:

<u>Descrição</u>	Valor do contrato R\$ Mil	Vencimentos
Posição vendida – moeda	2.686	01/02/05

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Resumo

	<u>2005</u> R\$ Mil	<u>2004</u> R\$ Mil
Circulante		
Empréstimos e Títulos descontados – setor privado	38.591	145.168
Financiamentos – setor privado		
Repasses no país	<u>97.174</u>	<u>163.686</u>
Total do curto prazo	<u>135.765</u>	<u>308.854</u>

Realizável a longo prazo		
Repasse no país		
Vencimento até 03 anos	67.416	122.647
Vencimento de 03 a 05 anos	22.502	40.430
Vencimento de 05 a 15 anos	7.170	14.536
Vencimento acima de 15 anos	8.430	
Empréstimos		
Vencimento até 03 anos	25.717	43.803
Vencimento de 03 a 05 anos	503	346
Total do longo prazo	<u>131.738</u>	<u>221.762</u>
Total de operações de crédito sem considerar a provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>267.503</u>	<u>530.616</u>

Os empréstimos são representados substancialmente por operações de capital de giro e crédito rotativo, tendo como garantia: hipotecas, duplicatas, alienação fiduciária de bens, fianças e notas promissórias, a taxas de juros que variam de 1,22% a 4% ao mês.

Os financiamentos estão representados por repasses de linhas obtidas junto ao sistema BNDES pelos mesmos prazos de captação dos recursos, a taxa de juros de 2% a 13,95% ao ano e atualização monetária pela variação do US\$, TJLP ou IGP-M, tendo como garantia: avais, alienação fiduciária, recebíveis, hipoteca e/ou penhor mercantil, fundo de aval. As operações de crédito direto ao consumidor possuem prazo de vencimento médio de seis meses.

b) Por atividade econômica

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Comércio	16.705	35.703
Indústria	43.614	113.651
Serviços	172.155	332.746
Pessoas físicas	5.478	11.326
Rural	<u>29.551</u>	<u>37.190</u>
Subtotal	267.503	530.616
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(29.883)</u>	<u>(22.734)</u>
Total	<u>237.620</u>	<u>507.882</u>
Total do curto prazo	105.882	286.120
Total do longo prazo	131.738	221.762

c) Classificação do risco

	2005										2004
	Nível AA	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Nível F	Nível G	Nível H	Total	Total
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
A vencer/vencidas até 15 dias	113.261	25.987	35.977	986	30.450	1.137	2.283	-	605	210.686	471.048
Vencidas há mais de 15 dias	-	-	5.058	3.753	13.485	2.902	12.297	12.075	7.247	56.817	59.568
Total	113.261	25.987	41.035	4.739	43.935	4.039	14.580	12.075	7.852	267.503	530.616

d) Provisão para devedores duvidosos

A movimentação da conta provisão para créditos de liquidação duvidosa é composta como se segue:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
	R\$ Mil	R\$ Mil
Saldo no início do exercício	22.734	31.165
Complemento de provisão	38.846	2.232
Utilização da provisão	(31.697)	(10.663)
Saldo no final do exercício	<u>29.883</u>	<u>22.734</u>

e) Cessão de créditos

Em 31 de dezembro de 2005 o volume de créditos cedidos com coobrigação era de R\$47.889 mil (em 2004 R\$35.214 mil).

- f) O Banco efetua operações de crédito com garantia do Fundo Garantidor de Promoção da Competitividade - FGPC. Em função disso, na ocorrência de atraso superior a 180 dias, o Banco pode entrar com processo junto ao BNDES, administrador do FGPC solicitando restituição de 70% ou 80%, do montante em atraso. Caso seja homologado o aceite do BNDES nesse processo, o Banco recebe as parcelas em atraso e o FGPC assume o restante da dívida. Baseado nisso, o Banco vem adotando o procedimento de provisionar 30% ou 20% das operações de crédito efetuadas com garantia do FGPC. Em 31 de dezembro de 2005, o Banco tinha aproximadamente R\$8.600mil de valores em atraso pendentes de aprovação pelo BNDES.

6. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
	R\$ Mil	R\$ Mil
Antecipações de imposto de renda e contribuição social a compensar	841	1.936
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.497	14.040
Créditos a receber (a)	7.000	30
Devedores por compra de valores e bens	349	10.012
Outros	<u>1.355</u>	<u>1.984</u>
Total	30.042	28.002
Curto prazo	(11.594)	(12.668)
Longo prazo	<u>18.448</u>	<u>15.334</u>

- (a) Representam valores a receber pela venda do investimento no Shopping Leblon, sem vencimento e atualização.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos como se segue:

<u>2005</u>	<u>2004</u>
-------------	-------------

	R\$ Mil	R\$ Mil
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.817	11.495
Valorização de títulos a mercado	141	1.098
Crédito tributário sobre benefício fiscal	-	630
Outras	<u>539</u>	<u>817</u>
Total	<u>20.497</u>	<u>14.040</u>

De acordo com estudo técnico elaborado pela administração do Banco, a realização destes créditos será a seguinte:

Ano de realização	2005		
	<u>Diferenças temporárias</u>		
	<u>IRPJ</u>	<u>CSSL</u>	<u>Total</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
2006	1.507	542	2.049
2007	1.507	542	2.049
2008	1.507	542	2.049
2009	1.508	542	2.050
2010	1.508	542	2.050
2011	1.508	542	2.050
2012	1.508	542	2.050
2013	1.508	542	2.050
2014	1.508	542	2.050
2015	<u>1.508</u>	<u>542</u>	<u>2.050</u>
Total	<u>15.077</u>	<u>5.420</u>	<u>20.497</u>

O valor presente dos créditos tributários demonstrados acima é de R\$11.563 mil.

Ano de realização	2004		
	<u>Diferenças temporárias</u>		
	<u>IRPJ</u>	<u>CSSL</u>	<u>Total</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
2005	2.962	1.065	4.027
2006	2.292	824	3.116
2007	1.690	609	2.299
2008	1.690	609	2.299
2009	<u>1.690</u>	<u>609</u>	<u>2.299</u>
Total	<u>10.324</u>	<u>3.716</u>	<u>14.040</u>

O valor presente dos créditos tributários demonstrados acima é de R\$9.365 mil.

7. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

	2005				2004	
	BVA Inves- Timentos Ltda. (2)	BVA Informática Ltda.	M2A Participações Ltda. (1)	LNF3 Participações Ltda	Total	Total
Capital social – R\$ Mil		112	610	8.450		
Quantidade de ações/quotas possuídas		110.880	600.000	8.449.500		
Patrimônio líquido – R\$ Mil		627	(36)	8.289		
Resultado do exercício – R\$ Mil		558	-			
Percentual de participação (%)		99,00%	99,48%	99,99%		
Valor do Ágio na aquisição – R\$ Mil				9.453		
Valor do investimento em 31 de dezembro – R\$ Mil	-	621	-	17.742	18.363	64.108
Resultado de equivalência patrimonial						
Decorrente das operações						
No exercício – R\$ Mil	136	560	(635)	(74)	(13)	2.644
No semestre – R\$ Mil	-	(296)	(632)	(74)	(1.002)	

- (1) Empresa constituída em junho de 2004. O passivo a descoberto proporcional da controladora foi registrado no passivo circulante no montante de R\$35 mil.
- (2) O Banco alienou em julho de 2005, a sua participação na BVA Investimentos Ltda., apurando prejuízo de R\$6.666 mil. Conseqüentemente, a reavaliação reflexa desse investimento, no montante de R\$16.377 mil, foi transferida para lucros/prejuízos acumulados.

8. DEPÓSITOS A PRAZO

Os depósitos a prazo em 31 de dezembro de 2005 estão representados substancialmente por depósitos pósfixados às taxas de remuneração praticadas pelo mercado, cujos vencimentos são demonstrados da seguinte forma:

	<u>2005</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>2004</u> <u>R\$ Mil</u>
Circulante		
Até 3 meses	16.840	102.595
De 3 a 12 meses	<u>28.878</u>	<u>76.373</u>
Total do curto prazo	<u>45.718</u>	<u>178.968</u>
Exigível a longo prazo		
De 1 a 3 anos	<u>3.957</u>	<u>21.316</u>
Total de depósitos a prazo	<u>49.675</u>	<u>200.284</u>

9. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São representadas por recursos captados junto ao BNDES à taxa de juros de 1% a 11% a.a. e atualização monetária pela variação do US\$, TJLP ou IGP-M. O vencimento

dessas operações ocorrerá da seguinte forma:

	<u>2005</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>2004</u> <u>R\$ Mil</u>
Circulante		
Até 03 meses	32.199	39.002
De 03 a 12 meses	<u>58.744</u>	<u>119.959</u>
Total do curto prazo	<u>90.943</u>	<u>158.961</u>
Exigível a longo prazo		
De 01 a 03 anos	71.194	125.336
De 03 a 05 anos	23.195	41.438
De 05 a 15 anos	9.391	17.119
Acima de 15 anos	<u>8.407</u>	<u>-</u>
Total do longo prazo	<u>112.187</u>	<u>183.893</u>
Total de obrigações por empréstimos e repasses	<u>203.130</u>	<u>342.854</u>

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2005 e 2004, o capital social totalmente subscrito e integralizado era representado por 71.233.222 ações nominativas sem valor nominal, sendo 35.616.611 ordinárias e 35.616.611 preferenciais.

As ações preferenciais nominativas não terão direito a voto nas deliberações das assembléias gerais, mas têm prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos e no reembolso do capital social.

b) Distribuição de resultados

Aos acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a legislação vigente.

Em 2005 o Banco distribuiu dividendos com a utilização de lucros acumulados no montante de R\$40.518 mil, a seu acionista que foram utilizados para liquidação de debêntures por ele emitidas.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS DE CONTAS

a) Outras despesas administrativas

	<u>Segundo</u> <u>semestre</u> <u>2005</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Exercício</u>	
		<u>2005</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>2004</u> <u>R\$ Mil</u>
Consultoria e assessoria	2.898	7.411	9.396
Processamento de dados	892	2.126	2.198
Outras despesas administrativas	<u>3.575</u>	<u>7.597</u>	<u>6.568</u>
Total	<u>7.365</u>	<u>17.134</u>	<u>18.162</u>

b) Outras receitas operacionais líquidas

	Segundo	Exercício	
	semestre	2005	2004
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	1.134	1.622	6.360
Outras rendas operacionais	1.049	3.429	1.862
Despesas de amortização e depreciação	(132)	(170)	(424)
Outras despesas operacionais	(1.718)	(6.172)	(2.568)
Total	<u>333</u>	<u>(1.291)</u>	<u>5.230</u>

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram os resultados dos exercícios, reconciliados com aqueles apurados à alíquota nominal, são demonstrados como se segue:

	Segundo	Exercício	
	Semestre	2005	2004
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(50.910)	(50.418)	22.310
Juros sobre o capital próprio	-	-	(8.000)
Resultado de participações em controladas	<u>1.002</u>	<u>13</u>	<u>(2.644)</u>
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(49.908)	(50.405)	11.666
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas Da legislação	16.968	17.137	(3.966)
Créditos tributários não constituídos	<u>(6.908)</u>	<u>(7.264)</u>	<u>(508)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>10.060</u>	<u>9.873</u>	<u>(4.475)</u>

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os valores das transações do Banco com partes relacionadas, são resumidos como se segue:

	2005		2004	
	Receita		Receita	
	Passivo	(Despesa)	Passivo	(Despesa)
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
BVA Empreendimentos (a)	-	(6.666)	-	-
BVA Consultoria, Serviços e Participações Ltda.	-	(110)	-	(469)
BVA Informática Ltda.	-	(2.234)	-	(3.270)
PEG CRED S.A.	-	-	-	(96)
BVA Securitizadora de Créditos S.A.	<u>180</u>	<u>-</u>	<u>1.725</u>	<u>6.154</u>

Total	<u>-</u>	<u>(9.010)</u>	<u>-</u>	<u>2.319</u>
-------	----------	----------------	----------	--------------

- (a) O Banco vendeu para seu acionista BVA Empreendimentos S.A. a participação que detinha na BVA Investimentos Ltda (representado basicamente pelo Shopping Leblon), apurando prejuízo de R\$6.666 mil. Posteriormente, a BVA Empreendimentos alienou essa participação com prejuízo de R\$14.799mil.

14. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2005 o Banco era responsável por avais e fianças prestados a terceiros no país no valor de R\$63.146 mil (2004- R\$56.807mil).

15. LIMITES OPERACIONAIS (ACORDO DE BASILÉIA)

Desde 1º de janeiro de 1995, as instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderados por fatores que variam de zero a 100%, conforme Resolução nº 2.099/94 do Bacen. O índice de solvabilidade do Banco, cujo mínimo requerido é de 11%, atingiu 14,49% em 31 de dezembro de 2005 (2004 – 19,56%).

16. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

O Banco é responsável pela administração de fundos de investimento cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro eram os seguintes:

	2005 R\$ Mil	2004 R\$ Mil
BVA FIX Seguro Fundo de Investimento Financeiro – 60 Dias	3.288	16.338
BVA FIF Fundo de Investimento Financeiro - 60 Dias	<u>-</u>	<u>5.492</u>
Total	<u>3.288</u>	<u>21.830</u>

A remuneração do Banco pela administração desses fundos baseia-se na cobrança de taxa de administração sobre o patrimônio líquido diário.

ANEXO VI

**BANCO BVA S. A. E SUAS CONTROLADAS - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE
DEZEMBRO DE 2005 E 2006**

BANCO BVA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2006 R\$ Mil</u>	<u>2005 R\$ Mil</u>
CIRCULANTE		206.511	178.036
Disponibilidades		5.940	341
Aplicações interfinanceiras de liquidez		2.100	4.500
Aplicações no mercado aberto		2.100	4.500
Títulos e valores mobiliários	4	64.724	14.644
Carteira própria		28.814	6.069
Vinculados a operações compromissadas		35.027	7.999
Vinculados à prestação de garantias		883	576
Relações interfinanceiras		657	100
Créditos vinculados		190	-
Relação com correspondentes		396	100
Outras		71	-
Operações de crédito	5	102.010	105.882
Outros créditos		13.964	11.594
Negociação e intermediação de valores		125	-
Diversos	6	13.839	11.594
Outros valores e bens	7	17.116	40.975
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		131.540	150.186
Operações de crédito	5	96.205	131.738
Outros créditos - Diversos	6	35.335	18.448
PERMANENTE		22.842	19.992
Investimentos		21.484	18.385
Participações em controladas	8	21.474	18.363
Outros investimentos		10	22
Imobilizado		486	594
Imobilizado de uso		1.275	1.283
Depreciação acumulada		(789)	(689)
Diferido		872	1.013
Gastos de organização e expansão		1.413	1.413
Amortização acumulada		(541)	(400)
TOTAL DO ATIVO		360.893	348.214

BANCO BVA S.A.BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

<u>PASSIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2006 R\$ Mil</u>	<u>2005 R\$ Mil</u>
CIRCULANTE		185.452	158.884
Depósitos		68.950	49.325
Depósitos à vista		7.708	2.955
Depósitos a prazo	9	61.138	45.718
Outros depósitos		104	652
Captações no mercado aberto		35.027	8.001
Obrigações por operações compromissadas		35.027	8.001
Relações interfinanceiras		120	-
Pagamentos e recebimentos a liquidar		120	-
Obrigações por empréstimos e repasses	10	46.408	90.943
Repasses no país - Instituições oficiais		46.408	90.943
Outras obrigações		34.947	10.615
Fiscais e previdenciárias		4.950	2.425
Negociação e intermediação de valores		11.286	6.516
Diversas	11	18.711	1.674
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		109.534	128.074
Depósitos		28.935	3.957
Depósitos a prazo	9	28.935	3.957
Obrigações por empréstimos e repasses-	10	73.662	112.187
Repasses no país - Instituições oficiais		73.662	112.187
Outras obrigações		6.937	11.930
Fiscais e previdenciárias		6.937	11.930
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		807	1.390
Receitas de exercícios futuros		807	1.390
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	65.100	59.866
Capital social			
De domiciliados no país		71.233	71.233
Redução de capital em aprovação		(11.367)	-
		59.866	71.233
Reserva de lucros		5.234	-
Prejuízos acumulados		-	(11.367)

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>360.893</u>	<u>348.214</u>
---------------------------------------	----------------	----------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações
financeiras.

BANCO BVA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

	Nota <u>explicativa</u>	2006		2005
		<u>Semestre</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Exercício</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Exercício</u> <u>R\$ Mil</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		44.539	98.032	73.408
Operações de crédito		38.874	85.745	59.323
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		5.088	10.911	13.969
Resultado de operações de câmbio		577	1.376	116
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(20.833)	(34.181)	(86.767)
Operações de captação no mercado		(8.820)	(17.327)	(24.705)
Operações de empréstimos e repasses		(5.655)	(12.839)	(23.216)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(6.358)	(4.015)	(38.846)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		23.706	63.851	(13.359)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(28.160)	(38.335)	(27.921)

Rendas de prestação de serviços		2.980	3.076	305
Despesas de pessoal		(3.284)	(5.867)	(7.474)
Outras despesas administrativas	13.a	(27.232)	(39.849)	(17.134)
Despesas tributárias		(2.004)	(3.967)	(1.834)
Resultado de participações em controladas	8	532	(29)	(13)
Outras receitas operacionais, líquidas	13.b	<u>848</u>	<u>8.301</u>	<u>(1.771)</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		<u>3.381</u>	<u>3.388</u>	<u>(9.138)</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DAS PARTICIPAÇÕES		(1.073)	28.904	(50.418)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14	<u>1.894</u>	<u>(7.775)</u>	<u>9.710</u>
Corrente		(10)	(10)	(58)
Diferido		1.904	(7.765)	9.768
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO		<u>(1.045)</u>	<u>(1.045)</u>	<u>-</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO		<u>(224)</u>	<u>20.084</u>	<u>(40.708)</u>
NÚMERO DE AÇÕES DO CAPITAL NO FINAL DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		<u>71.233.222</u>	<u>71.233.222</u>	<u>71.233.222</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/				

EXERCÍCIO POR AÇÃO - EM R\$	<u>(0,01)</u>	<u>0,29</u>	<u>(0,57)</u>
-----------------------------	---------------	-------------	---------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO BVA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE
2005 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2006

Exercício:	Capital social de domiciliados <u>no país</u> <u>R\$ Mil</u>	Redução de capital em <u>aprovação</u> <u>R\$ Mil</u>	Reserva de reavaliação em <u>controladas</u> <u>R\$ Mil</u>	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) <u>acumulados</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Total</u> <u>R\$ Mil</u>
				<u>Reserva</u> <u>legal</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Reserva</u> <u>de</u> <u>retenção</u> <u>R\$ Mil</u>		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	71.233	-	16.377	3.513	3.513	49.969	141.092
Pagamento de dividendos						(40.518)	(40.518)
Realização de reserva			(16.377)			16.377	-
Prejuízo líquido do exercício						(40.708)	(40.708)
Absorção de prejuízos acumulados				(3.513)	(3.513)	3.513	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	<u>71.233</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.367)</u>	<u>59.866</u>
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(16.377)</u>	<u>(3.513)</u>	<u>(3.513)</u>	<u>(64.849)</u>	<u>(84.739)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	71.233	-	-	-	-	(11.367)	59.866

Redução de capital social		(11.367)				11.367	-
Lucro líquido do exercício						20.084	20.084
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Distribuição de dividendos (R\$0,21 por ação)						(14.850)	(14.850)
Reserva legal				1.004		(1.004)	-
Reserva de retenção de lucros					4.230	(4.230)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	<u>71.233</u>	<u>(11.367)</u>	<u>-</u>	<u>1.004</u>	<u>4.230</u>	<u>-</u>	<u>65.100</u>
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	<u>-</u>	<u>(11.367)</u>	<u>-</u>	<u>1.004</u>	<u>4.230</u>	<u>11.367</u>	<u>5.234</u>

(continua)

BANCO BVA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE
2005 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2006

Semestre:	Capital social de domiciliados no país R\$ Mil	Redução de capital em aprovação R\$ Mil	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados R\$ Mil	Total R\$ Mil
			Reserva legal R\$ Mil	Reserva de retenção R\$ Mil		

SALDOS EM 1º DE JULHO DE 2006	71.233	(11.367)	1.015	-	4.443	65.324
Prejuízo do semestre					(224)	(224)
Reversão de reserva legal constituída no primeiro semestre			(11)		11	-
Reserva de retenção de lucros				4.230	(4.230)	-
	<u>71.233</u>	<u>(11.367)</u>	<u>1.004</u>	<u>4.230</u>	<u>-</u>	<u>65.100</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006						
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11)</u>	<u>4.230</u>	<u>(4.443)</u>	<u>(224)</u>
MUTAÇÕES DO SEMESTRE						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO BVA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

	2006		2005
	Semestre	Exercício	Exercício
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
ORIGENS DE RECURSOS	136.310	342.014	570.931
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	3.822	32.145	-
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício	(224)	20.084	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.358	4.015	-
Resultado de participação em controladas	(532)	28	-
Créditos tributários	(1.904)	7.765	-
Depreciação e amortização	124	253	-
Variação no resultado de exercícios futuros	(222)	(583)	330
Recursos de terceiros originários de-			
Dividendos recebidos de controladas	-	-	730
Aumento dos subgrupos do passivo:	30.434	156.941	-
Depósitos	23.627	44.603	-
Captações no mercado aberto	-	92.998	-
Outras obrigações	6.807	19.340	-
Diminuição dos subgrupos do ativo:	102.276	153.498	506.186
Aplicações interfinanceiras de liquidez	51.798	51.798	149.694
Títulos e valores mobiliários	42.146	42.146	103.607
Relações interdependências e interfinanceiras	102	305	13.720
Operações de crédito	-	35.390	231.416
Outros créditos	-	-	7.749
Outros valores e bens	8.230	23.859	-
Alienação de bens e investimentos	-	13	63.685
Investimentos	-	12	63.685
Imobilizado	-	1	-

(continua)

BANCO BVA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

	2006		2005
	<u>Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS	132.814	336.415	571.932
Prejuízo líquido ajustado do semestre/exercício	-	-	11.447
Prejuízo líquido do exercício	-	-	40.708
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(38.846)
Resultado de participação em controladas	-	-	(13)
Créditos tributários	-	-	9.768
Depreciação e amortização	-	-	(170)
Dividendos distribuídos	-	14.850	40.518
Inversões em	5	3.143	18.649
Imobilizado de uso	5	5	2
Investimentos	-	3.138	18.647
Aumento dos subgrupos do ativo	34.264	169.203	311
Títulos e valores mobiliários	-	92.226	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	49.398	-
Relações interfinanceiras	228	557	-
Operações de crédito	7.996	-	-
Outros créditos	26.040	27.022	-
Outros valores e bens	-	-	311
Redução dos subgrupos do passivo	98.545	149.219	501.007
Depósitos	-	-	170.893
Captações no mercado aberto	65.972	65.972	183.402
Relações interdependências e interfinanceiras	245	186	-
Obrigações por empréstimos e repasses	32.328	83.061	139.724
Instrumentos financeiros e derivativos	-	-	150
Outras obrigações	-	-	6.838
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	<u>3.496</u>	<u>5.599</u>	<u>(1.001)</u>
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA:			
Disponibilidades:			
No início do semestre/exercício	2.444	341	1.342
No fim do semestre/exercício	<u>5.940</u>	<u>5.940</u>	<u>341</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	<u>3.496</u>	<u>5.599</u>	<u>(1.001)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco BVA S.A.

*Demonstrações Financeiras Referentes
aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro
de 2006 e de 2005 e para o Semestre
Findo em 31 de Dezembro de 2006
e Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Acionistas e Administradores do

Banco BVA S.A.

Rio de Janeiro – RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Banco BVA S.A. em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2006, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Exceto quanto ao mencionado no parágrafo 3, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Não auditamos nem foram auditadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras da empresa BIG PAR S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, onde o Banco possui participação societária registrada nas contas Títulos e Valores Mobiliários e Outros créditos no ano de 2006 e em Outros Valores e Bens no ano de 2005 pelo montante de R\$24.958 mil. Como consequência, não nos foi possível formar uma opinião quanto à adequação do valor deste ativo em 31 de dezembro de 2006 e 2005.
4. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam resultar do assunto mencionado no parágrafo 3, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BVA S.A. em 31 de dezembro de 2006 e 2005, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2006, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.
5. O Banco possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no montante de R\$12.732 mil (R\$20.497 mil em 31 de dezembro de 2005), cuja realização depende da obtenção de lucros fiscais futuros (vide nota explicativa 6).
6. De acordo com a legislação vigente e segundo divulgado em nota explicativa nº 17, o Banco mantém nível de patrimônio líquido compatível com o grau de risco de sua estrutura de ativos. No entanto, os assuntos mencionados nos parágrafos 3 e 5 podem levar ao desenquadramento do Banco no que tange à referida legislação (“Acordo da Basiléia”).

Rio de Janeiro, 28 de março de 2007

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5

BANCO BVA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco BVA S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, desenvolve suas operações de modo integrado através das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil e de câmbio, de acordo com as disposições regulamentares em vigor, tendo iniciado suas operações como banco comercial em 14 de fevereiro de 2000.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif, instituído pelo Banco Central do Brasil.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis mais relevantes adotadas pelo Banco são as seguintes:

- (a) Os saldos realizáveis e exigíveis, com vencimento em até 12 meses, são classificados nos ativo e passivo circulantes, respectivamente.
- (b) O regime de apuração do resultado é o de competência.
- (c) Os títulos e valores mobiliários foram classificados como títulos para negociação e títulos disponíveis para venda. Desta forma e de acordo com a Circular 3.068 do Banco Central do Brasil, os títulos para negociação estão contabilizados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, tendo esse ajuste como contrapartida o resultado do período. Os títulos disponíveis para venda estão registrados ao valor de mercado (vide nota 4).
- (d) Os ativos e passivos circulantes e a longo prazo são demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos em base *pro rata temporis*.
- (e) Quando aplicável, são reconhecidas as perdas potenciais decorrentes de oscilações de preços e de taxas em seus ativos e passivos, através da constituição de provisão para ajuste a valor de mercado ou provável de realização.

- (f) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estimada com base em análise das operações de crédito em aberto e dos riscos específicos apresentados em cada carteira do Banco.
- (g) As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.
- (h) O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição, deduzida da depreciação acumulada, ambos corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações foram calculadas pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em conta o tempo de vida útil estimado dos bens. As taxas utilizadas são de 10% a.a. para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistemas de comunicação e de 20% a.a. para sistemas de processamento de dados e de transporte.
- (i) Em atendimento à Circular 3.082 do Banco Central do Brasil, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser avaliados a valor de mercado, sendo os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro de ações, outros ativos financeiros e mercadorias registrados como receita ou despesa efetiva. Os prêmios pagos ou recebidos na realização de operações no mercado de opções de ações, outros ativos financeiros e mercadorias são registrados nas respectivas contas patrimoniais ao valor de custo, ajustados a preços de mercado. O valor nominal dos contratos de operações de compra e venda de ações, outros ativos financeiros e mercadorias realizados nos mercados futuro e de opções é registrado em contas de compensação.
- (j) As receitas e despesas decorrentes das operações de *swap* são reconhecidas em contrapartida das respectivas contas patrimoniais, sem a compensação entre valores a pagar e a receber. O valor nominal dos contratos é registrado em contas de compensação.
- (k) A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro, ajustado pelas inclusões e exclusões de caráter permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 mil. A contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são constituídos sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável.
- (l) O lucro (prejuízo) por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

c) Títulos e valores mobiliários

	<u>2006</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>2005</u> <u>R\$ Mil</u>
Carteira própria		
Títulos de renda variável		
Ações de companhias abertas	-	1
Ações de companhias fechadas	8.319	

Títulos de renda fixa		
Debêntures	-	2.670
Títulos públicos	<u>20.495</u>	<u>3.398</u>
Total carteira própria	<u>28.814</u>	<u>6.069</u>
Vinculados a compromissos de recompra		
Títulos públicos	<u>35.027</u>	<u>7.999</u>
Vinculados a prestação de garantias		
Títulos públicos	<u>883</u>	<u>576</u>
Total geral	<u>64.724</u>	<u>14.644</u>

A classificação dos títulos e valores mobiliários conforme circular 3.068 foi a seguinte:

Descrição	2006			
	Data	Valor	Ajuste a	Valor de
	Vencimento	atualizado	Valor de	mercado
		R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
<u>Títulos para negociação</u>				
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	21/03/2007	56.421	(16)	56.405
<u>Títulos disponíveis para venda</u>				
Ações (*)	Sem vencimento	<u>8.319</u>	-	<u>8.319</u>
Total		<u>64.740</u>	(16)	<u>64.724</u>
Impostos			<u>5</u>	
Efeito líquido			(11)	

- (*) Essas ações foram recebidas em dação de pagamento de dívidas em 2004, quando foram avaliadas a valor de mercado por empresa independente. Em 2006, foram reclassificadas da rubrica de outros valores e bens para títulos e valores mobiliários por determinação do Banco Central do Brasil, e a Administração entende que o valor de mercado desse ativo se aproxima do seu valor contábil, razão pela qual não são efetuados ajustes diretamente no patrimônio líquido do Banco.

Descrição	2005			
	Data	Valor	Ajuste a	Valor de
	Vencimento	Atualizado	Valor de	mercado
		R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
<u>Títulos para negociação</u>				
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	17/05/06	8.498	(10)	8.488
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	19/04/06	3.889	(404)	3.485
Ações	Sem vencimento	1		1
Debêntures	20/03/06	<u>2.670</u>	-	<u>2.670</u>
Total		<u>15.058</u>	(414)	<u>14.644</u>
Impostos			<u>141</u>	
Efeito líquido			(273)	

d) Instrumentos financeiros e derivativos

O Banco participa de operações que envolvem instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais ou de compensação que se destinam a reduzir a exposição a riscos de mercado, moedas e taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controle e do estabelecimento de estratégias de operações e de limites,

bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições. Não existiam posições em aberto em 31 de dezembro de 2006 e 2005.

Com relação às operações de mercado futuro, face aos ajustes diários serem liquidados financeiramente em d+0, não existiam posições patrimoniais em aberto em 31 de dezembro de 2006 e 2005.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

(a) Resumo

	<u>2006</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>2005</u> <u>R\$ Mil</u>
Circulante		
Empréstimos e Títulos descontados – setor privado	67.945	38.591
Financiamentos – setor privado		
Repasse no país	<u>56.048</u>	<u>97.174</u>
Total do curto prazo	<u>123.993</u>	<u>135.765</u>
Realizável a longo prazo		
Repasse no país		
Vencimento até 03 anos	41.352	67.416
Vencimento de 03 a 05 anos	12.336	22.502
Vencimento de 05 a 15 anos		7.170
Vencimento acima de 15 anos	12.241	8.430
Empréstimos		
Vencimento até 03 anos	28.708	25.717
Vencimento de 03 a 05 anos	<u>1.568</u>	<u>503</u>
Total do longo prazo	<u>96.205</u>	<u>131.738</u>
Total de operações de crédito sem considerar a provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>220.198</u>	<u>267.503</u>

Os empréstimos são representados substancialmente por operações de capital de giro e crédito rotativo, tendo como garantia: hipotecas, duplicatas, alienação fiduciária de bens, fianças e notas promissórias, a taxas de juros que variam de 1,3% a 5% ao mês.

Os financiamentos estão representados por repasses de linhas obtidas junto ao sistema BNDES pelos mesmos prazos de captação dos recursos, a taxa de juros de 2,3% a 13,95% ao ano e atualização monetária pela variação do US\$, TJLP ou IGP-M, tendo como garantia: avais, alienação fiduciária, recebíveis, hipoteca e/ou penhor mercantil, fundo de aval. As operações de crédito direto ao consumidor possuem prazo de vencimento médio de seis meses.

(b) Por atividade econômica

	<u>2006</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>2005</u> <u>R\$ Mil</u>
Comércio	18.663	16.705
Indústria	32.003	43.614

Serviços	143.476	172.155
Pessoas físicas	8.482	5.478
Rural	<u>17.574</u>	<u>29.551</u>
Subtotal	220.198	267.503
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(21.983)</u>	<u>(29.883)</u>
Total	198.215	237.620
Curto prazo	<u>(102.010)</u>	<u>(105.882)</u>
Longo prazo	<u>96.205</u>	<u>131.738</u>

(c) Classificação do risco

	2006										2005
	Nível AA	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Nível F	Nível G	Nível H	Total	Total
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
A vencer/vencidas até 15 dias	114.971	3.024	17.400	15.205	19.754	-	12	-	1.806	172.172	210.686
Vencidas há mais de 15 dias	-	-	250	13.505	7.632	10.002	7.724	444	8.469	48.026	56.817
Total	<u>114.971</u>	<u>3.024</u>	<u>17.650</u>	<u>28.710</u>	<u>27.386</u>	<u>10.002</u>	<u>7.736</u>	<u>444</u>	<u>10.275</u>	<u>220.198</u>	<u>267.503</u>

(d) Provisão para devedores duvidosos

A movimentação da conta provisão para créditos de liquidação duvidosa é composta como se segue:

	Segundo	Exercícios	
	semestre	2006	2005
	<u>2006</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
Saldo no início do semestre/exercício	(26.577)	(29.883)	(22.734)
Complemento de provisão	(6.358)	(4.015)	(38.846)
Utilização da provisão	<u>10.952</u>	<u>11.915</u>	<u>31.697</u>
Saldo no final do exercício	<u>(21.983)</u>	<u>(21.983)</u>	<u>(29.883)</u>

(e) Cessão de créditos

Em 31 de dezembro de 2006 o volume de créditos cedidos com coobrigação era de R\$163.844 mil (em 2005 R\$47.889 mil). O Banco adota política de efetuar a provisão para créditos de liquidação duvidosa desses créditos.

- (f) O Banco efetua operações de crédito com garantia do Fundo Garantidor de Promoção da Competitividade - FGPC. Em função disso, na ocorrência de atraso superior a 180 dias, o Banco pode entrar com processo junto ao BNDES, administrador do FGPC solicitando restituição de 70% ou 80%, do montante em atraso. Caso seja homologado o aceite do BNDES nesse processo, o Banco recebe as parcelas em atraso e o FGPC assume o restante da dívida. Baseado nisso, o Banco vem adotando o procedimento de provisionar 30% ou 20% das operações de crédito efetuadas com garantia do FGPC.

6. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
	R\$ Mil	R\$ Mil
Câmbio	517	-
Antecipações de imposto de renda e contribuição social a compensar	228	841
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.732	20.497
Créditos a receber (a)	7.000	7.000
Devedores por compra de valores e bens (b)	25.775	349
Outros	<u>2.922</u>	<u>1.355</u>
Total	49.174	30.042
Curto prazo	(13.839)	(11.594)
Longo prazo	<u>35.335</u>	<u>18.448</u>

- (a) Representam valores a receber pela venda do investimento no Shopping Leblon, sem vencimento e atualização.
- (b) Refere-se basicamente a venda de parte das ações a valor de custo da empresa BigPar S.A. no montante de R\$16.639 mil a serem recebidos em parcelas mensais de R\$250mil até o ano 2.012 sem atualização e juros. A transferência de propriedade dessas ações só ocorrerá após a liquidação integral desse contas a receber.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos como se segue:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
	R\$ Mil	R\$ Mil
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.402	19.817
Valorização de títulos a mercado	269	141
Outras	<u>61</u>	<u>539</u>
Total	<u>12.732</u>	<u>20.497</u>

De acordo com estudo técnico elaborado pela administração do Banco, a realização destes créditos será a seguinte:

	<u>2006</u>			<u>2005</u>
	Diferenças temporárias			
<u>Ano de realização</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSSL</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
2006	-	-	-	2.049
2007	1.154	416	1.570	2.049
2008	912	328	1.240	2.049
2009	912	328	1.240	2.050
2010	912	328	1.240	2.050

2011	912	328	1.240	2.050
2012	912	328	1.240	2.050
2013	912	328	1.240	2.050
2014	912	328	1.240	2.050
2015	912	328	1.240	2.050
2016	<u>913</u>	<u>329</u>	<u>1.242</u>	<u>-</u>
Total	<u>9.363</u>	<u>3.369</u>	<u>12.732</u>	<u>20.497</u>

O valor presente dos créditos tributários demonstrados acima é de R\$6.707 mil (R\$11.563 mil em 2005).

7. OUTROS VALORES E BENS

	<u>2006</u> R\$ Mil	<u>2005</u> R\$ Mil
Ações de companhias fechadas – BIGPAR (a)	-	24.958
Ações de companhias fechadas – AGROCOM (a)	8.700	8.700
Máquinas e equipamentos (b)	2.687	1.250
Imóveis (b)	4.927	5.305
Outros	<u>802</u>	<u>762</u>
Total	<u>17.116</u>	<u>40.975</u>

(a) Ações de empresas recebidas em dação de pagamento de empréstimos concedidos e registradas ao valor de mercado em 2004 (BIGPAR) e ao custo (Agrocom). Em 30 de junho de 2006 as ações da BIGPAR foram reclassificadas para a rubrica de títulos e valores mobiliários.

(b) Ativos recebidos em dação de pagamentos, com valor contábil inferior ao de mercado, sendo este último estabelecido por empresa externa.

8. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

	2006				2005
	BVA Seguros S/A. (2)	BVA Informática Ltda.	M2A Participações Ltda. (1)	LNF3 Participações Ltda	Total
Capital social – R\$ Mil	21.498	112	610	-	-
Quantidade de ações/quotas possuídas	26.772.393	110.880	600.000	-	-
Patrimônio líquido – R\$ Mil	20.800	679	(36)	-	-
Resultado do exercício – R\$ Mil	(36)	52	-	-	-
Percentual de participação (%)	100,00%	99,00%	99,48%	-	-
Valor do investimento em 31 de dezembro – R\$ Mil	20.800	674	-	-	21.474
Resultado de equivalência patrimonial					
Decorrente das operações					
No exercício – R\$ Mil	(36)	51	-	(44)	(29)
No semestre – R\$ Mil	(82)	614	-	-	532

(1) Empresa vendida em 05 de julho de 2006, com transferência de quotas somente no recebimento integral do valor da venda. O

passivo a descoberto existente, em 31 de dezembro de 2005, proporcional da controladora, foi registrado no passivo circulante no montante de R\$35 mil.

- (2) Empresa adquirida em abril de 2006. O Banco aumentou o capital dessa controlada em junho de 2006 no valor de R\$17.968 mil através da transferência das cotas possuídas da LNF3 Participações Ltda.

9. DEPÓSITOS A PRAZO

Os depósitos a prazo em 31 de dezembro estão representados substancialmente por depósitos pósfixados, cujos vencimentos são demonstrados da seguinte forma:

	<u>2006</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>2005</u> <u>R\$ Mil</u>
Circulante		
Até 3 meses	18.627	16.840
De 3 a 12 meses	<u>42.511</u>	<u>28.878</u>
Total do curto prazo	<u>61.138</u>	<u>45.718</u>
Exigível a longo prazo		
De 1 a 3 anos	17.054	3.957
De 3 a 5 anos	17	-
Acima de 5 anos	<u>11.864</u>	<u>-</u>
Total do longo prazo	<u>28.935</u>	<u>3.957</u>
Total de depósitos a prazo	<u>90.073</u>	<u>49.675</u>

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São representadas por recursos captados junto ao BNDES à taxa de juros de 1% a 11% a.a. e atualização monetária pela variação do US\$, TJLP ou IGP-M. O vencimento dessas operações ocorrerá da seguinte forma:

	<u>2006</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>2005</u> <u>R\$ Mil</u>
Circulante		
Até 03 meses	14.443	32.199
De 03 a 12 meses	<u>31.965</u>	<u>58.744</u>
Total do curto prazo	<u>46.408</u>	<u>90.943</u>
Exigível a longo prazo		
De 01 a 03 anos	44.664	71.194
De 03 a 05 anos	13.265	23.195
De 05 a 15 anos	5.220	9.391
Acima de 15 anos	<u>10.513</u>	<u>8.407</u>
Total do longo prazo	<u>73.662</u>	<u>112.187</u>
Total de obrigações por empréstimos e repasses	<u>120.070</u>	<u>203.130</u>

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

<u>2006</u>	<u>2005</u>
-------------	-------------

	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Câmbio vendido a liquidar	517	-
Provisão para pagamentos a efetuar	1.578	995
Provisão para créditos cedidos com coobrigação	2.814	-
Outros passivos contingentes	403	180
Credores diversos no país – BNDES (*)	11.592	-
Outras obrigações diversas	1.807	499
	<u>18.711</u>	<u>1.674</u>

(*) Esses recursos representam dívida não liquidada junto ao BNDES, referente a valores a serem recuperados, provenientes de contratos com cobertura do FGPC que serão repassados por este último para o Banco BVA S.A., no momento da finalização do processo movido pelo Banco contra o BNDES visando o reconhecimento desses contratos no âmbito das regras de cobertura de saldo devedor pelo FGPC.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, o capital social totalmente subscrito e integralizado era representado por 71.233.222 ações nominativas sem valor nominal, sendo 35.616.611 ordinárias e 35.616.611 preferenciais.

As ações preferenciais nominativas não terão direito a voto nas deliberações das assembléias gerais, mas têm prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos e no reembolso do capital social.

b) Distribuição de resultados

Aos acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a legislação vigente. Neste exercício foram pagos dividendos no valor de R\$14.850 mil correspondendo a 75% do lucro após constituição da reserva legal. Em 2005, o Banco distribuiu dividendos com a utilização de lucros acumulados no montante de R\$40.518 mil que foram utilizados para liquidação de debêntures por emitidas por seu acionista.

c) Reservas de lucro

c.1) Reserva legal

Constituída a razão de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos da Lei 6.404/76, tendo como limite 20% do capital social.

c.2) Reserva de retenção de lucros

2006
R\$ Mil

Lucro líquido do exercício	20.084
(-) Reserva legal	(1.004)
(-) Dividendos distribuídos	(14.850)
Retenção de lucros	<u>4.230</u>

A administração está propondo a retenção dos lucros no montante de R\$5.015 mil, com base em orçamento, conforme previsto no artigo 196 da Lei 6.404/76, no pressuposto de sua aprovação na assembléia geral de acionistas.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS DE CONTAS

a) Outras despesas administrativas

	Segundo semestre	Exercício	
	<u>2006</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Consultoria e assessoria (*)	22.660	30.266	7.411
Processamento de dados	1.461	2.018	2.126
Outras despesas administrativas	<u>3.111</u>	<u>7.565</u>	<u>7.597</u>
Total	<u>27.232</u>	<u>39.849</u>	<u>17.134</u>

(*) O crescimento das despesas com consultoria e assessoria refere-se principalmente a contratação junto a agentes autônomos e empresas especializadas às atividades de mediação de operações de crédito consignado. Essas operações tiveram como contrapartida o aumento das receitas com operações de crédito.

b) Outras receitas operacionais líquidas

	Segundo semestre	Exercício	
	<u>2006</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (a)	963	9.087	1.622
Outras rendas operacionais	1.293	2.018	3.429
Despesas de amortização e depreciação	(124)	(252)	(170)
Outras despesas operacionais	<u>(1.284)</u>	<u>(2.552)</u>	<u>(6.652)</u>
Total	<u>848</u>	<u>8.301</u>	<u>(1.771)</u>

(a) Refere-se basicamente a recuperação de créditos baixados para prejuízo via recebimento de bens.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram os resultados dos exercícios, reconciliados com aqueles apurados à alíquota nominal, são demonstrados como se segue:

	Segundo semestre	Exercício	
	<u>2006</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(1.073)	28.904	(50.418)
Resultado de participações em controladas	(532)	29	13
Participação dos empregados no lucro	(1.045)	(1.045)	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(2.650)	27.888	(50.405)
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	901	(9.482)	17.137
Créditos tributários	<u>993</u>	<u>1.707</u>	<u>(7.427)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>1.894</u>	<u>(7.775)</u>	<u>9.710</u>

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os valores das transações do Banco com partes relacionadas, são resumidos como se segue:

	2006		2005	
	<u>Passivo</u>	<u>Receita</u>	<u>Passivo</u>	<u>Receita</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>(despesa)</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>(despesa)</u>
BVA Empreendimentos (a)	-	-	-	(6.666)
BVA Consultoria, Serviços e Participações Ltda.	-	-	-	(110)
BVA Informática Ltda.	-	(1.310)	-	(2.234)
PEG CRED S.A.	-	(5.807)	-	-
BVA Securitizadora de Créditos S.A.	-	-	180	-
Total	-	<u>(7.117)</u>	<u>180</u>	<u>(9.010)</u>

- (a) O Banco vendeu, em 2005, para seu acionista BVA Empreendimentos S.A. a participação que detinha na BVA Investimentos Ltda (representado basicamente pelo Shopping Leblon), apurando prejuízo de R\$6.666 mil. Posteriormente, a BVA Empreendimentos alienou essa participação com prejuízo de R\$14.799mil.

16. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2006 o Banco era responsável por avais e fianças prestados a terceiros no país no valor de R\$52.040 mil (2005- R\$63.146mil).

17. LIMITES OPERACIONAIS (ACORDO DE BASILÉIA)

Desde 1º de janeiro de 1995, as instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderados por

fatores que variam de zero a 100%, conforme Resolução nº 2.099/94 do Bacen. O índice de solvabilidade do Banco, cujo mínimo requerido é de 11%, atingiu 15,30% em 31 de dezembro de 2006 (2005 – 14,49%).

18. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

O Banco era responsável pela administração de fundo de investimento cujo patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2005 era o seguinte:

	R\$ Mil
BVA FIX Seguro Fundo de Investimento Financeiro – 60 Dias	3.288

A remuneração do Banco pela administração desse fundo era baseada na cobrança de taxa de administração sobre o patrimônio líquido diário. Esse fundo foi encerrado em 26 de maio de 2006.

ANEXO VII

BANCO BVA S. A. E SUAS CONTROLADAS - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2007 E 2006

Balanco Patrimonial
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

BALANÇO PATRIMONIAL		SALDO
		001
10.0.0.00.00.00	ATIVO TOTAL (+/-)	421,389.64
10.1.0.00.00.00	ATIVO CIRCULANTE (+/-)	273,150.41
10.1.1.00.00.00	DISPONIBILIDADES	1,045.87
10.1.2.00.00.00	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (+/-)	38,849.25
10.1.2.21.00.00	Aplicações no Mercado Aberto	35,809.04
10.1.2.22.00.00	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3,040.21
10.1.3.00.00.00	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	55,621.29
10.1.3.10.00.00	Carteira Própria	51,100.11
10.1.3.40.00.00	Vinculados à Prestação de Garantias	4,521.18
10.1.4.00.00.00	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2,596.21
10.1.4.10.00.00	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	112.69
10.1.4.20.00.00	Créditos Vinculados	415.00
10.1.4.20.10.00	Depósitos no Banco Central	415.00
10.1.4.80.00.00	Correspondentes	2,068.52
10.1.6.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (+/-)	132,627.54
10.1.6.10.00.00	Operações de Crédito	140,858.68
10.1.6.10.20.00	Setor Privado	140,858.68
10.1.6.90.00.00	(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (-)	(8,231.14)
10.1.8.00.00.00	OUTROS CRÉDITOS (+/-)	23,809.44
10.1.8.20.00.00	Carteira de Câmbio	9,150.24
10.1.8.30.00.00	Rendas a Receber	1,426.35
10.1.8.40.00.00	Negociação e Intermediação de Valores	146.71
10.1.8.70.00.00	Diversos	13,804.88
10.1.8.90.00.00	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (-)	(718.74)
10.1.9.00.00.00	OUTROS VALORES E BENS (+/-)	18,600.81
10.1.9.40.00.00	Outros Valores e Bens	18,951.39
10.1.9.70.00.00	(Provisões para Desvalorizações) (-)	(600.58)
10.1.9.90.00.00	Despesas Antecipadas	250.00
10.2.0.00.00.00	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (+/-)	121,773.76
10.2.6.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (+/-)	98,073.37
10.2.6.10.00.00	Operações de Crédito	104,160.07
10.2.6.10.20.00	Setor Privado	104,160.07
10.2.6.90.00.00	(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (-)	(6,086.70)
10.2.8.00.00.00	OUTROS CRÉDITOS (+/-)	23,012.89
10.2.8.70.00.00	Diversos	25,260.71
10.2.8.90.00.00	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (-)	(2,247.82)
10.2.9.00.00.00	OUTROS VALORES E BENS (+/-)	687.50
10.2.9.90.00.00	Despesas Antecipadas	687.50
10.3.0.00.00.00	PERMANENTE (+/-)	26,465.47
10.3.1.00.00.00	INVESTIMENTOS (+/-)	21,493.39
10.3.1.20.00.00	Participações em Coligadas e Controladas	21,483.19
10.3.1.20.10.00	No País	21,483.19
10.3.1.50.00.00	Outros Investimentos	10.20
10.3.2.00.00.00	IMOBILIZADO DE USO (+/-)	2,126.42
10.3.2.30.00.00	Imóveis de Uso	1,702.42

Balanço Patrimonial
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 2

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

BALANÇO PATRIMONIAL		SALDO
		001
10.3.2.40.00.00	Outras Imobilizações de Uso	1,372.78
10.3.2.90.00.00	(Depreciações Acumuladas) (-)	(948.78)
10.3.4.00.00.00	DIFERIDO (+/-)	2,845.66
10.3.4.10.00.00	Gastos de Organização e Expansão	3,646.15
10.3.4.90.00.00	(Amortizações Acumuladas) (-)	(800.49)
40.0.0.00.00.00	PASSIVO TOTAL	421,389.64
40.1.0.00.00.00	PASSIVO CIRCULANTE	225,329.94
40.1.1.00.00.00	DEPÓSITOS	128,124.68
40.1.1.10.00.00	Depósitos à Vista	35,598.91
40.1.1.30.00.00	Depósitos Interfinanceiros	11,899.53
40.1.1.40.00.00	Depósitos a Prazo	80,369.27
40.1.1.90.00.00	Outros Depósitos	256.97
40.1.2.00.00.00	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	20,005.60
40.1.2.20.00.00	Carteira de Terceiros	20,005.60
40.1.4.00.00.00	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	958.79
40.1.4.10.00.00	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	958.79
40.1.7.00.00.00	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES	28,172.08
40.1.7.30.00.00	BNDES	28,172.08
40.1.9.00.00.00	OUTRAS OBRIGAÇÕES	48,068.79
40.1.9.10.00.00	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	0.02
40.1.9.20.00.00	Carteira de Câmbio	9,631.37
40.1.9.40.00.00	Fiscais e Previdenciárias	6,637.24
40.1.9.50.00.00	Negociação e Intermediação de Valores	13,464.80
40.1.9.87.00.00	Instrumentos Financeiros Derivativos	31.00
40.1.9.90.00.00	Diversas	18,304.36
40.2.0.00.00.00	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	130,979.69
40.2.1.00.00.00	DEPÓSITOS	76,354.48
40.2.1.40.00.00	Depósitos a Prazo	76,354.48
40.2.7.00.00.00	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES	50,781.59
40.2.7.30.00.00	BNDES	50,781.59
40.2.9.00.00.00	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3,843.62
40.2.9.40.00.00	Fiscais e Previdenciárias	3,843.62
40.5.0.00.00.00	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	726.35
40.5.1.00.00.00	Resultados de Exercícios Futuros	726.35
40.6.0.00.00.00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (+/-)	64,353.66
40.6.1.00.00.00	Capital (+/-)	59,866.15
40.6.1.10.00.00	De Domiciliados no País (+/-)	59,866.15
40.6.6.00.00.00	Reservas de Lucros	5,233.82
40.6.8.00.00.00	Lucros ou Prejuízos Acumulados (+/-)	(746.31)

Demonstração do Resultado
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO		No Trimestre	Acumulado Ano Corrente
		001	002
10.1.1.10.10.00	RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (+/-)	23,644.53	77,046.37
10.1.1.10.10.11	Operações de Crédito	19,106.74	66,251.09
10.1.1.10.10.15	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (+/-)	1,259.56	5,068.47
10.1.1.10.10.16	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (+/-)	490.00	558.35
10.1.1.10.10.17	Resultado de Operações de Câmbio	2,788.23	5,168.46
10.1.1.10.20.00	DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (+/-)	(3,663.28)	(11,664.90)
10.1.1.10.20.12	Operações de Captação no Mercado (-)	(5,059.39)	(14,359.81)
10.1.1.10.20.14	Operações de Empréstimos e Repasses (-)	(1,586.82)	(5,460.11)
10.1.1.10.20.20	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (+/-)	2,982.93	8,155.02
10.1.1.10.00.00	RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (+/-)	19,981.25	65,381.47
10.1.1.20.00.00	OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS (+/-)	(26,135.96)	(61,738.35)
10.1.1.20.21.00	Receitas de Prestação de Serviços	5,198.37	9,195.05
10.1.1.20.22.00	Despesas de Pessoal (-)	(7,272.93)	(15,475.81)
10.1.1.20.24.00	Outras Despesas Administrativas (-)	(21,592.09)	(50,562.84)
10.1.1.20.26.00	Despesas Tributárias (-)	(1,872.77)	(4,031.22)
10.1.1.20.23.00	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (+/-)	(276.70)	1.04
10.1.1.20.25.00	Outras Receitas Operacionais	3.05	12.15
10.1.1.20.32.00	Outras Despesas Operacionais (-)	(322.89)	(876.72)
10.1.1.00.00.00	RESULTADO OPERACIONAL (+/-)	(6,154.71)	3,643.12
10.1.2.00.00.00	RESULTADO NÃO OPERACIONAL (+/-)	(183.44)	(1,180.10)
10.1.0.00.00.00	RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(6,338.15)	2,463.02
10.2.0.00.00.00	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (+/-)	1,127.77	(360.00)
10.2.3.00.00.00	Ativo Fiscal Diferido	1,127.77	(360.00)
10.3.0.00.00.00	PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO (-)	0.00	(50.64)
10.0.0.00.00.00	LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) (+/-)	(5,210.38)	2,052.38
30.0.0.00.00.00	LUCRO POR AÇÃO (+/-)	0.0000	0.0000

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

ORIGEM E APLICAÇÕES DE RECURSOS		TOTAL
		001
10.0.0.00.00.00	ORIGEM DOS RECURSOS	167,488.41
10.2.0.00.00.00	VARIAÇÃO NOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (+/-)	(1,103.65)
10.3.0.00.00.00	RECURSOS DE ACIONISTAS:	806.54
10.3.3.00.00.00	Outros	806.54
10.5.0.00.00.00	RECURSOS DE TERCEIROS:	167,785.52
10.5.1.00.00.00	Aumento dos subgrupos do Passivo:	53,206.56
10.5.1.01.00.00	Depósitos	43,202.69
10.5.1.02.00.00	Operações Compromissadas	10,003.87
10.5.2.00.00.00	Diminuição dos subgrupos do Ativo:	114,578.96
10.5.2.04.00.00	Operações de Crédito	5,820.40
10.5.2.06.00.00	Outros Créditos	107,943.00
10.5.2.07.00.00	Outros Valores e Bens	815.56
20.0.0.00.00.00	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	168,161.99
20.1.0.00.00.00	PREJUÍZO DO PERÍODO	4,712.48
20.4.0.00.00.00	INVERSÕES EM:	191.47
20.4.3.00.00.00	Imobilizado de Uso	191.47
20.5.0.00.00.00	APLICAÇÕES NO DIFERIDO (+/-)	359.19
20.6.0.00.00.00	AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO	34,873.65
20.6.1.00.00.00	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16,897.39
20.6.2.00.00.00	Titulos e Valores Mobiliarios e Instrumentos Financeiros Derivativos	17,590.79
20.6.3.00.00.00	Relações Interfinanceiras e Interdependências	385.47
20.7.0.00.00.00	REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO	128,025.20
20.7.7.00.00.00	Relações Interfinanceiras e Interdependências	385.16
20.7.8.00.00.00	Obrigações por Empréstimos e Repasses	13,375.15
20.7.9.00.00.00	Outras Obrigações	114,264.89
30.0.0.00.00.00	AUMENTO OU REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES (+/-)	(673.58)
50.0.0.00.00.00	DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	1,719.45
60.0.0.00.00.00	DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO	1,045.87
70.0.0.00.00.00	AUMENTO OU (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES (+/-)	(673.58)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03

Endereço: Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

Eventos	Capital Realizado	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros					Ajuste ao Vlr de Mercado - TVM e Derivativos	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Ações em Tesouraria	Total
	001	002	003	004	Legal	Estatutárias	Contingências	Lucros a Realizar	Outras	013	010	011	012
					005	006	007	008	009				
00.0.1.01.00.0 SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01 / 10 / 2002	59,866.15	0.00	0.00	0.00	1,187.07	0.00	0.00	0.00	4,229.63	0.00	3,474.65	0.00	68,757.50
00.0.1.17.00.0 Outros	0.00	0.00	0.00	0.00	(182.88)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	989.42	0.00	806.54
00.0.1.18.00.0 LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	(5,210.38)	0.00	(5,210.38)
00.0.1.00.00.0 SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31 /12 /2002	59,866.15	0.00	0.00	0.00	1,004.19	0.00	0.00	0.00	4,229.63	0.00	(746.31)	0.00	64,353.66
00.0.2.00.00.0 MUTAÇÕES DO PERÍODO	0.00	0.00	0.00	0.00	(182.88)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	(4,220.96)	0.00	(4,403.84)

Titulos e Valores Mobiliarios e Instrumentos Financeiros Derivativos
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

Titulos e Valores Mobiliários									
	Sem Vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 Anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
	001	002	003	004	005	006	007	008	009
00.0.0.01.01.00 Títulos Emitidos pelo Tesouro Nacional	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	29,657.00	0.00	29,657.00	29,657.00
00.0.0.01.10.00 Ações de Companhias Fechadas	24,957.50	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	24,957.50	24,957.50
00.0.0.01.11.00 Outros	1,006.79	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1,006.79	1,006.79
00.0.0.01.00.00 TOTAL	25,964.29	0.00	0.00	0.00	0.00	29,657.00	0.00	55,621.29	55,621.29

Titulos e Valores Mobiliarios e Instrumentos Financeiros Derivativos
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03

Endereço: Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	Prazos						
	Sem Vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos
	001	002	003	004	005	006	007
00.0.0.01.01.00 Carteira Própria	25,964.29	0.00	0.00	0.00	0.00	25,135.82	0.00
00.0.0.01.06.00 Vinculados à Prestação de Garantias	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	4,521.18	0.00
00.0.0.01.00.00 TOTAL	25,964.29	0.00	0.00	0.00	0.00	29,657.00	0.00

Concentração de Títulos Operações de Crédito e Depósitos
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

Concentração	Títulos Privados		Operações de Crédito			Depósitos	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira	Provisões	Saldo	% Carteira
	001	002	003	004	005	006	007
00.0.0.01.01.00 10 maiores emitentes/clientes	25,964.29	100.00	94,947.43	37.08	3,957.84	77,535.76	37.92
00.0.0.01.02.00 50 seguintes maiores emitentes/clientes	0.00	0.00	113,483.00	44.32	6,767.77	81,239.99	39.73
00.0.0.01.03.00 100 seguintes maiores emitentes/clientes	0.00	0.00	33,373.00	13.03	2,142.77	30,584.80	14.96
00.0.0.01.04.00 Demais clientes/emitentes	0.00	0.00	14,249.78	5.57	4,416.02	15,118.61	7.39
00.0.0.01.00.00 TOTAL	25,964.29	100.00	256,053.21	100.00	17,284.40	204,479.16	100.00

Operações de Crédito Vencimento
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

Créditos	Carteira Vencida a partir de 15 dias	Carteiras a Vencer					
		até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	acima de 15 anos
	001	002	003	004	005	006	007
00.1.4.00.00.00 Setor Privado	21,060.50	51,646.20	70,768.18	79,734.38	19,713.10	3,497.15	9,633.70
00.1.4.01.00.00 Rural	75.33	773.81	2,080.62	1,687.53	1,350.45	1,114.06	9,633.70
00.1.4.02.00.00 Indústria	6,944.66	9,461.85	22,021.66	4,896.11	1,397.49	0.00	0.00
00.1.4.03.00.00 Comércio	2,600.87	13,163.77	2,585.95	3,692.33	3,706.93	1,846.83	0.00
00.1.4.05.00.00 Outros Serviços	6,617.22	24,547.81	40,021.86	63,163.78	10,277.62	445.45	0.00
00.1.4.06.00.00 Pessoas Físicas	4,822.42	3,698.96	4,058.09	6,294.63	2,980.61	90.81	0.00
00.1.0.00.00.00 TOTAL	21,060.50	51,646.20	70,768.18	79,734.38	19,713.10	3,497.15	9,633.70

Operações de Crédito Fluxo
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

CRÉDITOS	Créditos Contratados	Créditos Amortizados	Baixados como Prejuízo	Recuperados	Renegociados
	001	002	003	004	005
00.1.4.00.00.00 Setor Privado	60,484.10	37,254.76	1,631.56	1,478.71	0.00
00.1.4.02.00.00 Indústria	870.13	191.19	97.10	320.94	0.00
00.1.4.03.00.00 Comércio	0.00	108.34	245.66	15.12	0.00
00.1.4.05.00.00 Outros Serviços	399.26	2,304.23	28.02	777.46	0.00
00.1.4.06.00.00 Pessoas Físicas	59,214.71	34,651.00	1,260.78	365.19	0.00
00.1.0.00.00.00 TOTAL	60,484.10	37,254.76	1,631.56	1,478.71	0.00

Obrigações e Operações de Crédito Distribuição Geográfica
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03

Endereço: Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

Distribuição Geográfica	Depósitos a Vista			Depósitos a Prazo			Depósitos de Poupança			Operações de Crédito
	Governo	Setor Privado		Governo	Setor Privado		Governo	Setor Privado		
		Pessoas Jurídicas	Pessoas Físicas		Pessoas Jurídicas	Pessoas Físicas		Pessoas Jurídicas	Pessoas Físicas	
	001	002	003	004	005	006	007	008	009	010
00.01.01.00.00 País	0.00	35,467.65	131.26	0.00	119,155.68	37,568.07	0.00	0.00	0.00	256,053.21
00.01.01.02.00 Região Nordeste	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	121.07
00.01.01.03.00 Região Sudeste	0.00	35,467.65	131.26	0.00	119,155.68	37,568.07	0.00	0.00	0.00	255,402.39
00.01.01.04.00 Região Centro-Oeste	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	529.75
00.01.00.00.00 TOTAL	0.00	35,467.65	131.26	0.00	119,155.68	37,568.07	0.00	0.00	0.00	256,053.21

Créditos Concedidos por Nível de Risco
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

Tipos de Operação	Montantes por Nível de Risco									Total	Total Garantido
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		
	001	002	003	004	005	006	007	008	009	010	011
00.0.0.01.02.00 Empréstimo	48.781.74	7.214.90	61.877.69	22.052.39	1.956.21	0.00	0.00	4.04	4.100.10	145.987.07	48.800.95
00.0.0.01.03.00 Descontos de Títulos e Duplicatas	916.37	741.35	1.128.46	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	2.786.18	0.00
00.0.0.01.04.00 Conta Garantida	560.19	155.92	3.695.89	0.00	0.00	0.00	34.07	0.00	0.00	4.446.07	1.249.58
00.0.0.01.05.00 Crédito Pessoal	0.00	3.994.10	120.63	35.34	314.97	477.08	294.53	289.96	3.634.27	9.160.88	0.00
00.0.0.01.15.00 Outros Financiamentos	47.613.87	23.30	13.483.60	14.046.09	4.308.81	55.82	0.00	2.484.18	623.86	82.639.53	71.223.72
00.0.0.01.19.00 Outros Créditos	194.00	0.00	106.40	46.00	9.419.31	0.00	1.267.77	0.00	0.00	11.033.48	0.00
00.0.0.01.00.00 TOTAL	98.066.17	12.129.57	80.412.67	36.179.82	15.999.30	532.90	1.596.37	2.778.18	8.358.23	256.053.21	121.274.25

Crédito por Indexador
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

TIPO DE OPERAÇÃO	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dolar	Outros
	001	002	003	004	005
00.0.0.01.01.00 Operação de Crédito	86,824.99	75,555.20	0.00	0.00	82,639.53
00.0.0.01.03.00 Outros	11,033.49	0.00	0.00	0.00	0.00
00.0.0.01.00.00 TOTAL	97,858.48	75,555.20	0.00	0.00	82,639.53

Cessão de Créditos**Terceiro Trimestre de 2007****BANCO BVA S/A**

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

CRÉDITOS	Instituições Financeiras		Securizadoras	
	Ligadas	Não-Ligadas	Ligadas	Não-Ligadas
	001	002	003	004
00.0.0.01.01.00 Créditos Cedidos com Coobrigação	0.00	65,628.03	0.00	0.00
00.0.0.01.00.00 TOTAL	0.00	65,628.03	0.00	0.00

Operações de Crédito por Faixa de Valor e Nível de Risco
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03

Endereço: Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

Montantes em R\$ mil

Operações																		
	AA		A		B		C		D		E		F		G		H	
	Quant	Mont	Quant	Mont	Quant	Mont	Quant	Mont	Quant	Mont	Quant	Mont	Quant	Mont	Quant	Mont	Quant	Mont
	001	002	003	004	005	006	007	008	009	010	011	012	013	014	015	016	017	018
00.0.0.01.01.00 Até R\$ 10.000,00	73	178.04	1.064	1.452.52	350	271.63	44	36.19	1.892	312.96	1.875	462.06	631	277.42	683	279.73	5.070	1.613.15
00.0.0.01.02.00 De R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00	24	355.04	57	759.29	17	226.55	1	11.06	0	0.00	1	15.15	1	17.09	1	14.35	2	40.07
00.0.0.01.03.00 De R\$ 20.000,00 até R\$ 50.000,00	25	944.60	33	952.90	44	1.302.12	1	46.00	3	112.31	0	0.00	1	34.08	0	0.00	4	136.08
00.0.0.01.04.00 De R\$ 50.000,00 até R\$ 100.000,00	27	1.932.78	8	562.45	48	1.328.56	2	127.96	0	0.00	1	55.69	0	0.00	1	72.00	3	214.45
00.0.0.01.05.00 De R\$ 100.000,00 até R\$ 500.000,00	25	1.256.07	2	433.32	76	1.991.09	6	1.943.33	1	270.00	0	0.00	0	0.00	0	0.00	4	451.60
00.0.0.01.06.00 Acima de R\$ 500.000,00	39	1.399.64	7	1.969.09	37	1.292.72	10	1.015.28	5	1.304.03	0	0.00	1	1.267.78	1	1.412.10	2	1.902.88
00.0.0.01.00.00 TOTAL	213	1.066.17	1.171	1.129.57	572	1.412.67	64	1.179.82	1.901	1.999.30	1.877	532.90	634	1.596.37	686	1.778.18	5.085	1.358.23

Imobilizado de Uso
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

IMOBILIZADO	Instituições Financeiras		Securitizadoras	
	Saldo Trimestre Anterior	Adições no período	Baixas no Período	Saldo Trim. Referência
	001	002	003	004
00.0.1.04.00.00 Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	1,116.78	177.72	0.13	1,294.37
00.0.1.05.00.00 Outros	895.86	114.25	178.06	832.05
00.0.1.00.00.00 TOTAL	2,012.64	291.97	178.19	2,126.42

Obrigações Vencimento
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	Prazos						
	Sem Vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos
	001	002	003	004	005	006	007
00.0.1.01.00.00 Depósitos	35,855.88	39,590.63	48,393.36	63,404.21	5,531.52	11,703.56	0.00
00.0.1.01.01.00 À vista	35,598.91	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
00.0.1.01.02.00 A prazo	0.00	39,087.25	41,282.02	60,630.72	4,020.19	11,703.56	0.00
00.0.1.01.04.00 Interfinanceiros	0.00	503.38	7,111.34	2,773.49	1,511.33	0.00	0.00
00.0.1.01.06.00 Outros	256.97	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
00.0.1.02.00.00 Obrigações por Operações	0.00	0.00	20,005.60	0.00	0.00	0.00	0.00
00.0.1.05.00.00 Repasses do País	0.00	8,304.26	19,867.82	27,747.78	8,971.27	12,249.22	1,813.31
00.0.1.00.00.00 TOTAL	35,855.88	47,894.89	88,266.78	91,151.99	14,502.79	23,952.78	1,813.31

Limites operacionais**Terceiro Trimestre de 2007****BANCO BVA S/A**

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

Limites Operacionais	Individual			Conglomerado Financeiro			Grupo Econômico		
	Exigência	Situação	Margem/Insuficiência	Exigência	Situação	Margem/Insuficiência	Exigência	Situação	Margem/Insuficiência
	001	002	003	004	005	006	007	008	009
00.0.0.01.00.00 Patrimônio Líquido Exigido	68,708.21	62,273.95	(6,434.26)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
00.0.0.01.01.00 Risco de Crédito	67,778.66	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
00.0.0.01.03.00 Risco de Mercado - Juros	929.55	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
00.0.0.02.00.00 Índice de Imobilização	24,385.76	31,136.97	6,751.21	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
00.0.0.03.00.00 Patrimônio Líquido Mínimo	50,500.00	62,273.95	11,773.95	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
00.0.0.04.00.00 Capital Realizado Mínimo	50,500.00	59,866.15	9,366.15	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Resumo dos dados contábeis das dependências
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

Item	Código da Dependência	Nome da Dependência	Ativos	Passivos	Resultado do Período
1	103		389,973.27	326,763.04	(6,353.81)
2	375		298.74	296.77	1.96
3	456		31,117.63	29,976.17	1,141.47

Encargos e Tributos
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

ENCARGOS E TRIBUTOS		TOTAL
		001
00.0.0.01.01.00	Previdência e Assistência Social	1,310.72
00.0.0.01.03.00	FGTS	374.06
00.0.0.01.05.00	Indenização pagas a empregados por dispensa	149.05
00.0.0.01.07.00	Outros beneficios concedidos aos empregados	608.38
00.0.0.01.00.00	TOTAL DE ENCARGOS	2,442.21
00.0.0.02.02.00	IR	(827.56)
00.0.0.02.03.00	CPMF	127.97
00.0.0.02.04.00	PIS/PASEP	171.78
00.0.0.02.05.00	COFINS	1,057.11
00.0.0.02.06.00	ISS	396.27
00.0.0.02.07.00	OUTROS	(300.21)
00.0.0.02.00.00	TOTAL DE TRIBUTOS	625.36

Operações Realizadas por Correspondentes
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

Trimestre de Referência R\$ mil

Operações	Quantidade	Val.Mov.Em R\$(Mil)
	001	002

Movimentação com cheques e por meio eletrônico
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

Operações		Trimestre de Referencia		R\$ mil
		Quantidade	Valores Movimentados	
		001	002	
00.0.1.01.00.00	Cheques Compensados	124	3,437.45	
00.0.1.01.02.00	Sistema Eletrônico	124	3,437.45	
00.0.1.03.00.00	Transferência Eletrônica	1,159	1,853.12	
00.0.1.04.00.00	Cobrança Eletrônica	6	1.10	
00.0.1.00.00.00	TOTAL	1,289	5,291.67	

Provisões**Terceiro Trimestre de 2007****BANCO BVA S/A**

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

PROVISÕES	Instituições Financeiras		Securizadoras	
	Trimestre Anterior	Adições	Subtrações	Trimestre de Referência
	001	002	003	004
00.0.0.01.00.00 ATIVO	20,203.05	57,658.32	60,576.97	17,284.40
00.0.0.01.06.00 Operações de Crédito	16,738.69	47,963.73	50,384.58	14,317.84
00.0.0.01.08.00 Outros Créditos	3,464.36	9,694.59	10,192.39	2,966.56

Capital Social
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

AÇÕES E COTAS		QUANTIDADE
		001
00.0.1.00.00.00	Ações	71,234.00
00.0.1.01.00.00	Do Capital Integralizado	71,234.00
00.0.1.01.01.00	Ordinárias - País	35,617.00
00.0.1.01.03.00	Preferenciais - País	35,617.00

Contas de Compensação
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03**Endereço:** Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

COBRIGAÇÕES	Instituições Financeiras		Securitizadoras	
	Trimestre Anterior	Adições	Subtrações	Trimestre de Referência
	001	002	003	004
00.0.0.01.00.00 Beneficiários de Garantias Prestadas	104,439.79	160,235.64	123,485.28	141,190.15
00.0.0.01.01.00 Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central	11,348.74	2,551.12	2,470.38	11,429.48
00.0.0.01.02.00 Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	93,091.05	157,684.52	121,014.90	129,760.67
00.0.0.02.00.00 Coobrigações em Cessões de Crédito	273,266.03	177,812.19	190,258.98	260,819.24
00.0.0.02.01.00 Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central	273,266.03	177,812.19	190,258.98	260,819.24

Saldos em Moedas Estrangeiras
Terceiro Trimestre de 2007

BANCO BVA S/A

Pág.: 1

CNPJ: 32.254.138/0001-03

Endereço: Avenida Almirante Barroso 52 19º andar Centro RJ RIO DE JANEIRO Cep.: 20040-001

R\$ mil

Discriminação	Matriz e Dependências no País	Dependências no Exterior	Total	Total por Moeda					
				Dólar	Euro	Libra	Franco Suíço	Ien	Outras
	001	002	003	004	005	006	007	008	009
00.0.0.01.00. ATIVO	518,029.23	0.00	517.51	518,029.23	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
00.0.0.01.01. Disponibilidades	518,029.23	0.00	517.51	518,029.23	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

Trimestre findo em 30 de setembro de 2007

(Em milhares de Reais)

Banco BVA S.A.

Informações Financeiras Trimestrais

em 30 de setembro de 2007

Contexto operacional

O Banco BVA S.A., iniciou suas atividades em 14 de fevereiro de 2000, e opera na forma de banco múltiplo, com as carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil e de câmbio, de acordo com as disposições regulamentares em vigor.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto de entidades integrantes do grupo, os quais atuam integradamente, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Elaboração e apresentação das Informações Financeiras Trimestrais

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e práticas do Banco Central do Brasil (Bacen) e consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Principais práticas contábeis

a. Apuração de resultados

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- i.** Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados freqüentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, onde seu rendimento intrínseco e os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos diretamente no resultado.
- ii.** Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários.
- iii.** Títulos mantidos até o vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o

vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) altamente correlacionados às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

- i. Hedge de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.
- ii. Hedge de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizadas pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

d. Ativos circulante e realizável a longo prazo, exceto títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data do balanço. Quando aplicável, foram constituídas provisões para ajuste ao valor de realização.

A provisão para operações de crédito, de arrendamento mercantil e de outros créditos é fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração, para concluir quanto ao valor adequado, e leva em conta a conjuntura econômica e os riscos globais da carteira, bem como as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e BACEN.

e. Ativo permanente

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos estão registrados ao

valor de custo, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

Os bens do ativo imobilizado e diferido estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistemas de comunicação e sistema de segurança; e 20% para sistema de processamento de dados e sistema de transporte. A amortização do ativo diferido é calculada pelo método linear a taxa anual de 20%.

f. Resultado de exercícios futuros

Rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

g. Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “pró – rata” dia) e cambiais incorridos até a data do balanço. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota - base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre determinados limites, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9% do lucro antes do imposto de renda. As provisões para contingências, de quaisquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos e é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Banco e sociedades controladas e ligadas.

Os créditos tributários/passivos diferidos são revisados semestralmente e foram calculados com base nas normas vigentes e são reconhecidos contabilmente considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, segundo estudo técnico elaborado pela Administração do Banco.

h. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para operações de crédito, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, valorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos etc. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente.

i. Mensuração do valor a mercado

A mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos considera os preços médios dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. As ações de companhia fechada estão registradas ao seu valor de custo. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

j. Mudança de prática contábil

A Administração do Banco decidiu, voluntariamente, pela mudança da prática contábil do registro das comissões incidentes sobre as operações de avais e fianças prestadas. Em razão dessa alteração, o Banco passou a registrar as comissões diretamente em conta de resultado, quando do seu efetivo recebimento.

Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações no mercado aberto lastreadas por títulos públicos federais têm prazos de vencimento de um dia útil. As aplicações em depósitos interfinanceiros têm prazos de vencimento até julho de 2009.

Títulos e valores mobiliários

		Valor de mercado por prazo de vencimento		
	Valor de custo atualizado	Sem vencimento	Acima de 12 meses	Total
Carteira própria				
Títulos para negociação (*)				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	25.136	-	25.136	25.136
Cotas de Fundo Multimercado	1.006	1.006	-	1.006
Ações de companhias fechadas (**)	24.958	24.958	-	24.958
	51.100	25.964	25.136	51.100
Vinculados à prestação de garantias				
Títulos para negociação (*)				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.521	-	4.521	4.521
	4.521	-	4.521	4.521
	55.621	25.964	29.657	55.621

(*) Estão apresentados pelo prazo máximo esperado para a realização dos títulos.

(**) Representada por 380 ações da Empresa 2008 Empreendimentos Comerciais S.A. (2008 Empreendimentos), que passou a integrar a carteira de investimentos do Banco em 19 de março de 2007, por meio de permuta da participação anteriormente detida na Companhia BIG PAR S.A. (BIG PAR). Em 28 de agosto de 2007, um investidor do segmento de *shopping centers* se tornou proprietário de 571 ações da "2008 Empreendimentos", representando 50 % do total de ações da companhia, cuja

a negociação totalizou R\$ 37.500. A Administração do Banco entende que essa operação confirma os parâmetros de valorização adotados.

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais ou de compensação que se destinam a reduzir a exposição a riscos de mercado, moedas e taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controle e do estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições. Em 30 de setembro de 2007, o saldo estava assim distribuído:

	<u>Notional</u>	<u>Valor do custo</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Prazo vencimento</u>
Opções - moedas				
Prêmios recebidos sobre venda de opção de compra	(31)	(31)	(31)	Até 03 meses

Operações de crédito e Outros créditos

a. Composição

Empréstimos e títulos descontados - Setor privado	162.379
Financiamentos - Setor privado:	82.640
Outros créditos (*)	11.034
	<hr/>
	256.053
Provisão para operações de crédito e outros créditos	(17.284)
	<hr/>
	238.769

(*) Refere-se a devedores por compra de valores e bens no montante de R\$ 9.766 mil e títulos e créditos a receber no montante de R\$ 1.268 mil.

b. Composição por vencimento

	Faixas de vencimento							Total
	Vencidas acima de 15 dias	A vencer até 03 meses	De 03 a 12 meses	De 01 a 03 anos	De 03 a 05 anos	De 05 a 15 anos	Vencer após 15 anos	
Empréstimos	6.588	35.721	47.853	45.469	8.509	1.847	-	145.987
Descontos de títulos e duplicatas	114	2.651	21	-	-	-	-	2.786
Conta Garantida	305	3.869	272	-	-	-	-	4.446
Crédito Pessoal	4.815	385	1.230	2.004	643	84	-	9.161
Outros financiamentos	9.212	8.523	19.299	26.404	8.009	1.560	9.633	82.640
Outros créditos	27	497	2.093	5.858	2.552	6	-	11.033
Total	21.061	51.646	70.768	79.735	19.713	3.497	9.633	256.053

c. Por atividade econômica

Rural	16.714
Indústria	44.722
Comércio	27.597
Outros serviços	145.074
Pessoas físicas	21.946
Subtotal	256.053
Provisão para operações de crédito e outros créditos	(17.284)
Total	238.769

d. Classificação do risco

Nível de Risco	Carteira	Provisão
AA	98.066	-
A	12.130	61
B	80.413	906
C	36.180	2.164
D	15.999	2.826
E	533	228
F	1.596	798
G	2.778	1.945
H	8.358	8.356
	256.053	17.284

e. Provisão para operações de crédito e outros créditos

A movimentação da conta provisão para operações de crédito e outros créditos é composta como se segue:

Saldo no início do trimestre	20.202
Constituição	1.480
Reversão	(4.145)
Baixas	(253)

f. Cessão de créditos

Em 30 de setembro de 2007 o volume de créditos cedidos com coobrigação é de R\$ 260.819, e a sua provisão totaliza R\$ 572, conforme apurado em estudo técnico realizado por empresa de consultoria independente.

g. Operações com garantia do Fundo Garantidor de Promoção da Competitividade – FGPC

O Banco possui operações de crédito com garantia do Fundo Garantidor de Promoção da Competitividade - FGPC, o qual é administrado pelo BNDES.

Na ocorrência de atraso dessas operações, o Banco pode entrar com o pedido de restituição de 70% ou 80% do montante em atraso, dependendo do percentual pactuado com o Fundo e, em ocorrendo a homologação, o Banco recebe as parcelas em atraso e o Fundo assume proporcionalmente o montante do restante da dívida. Em 30 de setembro de 2007 a parcela garantida pelo FGPC totaliza R\$ 21.214.

O Banco adota o procedimento de registrar por valor correspondente à parcela não coberta pelo FGPC para as operações de crédito com essa garantia, a partir da formalização do pleito junto ao BNDES. Para as operações em atraso e com cobertura do Fundo, mas ainda não formalizado o pleito junto ao BNDES, a Administração do Banco adota medida conservadora de registrar integralmente a provisão para operações de crédito. Em 30 de setembro de 2007 o montante de provisão é de R\$ 407.

Cabe ressaltar, que o Fundo cobre a inadimplência dos últimos 12 meses e das parcelas vincendas. Assim sendo, a Administração só solicita a cobertura após esgotadas todas as possibilidades de cobrança junto ao devedor, em um prazo máximo de até doze meses.

Outros créditos - Diversos

Imposto de renda e contribuição social diferidos (a)	12.372
Devedores por compra de valores e bens	9.766
Créditos a receber (b)	7.000
Diversos	9.927
	39.065
Curto prazo	13.804
Longo prazo	25.261

- (a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados e ativados sobre todos os saldos de adições temporárias, e serão realizados quando do enquadramento fiscal para as respectivas provisões que serviram de base para a sua

constituição.

Provisão para operações de crédito e outros créditos	9.766
Provisão a valor de mercado dos bens não de uso próprio	1.923
Outras	683
	12.372

No trimestre findo em 30 de setembro de 2007 os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

Saldo inicial	11.245
Adições	2.941
Baixa	(1.814)
Total dos créditos tributários	12.372

Em atendimento ao requerido pelas Resoluções nº 3.355, de 31 de março de 2006 e nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, do Banco Central do Brasil, e com base no estudo técnico a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 30 de setembro de 2007 possuem a seguinte expectativa de realização: R\$ 619 em 2007, R\$ 2.474 em 2008, R\$ 2.474 em 2009, R\$ 2.474 em 2010, R\$ 2.474 em 2011, R\$ 1.857 em 2012. O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 9.194 utilizando-se a taxa média de 11% a.a., projetada para os respectivos períodos de realização.

(b) Representam créditos originados pela venda do investimento no Shopping Leblon.

Outros valores e bens

Ações de companhias fechadas - AGROCOM (a)	8.700
Imóveis (b)	7.093
Máquinas e equipamentos (b)	2.025
Outros	533
	18.351

- a. Ações da empresa recebida em dação de pagamento de empréstimos concedidos e registradas pelo valor de custo.
- b. Ativos recebidos em dação de pagamentos, cujos valores contábeis são inferiores aos de mercado, de acordo com laudos elaborados por peritos independentes.

Participações em controladas

	BVA Seguros S.A. (1)	BVA Informática Ltda.	BVA Corretora de Seguros Ltda. (2)	LNF3 Participações Ltda.	Total
Capital social	3.800	112	10	8.450	
Quantidade de ações/quotas possuídas	4.025.641	110.880	8.500	8.450.000	
Patrimônio líquido	3.417	607	12	17.447	
Resultado do trimestre	315	(73)	11	(149)	
Percentual de participação (%)	100,00%	99,00%	85,00%	100,00%	
Valor do investimento	3.417	601	18	17.447	21.483
Resultado de equivalência patrimonial	107	(143)	10	(251)	(277)

(1) Empresa adquirida em abril de 2006. O Banco realizou aumento de capital no valor de R\$ 17.968 em junho de 2006, através da transferência das cotas possuídas da LNF3 Participações Ltda. Em 27 de agosto de 2007, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) indeferiu o processo de aumento de capital da BVA Seguros S.A. com as referidas cotas, sendo, portanto, revertido o aumento de capital, através da deliberação da administração em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2007. Dessa forma, o Banco passa então a ser o controlador direto da empresa LNF3 Participações Ltda. a partir daquela data.

(2) Empresa adquirida em junho de 2007.

Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo estão representados substancialmente por depósitos pós-fixados, cujos vencimentos são demonstrados da seguinte forma:

Circulante

Até 3 meses	39.087
De 3 a 12 meses	41.282
	<hr/> 80.369

Exigível a longo prazo

De 1 a 3 anos	60.631
De 3 a 5 anos	4.020
De 5 a 15 anos	11.703
	<hr/> 76.354
	<hr/> 156.723

Obrigações por repasses do país – instituições oficiais

São representadas por recursos captados junto ao BNDES à taxa de juros que variam entre 1% a 11% a.a., e acrescidos de atualização monetária pela variação do US\$, TJLP ou IGP-M. O vencimento dessas operações ocorrerá da seguinte forma:

Circulante

Até 3 meses	8.304
De 3 a 12 meses	19.868
	<hr/> 28.172

Exigível a longo prazo

De 1 a 3 anos	27.748
De 3 a 5 anos	8.971
De 5 a 15 anos	12.249
Acima de 15 anos	1.814
	<hr/> 50.782
	<hr/> 78.954

Outras obrigações - Diversas

Provisão para pagamentos a efetuar	2.656
Provisão para créditos cedidos com coobrigação	572
Outros passivos contingentes	411
Credores diversos no País - BNDES (*)	11.592
Outras obrigações diversas	3.073
	<hr/> 18.304

(*) Relativo a provisão para contingência decorrente de ação judicial movida contra o BNDES, referente a valores a serem recuperados por meio de compensação de pagamentos ao BNDES, de créditos que possuíam cobertura do FGPC. A referida provisão, constituída com base no valor histórico das parcelas e pagamentos compensados, não vem sofrendo atualização monetária. Os consultores jurídicos do Banco manifestaram estar confiantes na conclusão da disputa em favor do Banco.

Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de setembro de 2007, o capital social totalmente subscrito e integralizado era representado por 71.233.222 ações nominativas sem valor nominal, sendo 35.616.611 ordinárias e 35.616.611 preferenciais.

As ações preferenciais nominativas não terão direito a voto nas deliberações das assembleias gerais, mas têm prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos e no reembolso do capital social.

b. Distribuição de resultados

Aos acionistas é assegurado a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, em conformidade com a legislação vigente.

c. Ajuste de exercícios anteriores

Em decorrência da mudança de prática contábil (Nota 3(j)) no registro das comissões incidentes sobre as operações de avais e fianças prestadas, houve um crédito no montante de R\$ 807 relativo a parcela de resultado de exercícios anteriores.

d. Reservas de lucro

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos da Lei nº 6.404/76.

Reserva de retenção de lucros

Conforme previsto no artigo 196 da Lei das S.As., em 2006 foi constituída a referida reserva, consoante a aprovação do orçamento pela Administração.

Imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, reconciliados com aqueles apurados à alíquota nominal, são demonstrados como segue:

Resultado antes da tributação sobre o lucro real e participações	(6.338)
Resultado de participações em controladas	277
Outras adições ao lucro	972
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(5.089)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de legislação	1.730
Crédito tributário	(603)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.128

Transações com partes relacionadas

Os valores das transações do Banco com as controladas, as quais correspondem à prestação de serviços de consultoria, assessoria e outras, estão resumidos como se segue:

	Ativo/ (passivo)	Receita (despesa)
BVA Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	(57)	-
Peg Cred S.A.	-	(1.467)

Garantias prestadas

Em 30 de setembro de 2007 o Banco é responsável por avais e fianças prestados a terceiros no país no valor de R\$ 141.190.

Limites operacionais (Acordo de Basileia)

Conforme Resolução nº 2.099/94 do Bacen, e alterações posteriores, as instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderados por fatores que variam de zero a 100%. O índice de solvabilidade cujo mínimo requerido é de 11%, era de 9,96% em 30 de setembro de 2007.

Em 26 de novembro de 2007, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que aprovou aumento do capital social no montante de R\$ 10.000. Esta AGE encontra-se pendente de homologação pelo Banco Central do Brasil.

Outras informações

- a.* Outras despesas administrativas referem-se, principalmente, às despesas com consultoria e assessoria na contratação junto a agentes autônomos e empresas especializadas às atividades de mediação de operações de crédito consignado. Essas operações tiveram como contrapartida o aumento das receitas com operações de crédito.
- b.* Outras despesas operacionais referem-se, basicamente, à atualização monetária sobre o parcelamento de impostos e contribuições.

- c. O lucro líquido ajustado, apresentado na demonstração das origens e aplicações de recursos (quadro 7005), é composto da seguinte forma:

Prejuízo do trimestre	(5.210)
Depreciações e amortizações	221
Resultado de participações em controladas	277
Lucro líquido ajustado	<u>(4.712)</u>

Eventos subsequentes

a. *Extinção da CPMF Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira*

A partir de 1.º de janeiro de 2008 as movimentações financeiras deixaram de sofrer a incidência da CPMF em razão do fim de vigência de sua aplicação conforme previsto na Emenda Constitucional nº 42/2003.

b. *Majoração da alíquota da CSLL*

Em 3 de janeiro de 2008 foi editada a Medida Provisória nº 413, que entre outras medidas, altera a alíquota de Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras contempladas na Lei Complementar nº 105 e as pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização, de 9% para 15%. Esse aumento de alíquota entrará em vigor, de acordo com a Medida Provisória, a partir de maio de 2008. As alterações introduzidas pela Medida Provisória só se tornarão efetivas após sua aprovação pelo Poder Legislativo, o que ainda não ocorreu. Assim, os ativos e passivos fiscais diferidos foram registrados no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2007 de acordo com a taxa definida na legislação vigente nessa data.

c. *Alterações na Lei das S/A's (6.404/76)*

A Lei nº. 11.638 publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 alterou diversos dispositivos da Lei nº.6.404 (Sociedades por Ações). Estas alterações entram em vigor em 1 de janeiro de 2008.

Dentre as principais alterações introduzidas, destacamos os seguintes assuntos que na avaliação da Administração poderão modificar a forma de apresentação das demonstrações financeiras e os critérios de apuração da posição patrimonial e financeira e do resultado a partir do exercício a findar-se em 2008:

- Foi extinta a obrigatoriedade da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR, sendo substituída pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. No caso das companhias abertas a Demonstração do Valor Adicionado – DVA também foi introduzida como publicação obrigatória.

- Bens e direitos intangíveis foram segregados dos tangíveis, ficando o ativo permanente classificado em investimentos, imobilizado, intangível e diferido.
- Foi criada a rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” no Patrimônio Líquido. Serão considerados ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.
- Adicionalmente foram alterados os critérios de avaliação do ativo e do passivo, com destaque para os seguintes pontos:
 - Itens de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, serão ajustados a valor presente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade.
 - O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado, intangível e diferido deverá ser periodicamente avaliado para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios de e taxas de depreciação, amortização e exaustão.
- As participações de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa, deverão ser incluídas na demonstração do resultado do exercício.
- Eliminação da possibilidade de registro de reservas de reavaliação para as sociedades por ações. A nova Lei deu opção às companhias para manterem os saldos existentes e realizarem esses saldos dentro das regras atuais ou estornarem esses saldos até o final do exercício de 2008.

A adoção e efeitos das alterações da Lei somente poderão ser medidas após a regulamentação dos Órgãos reguladores, visto que já são praticadas algumas das alterações introduzidas, como o ajuste a valor de mercado para os ativos representados por títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros.

A Administração do Banco está em processo de avaliação dos efeitos que as alterações da Lei das S.A.s irão produzir em seu patrimônio líquido e resultado do exercício de 2008, bem como levará em consideração as orientações e definições a serem emitidas pelos órgãos reguladores. Neste momento, a Administração entende não ser possível determinar os efeitos destas alterações no resultado e no patrimônio líquido.

ANEXO VIII

QUADRO EXPLICATIVO DE CONVÊNIOS

1. <u>ESTADO DO RIO DE JANEIRO</u>			
DECRETO	CONVÊNIO	PRAZO	RESCISÃO
✓	Pendente	<i>INÍCIO EM 23.01.2008</i> <i>VÁLIDO ATÉ 23.01.2011</i>	
Lei 8666/93 e Lei 8883/94 Decreto nº 25.547/99 Resolução SARE nº 2.821/99 Resolução nº 2903/01	Convênio celebrado com a Secretaria de Estado de Administração e Reestruturação, representado pela Procuradora do Município.	O código encontra-se ativo, com vigência de 3 (três) anos, à partir da publicação. Podendo ser prorrogado. Mesmo findo o período de vigência, continuarão em vigor os descontos já previstos em folha, até a efetiva liquidação dos empréstimos concedidos.	Em caso de rescisão, o devedor deverá cumprir os compromissos e obrigações pendentes, conforme os termos ajustados.

2. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECRETO	CONVÊNIO	PRAZO	RESCISÃO
✓	✓	<i>INÍCIO EM 14.03.2007</i> <i>VÁLIDO ATÉ 14.03.2009</i>	
Processo Adm. nº 197.923/06 Ato Normativo nº 06/06	Celebrado com TJ, representado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.	O código encontra-se ativo, com vigência de 2 (dois) anos, à partir da publicação. Podendo ser prorrogado. Mesmo findo o período de vigência, continuarão em vigor os descontos já previstos em folha, até a efetiva liquidação dos empréstimos concedidos.	Em caso de rescisão, o devedor deverá cumprir os compromissos e obrigações pendentes, conforme os termos ajustados.

3. PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECRETO	CONVÊNIO	PRAZO	RESCISÃO
✓	Pendente	<i>INÍCIO EM 08.08.2001</i> <i>VÁLIDO ATÉ 05.07.07</i>	

<p>Lei 8666/93 e Lei 8883/94</p> <p>Lei Estadual 207/1980</p> <p>Lei Complementar nº 1, de 13.09.80</p> <p>Decreto Municipal nº 3221/81</p> <p>Processo Adm. nº 05/500.521/2004</p>	<p>Convênio celebrado com a Previdência Social, representado pelo seu Diretor Presidente.</p>	<p>Este Convênio tem vigência pelo prazo de 3 (três) anos, à partir da celebração. A primeira prorrogação foi aceita por mais 3 anos pelo ente consignatário. No momento este Convênio encontra-se vencido.</p> <p>Quanto ao segundo pedido de prorrogação, já foi encaminhado um pedido do Cedente, que está pendente de aceitação de prorrogação por parte da Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro. Enquanto não houver a aceitação do pedido de prorrogação pela Entidade, o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito deste Convênio que tenham sido originados após seu vencimento.</p>	<p>Em caso de rescisão, o devedor deverá cumprir os compromissos e obrigações pendentes, conforme os termos ajustados.</p>

4. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECRETO	CONVÊNIO	PRAZO	RESCISÃO
✓	✓	<i>INÍCIO EM 06.04.2005</i> <i>VÁLIDO ATÉ 06.04.2010</i>	
Lei 8666/93 Lei 10.953, de 21.06.93 Lei 10.820, de 17.12.03 Decreto nº 3.048, de 06.05.99 Decreto nº 4.862, de 21.10.03 Decreto nº 5.180, de 13.08.04	Convênio celebrado com o INSS, representado pelo seu Diretor Presidente Interino.	O código encontra-se ativo, com vigência de 5 (cinco) anos, contado da data da publicação.	Em caso de rescisão, deverão ser respeitadas as condições assumidas e ficarão suspensas novas contratações de operações.
Obs: Adicionalmente, foi disponibilizado o “Plano de Trabalho”, referente ao Processo: 35000.000242/2005-09, que tem por objeto a operacionalização da consignação de descontos na renda mensal dos benefícios para pagamento de empréstimos ou financiamentos contraídos pelo titular do benefício.			

5. GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO	CONVÊNIO	PRAZO	RESCISÃO
✓	Pendente	<i>INÍCIO EM 26.07.2007</i> <i>VÁLIDO ATÉ 26.07.2008</i>	
Lei 15.025, de 19.01.04 Decreto nº 43.862, 31.08.04 Decreto nº 43.887, de 04.10.04, Decreto nº 43.994, de 29.03.05 Decreto nº 43.723, de 29.01.04	Foi disponibilizado o Ofício nº 1897/2007, assinado pelo Superintendente Central de Administração de Pessoal, confirmando o credenciamento do BVA.	O código encontra-se ativo, com vigência até julho de 2008.	Como não temos uma cópia do Convênio, não pode ser analisada a questão da Rescisão.

6. MARINHA DO BRASIL

DECRETO	CONVÊNIO	PRAZO	RESCISÃO
✓	✓	<i>INÍCIO EM 22.06.2007</i> <i>VÁLIDO ATÉ 22.06.2008</i>	
Lei 8666/93 Norma SMG-302 Parecer PLS/NAJ/CGU/AGU n° 1337/2007	Convênio celebrado com a União, por intermédio da Diretoria de Fianças da Marinha, representada pelos seus Diretores.	Este Convênio tem vigência pelo prazo de 1 (um) ano, à partir da celebração. Poderá ser prorrogado por períodos sucessivos de 1 (um) ano, até o máximo de 5 (cinco) anos.	Qualquer das partes poderão rescindir o Convênio, ficando resguardada a responsabilidades das obrigações do Conveniado, decorrentes do prazo em que vigorou o Convênio.

7. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

DECRETO	CONVÊNIO	PRAZO	RESCISÃO
✓	Pendente	<i>INÍCIO EM 27.04.2001</i> <i>VÁLIDO ATÉ 26.04.2007</i>	

<p>Lei 8666/93</p> <p>Lei Complementar n° 7, parágrafo 1º, art. 79, de 30.01.96</p> <p>Decreto n° 8.276, de 20.08.01</p>	<p>Foi disponibilizado o 2º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso.</p>	<p>Este Convênio tem vigência pelo prazo de 3 (três) anos, à partir da celebração. A primeira prorrogação foi aceita por mais 3 anos pela Entidade. No momento este Convênio encontra-se vencido.</p> <p>Já foi encaminhado o pedido de prorrogação do Cedente, que está pendente de aceitação do por parte da Prefeitura Municipal de Campo Grande. Enquanto não houver a aceitação do pedido de prorrogação pela Entidade, o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito deste Convênio que tenham sido originados após seu vencimento.</p>	<p>Como não temos uma cópia do Convênio, não pode ser analisada a questão da Rescisão.</p>
--	--	---	--

8. AERONÁUTICA DO BRASIL

DECRETO	CONVÊNIO	PRAZO	RESCISÃO
✓	✓	<i>INÍCIO EM 10.11.2004</i>	

		<i>VÁLIDO ATÉ 10.11.2009</i>	
Lei 8666/93 e Lei 8883/94 MP 2.215-10, de 31.08.01 Portaria nº 398/GC6, de 17.05.02 Decreto nº 4.307, de 18.07.02 ICA 177-2 (M2), de 21.08.02 ICA 175-1, de 16.02.04 Portaria nº 002/DIRINT/SDEE, de 16.03.04	Convênio celebrado com a União, por intermédio do Comando da Aeronáutica, representada pelo seu Diretor de Intendência.	Este Convênio tem vigência pelo prazo de 5 (cinco) anos, à partir da celebração. Mesmo findo o período de vigência, continuarão em vigor os descontos já previstos em folha, até a efetiva liquidação dos empréstimos concedidos.	As principais hipóteses para cancelamento ou suspensão dos descontos em folha de pagamento são: (a) por interesse da administração; (b) por interesse da entidade credenciada; (c) a pedido do Consignante, caso em que não poderá deixar de cumprir com as obrigações assumidas.
9. <u>EXÉRCITO DO BRASIL</u>⁴			
DECRETO	CONVÊNIO	PRAZO	RESCISÃO
✓	✓	<i>INÍCIO EM 16.08.2006</i> <i>VÁLIDO ATÉ 16.08.2007</i>	

⁴ O saldo devedor dos empréstimos ou financiamentos não poderão ser abatidos do valor das apólices de seguro ou da previdência privada complementar quando do seu pagamento em decorrência do falecimento do titular, ressalvada a hipótese em que tal contratação sirva de garantia direta a essas assistências financeiras. Os seguros prestamistas financiados nos empréstimos consignados em folha de pagamento deverão ter como seguradoras àquelas credenciadas junto ao Comando do Exército. O estipulante das apólices coletivas dos seguros prestamistas das Entidades seguradoras credenciadas no Comando do Exército será o Centro de Pagamento do Exército – CPEx

MP 2.215-10, de 31.08.01 Portaria nº 046-SEF, de 01.07.05	Contrato de Credenciamento celebrado com o Comando do Exército, por intermédio da Secretaria de Economia e Fianças.	Este Convênio tem vigência pelo prazo de 1 (um) ano, à partir da celebração. Poderá ser prorrogado mediante manifestação do Comando do Exército.	A Secretaria de Economia e Finanças poderá rescindir este contrato unilateralmente. Ocorrendo a Rescisão contratual, ficará resguardada as responsabilidades das obrigações do Conveniado, decorrentes dos empréstimos em curso, até a sua efetiva liquidação.
--	---	--	--

ANEXO IX

QUADRO EXPLICATIVO DE CONCENTRAÇÃO DOS CONSIGNANTES, EM OUTUBRO DE 2007

CONSIGNANTES	%
Estado do Rio de Janeiro	42,3187%
Rio Previdência	11,0686%
Prefeitura de Campos	10,1651%
Marinha	8,9869%
Estado de Goiás	4,2257%
INSS	3,8991%
Aeronáutica	2,2384%
Estado do Mato Grosso do Sul	1,8493%
Exército	1,7773%
Prefeitura de Campo Grande	1,6463%
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro	1,0865%
Estado de Pernambuco	0,5996%
Fundação Jose Pelucio	0,5096%
Comlurb	0,4583%
Estado de Minas Gerais	0,1749%
Prefeitura de São Gonçalo	0,0972%

Prefeitura de Ribeirão Preto	0,0710%
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	0,0659%
CEDAE	0,0634%
Metropolitana	0,0347%
Prefeitura de Goiânia	0,0212%
Instituto de Previdência Municipal - SP (IPREM)	0,0154%
Estado do Rio Grande do Norte	0,0119%
USP	0,0095%
Tribunal de Justiça de Pernambuco	0,0072%
Instituto de Previdência Municipal de Ribeirão Preto (IPM)	0,0069%
Prefeitura de Franca	0,0066%
Prefeitura de Belo Horizonte	0,0023%

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
CONSIGNADOS PORTFOLIO I**

CNPJ/MF nº. 09.207.285/0001-00

COORDENADOR

BANCO BVA S.A.

CNPJ/MF nº. 04.330.895/0001-83

Av. Almirante Barroso, nº. 52, 19º andar
20.031-000

Rio de Janeiro – RJ

Internet: www.bancobva.com.br

ADMINISTRADORA

BEM DTVMS.A.

CNPJ/MF nº. 00.066.670/0001-00

Cidade de Deus, S/N

CEP 06029-900

Osasco – SP

Internet: www.bradesco.com.br

ESTRUTURADORA

VITÓRIA ASSET MANAGEMENT S.A

CNPJ/MF nº. 04.330.895/0001-83

Av. Almirante Barroso, nº. 52, 19º andar
20.031-000

Rio de Janeiro – RJ

Internet: www.vitoriaasset.com.br

GESTOR E CO-ESTRUTURADOR

BER Capital S.A.,

CNPJ/MF nº. 04.528.420/0001-04

Rua Pedroso Alvarenga 1221 - 1º andar,
Itaim Bibi

CEP 04531-012

São Paulo – SP

Internet: www.bercapital.com

CUSTODIANTE

BANCO BRADESCO S.A.

CNPJ/MF nº. 60.746.948/0001-12

Cidade de Deus, S/N

CEP 06029-900

Osasco – SP

Internet: www.bradesco.com.br

EMPRESA DE AUDITORIA

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

CNPJ/MF 57.755.217/0001-29

R. Dr. Renato Paes de Barros, 33, 17º
andar

CEP 04530-904

São Paulo – SP

Internet: www.kpmg.com.br

CONSULTORES LEGAIS

SOUZA, CESCONE AVEISSIAN, BARRIEU E

FLESCHE ADVOGADOS

CNPJ/MF 02.520.543/0001-65

Rua Funchal, 418, 11º andar

CEP 04551-060

São Paulo - SP

Internet: www.scbf.com.br

AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

AUSTING RATING SERVIÇOS

FINANCEIROS LTDA.

CNPJ/MF 05.803.488/0001-09

R. Leopoldo Couto Magalhães, nº 110, cj. 73

CEP 04542-000

São Paulo – SP

Internet: www.austing.com.br